

Universidade de Lisboa  
Faculdade de Letras  
Departamento de História



# **ÂNFORAS DA IDADE DO FERRO NA QUINTA DO ALMARAZ (ALMADA)**

**Ana Catarina Saltão Olaio**

Dissertação de Mestrado em Arqueologia

2015

Universidade de Lisboa  
Faculdade de Letras  
Departamento de História



# **ÂNFORAS DA IDADE DO FERRO NA QUINTA DO ALMARAZ (ALMADA)**

**Ana Catarina Saltão Olaio**

Dissertação de Mestrado em Arqueologia  
orientada pela Professora Doutora Ana Margarida Arruda

Mestrado em Arqueologia

2015

*Aos meus pais, por tudo.*

«Ó minha alma, não aspire à vida imortal,

Mas esgota o campo do possível.»

Píndaro



## **Resumo**

As ânforas assumem-se como uma categoria cerâmica de enorme relevância no âmbito da caracterização das dinâmicas comerciais dos povoados. Face ao recente avanço no estudo destes recipientes na área do estuário do Tejo, a abordagem ao conjunto da Quinta do Almaraz (Almada), povoado estrategicamente localizado na foz daquele rio, tornava-se indispensável.

Por ser um conjunto amplo, onde estão representados a maioria dos tipos que presumivelmente se produziram no estuário do Tejo durante o 1º milénio a.n.e., o seu estudo permitiu contribuir para a definição cronológica desta produção e simultaneamente evidenciar as particularidades que marcaram a evolução dos recipientes anfóricos na área. Possibilitou ainda uma análise à cronologia de Almaraz, bem como compreender a dinâmica interna do povoado ao longo da Idade do Ferro.

**Palavras-chave:** Ânforas, Estuário do Tejo, Idade do Ferro, Almaraz, Produção Cerâmica

## **Abstract**

The amphorae have a huge relevance in the characterization of settlements commercial dynamics. Given the recent progress in the study of these containers in Tagus estuary, the approach to the set of Quinta do Almaraz (Almada), a settlement strategically located at the mouth of that river, became indispensable.

Based on a wide range set, where most of the types presumably produced in Tagus estuary during the 1st Millennium B.C. are present, this study allowed a contribution to the chronological definition of this region's production and simultaneously highlight the particularities that marked the evolution of the amphorae in this area. It also allowed an analysis of Almaraz's chronology, as well as understand the internal dynamic of the settlement throughout Iron Age.

**Keywords:** Amphorae, Tagus Estuary, Iron Age, Almaraz, Ceramic Production

## Agradecimentos

Este trabalho encerra um ciclo da minha vida que não se teria concretizado sem um conjunto de pessoas, a quem devo o meu sincero agradecimento.

Antes de mais gostava de agradecer aos meus pais, Ana Saltão e António Olaio, a quem dedico esta tese. Pelos incentivos constantes, pela paciência, por terem apoiado incondicionalmente todas as minhas decisões e por me terem proporcionado todas as condições e estabilidade para concretizar os meus objectivos. Devo-vos o maior agradecimento.

À Professora Doutora Ana Margarida Arruda, que generosamente aceitou a orientação desta tese, pela compreensão e disponibilidade que teve nos últimos meses. Pelas várias sugestões e conselhos, bem como pelo que me ensinou sobre os seus «mundos fenícios», tão controversos como entusiasmantes.

Ao Dr. Luís de Barros agradeço antes de mais a cedência dos materiais em estudo nesta tese, bem como de toda a documentação relativa ao sítio. Pela disponibilidade e simpatia com que sempre me recebeu e por ter partilhado tudo o que sabia sobre Almaraz.

Ao Rui Mataloto, pelos constantes incentivos, sugestões e toda a partilha de ideias, mas principalmente pelo que me ensinou ao longo dos últimos quatro anos.

Ao Pedro Angeja, agradeço a amizade e incentivos para que este trabalho chegasse a bom porto, as constantes sugestões e todas as boleias ao longo destes cinco anos.

À Filipa Santos, pela amizade e pela exímia revisão que nos últimos momentos fez a este texto.

Ao Luís Constantino agradeço as intermináveis horas de conversa e encorajamentos. Ao restante «grupo maravilha» que acompanhou este meu percurso: o Gonçalo, o João, o Texugo e o Richard; bem como ao Álvaro, que de uma forma ou outra contribuíram para que tudo isto acontecesse.

Ao Rui Soares, pela disponibilidade que sempre demonstrou e pela partilha de alguma bibliografia.

À Beatriz Santos, que nos últimos meses esteve sempre do lado de lá do *e-mail*.

Ao pessoal do Núcleo de Arqueologia e História e da biblioteca do Núcleo Naval do Museu Municipal de Almada, pela constante simpatia e disponibilidade, em particular à Conceição Adão, ao Sérgio Rosa e à Fátima Mendão.

À Doutora Cleia Detry agradeço a disponibilidade e o incansável apoio no estudo da fauna mamalógica do A12/B12.

Ao Marco António Andrade, pelas fotografias ampliadas dos fabricos e esclarecimento de algumas dúvidas.

À Paula Monteiro e ao António Frias do Serviço Municipalizado de Água e Saneamento (SMAS) de Almada, pela cedência de mapas e apoio na compreensão da rede hidrográfica antiga.

A toda a família, em particular aos meus avós, que compreenderam as minhas ausências e procuraram sempre entender esta neta, que “estuda para cavar”.

Por fim – mas nunca no fim -, um importante agradecimento, dedicado a três pessoas que foram e são basilares neste meu percurso. Aos meus (eternamente pequenos) irmãos, Rafael e Ricardo, a quem também dedico esta tese, por serem a minha maior inspiração.

Ao David, pela paciência, apoio e compreensão incondicionais, pela ajuda em tarefas mais fastidiosas e por ter acompanhado com entusiasmo esta minha aventura por terras do passado.

## Índice

0. Introdução .....	1
1. O sítio da Quinta do Almaraz .....	3
1.1. Enquadramento geográfico .....	3
1.1.1. Localização .....	3
1.1.2. A ocupação do I milénio a.n.e. no actual concelho de Almada ...	4
1.2. Síntese das intervenções arqueológicas (1986-2012) .....	7
1.3. Uma leitura dos dados disponíveis .....	9
2. Sobre as Ânforas da Idade do Ferro em Portugal .....	18
2.1. Breve retrospectiva sobre o estudo das ânforas da Idade do Ferro em Portugal .....	18
2.2. Evidências de produção cerâmica durante o I milénio a.n.e. no Sul do território actualmente português .....	23
3. As Ânforas da Idade do Ferro na Quinta do Almaraz .....	26
3.1. Metodologia .....	26
3.1.1. Critérios de selecção e composição da amostra .....	27
3.1.2. Base de dados .....	28
3.1.3. Parâmetros de quantificação .....	28
3.1.4. Identificação das formas .....	29
3.1.5. Identificação dos fabricos .....	30
3.2. Grupos de fabrico identificados .....	31
3.3. Formas representadas em Almaraz .....	32
3.3.1. Grupo 1 .....	33
3.3.2. Grupo 2 .....	42
3.3.3. Grupo 3 .....	47
3.3.4. Grupo 4 .....	48
3.3.5. Grupo 5 .....	51
3.3.6. Grupo 6 .....	55
3.3.7. Fragmentos de forma indeterminada .....	60
3.3.8. Asas .....	61
3.3.9. Fundo .....	62
3.4. Sobre a representação dos grupos de fabrico .....	62

3.5. O conjunto de Almaraz e as ânforas do 1º milénio a.n.e. no estuário do Tejo: produção, circulação e consumo .....	64
<b>4. Dispersão do conjunto e leitura comparada dos dados .....</b>	<b>73</b>
4.1. Fosso(s) .....	73
4.2. Estruturas habitacionais e “fossa de detritos” .....	83
4.3. Outros contextos .....	89
4.4. Contributo das ânforas para o enquadramento cronológico de Almaraz..	91
<b>5. Síntese e considerações finais .....</b>	<b>95</b>
<b>6. Referências bibliográficas .....</b>	<b>100</b>
<b>7. Anexos .....</b>	<b>123</b>
Anexo I – Cartografia e Figuras	
Anexo II – Grupos de Fabrico	
Anexo III – Tabelas	
Anexo IV – Estampas	
Anexo V – Base de dados	

## 0. INTRODUÇÃO

O tema desta dissertação foi uma escolha feita ainda durante a licenciatura. O entusiasmo que os estudos fenícios e púnicos me despoletaram desde as primeiras aulas relativas ao tema e a «descoberta» do sítio da Quinta do Almaraz, tão próximo de mim, conduziram-me rapidamente à decisão de o estudar. O interesse pela economia antiga, bem como a vontade de trabalhar um conjunto completo, levou-me a eleger as ânforas. A vantagem desta abordagem residia na possibilidade de compreender a dinâmica económica do sítio e a sua evolução ao longo do 1º milénio a.n.e. Foi assim que no Verão de 2014 comecei a minha «caça às ânforas», no Núcleo de Arqueologia e História do Museu Municipal de Almada.

O resultado do estudo encontra-se reunido num único volume. O primeiro capítulo tem como objectivo caracterizar o território em que se inseriu Almaraz, tanto ao nível dos recursos como do povoamento. Expusemos ainda, de forma sintética, as intervenções que se fizeram no sítio e o seu enquadramento. Descreveram-se as principais estruturas identificadas no povoado, desenvolvendo uma leitura de integração cultural das mesmas e de contextualização no cenário social e económico que se desenvolveu no extremo ocidente peninsular durante o período em questão.

Segue-se o capítulo dois, onde se pretendeu fazer um estado da arte dos estudos sobre os contentores anfóricos pré-romanos. Deste modo, delineou-se uma breve história da sua investigação até ao presente em território português, descrevendo as principais problemáticas com que actualmente nos confrontamos. Realizou-se uma síntese dos locais que poderiam estar a produzir ânforas neste período, reflectindo sobre as estruturas identificadas como “fornos” e os restantes indícios da produção oleira no estuário do Tejo.

No capítulo três é apresentado o conjunto. Delinearam-se os princípios metodológicos que orientaram o estudo das ânforas, estabelecendo-se ainda os principais grupos de fabrico identificados. Dado que o conjunto foi organizado por diversos «grupos-formais», cada um com múltiplas variantes, fez-se uma descrição das suas principais características morfológicas. Por fim (3.5.) foi realizado um comentário ao conjunto, enquadrando-o no tema da produção, circulação e consumo de ânforas no estuário do Tejo.

Antes das considerações finais (capítulo 5), onde recapitulámos as principais conclusões que resultaram do estudo das ânforas, procurou-se realizar uma distribuição

do conjunto pelos vários «contextos» conhecidos (capítulo 4), comparando com os dados obtidos pelo radiocarbono e as restantes categorias cerâmicas publicadas, com objectivo de realizar uma aproximação cronológica à ocupação de Almaraz (concretizada no 4.4.).

Em anexo segue um conjunto de cartografia de apoio à compreensão do texto e as tintagens que realizámos a partir dos desenhos de escavação (Anexo 1). Note-se que estas são fiéis aos desenhos em questão, pelo que a ausência de determinados dados, como a altimetria ou a numeração das camadas, ocorre pelo facto de também nos desenhos de campo estas estarem ausentes. Remeteram-se igualmente para anexo os quadros de caracterização pormenorizada das pastas (Anexo 2), apresentando-se ainda a distribuição dos vários grupos de fabrico pelas formas identificadas. Seguem-se as estampas (Anexo 4), que optámos por organizar por forma pelo facto de não possuírmos contextos estratigráficos para todos os materiais. Por fim, anexou-se a base de dados do conjunto em estudo (Anexo 5).

## 1. O SÍTIO DA QUINTA DO ALMARAZ

### 1.1 Enquadramento geográfico

#### 1.1.1. Localização

O sítio arqueológico da Quinta do Almaraz (CNS 6579) localiza-se no concelho de Almada, distrito de Setúbal, na margem esquerda da foz do Estuário do Tejo (Anexo 1, Figs. 1-3).

Situa-se num esporão sobranceiro ao rio Tejo, numa ampla plataforma orientada a Sul, delimitada a Norte e a Este pela arriba. Desenvolve-se em socacos no sentido Norte-Sul e numa suave inclinação no sentido Oeste-Este. As plataformas em que se estrutura são modeladas por taludes, resultando numa variação de altitude entre os 70 e os 28 metros (Anexo 1, Figs.4 e 5). A altitude máxima confere-lhe um amplo domínio visual sobre o estuário do rio e territórios envolventes, interrompido apenas pela Serra de Sintra, a Norte, e pela Serra da Arrábida, a Sul (Barros, Cardoso e Sabrosa, 1993, p. 143-144).

A área actual da plataforma é de quatro hectares, no entanto estima-se que durante a ocupação da Idade do Ferro atingisse os seis hectares, visto que parte da área do povoado se perdeu, quer pela erosão e desmoronamento natural da arriba, quer pelo recuo da mesma para construção<sup>1</sup>. A exploração de uma pedreira, que esteve em funcionamento pelo menos desde 1435 e de onde teria sido extraída pedra e argila, também afectou bastante a conservação do sítio arqueológico (*idem, ibidem*). É ainda provável que o povoado se prolongasse até à zona de Cacilhas, onde a identificação de vestígios relativos ao primeiro milénio a.n.e. sugerem a localização da zona portuária do povoado, o que lhe proporcionaria um acesso privilegiado ao rio (Barros e Henriques, 1998; Arruda, 1999/2000, p. 103).

A proximidade relativamente ao estuário do Tejo e ao denominado “mar da palha” terá assegurado diversos recursos, não só pelas suas águas profundas, como pelo golfão que facultou um amplo ancoradouro e possibilidades de navegação até áreas bastante interiores (Blot, 2003, p.82; Arruda, 1999-2000, p.102). Os solos relativamente férteis da margem esquerda do estuário, em conjunto com uma exploração agropecuária já bem

---

<sup>1</sup> Construção de habitações na área Este e Sul, e da unidade industrial de óleo de fígado de bacalhau na zona Norte, actualmente abandonada.



atestada em Almaraz (Cardoso, 2000) completariam um sistema de subsistência terra/rio bastante rico (Barros, Cardoso e Sabrosa, 1993; Barros e Henriques, 2002).

A riqueza mineral da área estuarina é de igual modo bem conhecida, particularmente através das fontes literárias, exemplo de que a descrição de Plínio-O-Velho “*o Tejo é famoso pelas suas areias auríferas*” (IV, 115 *apud* Cardoso, 1995, p.53) é clara. Em Almaraz, os vários vestígios relacionados com a metalurgia permitem afirmar com alguma segurança que o ouro, a prata, o cobre e o ferro foram transformados localmente (Araújo *et al.*, 2004; Valério *et al.*, 2012; Melo *et al.*, 2014).

Almaraz beneficia assim de uma localização privilegiada, não apenas pelos seus recursos imediatos, como também por se situar à entrada do rio mais longo da Península Ibérica e o segundo mais navegável (Arruda, 1999/2000). Este representou uma via de penetração fundamental para o interior, onde desde a Idade do Bronze circularam e se cruzaram os mais diversos recursos - como por exemplo, o estanho -, artefactos e influências (Arruda e Vilaça, 2006, p.45-46; Senna-Martínez, 2011, 2013).

### **1.1.2. A ocupação do I milénio a.n.e. no actual concelho de Almada**

O povoado da Quinta do Almaraz enquadra-se numa rede de povoamento que se desenvolveu durante o 1º milénio a.n.e. no território correspondente ao actual concelho de Almada, onde se incluem outros sítios arqueológicos reconhecidos maioritariamente em contexto de obras ou de prospecção, sobre os quais poucas informações estão publicadas (Anexo 1, Fig.6).

Relativamente à transição para o primeiro milénio a.n.e., os dados são escassos. Cingem-se a alguns vestígios na Quinta do Almaraz e na Quinta do Marcelo. No primeiro sítio, foi identificada no quadrado R33, praticamente à superfície, uma fina camada arqueológica “*meramente residual (...) de escassos cm e, em especial, conservada em cavidades do substrato geológico*”, que conservava alguns vestígios relativos ao Bronze Final, nomeadamente cerâmica manual, brunida e alguns líticos (Barros, Cardoso e Sabrosa, 1993, p. 146).

O sítio da Quinta do Marcelo, localizado a uma cota baixa e sem qualquer preocupação defensiva foi interpretado como “acampamento” utilizado “*para as primeiras trocas de praia realizadas com os fenícios*” (Barros, 1998, p. 31). Apesar da escassez de estruturas (duas fogueiras e duas “bolsas”), destaca-se pela presença de alguns artefactos que são característicos do Bronze Final e denunciam as primeiras trocas comerciais mediterrâneas. Estão presentes cerâmicas com decoração brunida,

uma fíbula de dupla mola e uma de cotovelo (Cardoso, 2004, p. 205 e 211), que testemunham a introdução de novos hábitos de vestuário (Arruda, 2008b, p. 360). Identificaram-se ainda três facas de ferro, aparentemente duas delas com rebites em bronze (Vilaça e Arruda, 2004, p. 32), uma navalha de barba também em bronze, uma conta de colar em âmbar e um recipiente relacionado com a copelação da prata (Cardoso, 2004, p. 199, 201 e 212; Arruda, 2008b, p. 360), que terá sido uma das principais actividades metalúrgicas posteriormente desenvolvidas em Almaraz (Melo, *et al.*, 2014).

As datações publicadas até ao momento revelam um intervalo de ocupação centrado entre os séculos X e o IX a.n.e. (Vilaça, 2006, p. 51; Torres Ortiz, 2008, p.68-69). O sítio, pelas suas características, nomeadamente a implantação a baixa altitude, foi interpretado por outros autores como “casal agrícola” (Vilaça e Arruda, 2004, p.27). Subsiste a dúvida relativamente à contemporaneidade da ocupação dos dois sítios (Marcelo e Almaraz) durante o Bronze Final – recorde-se que distam um do outro cerca de 1km -.

Relativamente ao século VII a.n.e., os vestígios resumem-se exclusivamente à ocupação de Almaraz. No entanto, a partir dos meados ou final do século seguinte, surgem uma série de ocupações dispersas pela zona Norte do concelho, plataforma mais alta e fértil. São áreas de fácil acesso ao rio, particularmente pelos pequenos vales encaixados que se desenvolvem até ao Tejo, do qual distam cerca de 1km.

Esta dispersão do povoamento acontece em uniformidade com que se verifica na margem Norte, onde no século VI a.n.e., particularmente no seu final, surgem na Amadora, Oeiras e Cascais uma série de pequenos estabelecimentos de pequena dimensão, de carácter habitacional, para os quais se admite uma função agropecuária (Cardoso, 1995, p. 33; Arruda, 2005a, p. 56-59; Sousa, 2014).

Entre os sítios da margem esquerda inclui-se o da Rua Manuel Febrero (Cova da Piedade) – também conhecido como “Pedrada” – onde se identificaram, no contexto de obras de construção urbana, alguns materiais relativos à Idade do Ferro, nomeadamente cerâmica manual e um fragmento de engobe vermelho, existindo ainda uma referência a ânforas (Silva e Soares, 1986, p. 137; Barros, 1998, p. 37-38).

Também na Quinta do Facho (Monte da Caparica), numa área pouco destacada que não sugere uma preocupação defensiva (Arruda, 1999/2000, p. 112), foram realizadas recolhas de materiais no âmbito de obras de urbanização, das quais se

destacam novamente as cerâmicas de engobe vermelho, ânforas e cerâmica de produção manual (Barros, 1998, p. 37-38).

Por fim, na Quinta da Torre (Monte da Caparica), foram identificados, no decorrer da construção dos edifícios da Universidade Nova de Lisboa, vestígios de uma ocupação imediatamente anterior à chegada dos exércitos romanos à região (Cardoso e Carreira, 1997/1998). De entre os achados, destacam-se as cerâmicas de fabrico manual, as cerâmicas cinzentas e as ânforas, que denunciam uma ocupação curta, em redor do séc. III a.n.e. (*idem, ibidem*).

Estes sítios têm sido interpretados como pequenas ocupações dependentes de Almaraz, que assumiria o controlo político-económico desde o século VII até ao final da Idade do Ferro (Arruda, 1999/2000, p. 113; Cardoso, 2004, p. 231).

Para além destes sítios de carácter habitacional, foram identificados a cerca de 1km de Almaraz, numa das Grutas de São Paulo, diversos vestígios relativos ao séc. VI e/ou V a.n.e. (Barros, 1998, p. 35; Barros, no prelo). As cerâmicas encontradas dentro da gruta, nomeadamente ânforas, cerâmica de engobe vermelho, cinzenta e comum, na sua maioria formas completas, indiciam um contexto distinto dos anteriormente descritos. Foram propostas várias interpretações, nomeadamente enquanto “*acampamento muito temporário destinado à pesquisa de metais*” (Barros, 1998, p. 35), como simples abrigo ou mesmo como resultado de uma violação do espaço funerário pré-histórico (Arruda, 1999/2000, p. 112). Dado o nível de conservação dos materiais, também é possível contextualizar a reocupação da gruta no âmbito do fenómeno de reutilização dos espaços funerários pré-históricos. Esta reapropriação de espaços com assinalada carga simbólica ocorreu em diversos sítios do Sudoeste da Península Ibérica durante a Idade do Ferro (García Sanjuán, 2005), pelo que é possível compreender a ocupação do séc. VI/V a.n.e. de S. Paulo nesse contexto.

Identificaram-se ainda alguns achados isolados aos quais correspondem poucos fragmentos de cerâmica (novamente, engobe vermelho, *pithoi* e ânforas), nomeadamente no sítio da Figueira 1 (CNS: 7456), no Monte da Caparica. Nas ruas adjacentes ao Almaraz (Rua Comandante António Feio e Rua Elias Garcia), bem como na zona de Cacilhas, também foram encontrados vestígios relativos à Idade do Ferro, ainda inéditos, representando naturalmente a extensão do povoado até ao rio. No caso concreto de Cacilhas, foi identificada uma estrutura que tem vindo a ser interpretada

como “*cais pré-romano*” (Barros e Henriques, 1998a). Esta estrutura corresponde a um muro “*constituído por blocos aparelhados de calcário conquífero de dimensões médias*” (*idem*, p. 102), distinguindo-se das cetárias pelo diferente modo de construção (*idem, ibidem*). A esta estariam associados alguns materiais pré-romanos e outros de período romano. No entanto, como já foi mencionado por outros autores, os dados relativos à estrutura são escassos (Arruda e Vilaça 2006, p.43), pelo que devemos ser prudentes na sua interpretação – não obstante as inegáveis condições portuárias da zona.

O panorama da ocupação durante o 1º milénio a.n.e. no actual concelho de Almada demonstra-se, assim, muito pobre, o que parece relacionar-se mais com a falta de investigação sistemática e não tanto com a ausência efectiva de povoamento. Restam-nos aguardar pelos resultados do projecto de Carta Arqueológica do Concelho de Almada, a decorrer.

Almaraz enquadra-se ainda numa intensa rede de povoamento que se desenvolveu ao longo do 1º milénio a.n.e. no estuário do Tejo, que se tem revelado cada vez mais ampla, intensa e complexa. Existe uma extensa bibliografia relacionada com o tema, pelo que não cabe aqui desenvolvê-lo (a título de exemplo: Arruda 1999/2000, 2005a; Cardoso, 1990, 2004; Calado, 2008; Pimenta e Mendes, 2008, 2010/2011; Sousa, 2013, 2014; entre outros).

## **1.2. Síntese das intervenções arqueológicas (1988-2012)**

A identificação do sítio arqueológico da Quinta do Almaraz por parte de Luís de Barros e José Manuel de Sousa decorreu em 1986, após ser realizada uma proposta de projecto de loteamento e urbanização da área por parte de uma empresa de construção privada. As várias intervenções que se seguiram orientaram-se então por uma lógica de “avaliação de impacto”, num declarado objectivo de reconhecer os limites do sítio e a sua importância arqueológica e patrimonial.

Deste modo, em 1987, procedeu-se a uma prospecção sistemática no local que visou a emissão de um parecer sobre o projecto de urbanização da zona e permitiu elaborar um mapa de dispersão dos materiais. De acordo com esta prospecção e as áreas de concentração de material, identificaram-se três zonas principais de ocupação: a plataforma mais alta, onde foram identificados vestígios de ocupação relativos à Idade do Bronze; a Oeste, próxima do Castelo de Almada, foi identificada uma concentração de materiais enquadráveis na época Romana Republicana; por fim, a ocupação mais

extensa, que se prolonga por todas as plataformas, corresponde à Idade do Ferro (Barros e Henriques, 2002a; Barros, 2007).

Em 1988 iniciou-se a escavação do sítio arqueológico, procedendo-se à implantação de uma quadrícula virtual de 10m de lado, que foi subdividida sempre que as prioridades de escavação o impuseram (*idem, ibidem*). O método de escavação aplicado entre 1988 e 2001 pressupôs a remoção de terra por níveis artificiais, teoricamente pré-definidos (10 a 20cm), sendo os planos supostamente desenhados de cada vez que se chegava ao seu topo. Estes desenhos eram conjugados com a leitura dos cortes, de onde se retiravam as conclusões relativas à sequência estratigráfica. No entanto, este registo não foi empregue de forma sistemática, tendo resultado num arquivo fragmentado, que não revela a sequência diacrónica do sítio.

As escavações decorreram de forma mais ou menos regular até 2001. Depois do reconhecimento do valor arqueológico e patrimonial de Almaraz, a Câmara Municipal de Almada inviabilizou o projecto de loteamento e iniciou negociações para a compra do terreno, que se concluíram com sucesso entre os anos 1999/2000. Paradoxalmente, pouco depois do terreno ficar a cargo da CMA, que tinha assumido a sua gestão com o objectivo de preservar e valorizar o sítio arqueológico, as escavações no suspendem-se.

Em 2012 foi realizada a última intervenção em Almaraz, no âmbito do Plano de Pormenor, novamente com a finalidade que tinha norteado as intervenções anteriores: avaliar o estado de conservação do sítio e definir os limites da área conservada do povoado (Canha, 2012, p.32). Foram realizadas um total de 13 sondagens arqueológicas em duas áreas distintas na zona periférica do povoado, num total de 160m<sup>2</sup> escavados (*idem*, p. 12).

Os resultados revelaram, como seria espectável, os vestígios da já mencionada pedreira (*idem*, p.8-9). Apesar de não ter sido possível determinar o nível de afectação proporcionado pela mesma, constatou-se que a extracção de pedra se realizou em todas as vertentes do esporão, incluindo a Norte (*idem*, p.9). Ainda que tenham surgido alguns materiais relativos à Idade do Ferro e período Romano (ainda inéditos), não se verificou qualquer contexto preservado relativo a essas épocas, já que a estratigrafia não recua para além dos séculos XVII-XIX (*idem*, p. 34).

Todas estas intervenções resultaram na classificação do sítio arqueológico como Sítio de Interesse Público através da Portaria n.º 266/2013<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Diário da República, 2ª. Série, n.º90 de 10 de Maio de 2013

A orientação das intervenções desenvolvidas que, como referimos no início, seguiram a lógica da “avaliação de impacto”, originaram um conhecimento muito fragmentado do sítio arqueológico, estando apenas uma parte minoritária escavada. Por outro lado, o facto de até 2001 não ter sido desenvolvido um método de registo sistemático, resultou em que apenas se conheçam alguns elementos do sítio.

O valor arqueológico de Almaraz é, no entanto, inquestionável. Para além da reconhecida ocupação da Idade do Ferro, foram identificadas outras ocupações mais antigas, que podem recuar até ao Calcolítico - como indicia a descoberta de uma cerâmica com decoração folha-de-acácia -. Por outro lado, a sua ocupação durante o período Romano Republicano é indubitável, como se confirma pelos materiais já publicados (Barros e Henriques, 2002b). O estudo sistemático e enquadrado num plano de investigação concreto, sem estar sujeito às diretrizes dos projectos de construção que vão sendo apresentados para a área torna-se, deste modo, imprescindível.

### **1.3. Uma leitura dos dados disponíveis**

Antes de inaugurar o tema a que me propus e uma vez que uma boa parte dos resultados decorrentes das escavações em Almaraz não são conhecidos, julgo que se torna conveniente elucidar sobre os contextos de proveniência dos materiais. Procurar-se-á, deste modo, transmitir a informação que foi possível reunir ao longo deste ano de trabalho, quer dos registos de campo - gentilmente disponibilizados pelo Dr. Luís de Barros -, quer dos artigos publicados, bem como referir as principais interpretações que têm sido desenvolvidas relativamente aos vários contextos. Discutir-se-á também, na medida em que se considerar necessário, as diversas estruturas, de forma a enquadrar devidamente o povoado, salientando que a arquitectura reflecte, do mesmo modo que os conjuntos cerâmicos, as dinâmicas e alterações socioeconómicas que se verificaram neste período.

Como já se mencionou, os vestígios relativos à Idade do Ferro foram identificados nas diversas plataformas, correspondendo ao momento em que a ocupação se revelou mais intensa. As estruturas identificadas são essencialmente de carácter habitacional e defensivo.

Relativamente às **estruturas habitacionais**, foram identificados vestígios de vários muros ao longo da plataforma superior. No D20 foram reconhecidos três compartimentos (Anexo 1, Figs. 7-9) de traçado rectilíneo, cujos muros foram

construídos com recurso a calcários e argilas locais (Barros, 2007). A espessura destes varia entre os 25cm e 1m, e a altura conservada não ultrapassa os 40cm. O pavimento seria de argila cozida de coloração avermelhada (*idem*).

No D22/2 foi identificado um outro muro, construído com recurso aos mesmos materiais que o anterior (Anexo 1, Figs. 11 e 12), com cerca de 40 cm de espessura e aproximadamente 20 cm de altura conservada. Tendo em conta a exiguidade da área escavada, ainda não foi possível compreender se teria alguma relação com os compartimentos reconhecidos no D20. No entanto, parece relevante mencionar a orientação uniforme das várias estruturas, indiciando o traçado regular com que se organizaria o espaço.

O material proveniente do interior destas construções estaria completamente misturado com artefactos de diversas épocas, consequência da remobilização de terras provocada pela agricultura que se desenvolveu no sítio nas últimas décadas (*idem*).

Para além das estruturas do D20 e do D22/2, pontualmente foram identificados alguns troços de muro de características semelhantes aos descritos, tendo alguns sido removidos para efeitos de continuação da escavação sem que se procedesse a um registo gráfico dos mesmos (Barros, 2007; Barros, Cardoso e Sabrosa, 1993, p. 150). É o caso de um muro identificado no T42/1 e dois no U45/3 (*idem, ibidem*. Anexo 1, Figs. 19-21). Neste último quadrado (U45/3), foi reconhecido um muro quase à superfície da área de escavação e outro a profundidade bem inferior, dentro de uma “fossa de detritos” (*vide infra*). Mais uma vez, não se compreendeu a relação entre estes muros, tendo-se porém atribuído, para ambos, uma cronologia genérica no âmbito da Idade do Ferro.

O traçado rectilíneo visível nas habitações detectadas nos quadrados D20 e D22 demonstram uma nova estratégia de compreensão e organização do espaço, introduzida na sequência da chegada de populações orientais à Península Ibérica (Mataloto, 2004, p. 158). A técnica construtiva, que se baseia na edificação de um muro de altura reduzida, de matéria-prima (a pedra) de proveniência local, encontra na tradição oriental a sua origem, numa arquitectura que prima por ser prática e económica (Díes Cusí, 2001, p. 70, 81). A maior parte da estrutura seria realizada em terra, numa parede de argila – no caso de Almaraz, presumivelmente adobes (Barros, 1998, p. 36) - que se erguia sobre o muro de pedra (Díes Cusí, 2001, p. 69). Por outro lado, as casas não demonstram um traçado rígido, registando-se alguma variação na dimensão e morfologia dos muros

(*idem*, p. 77). O pavimento de terra batida com um acabamento em argila, tal como em sítios orientais, verifica-se por toda a Península Ibérica nesta época (*idem*, p. 88).

A introdução de separadores (divisões) na casa – por oposição ao que ocorria nas cabanas do Bronze Final, redondas e de apenas uma divisão (Cardoso, 2004, p. 179) –, é mais um dos indícios de uma completa ruptura na concepção do espaço doméstico, que teve implicações económicas e sociais (Ruiz Zapatero, Lorrio Alvarado y Martín Hernández, 1986, p.84, 99). Esta alteração na organização do espaço representa um reforço da estabilidade do espaço habitado (Mataloto, 2004, p. 158), bem como [uma alteração] da forma como se desenvolviam e organizavam as actividades, reflectindo uma profunda integração de gostos, hábitos e valores exógenos (Wagner, 2003, p. 49).

Foram também identificadas uma série de estruturas, em três áreas do povoado, interpretadas como “**muralha**” (Barros e Henriques, 2002a, p. 296; Anexo 1, Figs. 24-26). Estas foram interpretadas como as primeiras duas linhas de muralhas e abrangem apenas uma parte do que seria o povoado da Idade do Ferro, pelo que colocou-se a hipótese de existir uma terceira linha (*idem, ibidem*). Segundo os mesmos autores, estas estruturas chegariam a atingir, em determinadas zonas, os cinco metros de altura, encontrando-se agora parcialmente destruídas (*idem, ibidem*).

Estas estruturas acompanham alguns dos taludes do terreno, apoiando a sua construção neles (Barros, 2007). Para além destes dados, sabe-se que a estrutura era constituída por “blocos aparelhados” (Cardoso, 1990, p.120) de pequena e média dimensão, não se conservando qualquer tipo de aglutinante. Desconhece-se também qual seria sua espessura, dado que nunca foi realizada uma escavação junto à parte superior desta (no talude). Foi realizada uma escavação na base de uma das zonas da estrutura que forneceu alguns materiais da Idade do Ferro mal conservados, mas não foi feito qualquer registo estratigráfico. Importa ainda mencionar que estas estruturas se encontram sempre muito próximas do fosso, distando em algumas áreas menos de 2m deste.

Nenhuma das construções identificadas como “muralha” parecem enquadrar-se nos mesmos esquemas mediterrâneos que se verificam na área de habitação. O modelo mais comum na Idade do Ferro de influência orientalizante são as denominadas muralhas de “casernas” – também conhecido como “casamata” – (Diés Cusí, 2001, p. 75). Este sistema defensivo é composto por duas muralhas, que se desenvolvem paralelamente, deixando entre si espaços vazios, que são subdivididos transversalmente.



O espaço oco que deixam entre si podia ser utilizado para reforçar a muralha através do seu preenchimento com terra, ou ainda ser utilizado para armazenamento (Maia, 2003, p. 62-63; Montanero Vico, 2008, p.103; López Castro, Manzano-Agugliaro, Alemán Ochotorena, 2010, p.42; García Menárguez e Prados Martínez, 2014, p.123).

Não obstante, dado que nunca foi realizada uma sondagem na zona superior desta estrutura, não é impossível que futuramente se verifique uma situação semelhante, por exemplo, à de Tejada la Vieja ou do Castro dos Ratinhos, em que o fosso estava associado a dois troços de muralha, que rodeavam as zonas acessíveis do povoado, com o exterior disposto em talude (com uma ligeira inclinação para o interior) e o espaço entre ambos coberto por terra e pedras (Berrocal-Rangel e Silva, 2010, p. 238-239; Rodero Olivares e Berrocal-Rangel, 2011-12, p.229 e 232).

As intervenções no sítio dirigiram-se essencialmente para o reconhecimento do **fosso** que rodeia o povoado na zona Sul, de topografia mais suave e por isso mais desprotegida. Os arqueólogos que protagonizaram as intervenções no sítio aludem para a possibilidade de existir mais do que uma linha de fosso (Barros e Henriques, 1998b). Não obstante, dado que não foi confirmada a presença das várias linhas, e por facilidade de escrita, as referências ao longo do texto serão feitas como se de uma estrutura apenas se tratasse.

O fosso foi assim identificado nos quadrados A12(S)/B12(N)<sup>3</sup>, J27/4, J28/2(N), J29/1, K29, K31/1, K31/4 e na Sondagem 6/Vala E (Anexo 1, Fig.5), o que perfaz cerca de em 150 metros do seu perímetro. Presume-se que originalmente teria em média cerca de 6,5 metros de largura por 3,5 metros de profundidade (Barros e Soares, 2004, p. 399). A sua geometria é variável, apresentando um fundo plano, em ângulo agudo ou ainda uma caleira no fundo (*idem, ibidem*; Anexo 1, Figs. 13-18).

Para nenhuma das áreas escavadas do fosso foi realizada uma descrição estratigráfica sistemática, pelo que apenas se sabe que as camadas superficiais foram afectadas pela laboração da pedreira e pela agricultura que se tem vindo a desenvolver na área do povoado. Apesar de existirem alguns desenhos de planos, estes não reflectem toda a escavação do fosso. Para além disso, embora alguns dos cortes tenham sido desenhados, não foi realizada a correspondência entre as camadas identificadas em plano e as reconhecidas no corte. Deste modo, sabe-se que os estratos que enchiam o

---

<sup>3</sup> A escavação do A12/B12 não foi concluída, pelo que não se conhece todo este troço de fosso em largura e profundidade.

fosso eram tendencialmente horizontais, “*onde areia e argilas se intercalam*” (Barros, 1996) e que “*Apesar (...) de não existirem vestígios de transporte significativo de materiais após o depósito, verifica-se que é comum encontrar fragmentos da mesma peça nas mais diversas camadas do seu enchimento*” (Barros e Soares, 2004, p. 340). Presume-se ainda que “*os materiais contidos no fosso devem provir de sedimentos e de lixos que se encontrariam em diversos lugares na sua vizinhança mais ou menos imediata*” (*idem, ibidem*).

O seu enchimento foi interpretado como um processo súbito, em cerca de três ou quatro invernos, no decorrer do século VII a.n.e., consequência da necessidade de crescimento do povoado (Barros, 2001, p. 14; Barros e Soares, 2004).

No entanto, em análise concreta às secções de fosso desenhadas, constata-se algumas ambiguidades. Registam-se bolsas de terra no meio de estratos que contrariam o princípio da sucessão estratigráfica, bem como desníveis que não podem ser explicados através de fenómenos naturais (veja-se a exemplo a Fig. 16 do Anexo 1), já que contrariam os princípios da horizontalidade original, bem como da continuidade original (Harris, 1991, p. 51-58). Estes poderiam eventualmente ser justificados por processos de reabertura da estrutura. As estruturas negativas de tipo fosso estão sujeitas a complexos processos antrópicos que, se não forem detectados e correctamente registados, podem resultar em equívocos (Valera, 2013, p. 8). Fenómenos como o “*re-cutting*” - que consiste na reabertura de uma parte do fosso quando este já se encontra preenchido -, são muito frequentes (Valera, 2012). Não sendo detectados, podem resultar em situações ambíguas de mistura de materiais de diferentes cronologias, pelo que precisam de ser devidamente isolados (*idem, ibidem*). Por outro lado, numa das áreas do fosso (Anexo 1, Figs. 13 e 14) verifica-se uma camada com uma grande acumulação de pedras de média e grande dimensão, que foi interpretada como “*derrube*”, não se tendo adiantado mais comentários relativamente a esta.

A falta de registo estratigráfico dificulta obviamente a compreensão do processo de colmatção desta estrutura, já que se torna difícil explicar que fenómeno possibilitaria o seu enchimento em tão curto espaço de tempo (voltaremos a esta questão mais à frente).

Não obstante, a presença de fossos em sítios de influência fenícia na P.I. encontra-se bastante bem documentada, podendo citar-se os exemplos do Castillo de Doña Blanca (Cádiz) de Toscanos (Málaga), de La Fonteta (Guardamar del Segura) ou Abul (Setúbal) (Mayet e Silva, 2001a, p. 256; Lorrio, 2012, p.62).

A função que estes fossos teriam não é uma questão pacífica. No entanto, é provável que num primeiro momento a abertura do fosso estivesse relacionada essencialmente com o aproveitamento de matéria-prima – pedra - para construção (*idem*, p.78). Os fossos tinham também um importante papel como delimitadores do espaço urbano, proporcionando uma certa organização e segurança interna (Díes Cusí, 2001, p. 83). O fosso de Almaraz, para além de uma eventual função defensiva e delimitadora, seria um excelente canal de drenagem da água, particularmente num terreno como este, com um forte declive (*idem*, p. 62; Ruiz Mata, 2001, p. 263).

Refira-se ainda que a construção de uma estrutura deste tipo implica sempre um certo esforço social, pelo que o povoado já tinha de ter algum potencial demográfico nos momentos que antecederam a construção do fosso. Evidencia-se também necessária uma certa centralização do poder, de forma a permitir uma organização, planificação e participação social coordenada (Wagner, 2003, p. 54; García Menárguez e Prados Martínez, 2014, p. 118).

Independentemente da função primária que o fosso teve, em determinado momento foi utilizado para actividades rituais. Durante a escavação dos vários troços de fosso, foram identificados um total de 13 **enterramentos de *canis familiaris*** dispersos, depositados a menos de um metro de profundidade, que já foram publicados (Correia, 2015). Um dos aspectos mais curiosos destes enterramentos é o facto de em determinados casos os crânios terem sido removidos, encontrando-se apenas o esqueleto do animal (*idem*, p. 119). Num único caso foi detectado apenas o crânio, sem qualquer esqueleto associado. Constatou-se ainda que em nenhum dos esqueletos havia sinais de corte nos ossos que fazem a conexão com o crânio, pelo que se determinou que estes teriam sido removidos apenas quando já não existiam tecidos moles - ou seja, quando os cães já se “*encontravam em fase de esqueletonização*” (*idem, ibidem*) -. Estima-se que este processo demore no mínimo um ano e meio, pelo que a comunidade teria provavelmente memória do sítio onde havia enterrado os cães e, após a sua decomposição, procederam à remoção dos crânios (*idem, ibidem*). Nos casos em que foram detectados crânios parciais (um fragmento de crânio), considerou-se a possibilidade de estes terem sido fracturados no âmbito de processos de remeximento nas áreas próximas aos enterramentos, que não foram detectados no decorrer da escavação (*idem, ibidem*). Os *canis familiaris* encontrados no fosso de Almaraz tinham idades compreendidas entre os 9 meses e os 6 anos (*idem, ibidem*).

No Extremo Ocidente, a importância do cão remete a momentos anteriores à influência fenícia. Durante o 1º milénio a.n.e., verificam-se situações semelhantes às de Almaraz noutros sítios arqueológicos. Na necrópole púnica de Cádiz, por exemplo, foram identificados esqueletos de cães – parcialmente conservados ou completos – enterrados em fossas (Niveau de Villedary, 2001; Niveau de Villedary e Ferrer Albelda, 2004). Em alguns casos, os enterramentos de cães encontravam-se associados a deposições de crânios humanos (*idem*, p. 68). Em Almaraz, também no interior do fosso (sondagem 6/vala E) foi detectado um crânio humano, que não foi alvo de qualquer análise até ao momento (Anexo 1, Fig. 23). Não obstante, não foi verificada qualquer associação entre o crânio e os enterramentos de cães (situação que ocorre em Cádiz).

A presença do cão, ainda que mais frequente em contextos funerários, também está documentada em contextos habitacionais de influência fenícia (*idem*, p. 69, 73; Cardoso e Gomes, 1997). Em determinados casos parece associar-se ao consumo do próprio cão (*idem, ibidem*). No entanto, no caso de Almaraz não existem indícios desse consumo, pelo que foram interpretados como prováveis rituais, possivelmente desenvolvidos no contexto de sacrifícios dedicados a uma divindade (Niveau de Villedary e Ferrer Albelda, 2004, p. 74).

Desconhece-se o momento em que os cães terão sido enterrados, pelo que ignoramos se o processo aconteceu enquanto o fosso estava a ser utilizado ou já posteriormente à sua colmatação.

Para além das grandes estruturas que compõem a dimensão «urbanística» de Almaraz, foram identificadas outras, de menor dimensão, que terão integrado o quotidiano da comunidade. Estas resumem-se a uma fossa de detritos e três estruturas de combustão.

A única estrutura publicada de Almaraz corresponde a uma fossa, identificada no quadrado U45/3 (Anexo 1, Fig. 22) e interpretada como “**fossa de detritos**” – uma lixeira -. Foi escavada no geológico e tem uma profundidade máxima de 0,90m e um diâmetro de abertura de contorno elíptico de cerca de 3m (Barros, Cardoso e Sabrosa, 1993, p. 148-151).

Foi realizada uma descrição estratigráfica de todas as suas camadas (*idem*, p. 148). Dado que vai ser desenvolvido um comentário mais aprofundado sobre o processo de enchimento desta estrutura num capítulo subsequente (*vide infra* 4.2.), mencionaremos apenas que foi defendido um processo de enchimento prolongado no tempo (Barros e

Soares, 2004). Este teria acontecido de forma faseada, em três momentos, em que o primeiro (Alm 12) teria uma datação compreendida entre os finais do século IX e os inícios do VIII a.n.e., e o último uma cronologia entre a transição do V/IV a.n.e. (*idem*, p. 351).

Ao muro identificado no seu interior, foi associada uma camada mais antiga, que se situaria sob aquele (Alm11), que não foi diferenciada no desenho publicado mas seria anterior à abertura da fossa (*idem*, p.339). No entanto, foi igualmente atribuída uma cronologia por radiocarbono entre o final do século IX e os inícios do VIII a.n.e. (*idem*, p. 351). Note-se que a fossa de detritos, segundo os autores que a publicaram, foi escavada no substrato geológico. No entanto, assumem uma fase de ocupação anterior à abertura desta, que por sua vez se localizaria no seu interior (o contexto Alm 11 e o muro).

Esta estrutura foi alvo de várias discussões em diversos trabalhos, dos quais cabe registar os comentários relativos à incompatibilidade entre os materiais associados às camadas e as datações de radiocarbono correspondentes, bem como os que se referem à confusa estratigrafia, cuja interpretação foi sofrendo alterações ao longo dos artigos publicados (Arruda, 2005a, p. 31-32; Henriques, 2006, p. 37-40; Sousa, 2014, p.47-49). Como mencionámos, voltaremos a comentar a colmatação desta estrutura mais adiante.

Num dos compartimentos do D20 (que aqui designamos “compartimento 2”) identificou-se a base do que seria uma pequena **estrutura de combustão**, composta por fragmentos de cerâmica partida e uma placa de argila cozida (Barros, 2007; Anexo 1, Fig. 10) que foi interpretada como “forno de pão” (*idem*). Apenas metade da estrutura se encontrava conservada, apresentando cerca de 90cm de diâmetro e vestígios nas extremidades do que poderá ter sido o arranque de uma cúpula também em argila. É possível que corresponda às “tahonas” da bibliografia espanhola, estruturas de características semelhantes com uma cúpula em argila - que raramente se conserva - (García Sanz, 1988/1989, p.153-154; Ruiz Mata, 2001, p. 263). Estas são comuns em povoados da mesma cronologia e localizam-se, por norma, no interior das habitações (*idem, ibidem*).

As estruturas de combustão do D22/2, uma de cada lado do troço de muro, são compostas por placas de argila delimitadas por pedras, de planta ovalada (*idem*; Anexo 1, Fig. 11). Têm entre 60 e 80 cm de diâmetro e localizam-se junto ao muro. São construções relativamente simples, com paralelos em diversas cronologias, não sendo

características de nenhum período específico (Mataloto, 2004, p. 51). Também no D20 se identificou uma estrutura de combustão num dos compartimentos (compartimento 1) que seria semelhante às identificadas no D22 (Barros, 2007).

É deste modo notório que muito pouco se sabe sobre a dimensão urbanística de Almaraz, problema que é transversal a outros sítios ocupados durante o 1º milénio a.n.e. no litoral do território actualmente português, onde as modalidades de ocupação do espaço são praticamente desconhecidas (Arruda, Freitas e Oliveira, 2007, p. 463). As excepções são Santa Olaia, Castro Marim e, claro, Abul, onde se conhece toda a evolução da arquitectura (*idem, ibidem*; Mayet e Silva, 2001c). Por norma, as reduzidas áreas de escavação e a contínua ocupação do espaço até à actualidade impõem fortes limitações no reconhecimento da arquitectura dos espaços. Contudo, no caso de Almaraz, o desconhecimento do traçado urbano parece estar relacionado essencialmente com a forma como se orientaram as intervenções no sítio que, como já mencionámos diversas vezes, tinham como objectivo estabelecer os limites do povoado e compreender a sua relevância arqueológica.

A Quinta do Almaraz, por não ter sido alvo de construções em momentos mais recentes, apresenta-se assim como um sítio arqueológico com amplas potencialidades no que respeita à compreensão da urbanização de influência mediterrânea em território português, virtudes que raros sítios arqueológicos no litoral possuem. Seria relevante esclarecer determinadas questões como a dimensão e organização interna das habitações, o que só seria possível entender com uma ampla área de escavação, bem como a relação entre as várias casas - isto é, a ordenação da área urbanizada. Por outro lado, perceber se existiriam áreas específicas dedicadas à produção artesanal e industrial, como sugere a grande concentração de instrumentos relacionados com a metalurgia no interior do troço de fosso escavado no A12(S)/B12(N) (Barros e Batalha, no prelo).

Deste modo, importa sublinhar que o que se conhece actualmente do sítio é uma porção bastante minoritária, pelo que apenas futuros trabalhos, orientados para um conjunto de problemáticas previamente definidas e enquadrados num projecto de investigação, poderão clarificar sobre a dimensão urbanística do sítio.

## 2. SOBRE AS ÂNFORAS DA IDADE DO FERRO EM PORTUGAL

### 2.1. Breve retrospectiva sobre o estudo das ânforas da Idade do Ferro em Portugal

O estudo das ânforas da Idade do Ferro em Portugal é reconhecido como elemento essencial na compreensão das dinâmicas comerciais durante o período pré-romano. Sendo um recipiente relativamente bem representado nos sítios arqueológicos, contribui para a caracterização cultural dos mesmos, bem como para o seu enquadramento cronológico, revelando-se ainda como um bom indicador das actividades desenvolvidas nos povoados (Sáez Romero, 2002, p. 289).

O crescente interesse por estes materiais decorreu da “*emergência do económico como território de eleição da historiografia*” (Fabião, 2014, p. 1). Os estudos de época romana, no âmbito dos quais desde os finais do séc. XIX se desenvolveram sínteses tipológicas, certamente contribuíram para o reconhecimento dos contentores pré-romanos, influenciando a evolução do seu estudo. As ânforas, como produto “ (...) *subsidiário da exploração e transformação de produtos alimentares de origem agro-marinha*” (*idem*, p. 10) e contentor privilegiado nas trocas comerciais a média/longa distância, revelam-se deste modo essenciais na compreensão dos ritmos de ocupação dos povoados e contactos comerciais que estabeleceram.

Os estudos tipológicos relativos aos materiais pré-romanos só tiveram início em meados do séc. XX, sobretudo com os trabalhos de P. Cintas e J. Mañá (Ramon Torres, 1995, p. 150). Após várias abordagens e sínteses tipológicas, estes materiais adquiriram particular importância após a publicação da síntese de J. Ramon Torres intitulada “*Las ánforas fenício-púnicas del Mediterráneo central y occidental*” (1995). Esta síntese demonstrava, porém, um autêntico vazio nos mapas de distribuição relativos ao território português, consequência natural da falta de informação publicada (Arruda, 2005, p.1311).

Ainda que não seja objectivo deste trabalho dissertar sobre toda a história do estudo das ânforas da Idade do Ferro na Península Ibérica, tema aliás já extensamente analisado por outros autores (Ramon Torres, 1995, p.149-157; Belén Deamos, 2006; entre outros), parece oportuno esboçar algumas notas relativamente ao percurso da investigação sobre estes contentores no contexto da arqueologia portuguesa, bem como comentar o estado actual dos conhecimentos, condicionalismos e perspectivas futuras.

A existência de ânforas de um período anterior ao Romano foi reconhecida pela geração pioneira da Arqueologia portuguesa nos inícios do séc. XIX (Fabião, 1989, p. 20). A primeira referência nítida relativa ao tema parece ser de A. Marques da Costa, que em 1910 publicou os primeiros resultados das intervenções no Castro de Chibanes, em Palmela (Costa, 1910). Identificou desde logo a origem de parte dos materiais como anteriores à ocupação romana (*idem*, p. 56) e reconheceu a existência de “*muitos fragmentos de amphoras*” (*idem*, p.65), que reconstituiu parcialmente e agrupou conforme o seu modelo geral, dedicando alguns comentários às mesmas (*idem*, p. 65-66). Constatou também a influência das ânforas em questão, determinando paralelos no Mediterrâneo: “*Parece que a influencia grega ainda se fez sentir neste castro posteriormente aos Phenicios, por intermédio dos seus descendentes, os Liby-phenicios ou Carthagineses, como o indica a semelhança de algumas amphoras aqui encontradas com as provenientes das ruínas de Carthago*” (*idem*, p. 82).

Já na zona da Figueira da Foz, Santos Rocha dedicou uma impressionante análise a todos os tipos de cerâmica que encontrou durante as escavações de Santa Olaia, apresentando desenhos bastante pormenorizados dos materiais (Rocha, 1971). Relativamente às ânforas, elaborou uma descrição das principais características de cada uma delas e associou a uma influência “púnica”, com base nos paralelos das escavações de G. Bonsor nos Alcores (*idem*, p. 64). No entanto, reconheceu a sua origem na “*olaria peninsular*”, identificando as particularidades dos exemplares de Santa Olaia: “*Evidentemente há um ar de família entre todos estes vasos, mas os nossos apresentam originalidade na imitação, que indicam claramente o fabrico ibérico.*” (*idem*, p.64-65).

No contexto de uma arqueologia que dirigia a sua atenção para os materiais exóticos e/ou com valor estético intrínseco (por exemplo, Correia, 1916), alguns arqueólogos começavam a reconhecer a importância das cerâmicas, acompanhando as tendências que se desenvolviam um pouco por toda a Europa.

Entre os anos 30 e 70, a investigação arqueológica em Portugal foi atingida por um forte marasmo, consequência do contexto social e político que se vivia e que limitou o desenvolvimento da investigação (Arruda, 2000, p. 1-8). A pesquisa limitava-se à procura da “origem” da nação no povo “lusitano”, numa abordagem marcadamente nacionalista que se desenvolveu durante todo o regime ditatorial do Estado Novo.



A partir de meados de 70 e particularmente nos anos 80, o estudo da Idade do Ferro assistiu a um desenvolvimento e acumular de dados, fruto de diversas escavações, num momento em que “*a arqueologia da Idade do Ferro, sobretudo de âmbito orientalizante, se tornou moda em Portugal*” (Arruda, 2000, p. 1-9). Assistiu-se ainda a uma alteração do paradigma da investigação, que resultou do início da prática de escavações estratigráficas e recolha e publicação de todos os tipos de materiais.

Entre o final dos anos 70 e os inícios de 90, publicaram-se vários estudos de sítios da Idade do Ferro onde foi atribuído algum destaque às ânforas (Pinto e Parreira, 1978; Soares e Silva, 1979; Silva *et al.*, 1980-81; Soares e Silva, 1986; entre outros). Simultaneamente, desenvolveu-se a prática de revisão e publicação de materiais das reservas dos museus (nomeadamente do Museu Nacional de Arqueologia), como foi o caso de Chibanes (Maia, 1978). Nestes estudos foram essencialmente utilizadas, para a caracterização tipológica e cronológica dos recipientes, as tipologias elaboradas para outras zonas da P.I. (concretamente: Pellicer, 1978; Ribera i Lacomba, 1982).

No decorrer dos anos 90 a arqueologia fenício-púnica adquire um grande destaque no panorama das publicações arqueológicas em Portugal, de entre as quais o volume IV dos Estudos Orientais “*Os Fenícios no Território Português*” (1993) é o exemplo mais expressivo. Neste, reuniram-se um conjunto de abordagens que reflectiam os mais recentes estudos e intervenções desenvolvidos no âmbito da arqueologia fenícia em Portugal. Foram apresentados alguns sítios novos, como foi o caso de Almaraz (Barros, Cardoso e Sabrosa, 1993<sup>4</sup>), realizadas sínteses relativas à evolução da «cultura material» de determinadas áreas, como a do estuário do Tejo (Arruda, 1993) e estudos específicos sobre materiais, sendo um deles completamente dedicado ao tema das ânforas (Diogo, 1993).

Após a publicação da tipologia de Ramon Torres (1995), o estudo dos contentores anfóricos assiste a um novo impulso. Esta síntese tipológica, elaborada a partir de protótipos completos, produzidos em áreas muito específicas, passou a ser a base da maioria das abordagens a ânforas. É na sequência desta publicação que se realiza a primeira abordagem relativa à dispersão dos tipos anfóricos 10.1.1.1. e 10.1.2.1. de

---

<sup>4</sup> Apesar do sítio ter sido referido em publicação anterior (Cardoso, 1990), foi neste volume que se concretizou a primeira grande abordagem, que incluiu a descrição de algumas estruturas e a apresentação do engobe vermelho de uma das áreas de escavação (o U45/3).

Ramon Torres em território português, até então ausentes dos mapas de dispersão relativos ao tema (Arruda, 2005c).

No entanto, em determinadas publicações, a tipologia de Ramon Torres foi utilizada de forma indiscriminada, o que resultou em equívocos. No caso da área do estuário do Tejo, a semelhança de algumas formas de produção local/regional com modelos de outras zonas do Sul da P.I., conduziu a uma tentativa inadequada de enquadrar os protótipos do Tejo nos tipos estabelecidos por Ramon Torres (Sousa, 2014, p.107). É disto exemplo o caso das várias ânforas classificadas como 1.3.2.4. de Ramon Torres, uma produção muito específica da área de Villaricos que decorre durante o séc. V a.n.e. (Ramon Torres, 1995, p. 172-173). Estes estão ausentes em toda a rota comercial marítima entre Villaricos e o estuário do Tejo (Sousa, 2014, p. 108), pelo que assumir a sua presença nesta área resultaria num fenómeno ambíguo, dificilmente justificável (*idem, ibidem*).

No caso concreto de Almaraz, verificou-se uma situação semelhante aquando da identificação da forma 2.1.1.1. de Ramon Torres (Barros e Soares, 2004, p. 344), protótipo produzido em Cartago e Malta entre os inícios e o segundo quartel do século VII a.n.e. (Ramon Torres, 1995, p. 178); e da forma 3.1.1.1. (Barros e Soares, 2004, p. 344), produzida em Cartago entre a segunda metade e o último quartel do séc. VIII e os inícios do VII a.n.e. (Ramon Torres, 1995, p. 182). Como já foi mencionado por outros autores, “*ambos os tipos são completamente inéditos no território peninsular*” (Sousa, 2014, p. 108), tornando a sua presença em Almaraz uma situação difícil de compreender (*idem, ibidem*). Como ficou claramente demonstrado pela análise desenvolvida por Elisa de Sousa (*idem, ibidem*), classificar sem ponderar seriamente critérios morfológicos, cronológicos e, particularmente, produtivos, resultou em situações de incongruência relativamente ao restante registo arqueológico.

A hipótese de uma produção local/regional de ânforas foi sugerida logo nos inícios de 2000, após a identificação de pastas cuja origem não se coadunava com as descrições das várias áreas de fabrico identificadas por Ramon Torres (Arruda, 1999/2000). Mais tarde, reconheceu-se também a possibilidade de existir uma produção regional de formas afins à Pellicer D (Pimenta, 2005, p.90-91, 93). Contudo, só recentemente, com o estudo do conjunto pré-romano da Rua dos Correeiros (Sousa, 2014), foi possível identificar e iniciar uma caracterização sistemática das produções da área do estuário do Tejo.

A produção de ânforas no estuário do Tejo revela-se actualmente como um fenómeno variado e complexo, com uma grande amplitude cronológica (Sousa e Pimenta, 2013). No entanto, são ainda várias as lacunas no conhecimento destas produções, consequência do registo fragmentado e desigual que possuímos para o estuário do Tejo durante o 1º milénio a.n.e., que impede o aperfeiçoamento de tipologias e análises globais (Sousa, 2014, p. 19). Por outro lado, existe outra limitação, transversal ao estudo de qualquer conjunto de ânforas, que é o grande nível de fragmentação dos exemplares, que impede a reconstituição completa das formas (Belén Deamos, 2006, p. 218).

Constata-se também a escassez de boas associações contextuais que se consubstanciem em cronologias seguras, dado que muitas das ânforas que se conhecem são resultado de achados de superfície, escavações antigas ou outras mais recentes realizadas em contexto urbano, com todas as restrições inerentes a este tipo de intervenção (nomeadamente a exiguidade das áreas de escavação, que proporcionam um registo muito parcellar). O caso de Almaraz também é paradigmático no sentido em que, apesar de ter sido alvo de escavações recentes, os problemas de interpretação estratigráfica decorrentes das mesmas não autorizam conclusões de carácter cronológico muito pormenorizadas. A discrepância dos dados condiciona, obviamente, qualquer leitura comparada e síntese conjunta (Sousa, 2014, p. 279).

Por fim, o facto de não estarem identificados os centros produtores limita bastante a análise dos grupos de fabrico. O conhecimento sobre estes é a única forma de isolar e caracterizar correctamente as várias produções e suas cronologias, fornecendo ainda as bases de comparação para as análises dos fabricos. No caso do estuário do Tejo, o processo é dificultado pelo facto de partilhar as mesmas características geológicas que a área do baixo Sado, o que limita a análise e diferenciação das argilas sem recorrer a análises químicas (Raposo, *et al.*, 2005, p. 40).

O panorama evidencia-se ainda muito pouco desenvolvido, particularmente em comparação com o que se conhece em áreas próximas - como o Sul da Andaluzia. Parece-me, no entanto, que o rápido desenvolvimento da investigação sobre o tema nos últimos anos permite vislumbrar um incremento substancial do conhecimento num futuro próximo.

## 2.2. Evidências de produção cerâmica durante o I milénio a.n.e. no Sul do território actualmente português

Inevitavelmente associado ao estudo de qualquer produção cerâmica encontra-se o das estruturas de combustão relacionadas com o seu fabrico, os fornos. Dado que no território actualmente português e no período em questão não é possível falar de centros produtores, comentaremos os vestígios que podem ter estado ligados à produção anfórica.

Relativamente à primeira metade do milénio no Sul do território actualmente português, não se conhecem estruturas de produção de cerâmica. No entanto, a presença dos denominados “**prismas cerâmicos**” pode indiciar a existência de áreas de produção (Gutiérrez López, Sáez Romero e Reinoso del Río, 2013, p. 62).

Estes artefactos, cuja funcionalidade se atribui habitualmente às fases de secagem e cozedura, designadamente com a objectivo de estabilizar e separar as peças cerâmicas (Curià *et al.*, 2000, p. 1482; Gutiérrez López, Sáez Romero e Reinoso del Río, 2013, p. 62), registam-se no estuário do Tejo, nomeadamente na Quinta da Marquesa II (Pimenta e Mendes, 2010/2011, p. 606) e em Almaraz (Anexo 4, Estampas I e II ).

Os dez exemplares de Almaraz apresentam uma secção rectangular, não ultrapassam os 9cm de comprimento e a largura centra-se nos 5cm. Tendo em conta a proposta tipológica para os prismas cerâmicos da Península Ibérica publicados (Gutiérrez López, Sáez Romero e Reinoso del Río, 2013, p. 67), os de Almaraz enquadram-se no tipo A, que surgem com maior frequência entre os séculos VIII e VII, mas também durante o séc. VI a.n.e. (*idem, ibidem*). Trata-se portanto de um protótipo inicial, de reduzidas dimensões.

Estes elementos associam-se à produção de cerâmica a torno e a estruturas de combustão mais complexas, indiciando por norma a presença de fornos nas imediações (*idem*, p. 66, p. 71).

No caso de Almaraz, os prismas encontram-se dispersos pelas várias áreas, desde o fosso até à zona de habitação. A sua presença dentro do povoado não surpreende, já que os espaços de produção e de habitação não eram necessariamente esferas distintas – pelo contrário, muitas vezes coexistiam (Delgado Hervás, 2011, p. 23-24) -. A proximidade de Almaraz relativamente aos antigos barreiros de argilas da denominada

“frente ribeirinha Norte” - onde se situa o povoado - (Pais, Legoinha e Stevens, 2008, p. 149), salienta a possibilidade de se ter produzido cerâmica no sítio. Além disso, a relação directa com o rio, que proporcionava a quantidade de água necessária para a decantação das argilas e para o processo de modelação da cerâmica, criava as condições ideais para o desenvolvimento de uma produção cerâmica local.

Na segunda metade do 1º milénio a.n.e. a situação é distinta. No Sudoeste da Península Ibérica conhecem-se, até ao momento, cinco estruturas habitualmente interpretadas como **fornos de cerâmica** da Idade do Ferro: na Rua dos Correeiros (Sousa, 2014, p.85), em Miroiço (Cardoso e Encarnação, 2013, p. 176), na Malhada dos Gagos (Calado, Mataloto e Rocha, 2007, p. 160), em Currais 5 (Nunes, *et al.*, 2007) e na Malhada de Biterres 2 (Estrela *et al.*, 2012). Regista-se igualmente uma referência à existência de um outro forno na área lisboeta, mas de cerâmicas de engobe vermelho (Arruda, 2014, p. 525).

O da Rua dos Correeiros tem uma cronologia entre o séc. V e inícios do IV a.n.e., bem como o da Malhada dos Gagos e de Currais 5. Por outro lado, para o da Malhada de Biterres 2 foi apontada uma datação em redor do séc. III a.n.e. Já o de Miroiço tem associadas datações absolutas que vão desde a transição do VII/VI até ao séc. IV a.n.e.

São estruturas de reduzida dimensão, cujo diâmetro não ultrapassa os dois metros, o que sugere uma fraca capacidade produtiva (Bernal Casasola, Lorenzo Martínez e Navas, 2004, p. 502). A morfologia, porém, varia: os fornos da Malhada dos Gagos, da Malhada de Biterres 2 e de Currais 5 têm uma forma semi-circular, quase ovalada, com um pilar central arredondado e um corredor de acesso, enquanto que os da Rua dos Correeiros e de Miroiço são estruturas circulares sem evidências relativas à sustentação de uma grelha (Cardoso e Encarnação, 2013, p. 176; Sousa, 2014, p. 85). Por outro lado, o modo de construção é distinto. Enquanto os três primeiros são parcialmente rebaixados no subsolo e construídos com recurso a blocos de argila cozida, o da Rua dos Correeiros foi construído apenas com recurso a pedra. Quanto ao de Miroiço não existem informações publicadas relativas à sua construção. Estas diferenças conduziram a algumas questões relativas à funcionalidade destas estruturas – isto é, se seriam ou não fornos de cerâmica - (*idem, ibidem*).

Os fornos de produção cerâmica dos meados do 1º milénio a.n.e. apresentam uma configuração bastante específica. Caracterizam-se por uma morfologia semi-circular, de dupla câmara, com um pilar central e um corredor de acesso alargado, evoluindo no

final da Idade do Ferro para uma planta mais ovalada (García Fernández e García Vargas, 2012, p. 15-17). Por outro lado, são vulgarmente construídos sobre uma pequena fossa no subsolo, isto é, ligeiramente rebaixados no terreno (*idem, ibidem*; Bernal Casasola, Lorenzo Martínez e Navas, 2004, p. 493). Todas estas características se verificam na Malhada de Biterres 2, em Currais 5 e na Malhada dos Gagos, contrariamente às identificadas no estuário do Tejo (Correeiros e Miroiço), que apresentam características muito específicas.

A evidência de fornos de cerâmica sem vestígios dos sistemas de sustentação de grelha não seria, porém, novidade no registo arqueológico. Em Marmolejo (província de Jaén, no Sul de Espanha), foi detectado um forno de câmara única - onde o combustível e a cerâmica estariam em contacto -, utilizado para a produção de cerâmica cinzenta (Coll Conesa, 2000, p. 198). Em épocas mais tardias, concretamente no período romano, conhecem-se alguns fornos de produção cerâmica de reduzida dimensão, que não apresentam vestígios de sustentação de grelhas (Bernal Casasola, Lorenzo Martínez e Navas, 2004, p. 494). Atribui-se esta ausência à falta de conservação dos respectivos elementos, ou à possibilidade de corresponderem a elementos móveis, pelo que não se conservaram *in situ* (*idem, ibidem*).

No caso da Rua dos Correeiros e de Miroiço, apesar de se poder verificar uma situação como a anteriormente exposta (isto é, não se conservaram os elementos de sustentação), a própria morfologia não se enquadra minimamente na tipologia de fornos cerâmicos do 1º milénio no Sul Peninsular. Para além disso, não estão presentes outras evidências da sua utilização como fornos de cerâmica – por exemplo, prismas ou cerâmicas com defeito de fabrico -, pelo que se podem considerar outras hipóteses.

Face a uma série de estruturas semelhantes às da Rua dos Correeiros, identificadas no Alentejo Central - nomeadamente na Herdade da Sapatoa 1 e 3, no Porto das Lages e em Espinhaço de Cão -, foi desenvolvida uma proposta de interpretação destas estruturas como sistemas aéreos de armazenagem (Mataloto, 2004, p.53). A proposta surge em linha com o que foi sugerido para Tejada la Vieja, Porto das Lages e El Palomar (Correia, 1988-89, fig.5; Jiménez Ávila e Ortega Blanco, 2001, p. 231-232) e resulta principalmente da já referida ausência de subprodutos da olaria e do não enquadramento na tipologia de fornos comuns à época (Mataloto, 2004, p. 54). Por outro lado, estes encontram-se no interior das habitações, em áreas fechadas - e não ao ar livre, como seria espectável para um forno de produção cerâmica. Resulta ainda mais

complexo assumir estas estruturas como fornos cerâmicos quando se conhecem em áreas mais interiores e na mesma cronologia fornos de pilar central.

Contudo, assumo que não é fácil justificar qualquer uma das propostas, já que faltam dados concretos que autorizem uma atribuição funcional (Mataloto, 2004, p. 54-55). Não se pretende, naturalmente, negar a hipótese das estruturas de Miroiço e dos Correeiros terem estado ligados à produção cerâmica. Considero inclusivamente viável uma produção de reduzida capacidade, possivelmente de cerâmica comum ou outra categoria de pequena dimensão (Cardoso, 1995, p. 29), tal como se afigura possível que na envolvente dos Correeiros existissem outras estruturas de maior dimensão, ligadas à produção de contentores anfóricos (Sousa e Pimenta, 2014, p. 277).

A escassez de dados relativos à produção cerâmica para a primeira metade do 1º milénio é uma situação comum a outras áreas da Península Ibérica, nomeadamente a Andaluzia (Sáez Romero, 2010, p. 896). Não obstante, enquanto que esta área desenvolve, a partir do século VI a.n.e., um grande sistema de produção anfórica, concentrado em grandes centros que exportam para diversos locais do Mediterrâneo, no estuário do Tejo os vestígios não permitem constatar qualquer evolução. Pelo contrário, o registo relativo à produção cerâmica é bastante ténue durante todo o 1º milénio a.n.e. e essencialmente associado aos povoados. Esta situação pode estar relacionada com um modelo produtivo específico (mas voltaremos a esta questão mais adiante)

### **3. AS ÂNFORAS DA IDADE DO FERRO NA QUINTA DO ALMARAZ**

#### **3.1. Metodologia**

O volume de materiais enquadráveis no 1º milénio a.n.e. recolhidos durante as escavações na Quinta do Almaraz, torna manifestamente impossível o seu estudo integral num único trabalho. Por este motivo, considero que o estudo parcelar e exaustivo, baseado em conjuntos coerentes, permitirá uma adequada aproximação ao sítio e futuros trabalhos de síntese.

A opção pelo estudo das ânforas relacionou-se essencialmente com o seu alto potencial informativo, quer a nível cronológico, quer a nível de dinâmicas comerciais.

Um dos problemas que tem acompanhado o estudo de Almaraz, discutido por diversos investigadores em várias ocasiões, tem sido a discrepância entre as datações do radiocarbono e os materiais arqueológicos publicados (Arruda, 1999/2000, p.103-108; Arruda, 2005a, p.28-32, Henriques, 2006, p. 81-82; Sousa, 2014, p. 47-49). Por outro lado, pouco se conhece sobre a evolução do sítio, a sua dinâmica interna, os contactos que estabeleceu e a importância que teve no decorrer do 1º milénio a.n.e. no âmbito do extremo ocidente peninsular. Por outro lado, a recente caracterização das produções anfóricas do estuário do Tejo tornava indispensável o estudo do conjunto de Almaraz.

A metodologia de abordagem ao conjunto reflecte este quadro de questões prévias e uma tentativa de superação das limitações contextuais.

### **3.1.1. Critérios de selecção e composição da amostra**

Considerando que o espólio do sítio não está totalmente tratado ou organizado, revelou-se obrigatória a triagem da totalidade dos fragmentos recolhidos durante as escavações na Quinta do Almaraz. Desta forma, individualizaram-se todos os fragmentos de bordos, asas e fundos que pudessem corresponder a ânforas, tendo-se posteriormente reduzido a amostra tendo em conta alguns critérios.

O critério funcional encontra-se inerente a todo o trabalho. No entanto, para a Idade do Ferro no estuário do Tejo, a definição de categorias funcionais não está isenta de problemas já que, na maioria dos casos, faltam os contextos específicos de utilização dos materiais e raras vezes possuímos formas completas. Por outro lado, como já demonstrei, existem poucas informações relativas aos contextos de produção.

Deste modo, assumiram-se determinadas formas como contentores anfóricos tendo como base exemplares de ânforas mais completos reconhecidos noutras áreas da Península Ibérica. Contudo, tendo em conta que a forma dos recipientes não se encontra necessariamente relacionada com a sua função, é provável que alguns correspondam a grandes contentores de armazenamento (potes de média/grande dimensão). De facto, em determinados processos de imitação, prevaleceu a componente morfológica e não a funcional, sendo que a mesma forma poderia estar a servir para o transporte de diferentes conteúdos ou não ter de todo essa finalidade (Fabião, 1998, p. 162). A tendência para as formas dos recipientes de armazenamento reproduzirem formas anfóricas já foi verificada noutros âmbitos (Soares, 2012, pp. 71-72), o que aliado ao já referido estado de fragmentação do conjunto de Almaraz resultou numa difícil distinção



entre ambas as categorias. Todavia considerou-se mais correcto, em caso de dúvida, optar pela inclusão.

A amostra compõe-se assim de 569 fragmentos, 501 dos quais são bordos, 66 são asas, um fundo e um corpo. Os bordos foram seleccionados conforme a sua morfologia e medidas gerais, estabelecendo-se como limite um diâmetro de 20 cm, com a excepção de um exemplar (Forma Indeterminada 1) que nos colocou algumas dúvidas e que discutiremos mais adiante.

Optou-se também por manter apenas as asas mais bem conservadas (isto é, em mais de metade), por questões de exequibilidade do estudo, já que considerar todos os fragmentos – muito superior ao de bordos - complexificaria a análise quantitativa, não acrescentando necessariamente dados qualitativos. A não representação de fundos resulta da dificuldade que tive na sua identificação durante a triagem, consequência do nível de fragmentação do espólio recolhido no sítio.

### **3.1.2. Base de dados**

Foi atribuído um número de inventário próprio a todos os fragmentos, que não se apresenta de forma sequencial, resultado de alterações feitas à amostra ao longo do seu estudo – concretamente a exclusão de determinados fragmentos.

A descrição de cada fragmento encontra-se numa base de dados em anexo (Anexo 5), onde se consideraram dois âmbitos de análise: o contexto de recolha do fragmento - Quadrado, Camada e Plano - e a sua descrição, que variou consoante o tipo de fragmento (bordo, asa ou fundo) e teve como base as descrições sistemáticas tradicionais, realizadas através de parâmetros essencialmente métricos (veja-se, a título de exemplo, o esquema apresentado em Almeida, 2008, p. 42). No caso dos bordos, teve-se em conta o seu diâmetro e a espessura média da peça (e.m.p.); quanto às asas, tivemos em consideração o diâmetro da secção, a sua espessura e a extensão preservada. A base de dados inclui ainda a identificação do «grupo-forma» e do fabrico de cada fragmento.

### **3.1.3. Parâmetros de quantificação**

Os métodos quantitativos aplicados à Arqueologia desenvolveram-se numa tentativa de eliminar algum do carácter subjectivo da disciplina, procurando normalizar e formalizar o seu raciocínio (Rísquez Cuenca, 1995, p. 189). Dos vários métodos

utilizados actualmente, o mais comum é o Número Mínimo de Indivíduos (N.M.I.), estipulado pelo Protocole Beuvray (Arcelin e Tuffreau-Libre, 1998). Neste, considera-se como indivíduo cada elemento característico da forma (bordo, asas e fundo) passível de integração tipológica, considerando-se como apenas um indivíduo os exemplares que se compõem de vários fragmentos. O elemento que oferecesse o valor mais alto constituiria o NMI, ou seja, um valor aproximado do número total de recipientes presentes. Tendo em conta os critérios de selecção da amostra, concretamente a não inclusão de todos os fragmentos de asas e a ausência quase total de fundos, tornava-se impossível a aplicação rigorosa do método.

Optou-se então, em conformidade com o que outros investigadores fizeram perante limitações semelhantes (Molina Vidal, 1997, p. 26; Almeida, 2008, p. 44), por assumir o número de bordos passíveis de enquadramento tipológico como o número de indivíduos (considerando como apenas um indivíduo os exemplares compostos por mais do que um fragmento).

Dos 501 bordos, 59 não possibilitaram atribuição tipológica, totalizando assim 442 indivíduos.

#### **3.1.4. Identificação das formas**

A necessidade de organizar e sistematizar uma realidade tendo em conta critérios descritivos padronizados, não é mais do que uma forma de homogeneizar ou normalizar uma realidade que, neste caso, é intrinsecamente diversa. As ânforas, cujo fabrico artesanal, em partes separadas, faz com que a mão do artesão influencie em muito os detalhes do recipiente, leva a que seja necessário ponderar o que pode ou não ser considerado como elemento caracterizador; o que é que pode ser efectivamente indicativo de uma nova tendência ou um detalhe cronológico (Beltran Lloris, 1977, p. 97-98). Perante isto, e considerando o conjunto em estudo neste trabalho, o grau de subjectividade na organização da realidade está bastante presente, registando-se uma grande variabilidade dentro de cada «grupo-forma» - pelo que é a vários níveis discutível.

A opção de diferenciação por grupos teve como principal objectivo tornar a análise mais prática e operativa. Não se pretendeu realizar uma nova sistematização para as produções do Tejo, já que não se encontram representados todos os tipos

presumivelmente produzidos nesta área. A organização teve como propósito tornar claras as particularidades do conjunto de Almaraz. Mais do que evidenciar a conformidade com os tipos estabelecidos para o estuário do Tejo, pretende-se sublinhar a variabilidade do conjunto, o que, como terei oportunidade de comentar mais à frente, se revelou como um dos traços característicos das produções locais/regionais – a falta de standardização. Contudo, procurou-se sempre articular com as classificações tradicionais e especificamente com a síntese já realizada para a área do estuário do Tejo (Sousa e Pimenta, 2014).

O estado de fragmentação do conjunto limitou bastante a sua associação a tipos concretos, já que na sua maioria apenas está conservado o bordo e uma pequena parte da parede. Tendo isto em conta, a diferenciação dos grupos e suas variantes teve como base critérios morfológicos e métricos. Por um lado, a morfologia, perfil, orientação e espessamento do bordo; por outro, a inclinação e desenvolvimento da parede e do colo. As variantes foram diferenciadas tendo em conta pequenas alterações no bordo, por exemplo, na sua secção (arredondada, quadrada, triangular ou trapezoidal), na presença de moldura na face externa, entre outros detalhes devidamente mencionados.

A inexistência de uma correcta diferenciação das unidades estratigráficas durante as escavações realizadas em Almaraz impôs fortes limitações no momento de abordarmos cronologicamente o conjunto. Consequentemente, as propostas cronológicas que apresentamos resultam essencialmente dos paralelos identificados.

Com o objectivo de alcançar uma cronologia mais precisa, serão mencionados os paralelos no estuário do Tejo, bem como todos aqueles que considerámos relevantes do ponto de vista cronológico, não obstante o facto de se terem reconhecido fora desta área. Neste âmbito incluem-se também alguns contextos do território actualmente espanhol, com particular ênfase para a área da Andaluzia e da Extremadura Espanhola.

### **3.1.5. Identificação dos fabricos**

Na descrição das pastas seguiram-se os princípios estabelecidos por Peacock e Williams (1986, *apud* Almeida, 2008, p.45), que preconizam que *“el análisis de los fragmentos debe limitarse a discriminar los elementos externos tal y como se presentan a la vista o com una lupa (...), sin valorar la naturaleza geológica o química de los componentes. Desde esta perspectiva, está menos sujeta a errores o eventuales confusiones”* (*idem, ibidem*).

A análise macroscópica realizou-se assim com o apoio de uma lupa de 15 aumentos. Os parâmetros descritivos seguem os que foram utilizados por Rui Almeida no seu estudo sobre as ânforas romanas do Guadalquivir em Santarém (*idem*, p. 49). Para a avaliação da proporção e forma das inclusões, consideraram-se as tabelas de Tomber e Dore (1998) e para a identificação das cores das pastas foi utilizado o *Munsell Soil Color Charts* (2000).

Foram identificados três grupos de fabrico diferentes, tendo-se sugerido a procedência de cada um deles, de acordo com a bibliografia disponível para cada área. Não se pretendeu uma análise exaustiva, mas uma primeira diferenciação que pudesse servir de base para futuras análises químicas.

### **3.2. Grupos de Fabrico identificados**

Como acabou de ser referido, foram diferenciados três grupos de fabrico principais, cujas descrições pormenorizadas se encontram em anexo (Anexo 2).

O grupo de fabrico 1 é manifestamente o mais representado no conjunto. A sua composição e semelhança com fabricos identificados na mesma área sugerem uma produção local/regional – isto é, uma produção do próprio sítio ou da área do estuário do Tejo. Foram diferenciados três subgrupos, de matriz muito semelhante, com pastas homogéneas e de natureza não calcária.

O **grupo de fabrico 1A** é o que se encontra mais bem representado, correspondendo a 91,5% do conjunto total. Tendo em conta a sua caracterização, parece corresponder ao Grupo I definido para as produções do estuário do Tejo (Sousa e Pimenta, 2014, p. 269) e ao grupo I definido para o conjunto anfórico da Rua dos Correeiros (Sousa, 2014, p. 91).

Segundo o estudo relativo às produções do estuário do Tejo, este fabrico é característico da zona da foz do estuário, concretamente da área Lisboa/Almaraz (Sousa e Pimenta, 2014, p. 269). Deste modo, a sua presença claramente dominante no conjunto de Almaraz não surpreende.

O **grupo de fabrico 1B** encontra-se representado em 3,8% do conjunto anfórico. As características diferenciadoras relativamente ao anterior são a enorme representação de elementos não plásticos brancos, bem como a sua tonalidade, mais rosa. Em

determinados fragmentos constata-se bastantes vácuos ou fissuras de pequena dimensão, em maior proporção que os fabricos 1A e 1C.

Reconhecemos que as variações na coloração, bem como a maior proporção de vácuos, podem ser somente o resultado de uma cozedura irregular. Contudo, dado que não é possível ter certezas relativamente à intencionalidade deste resultado, optou-se por individualizar.

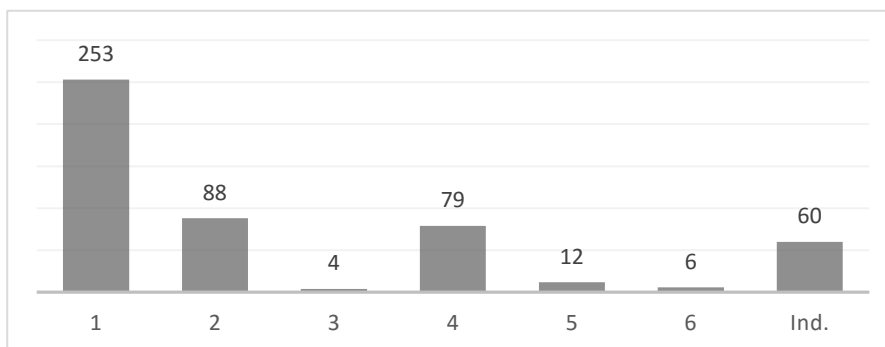
**O grupo de fabrico 1C** encontra-se representado em 3,5% do conjunto em estudo. As características diferenciadoras são a coloração das pastas, de tons mais castanhos ou acinzentados e de características mais grosseiras (menos depuradas). Tendo em conta a sua caracterização, parece corresponder ao grupo II definido para o estuário do Tejo (Sousa e Pimenta, 2014, p.269). Segundo E. Sousa e J. Pimenta, o grupo II teria origem numa área “*mais interior do Estuário do Tejo*” (*idem, ibidem*), mas não esclarecem qual a sua representação na zona da foz do rio, pelo que ignoramos se a reduzida representação em Almaraz é uma situação comum.

**O grupo de fabrico 2** (fabrico raro) caracteriza-se por ser uma pasta calcária, medianamente depurada. Está representado em apenas 0,5% do conjunto. Foi sugerida uma origem no Sul da Andaluzia, concretamente na área da *campiña* gaditana, dadas as semelhanças que se constatou com as descrições de origem (nomeadamente em Carretero Poblete, 2004, 427-428).

**O grupo de fabrico 3** (fabrico raro) também apresenta uma pasta calcária mas muito mais depurada que a anterior, com tonalidades que variam entre o amarelo pálido e o cinzento esverdeado. Está representado em 0,7% do conjunto. Foi sugerida uma origem na baía de Cádiz pelos mesmos critérios que o grupo de fabrico anterior, nomeadamente as referências de origem (concretamente em: Ramon Torres, 1995, p. 256; Carretero Poblete, 2004, p.428).

### **3.3. Formas representadas em Almaraz**

Considerando as características morfológicas da parte superior dos recipientes, foi possível diferenciar seis grupos distintos, subdivididos em múltiplas variantes (Fig. 1).

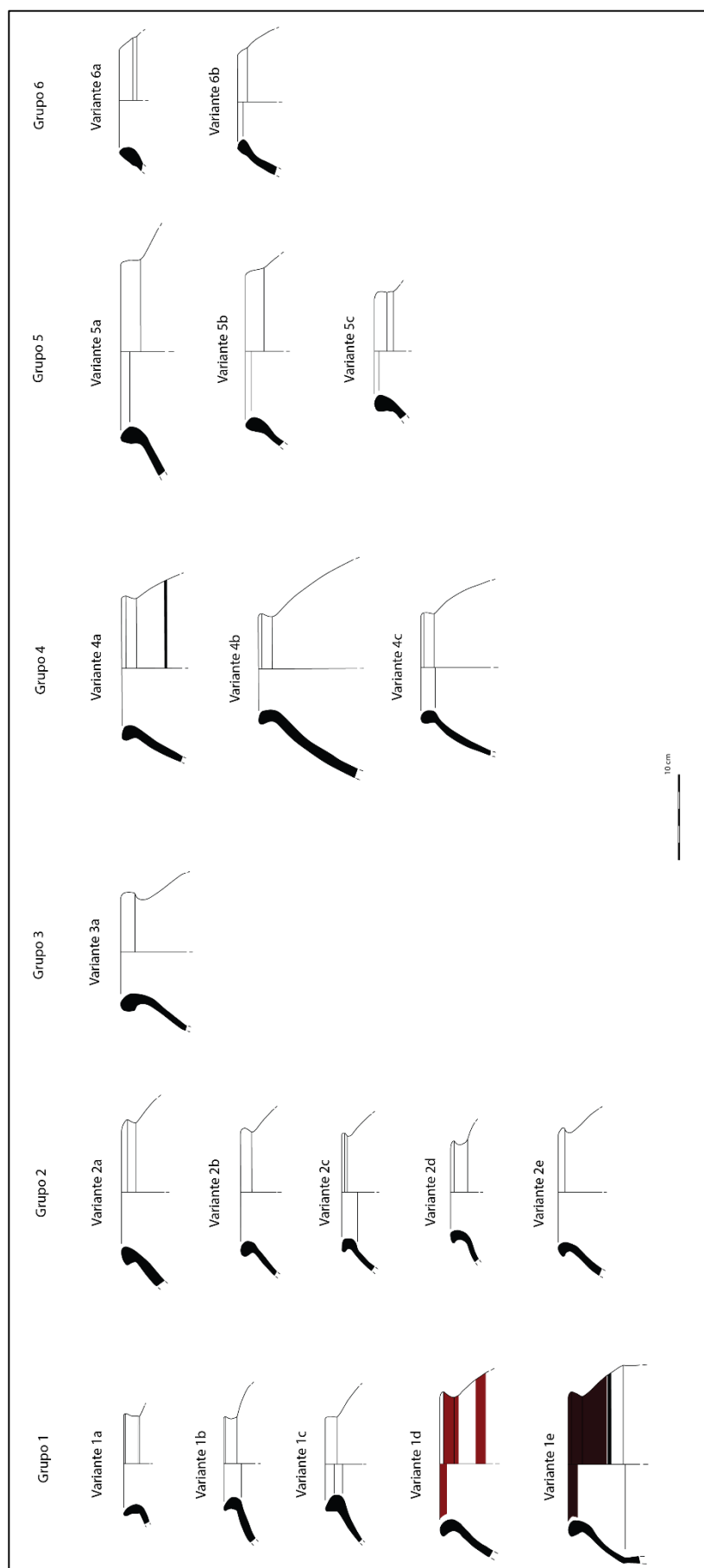


**Gráfico 1** Distribuição dos bordos das ânforas de Almaraz de acordo com os grupos definidos

### 3.3.1. Grupo 1

No grupo 1 incluem-se os exemplares de ânforas tradicionalmente denominadas “de saco” ou R1 de Vuillemot, pelo facto de terem surgido na necrópole argelina de Rachgoun (Vuillemot, 1965, *apud* Pascual Berlanga e Ribera i Lacomba, 2013). Com o decorrer da investigação foram atribuídas diversas nomenclaturas, pelo que tem várias correspondências tipológicas, como Trayamar 1 (Schubart, Niemeyer, 1976, p. 213), forma A de Pellicer Catalán (1978, p. 372), forma I de Florido Navarro (1984, p.421), tipo A-1 de Cádiz (Muñoz Vicente, 1985, p.472), entre muitas outras.

Na síntese elaborada por Ramon Torres sobre as ânforas fenícias e púnicas do Mediterrâneo centro-ocidental, a forma é caracterizada e definida, consagrando-se a denominação 10.1.1.1. para as mais antigas produções da baía de Cádiz e Málaga, e 10.1.2.1. para as suas sucessoras, cuja produção se generalizou por todo o Centro/Sul da Península Ibérica (Ramon Torres, 1995, p.231). Ambas revelam-se como uma versão personalizada de distintas concepções anfóricas levantinas (Ramon Torres, 1995, p. 275; Regev, 2004, p.340), ainda que não sejam uma reprodução exacta de qualquer modelo oriental – fenómeno que parece só ter ocorrido em Cartago (Ramon Torres, 1995, p. 279).



**Figura 1** Quadro tipológico definido para as ânforas da Quinta do Almaraz

A 10.1.1.1. foi uma produção bastante limitada geográfica e temporalmente. Produzida na área do Estreito de Gibraltar entre o segundo quarto do século VIII até à primeira metade ou primeiro terço do séc. VII a.n.e., foi substituída pela sua sucessora, a 10.1.2.1., que teve muito mais êxito produtivo e comercial na Península Ibérica, alcançando uma importância nos mercados locais/regionais que a sua antecessora nunca deteve (*idem*, p. 281). O início da produção desta última no Sul da Península Ibérica aconteceu no séc. VII a.n.e. (Aubert, 1998, p. 198), tendo-se generalizado em momentos posteriores, com um auge produtivo na primeira metade do século VI a.n.e. (Ramon Torres, 1995, p. 279).

A amplitude de produção que este modelo anfórico alcançou, “*resultado de muchas manos, de muchos pequeños talleres a veces distanciados entre sí, de multitud de pequeñas industrias locales*”, gerou uma grande diversificação do modelo original (Ramon Torres, 1995, p.230). Esta forma assumiu-se assim como uma das mais claras manifestações do fenómeno de orientalização dos repertórios cerâmicos, resultado de uma nova conjuntura comercial e produtiva que se impôs na Península Ibérica entre os séculos VIII e VI a.n.e.

Recentemente foram identificadas e caracterizadas produções anfóricas na zona do estuário do Tejo, cuja existência já tinha sido sugerida anteriormente (Arruda, 1999/2000). Os exemplares de presumível produção local/regional da série 10 de Ramon Torres foram identificados como Tipo 1 do Tejo, registando-se desde os momentos mais antigos da influência oriental na área (Sousa e Pimenta, 2014, p. 269).

Em Almaraz, este é o grupo com mais representantes, com um total de 253 indivíduos. Os diâmetros variam bastante e a espessura média das peças é de 7 mm. Foram identificadas cinco variantes, que se diferenciaram tendo em conta as diferentes morfologias do bordo e o desenvolvimento da parede.

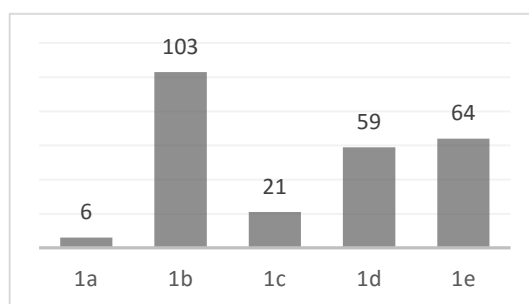


Gráfico 2 Distribuição das variantes do grupo 1



### **Variante 1a**

Incluímos nesta variante o exemplar de 10.1.1.1. que terá sido importado, bem como os que consideramos serem as produções locais/regionais da forma. Diferenciam-se por possuírem bordos estreitos, com a face externa côncava ou vertical, por vezes moldurada. Os diâmetros variam entre os 11 e os 13cm, com uma média nos 12cm. O sulco entre o bordo e a parede, muito característico deste modelo (Ramon Torres, p. 230, 461), verifica-se apenas no exemplar importado e em um outro de produção local/regional. A parede desenvolve-se horizontalmente a partir do bordo, o preludiando uma morfologia ovóide.

Foram identificados seis exemplares desta variante, cinco dos quais de provável produção local/regional e um exemplar importado, provavelmente da baía de Cádiz – grupo de fabrico 3 -. Como já mencionámos, este foi o primeiro modelo produzido na baía Gaditana, entre o segundo quarto do séc. VIII e a primeira metade (ou primeiro terço) do séc. VII a.n.e. (*idem, ibidem*).

Exemplares destes foram identificados em Lisboa, na Rua da Judiaria, numa unidade cuja datação por radiocarbono aponta para uma cronologia entre o séc. IX e o séc. VI/V a.n.e. (Calado *et al.*, 2013, p.126-129). Ainda que discorde da classificação do exemplar n.º57 como 10.1.1.1., já que a morfologia do bordo - particularmente o seu espessamento interno - aponta para uma classificação como 10.1.2.1., o exemplar n.º92 (*idem*, p. 127, fig. 8) não parece criar dúvidas, estando identificado como uma produção da baía de Cádiz (*idem*, p. 127). Também no Claustro da Sé de Lisboa, cuja ocupação não ultrapassa o séc. VI a.n.e., foram identificados exemplares de 10.1.1.1., mas de produção malaguenha (Arruda, 1999/2000, p. 123: fig.76, n.º1).

Ainda em Lisboa, no Pátio do Aljube, foram reconhecidos dois exemplares de 10.1.1.1. importados do Sul peninsular (Fernandes *et al.*, 2013, p. 177: fig.12, n.º6 e 7) e na Rua de São Mamede de Caldas n.º15 registam-se dois indivíduos associados a urnas Cruz del Negro e a pratos de engobe vermelho do tipo P1 de Rufete Tomico (Pimenta, Silva, Calado, 2014, p. 729: fig. 6, n.º1; p.732: fig.9, n.º33). Inicialmente foi atribuída uma origem no Sul peninsular para ambos (Málaga), contudo recentemente admitiu-se que um dos fragmentos, com um engobe avermelhado na superfície, seria de produção local/regional (Sousa, Pimenta, 2014, p. 269). Foi apontada uma cronologia para o contexto de origem deste exemplar (contexto 1) entre a segunda metade do séc. VIII e a primeira metade do VII a.n.e. (Pimenta, Silva e Calado, 2014, p. 729).

Em Vila Franca de Xira, os recentes trabalhos arqueológicos permitiram identificar exemplares de 10.1.1.1. no Castro do Amaral (Pimenta e Mendes, 2010/2011, p. 605 e 613) e em Santa Sofia (Pimenta, Soares e Mendes, 2013, p. 189). Na área mais interior do estuário, em Santarém, foram identificados exemplares de produções malaguenhas num nível datado por radiocarbono entre o séc. IX e VIII a.n.e. (Arruda, 1999/2000, p.206: fig. 141; 2002, p. 205).

A maioria dos exemplares de presumível produção local/regional de Almaraz, bem como aquele identificado na rua São Mamede de Caldas (Pimenta, Silva e Calado, 2014, p. 729), não apresenta o sulco característico das produções do Sul Peninsular, que separa o bordo da parede, evidenciando-se como uma das características das produções locais/regionais da forma.

### **Variante 1b**

Nesta variante incluímos os exemplares de 10.1.2.1. presumivelmente importados, bem como as produções locais/regionais da forma. Diferenciam-se da variante anterior essencialmente por um maior espessamento do bordo. A parte externa do bordo é, por norma, vertical ou ligeiramente côncava, bastante rectilínea, ainda que em alguns casos possa aparecer ligeiramente moldurada. Os diâmetros apresentam uma maior variação, entre os 10 e os 18cm, com uma média nos 13cm. A parede, tal como na variante anterior, desenvolve-se horizontalmente, evidenciando uma morfologia ovóide.

A esta variante correspondem um total de 103 indivíduos, maioritariamente de produção local/regional. Três evidenciam uma origem do sul peninsular, dois deles da *campiña* gaditana e um da baía de Cádiz.

Este modelo encontra-se amplamente representado geograficamente, já que foi produzido e comercializado numa área vasta da Península Ibérica, costa atlântica meridional e Mediterrâneo Norte-Occidental (Ramon Torres, 1995, p.230). Como já foi referido, resulta de uma diversificação do modelo anterior (10.1.1.1.) a partir da segunda metade do séc. VII a.n.e.

Na área do estuário do Tejo, a forma regista-se em Lisboa, nomeadamente na Rua da Judiaria, no mesmo contexto que a 10.1.1.1. e igualmente produzida na baía de Cádiz (Calado *et al.*, 2013, p.127: fig.8, n.º57). Também no Pátio do Aljube se identificaram fragmentos deste tipo (Fernandes *et al.* 2013, p. 177), tal como no Claustro da Sé

(Arruda, 1999/2000, p. 123: fig. 76, n.º2; fig.77, n.º1). Na Rua São João da Praça, surgem também formas afins às 10.1.2.1., ainda que em contexto secundário, estando uma delas identificada como produção malaguenha, outra da baía gaditana e duas como “extremo ocidente indeterminado” (Pimenta, Calado e Leitão, 2005, p. 322-323).

Em Oeiras, no casal agrícola do Leião, datado do século VI com possíveis origens no final do séc. VII a.n.e., foram identificados vários fragmentos desta forma, não sendo referida a origem do fabrico (Cardoso e Silva, 2010/2011, p. 99: fig.20, n.º 74-77).

Mais acima no estuário, reconheceram-se exemplares em Chões de Alpompé (Diogo, 1994, p. 225, n.º17), no Alto dos Cacos (Pimenta, Henriques, Mendes, 2012, p. 40), no Porto Sabugueiro (Pimenta e Henriques, 2008, p. 181), na Quinta da Carapinha I (Pimenta e Mendes, 2010/2011, p.608: fig.14, n.º91), na Quinta da Marquesa II (*idem*, p.603), no Castro do Amaral (*idem*, p. 613: fig. 18, n.º117) e em Santa Sofia (*idem*, p. 600).

No estuário do Sado, foram identificados exemplares deste modelo em Abul A - séculos VII-VI a.n.e. -, onde compõem a totalidade do espólio anfórico, e três exemplares em Abul B - séculos VI-V a.n.e. - (Mayet e Silva, 2001a, p. 53; Mayet e Silva, 2001b, p. 181). Em Alcácer do Sal, na fase III, denominada “Ferro Mediterrânico I – Orientalizante”, com uma cronologia entre o séc. VII e VI a.n.e., registam-se alguns fragmentos afins a esta variante (Silva, et al., 1980/1981, p.173, n.º134; Silva 2005, p. 761), bem como na Travessa dos Apóstolos em Setúbal (Soares, Silva, 1986, p. 97: fig.7, n.º 12; p. 98: fig.8, n.º11).

Fora da área do baixo Tejo e do baixo Sado, estão publicados exemplares deste modelo oriundos de Conímbriga (Correia, 1994, p. 250) e de Santa Olaia (Santos Rocha, 1971, Estampa XIV).

No Alentejo foi identificado um fragmento de bordo deste tipo no Alto de São Gens, num contexto que, a par de cerâmica manual de tradição do Bronze Final, regista recipientes a torno característicos do litoral, concretamente uma ânfora 10.1.2.1. de presumível produção malaguenha (Mataloto, 2004, p. 157-158). O autor menciona porém a possibilidade de corresponder a um fragmento de 10.1.1.1., tendo em conta a morfologia e espessura do bordo (*idem, ibidem*).

Por fim, no Algarve, até ao momento apenas se identificaram exemplares de 10.1.2.1. em Castro Marim e em Tavira, no Palácio da Galeria (Maia, 2003; Arruda e Freitas, 2008, p.437; Arruda, Covaneiro e Cavaco, 2008, p.148: fig.13).

### **Variante 1c**

A variante 1c distingue-se das anteriores essencialmente pelo seu elevado espessamento interno e pelo facto de adquirir, por norma, uma morfologia bastante angulosa. Anuncia-se como uma versão das 10.1.2.1., aproximando-se gradualmente da morfologia dos primeiros modelos de Maña-Pascual A4 (Sáez Romero, 2002, p. 292).

Em Almaraz registam-se 21 exemplares desta variante, maioritariamente de produção local/regional, com a excepção de um exemplar, proveniente da *campiña gaditana*.

No estuário do Tejo não identificámos paralelos para esta variante. Contudo, no Sado registam-se alguns exemplares comparáveis nos horizontes IIb e IIc de Abul A, ou seja, já numa fase tardia de utilização do edifício, entre finais do séc. VII e a primeira metade do VI a.n.e. (Mayet e Silva, 2001a, p. 106,124).

Fora do território actualmente português, foi possível verificar alguns paralelos para a forma, referindo-se, a título de exemplo, o caso de Cerro del Villar, onde se identificam protótipos semelhantes nos estratos IV e IIb do corte 5, datado entre a segunda metade do séc. VII e o séc. VI a.n.e. (Aubert *et al.*, 1999, p. 407). Também em La Fonteta, particularmente a partir de Fonteta IV (González Prats, 2011, p. 293) e fase Va (Rouillard, *et al.*, 2007, p. 296), cronologicamente balizadas entre o final do séc. VII e o séc. VI, alguns bordos ganham um elevado espessamento e morfologias bastante angulosas. No Carambolo esta morfologia surge denominada como tipo I-5 e é genericamente datada entre o século VIII e VI a.n.e. (Florido Navarro, 1985, pp. 493, 495).

Também no Cerro del Prado, com uma cronologia entre o séc. VII e o IV a.n.e., foram identificadas algumas ânforas afins a esta variante no âmbito de prospecções de superfície (Blázquez Pérez, Bernal Casasola, Sáez Romero, 2006, p.359: fig 230, n.º 40,41 e 46). Por fim, em Huelva, na c/ Tres de Agosto 9-11, ânforas de morfologia semelhante surgem num estrato de meados do séc. VI (Rufete Tomico, 2002, p. 61, n.º11 e 12). Em conformidade com esta cronologia, registam-se paralelos nos hipogeus de Puig de Molins em Ibiza (Bellard, *et al.*, 1990, p. 64, 70-71).

### **Variante 1d**

Em comentário à variabilidade das 10.1.2.1., Ramon Torres afirma que *“considerando las distintas combinaciones existentes, según alturas de espaldas, concavidades bajo las carenas, posición de los diámetros máxs., perfil y altura de bordes, fondos, etc. (...) a cada ejemplar diferente corresponderia, prácticamente, un tipo distinto”* (Ramon Torres, 1995, p. 230). Perante esta afirmação, optou-se por incluir no mesmo grupo ânforas que vêm claramente na linha das anteriores, numa aparente evolução produtiva das mesmas. Reúnem-se então no grupo 1 todas as ânforas directamente derivadas das “R1”, em conformidade com a tipologia do estuário do Tejo (Sousa, Pimenta, 2014, p. 269).

Os bordos da variante 1d, morfologicamente semelhantes aos da variante 1b, têm diâmetros entre os 11 e os 18cm, com uma média nos 14cm. A face externa do bordo é côncava, apresentando-se também consideravelmente mais esvasado, mantendo porém o perfil triangular da variante 1b. A separação entre o bordo e a parede caracteriza-se por um ligeiro estrangulamento e o desenvolvimento da parede até ao ombro é mais vertical.

Estas alterações são resultado de uma evolução local/regional do modelo de ânfora de saco, como aliás já tinha sido sugerido (Sousa, Pimenta, 2014, p. 270).

Em Almaraz, existem 59 indivíduos desta variante, todos de produção local-regional.

Na área do estuário do Tejo, surgem paralelos para esta variante no Claustro da Sé de Lisboa, com exemplares de amplo diâmetro (Arruda, 1999/2000, p. 124: fig.78, n.º 2; fig.79, n.º3 e 4). Um dos exemplares identificados como 10.1.2.1. da Rua São João da Praça pode eventualmente inscrever-se nesta variante (Pimenta, Calado e Leitão, 2005, p. 323: fig.11, n.º3)

Também na sondagem 3 da Travessa do Chafariz d’el Rei, regista-se um fragmento de ânfora, atribuído genericamente ao grupo 10 de Ramon Torres (Filipe, Calado e Leitão, 2014, p. 744: fig.11 n.º6), que pode inscrever-se nesta variante, tendo em conta a amplitude do bordo e o desenvolvimento vertical das paredes.

Considerámos ainda como paralelo um exemplar de Santa Eufémia, particularmente pelo esvasamento do bordo e diâmetro do exemplar (Sousa, 2014, p. 399, SE/BF/73/206). Também em Freiria, alguns exemplares podem corresponder a esta variante (Cardoso e Encarnação, 2013, p.164, n.º1 e 10), bem como o da Eira da Alorna (Sousa, Pimenta, 2014, p. 268) e alguns do Alto do Castelo (Arruda, *et al.*, 2014, p. 147,

n.º 9, 12 e 26). Em Oeiras, constatamos exemplares destes em Gamelas 3 (Cardoso e Silva, 2012, p. 382, n.º41 e 42), num conjunto datado da 2ª metade do séc. VI e séc. V a.n.e. (*idem*, p. 380).

No estuário do Sado, em Abul B, que apresenta uma cronologia entre o século VI e V a.n.e., surge uma ânfora cuja forma não estava identificada (Mayet e Silva, 2001a, p. 201) e que consideramos que poderá corresponder a estas versões mais tardias das ânforas “de saco”. Por fim, em Conímbriga, algumas das ânforas identificadas poderão ser considerados paralelos desta variante (Correira, 1994, p. 250).

É possível indicar outros exemplares de morfologia semelhante, com origem fora do território actualmente português, que podem contribuir para determinar a cronologia da variante 1d. Em Huelva, formas idênticas são precisamente caracterizadas como versões evolucionadas das ânforas de saco fenícias, que perdem a horizontalidade do ombro (Rufete Tomico, 2002, p. 36, 58). Estas registam-se num nível da c/ Botica datado do séc. VI a.n.e. (*idem*, p. 38); na c/ Tres de Agosto 9-11 em vários níveis, desde os meados do séc. VI até à segunda metade do séc. V (*idem*: p. 61, n.º3-7; p. 69, n.º1-4; p. 78, n.º5-7). Em Puerto 12, onde alguns dos exemplares têm pintura castanha avermelhada na parte superior da superfície externa, surgem em níveis entre o segundo quarto do séc. VI e a primeira metade do V a.n.e. (*idem*: p. 114, n.º 7 e 11; p. 122, n. 7, 12 e 13). Ainda na área de Huelva, constata-se paralelos em estratos datados entre a primeira metade do séc. VI e os meados do V a.n.e. - concretamente os níveis IIIb e IVb de Tejada la Vieja - (Fernández Jurado, 1987, Est. XLVI, n.º2; Est. LVIII, n.º 3 e 4). Pode ainda citar-se o caso de Cádiz, concretamente de Camposoto, já que alguns dos fragmentos publicados se coadunam com estas formas (Ramon Torres et al., 2007, p. 210: fig.111, n.º345; p. 156: fig. 46, n.º36; p. 163: fig.53, n.º119).

### **Variante 1e**

Esta variante distingue-se pelo maior espessamento interno do bordo, que pode adquirir um formato mais anguloso ou mais arredondado. Tal como na variante anterior, o bordo é mais esvasado e apresenta um pequeno colo ligeiramente estrangulado. Os exemplares desta variante apresentam-se muitas vezes com engobes na superfície externa, de tonalidade vermelha ou acastanhada, ou mesmo pintura em bandas vermelhas e pretas, que intercalam com uma aguada amarela pálida.

Em Almaraz, registam-se 64 indivíduos desta variante, todos de produção local/regional. Os diâmetros variam bastante, entre os 11 e os 20cm, com uma média nos 15cm.

Os paralelos mais próximos para esta variante encontram-se em Lisboa, no Claustro da Sé (Amaro, 1994, p. 190, fig.4 e 5; Arruda, 1999/2000, p.124: fig. 78, n.º4 e 5). Também na sondagem 3 da Travessa do Chafariz d'El Rei um exemplar de ânfora, identificado como 1.3.2.4. de Ramon Torres, pode enquadrar-se nesta variante (Filipe, Calado, Leitão, 2014, p. 744: fig.12, n.º5). Ainda na área de Lisboa, junto à Sé, um exemplar publicado como *pithos* poderá corresponder a um paralelo para esta forma (Cardoso e Carreira, 1993, p.201, n.º2). Em Oeiras, no povoado de Gamelas 3, um dos fragmentos de ânfora revela-se bastante semelhante à variante de Almaraz (Cardoso e Silva, 2012, p. 382, n.º43).

Ainda no estuário do Tejo, no Porto Sabugueiro, dois fragmentos de ânfora parecem ter correspondência morfológica na 1e, apesar de estarem identificados como produções da área de Cádiz (Pimenta e Mendes, 2008, p.181, n.º3 e 4). Em Chões de Alpompe, existem exemplares de ânforas cujo diâmetro e morfologia do bordo também sugerem uma proximidade com a variante de Almaraz (Diogo, 1994, p. 225, n.º 9, 10 e 16).

Fora do território actualmente português, concretamente em Camposoto (Cádiz), foi possível constatar alguns fragmentos cuja forma se assemelha a esta variante (Ramon Torres *et al.*, 2007, p. 210: fig. 111, n.º346), assumidos como uma produção de origem turdetana ou ibérica. Por outro lado, em Huelva, no povoado de Tejada la Vieja, um exemplar do estrato IVb, com uma cronologia do início do séc. V a.n.e., também se apresenta muito semelhante aos nossos exemplares (Fernandez Jurado, 1987, Est. LIV, n.º6).

### **3.3.2. Grupo 2**

Neste grupo incluem-se ânforas que são resultado de um processo de evolução regional (e não tanto de “reprodução”, como o grupo 1) dos modelos iniciais, apresentando características muito individualizantes, cujas afinidades com protótipos das áreas da Andaluzia e Extremadura espanhola são nítidas.

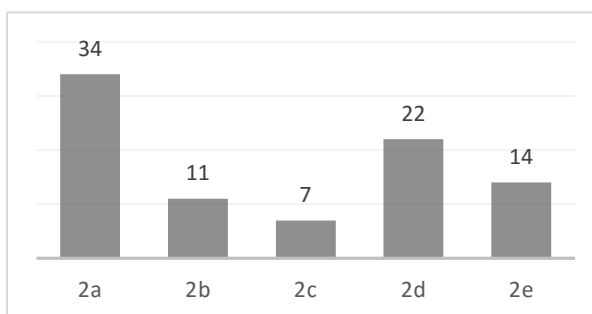
Apresentam uma grande variabilidade ao nível do bordo, que pode ter uma tendência trapezoidal ou sub-circular, bem como relativamente ao desenvolvimento da parede, que se anuncia mais globular nuns casos e mais fusiforme noutros.

Morfológicamente é bastante clara a semelhança com a forma B/C identificada por Pellicer Catalán no conjunto anfórico de Cerro Macareno (Pellicer Catalán, 1978, pp. 372-380). Esta denominação consagrou-se pela dificuldade em diferenciar os dois tipos anfóricos perante fragmentos de bordo de reduzida dimensão (*ibidem*). São uma produção do vale do Guadalquivir, com uma distribuição na zona meridional ocidental. Derivadas das ânforas “de saco”, surgem em meados ou final do séc. VI a.n.e. (*idem*, p. 376; Florido Navarro, 1985, p.501). Têm correspondência na forma B-2 de Cádiz (Muñoz Vicente, 1985, p. 473)

Alguns dos exemplares também aparentam formas produzidas na Extremadura espanhola, concretamente a forma CRI-A estabelecida para o Cancho Roano (Guerrero, 1991, pp. 53-55). É uma ânfora de corpo ovóide, derivada das R-1 e produzida a partir do final do séc. VI, com um apogeu de distribuição no séc. V a.n.e. (*ibidem*, p. 63, 73).

Nas produções do estuário do Tejo correspondem ao Tipo 3, cujo início de produção pode remontar à segunda metade do séc. VI, perdurando até inícios do IV a.n.e. (Sousa e Pimenta, 2014, pp. 270-272). No entanto, algumas das variantes que aqui identificamos, concretamente a 2c e 2d, não se enquadram exactamente na tipologia definida para o Tejo. Optámos por agrupá-las pelas suas semelhanças formais e pelas associações desenvolvidas noutras áreas, face a exemplares semelhantes.

Em Almaraz este grupo apresenta um total de 88 indivíduos. Os diâmetros variam bastante, o que parece ser um elemento característico destes modelos (Guerrero, 1991, p. 53). A espessura média das peças centra-se novamente nos 7 mm.



**Gráfico 3** Distribuição das variantes do grupo 2

### **Variante 2a**

Na primeira variante incluíram-se os fragmentos cujos bordos apresentam uma morfologia trapezoidal, lábios pendentes e um pequeno colo estrangulado. A parede



define um corpo globular, que varia na orientação, apresentando-se por vezes mais horizontal e outras mais vertical.

Encontra-se representada em Almaraz por 34 indivíduos, todos de produção local/regional. Os diâmetros variam entre o 10 e os 20 cm, com uma média nos 16cm.

Ainda em Almada, esta variante regista-se na Gruta de São Paulo, com pelo menos dois exemplares, um deles bastante completo conserva ainda uma asa de sulco central que se desenvolve a partir do ombro (Barros e Santo, 1997; Barros, no prelo). A cronologia da ocupação da Idade do Ferro na gruta de São Paulo parece centrar-se entre o final do século VI e/ou V a.n.e. (*ibidem*).

Em Lisboa, a forma encontra-se representada na Rua dos Correeiros, cuja ocupação decorre entre o séc. V e inícios do IV a.n.e., e está identificada como variante 1Ad (Sousa, 2014, p. 96). Registam-se ainda alguns exemplares enquadráveis nesta forma no Claustro da Sé (Arruda, 1999/2000, p. 124: fig. 79, n.º1 e 2) e um na Travessa do Chafariz d'el Rei (Filipe, Calado e Leitão, 2014, p. 744: fig. 12, n.º4).

Em Cascais, registam-se em Freiria (Cardoso e Encarnação, 2013, p. 164, n.º13-15). Em Oeiras, no casal agrícola de Gamelas 3, algumas das ânforas identificadas podem igualmente corresponder a esta variante (Cardoso e Silva, 2012, p. 382, n.º45 e 46). Também na Amadora se encontram diversos exemplares desta forma, nomeadamente no Moinho da Atalaia, no povoado das Baútas, no casal da Vila Chã Sul e em Fiat-Alfragide (Sousa, 2013, p. 152-162).

Mais acima no Tejo, encontram-se exemplares no Porto do Sabugueiro (Pimenta e Mendes, 2008, pp. 181, n.º5; 182, n.º 8-10), em Chões de Alpompé (Diogo, 1994, p. 225, n.º11 e 15), no Alto do Castelo (Arruda, *et al.*, 2014, p. 147: fig. 4, n.º 60, 80, 133 e 138) e em Santarém (Arruda, 1999/2000, p. 207: fig. 142, n.º 10 e 12). Na mesma área, foi referida a existência de uma ânfora do tipo B/C de Pellicer no sítio arqueológico do Alto dos Cacos (Pimenta, Henriques e Mendes, 2012, p. 42).

Já no Algarve, esta forma regista-se no Cerro da Rocha Branca, em Silves (Gomes, 1994, p. 95), bem como em Faro (Arruda, Bargão e Sousa, 2005, p.185; Sousa e Arruda, 2010, p.958), em Castro Marim (Arruda, *et al.*, 2006, p. 159) e no Moinho do Pinto (Freitas e Oliveira, 2005, p. 418, n.º3)

Tendo em conta a semelhança formal, não podemos deixar de referir a afinidade com a forma B/C1 de Pellicer, que surge no Cerro Macareno em níveis do final do séc. VI e V a.n.e. (Pellicer Catalán, 1978, pp. 376-377). Também em La Mata, a forma C.1.c

se aparenta com esta variante, ainda que no caso do sítio de Badajoz a variação dos diâmetros seja menor (Rodriguez Díaz, 2004, pp. 230-231).

### **Variante 2b**

Esta variante diferencia-se da anterior por apresentar um bordo arredondado. Em Almaraz existem 11 indivíduos, cujos diâmetros variam entre os 13 e os 20 cm, com a média nos 16cm. Tal como a anterior, são todos de produção local/regional.

No estuário do Tejo, só foi possível identificar paralelos em Chões de Alpompé (Diogo, 1994, p. 225, n.º13) e no Alto do Castelo (Arruda *et al.*, 2014, p. 147: fig. 4, n.ºAC3). Contudo, apresenta fortes semelhanças com alguns dos exemplares de ânforas encontrados na Rua dos Correeiros (Sousa, 2014: p. 378, n.º 1462; p. 383, n.º 6781) e no Casal de Vila Chã Sul (*idem*, p. 397, n.º 6/88/20 B).

A variante demonstra ainda fortes analogias com alguns exemplares do tipo B/C publicados por M. Pellicer, datados entre os finais do séc. VI e finais do séc. IV a.n.e. (Pellicer, 1978, p.378-379).

### **Variante 2c**

Na variante 2c incluem-se exemplares de bordo trapezoidal, tendencialmente pendente, com um colo pouco desenvolvido e estrangulado. Existem apenas sete indivíduos nesta variante, todos de produção local/regional, com diâmetros que variam entre os 12 e os 18cm e uma média nos 14cm.

Não foram identificados paralelos exactos no território actualmente português, aludindo-se porém a afinidade com um fragmento de ânfora do Castelo dos Mouros, em Sintra, identificado como variante 1Ac da Rua dos Correeiros (Sousa, 2014, p.400, CM/SW/BF/86/7)

O exemplar com a forma mais aproximada é o protótipo do tipo B-2 de Cádiz, com uma cronologia do primeiro terço do séc. V a.n.e. Muñoz Vicente assume o tipo B-2 como uma B/C de Pellicer (Muñoz Vicente, 1985, p. 473).

Relativamente à variante de Almaraz, colocamos também a hipótese de não corresponder a uma ânfora. No entanto, como tenho vindo a mencionar, em caso de dúvida optou-se pela inclusão dos fragmentos.

### **Variante 2d**

Esta variante distingue-se das anteriores por apresentar um colo mais alto, ainda que nas restantes características se assemelhe às outras variantes do grupo. Pertencem-lhe 22 indivíduos, de produção local/regional, com diâmetros que variam entre os 12 e os 17cm e uma média nos 14cm.

No território actualmente português, apenas em Alcácer do Sal foi possível identificar um fragmento de ânfora vagamente semelhante aos exemplares de Almaraz, apesar de não ser um paralelo exacto (Silva, 2005, p. 761). Este enquadra-se na Fase III de Alcácer do Sal, denominada por “Ferro Mediterrânico I Orientalizante”, com uma cronologia entre os séculos VII e VI a.n.e. (Silva, *et al.*, 1980-81, p.174)

A configuração genérica da variante de Almaraz assemelha-se a um tipo de ânfora centro-mediterrânea vulgarmente denominada por ZitA («Zentral-italische Amphoren»). Estas ânforas registam-se em poucos sítios da Península Ibérica, ainda que estejam presentes em Huelva (González de Canales, Serrano Pichardo e Llompart Gómez, 2004, p.70-71) e em La Fonteta – tipo 5 - (González Prats, 2011, pp. 300, 341). Os fragmentos de Almaraz são aparentemente produções locais/regionais, apresentando os habituais tons alaranjados, em alguns casos com um engobe avermelhado na superfície externa, pelo que não estamos perante os exemplares centro-italícos. Não obstante, a forma ZitA foi o melhor paralelo morfológico que identificámos para a variante 2d e a razão pela qual assumimos como possível ânfora.

Por outro lado, em Huelva, num nível da segunda metade do séc. V da c/ Tres de Agosto 9-11, existem alguns exemplares de ânforas que, apesar de não estarem muito completos, evidenciam um pequeno colo e uma morfologia do bordo em tudo semelhante aos de Almaraz (Rufete Tomico, 2002, p. 78, n.º10, 12 e 15). Também em Puerto 12, num nível cronologicamente afim do referido anteriormente, um exemplar mais bem conservado apresenta um pequeno colo, podendo também considerar-se um paralelo para esta variante (*idem*, p. 128, n.º5).

### **Variante 2e**

Esta variante apresenta um bordo semelhante à anterior mas mais descaído e um pequeno colo. A parede parece definir um corpo fusiforme. Existem 14 indivíduos em Almaraz integráveis nesta variante, todos de produção local/regional. Os diâmetros variam entre os 13 e os 19cm, com uma média nos 16cm.

É possível constatar fortes semelhanças com vários exemplares da Rua dos Correeiros, tanto da variante 1Ab como da variante 1Ac (Sousa, 2014, p. 360-361), bem como na Sé de Lisboa (Arruda, 2000, Estampa 24, n.º 5 e 6). Registam-se ainda paralelos na Amadora, concretamente no povoado das Baútas, em Fiat-Alfragide e em Moinho da Atalaia, todos com uma cronologia balizada entre o séc. VI e V a.n.e. (Sousa, 2013, pp. 152, 157, 162).

No Algarve, surgem paralelos em Castro Marim, numa cronologia entre o século VI e V a.n.e. (Arruda e Freitas, 2008, pp. 443, fig.16), tal como em Tavira (Maia, 2006, p. 481: fig.15, n.º2).

Deve referir-se também a semelhança com formas identificadas no Cerro Macareno a partir do terceiro quartel do séc. V a.n.e. (Pellicer, 1978, p.378-379; Pellicer Catalán, Escacena Carrasco, Bendala Galán, 1983, p.148), tendo ainda correspondência no tipo V definido para o Carambolo (Florido Navarro, 1985, p. 505), e exibindo algumas semelhanças com a forma C.1.e de La Mata (Rodriguez Díaz, 2004, p. 231). Em *Ilipa*, ânforas de morfologia idêntica foram encontradas em estratos dos finais do séc. VI e inícios do V a.n.e. (Ferrer Albelda, García Fernández, Escacena Carrasco, 2010, p. 67: fig.2, n.º1 e 3).

Também durante as escavações na área urbana de Huelva se registaram diversas ânforas de morfologia afim a esta. Em La Piretilla, num nível do séc. V a.n.e. (Rufete Tomico, 2002, pp. 16, n.º 9 e 12), e na c/ Tres de Agosto 9-11, em níveis desde os meados do séc. VI (*idem*, p. 69, n.º5-7) até ao séc. IV a.n.e. (*idem*, p. 87, n.º1-6). Em Puerto 12, surgem vários exemplares em diversos níveis que se estendem entre a segunda metade do séc. VI (*idem*, p. 119, n.º3-5) e o séc. IV a.n.e. (*idem*: p. 122, n.º10; p. 133, n.º10-15).

### **3.3.3. Grupo 3**

Neste grupo incluem-se os exemplares de corpo fusiforme e bordo espessado externamente, ligeiramente esvasado e sub-circular. O colo apresenta-se pouco desenvolvido e levemente estrangulado.

Nas produções do estuário do Tejo, esta forma está identificada como o Tipo 2, com uma cronologia de fabrico que se inicia no séc. V, prolongando-se até aos finais da Idade do Ferro ou inícios de época republicana (Sousa e Pimenta, 2014, p. 270).

Em Cerro Macareno, formas idênticas foram reconhecidas em níveis desde o séc. V até ao III a.n.e. (Pellicer Catalán, 1978, p. 379). Pellicer Catalán reúne-as igualmente nas denominadas “B/C” (*idem, ibidem*).

Neste âmbito, parece fazer sentido recordar, do ponto de vista cronológico, algumas semelhanças morfológicas com as formas PE-14 de Ibiza, que se diferenciam essencialmente ao nível do corpo (muito menos sinuoso no caso dos exemplares de Ibiza). Mais uma vez, a cronologia destas prolonga-se entre o séc. V e III (Ramon Torres, 1991, pp. 106-109).

Em Almaraz, existem apenas quatro indivíduos neste grupo, que se podem agrupar apenas numa variante, todos de produção local/regional. A espessura média das peças centra-se nos 8 mm.

### **Variante 3a**

Apesar de existirem diferenças, particularmente no grau de estrangulamento do colo (que varia ligeiramente), parece-nos que, neste caso, estas não devem ser excessivamente consideradas. Os diâmetros variam entre os 12 e os 17cm, com uma média nos 15cm.

A forma tem os seus paralelos essencialmente na área de Lisboa, particularmente a partir do século V a.n.e. (Sousa e Pimenta, 2014, p. 270). Tal como foi mencionado por outros autores, a sua ausência na Sé de Lisboa, cuja cronologia não ultrapassa o séc. VI, contribui para salientar a cronologia de produção indicada (*idem, ibidem*).

A sua presença parece ser sempre pouco significativa nos conjuntos, como é o caso da Rua dos Correeiros, onde a forma corresponde à variante 1Aa e está representada por apenas nove exemplares (Sousa, 2014, p. 95).

Ainda em Lisboa, na Casa dos Bicos, conhece-se o exemplar mais completo desta forma, revelando-se um paralelo exacto para alguns dos exemplares de Almaraz (Sousa e Pimenta, 2014, p. 271). Em Sintra, no povoado de Santa Eufémia, com uma cronologia centrada no século V a.n.e, foi também identificado um indivíduo desta forma (Sousa, 2014, p. 399).

### **3.3.4. Grupo 4**

Neste grupo, incluem-se fragmentos de bordo alto, contínuo, tendencialmente vertical na sua face externa e ligeiramente convexos na face interna. Aparentam um

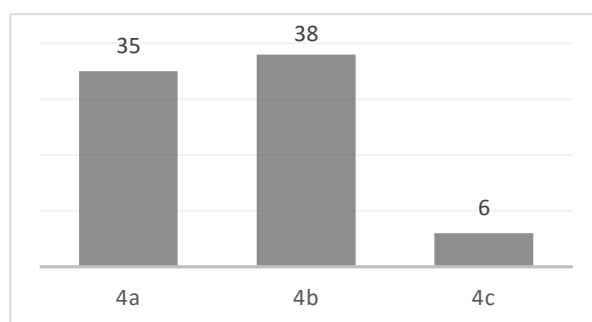
corpo mais ovalado e um ombro pouco marcado, que se localiza bastante abaixo do bordo. O bordo evidencia um espessamento interno variável e é com base nas diferentes características morfológicas deste que se estabeleceram as variantes.

Esta forma apresenta algumas semelhanças o tipo 1.3.2.4. de Ramon Torres, produção do Sudeste ibérico que decorre em redor do séc. V, eventualmente na área de Villaricos e centros próximos (Ramon Torres, 1995, p. 173). Esta semelhança resultou em que em algumas publicações relativas ao estuário do Tejo fosse assumida a forma do Sudeste da P.I. No entanto, como já referimos num capítulo anterior, para além da ausência da forma 1.3.2.4. em toda a rota comercial até ao Tejo (Sousa, 2014, p.108), é importante que no processo de identificação dos tipos se tenha presente a origem do fabrico.

Verificam-se ainda algumas analogias morfológicas com o tipo B/C-3 definido por Pellicer Catalán para o Cerro Macareno, que surge em contextos do séc. V ao séc. IV a.n.e. (Pellicer Catalán, 1978, p. 379-380).

Nas produções do estuário do Tejo, corresponde ao Tipo 4 e está largamente representado na área, apontando-se o início da sua produção em torno do séc. V a.n.e. (Sousa e Pimenta, 2014, p. 272).

Em Almaraz, 79 indivíduos pertencem a este grupo, todos de produção local/regional. A espessura média das peças centra-se nos 7mm.



**Gráfico 4** Distribuição das variantes do grupo 4

### **Variante 4a**

A primeira variante distingue-se por ter um bordo tendencialmente trapezoidal. Nesta variante incluem-se 35 indivíduos, todos de produção local/regional. Os diâmetros variam entre os 11 e os 18cm, com uma média nos 15cm.

Na Rua dos Correeiros, em Lisboa, esta forma equivale à variante 1Da (Sousa, 2014, p. 102). Ainda em Lisboa, regista-se na Travessa do Chafariz d'el Rei (Filipe, Calado e Leitão, 2014, p. 742: fig. 8, n.º4; p.744: fig. 12, n.º6).

Assinalam-se ainda paralelos no Moinho da Atalaia Oeste e no povoado das Baútas (Sousa, 2013, p. 152; Sousa, 2014, p. 394), em Freiria (Cardoso e Encarnação,

2013, p.164) e em Gamelas 3 (Cardoso e Silva, 2012, p. 382, n.º43). Também em Sintra, na Capela de São Pedro, foi identificado um exemplar desta forma (Sousa, 2014, p. 400).

Mais a norte no estuário do Tejo, identificaram-se protótipos idênticos a esta forma no Alto do Castelo (Arruda, *et al.*, 2014, p. 148: fig.5, n.º11), parecendo igualmente possível reconhecer alguns fragmentos em Chões de Alpompe (Diogo, 1994, p.225, n.º1 e 2). Também em Santarém, algumas ânforas podem eventualmente corresponder a esta forma, particularmente pela orientação com que se desenvolvem as paredes da peça, muito verticais (Arruda, 1999/2000, p. 207: fig. 142, n.º 3 e 4).

#### **Variante 4b**

A variante 4b possui igualmente um bordo subvertical, alto e estreito, tendencialmente côncavo na face externa. Em Almaraz, 38 indivíduos pertencem a esta variante, todos de produção local/regional. Os diâmetros variam entre os 10 e os 20cm, com uma média nos 14cm.

Esta apresenta poucos paralelos, detectando-se escassamente ao longo do estuário do Tejo em contextos do séc. VI e V a.n.e. Tem algumas semelhanças com a variante 1Dc da Rua dos Correeiros (Sousa, 2014, p. 103), não sendo porém um paralelo exacto. Para além deste sítio, em Lisboa, apenas se identificou mais um paralelo na Travessa do Chafariz d'el Rei, atribuído na publicação a uma possível ânfora do tipo 1.3.2.4. de Ramon Torres (Filipe, Calado e Leitão, 2014, p. 744: fig. 11, n.º8).

Também em Oeiras, no povoado de Gamelas 3, com ocupação do século V a.n.e. (eventualmente recuando até à segunda metade do -VI) se registam dois fragmentos que demonstram grandes semelhanças formais com esta variante (Cardoso e Silva, 2012, p. 382, n.º47 e 48).

#### **Variante 4c**

Nesta última variante incluíram-se os fragmentos de bordo com características idênticas aos anteriores, mas mais ovalados e com um ligeiro espessamento interno. Registam-se apenas seis exemplares com estas características que, tal como as variantes anteriores, são de produção local/regional. Os diâmetros variam entre os 13 e os 18cm, com uma média nos 16cm.

Tem correspondência na variante 1Db da Rua dos Correeiros, onde se encontra muito bem representada (Sousa, 2014, p. 102-103). Em Lisboa, para além deste sítio, encontra paralelos na Sé de Lisboa (Arruda, 1999/200: Fig. 78, n.º1).

Na Amadora, a variante regista-se no Moinho da Atalaia Oeste (Sousa, 2014, p. 386), nas Baútas (*idem*, p. 394) e em Fiat-Alfragide (*idem*, p. 398). Em Sintra, identificaram-se exemplares semelhantes em Santa Eufémia (*idem*, p. 399). Na zona mais interior do estuário, reconheceram-se apenas no Alto do Castelo (Arruda, *et al.*, 2014, p. 148: fig.5, n.º 8, 13, 40 e 62).

### 3.3.5. Grupo 5

O grupo 5 compõe-se de fragmentos de bordo alto e espessado internamente, vertical ou ligeiramente convergente, com uma amplitude de diâmetro variável e sem colo. Os bordos apresentam uma secção tendencialmente triangular ou rectangular.

Os exemplares de Almaraz apresentam uma forte semelhança com a série 11 definida por Ramon Torres (1995, p. 233-237), também conhecida como Mañá-Pascual A4, que é característica da zona do Estreito de Gibraltar, onde a produção se desenvolve entre o final do séc. VI e os inícios do séc. IV a.n.e. (Sáez Romero, 2002, p. 292).

Em Almaraz, 12 indivíduos pertencem a esta forma, mantendo-se a espessura média das peças nos 7mm.

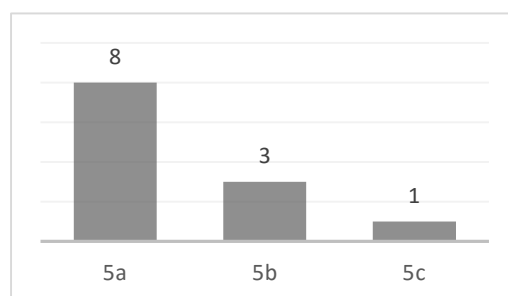


Gráfico 5 Distribuição das variantes do grupo 5

#### Variante 5a

A primeira variante caracteriza-se por ter um bordo vertical ou ligeiramente convergente, com um perfil tendencialmente triangular. É espessado internamente e as paredes desenvolvem-se de forma ovóide a partir do bordo. Os diâmetros variam entre os 11 e os 20cm, concentrando-se a média nos 14cm. Todos os indivíduos são de produção local/regional.

Em Lisboa, tem paralelos na variante 1Ca da Rua dos Correeiros, estando ainda presente no conjunto da Sé (Sousa, 2014, p. 100, 362). No concelho da Amadora registam-se ânforas com as mesmas características no povoado das Baútas, cuja



cronologia de ocupação está balizada entre o século V e o IV a.n.e. (Sousa, 2013, p. 157).

Também em Freiria, com uma cronologia centrada no séc. V a.n.e., algumas ânforas classificadas como B/C de Pellicer podem associar-se a esta variante (Cardoso, Encarnação, 2013, p. 164, n.º6-7).

Mais a Norte no estuário do Tejo, no Alto do Castelo, alguns exemplares identificados como tipo 1 do Estuário do Tejo correspondem possivelmente a exemplares desta variante, tendo em conta a morfologia do bordo, o seu espessamento e o desenvolvimento das paredes (Arruda *et al.*, 2014, p. 147: fig.4, n.º37 e 44). Também na Alcáçova de Santarém, alguns fragmentos de ânfora parecem corresponder a paralelos (Arruda, 1999/2000, p. 207: fig.142, n.º1-2). Por fim, no povoado de Castanheira do Ribatejo também se regista uma ânfora de morfologia bastante semelhante à forma de Almaraz (Pimenta, Mendes, Madeira, 2010, p. 51, n.º74). Os dados obtidos para o sítio levaram os autores a considerar uma cronologia mais tardia, concretamente entre finais do séc. III e meados do II a.n.e. (*idem*, p. 53).

Em Castro Marim, morfologias análogas, produzidas na zona da *campiña gaditana*, surgem maioritariamente na Fase V de ocupação do sítio, com uma cronologia entre os inícios do séc. V e os finais do IV a.n.e. (Santos, 2009, p. 46-47).

Para reforçar a cronologia em que formas semelhantes a esta se produzem e comercializam, menciona-se o caso de Huelva, onde na c/ Tres de Agosto 9-11, se registaram exemplares de morfologia idêntica em vários níveis com cronologias entre os meados do séc. VI e a 2ª metade do séc. V a.n.e. (Rufete Tomico, 2002, p. 61, n.º 13 e 14; p. 69, n.º10).

### **Variante 5b**

Esta variante apresenta um perfil de bordo semelhante à anterior, mas menos espessado, com arestas menos marcadas e uma orientação mais convergente. A parede desenvolve-se num perfil aparentemente mais estreito, provavelmente «acilindrado». A divisão entre o bordo e a parede é mais ténue, ainda que esteja marcada. A esta variante correspondem apenas três indivíduos, todos de produção local/regional. Os diâmetros variam entre os 16 e os 18cm, com uma média nos 17cm. Mencione-se ainda as analogias que exhibe relativamente à variante 6a, que definiremos mais adiante.

Na Rua dos Correeiros, a variante 1Cb demonstra bastantes semelhanças com a de Almaraz (Sousa, 2014, p. 100, 362). Ainda na base da colina do Castelo de São Jorge, na Rua São João da Praça, alguns fragmentos de bordo classificados como 1.3.2.4. parecem enquadrar-se nesta forma (Pimenta, Calado, Leitão, 2005, p. 323, n.º5-6), o que demonstra a sua presença em repertórios do séc. IV e III a.n.e.. Na sondagem 3 da Travessa do Chafariz d'el Rei, numa unidade à qual se atribuiu uma cronologia do séc. VII-VI, prolongando-se eventualmente para o séc. V a.n.e. - tendo em conta a presença de uma presumível imitação em cerâmica comum das taça de pé de engobe vermelho - (Filipe, Calado, Leitão, 2014, p.744: fig.11, n.º5), surgiu um exemplar vagamente enquadrável nesta variante, ainda que seja menos espesso e as paredes se desenvolvam de forma mais vertical.

Registam-se recipientes com as mesmas características em Santa Eufémia, ocupado durante os finais do séc. VI e o séc. V a.n.e. (Sousa, 2014, p. 273 e 399). Também no Moinho da Atalaia, na Amadora, com uma cronologia ligeiramente posterior ao povoado anterior (séc. V-IV a.n.e.) foram identificadas ânforas com uma forma idêntica (Sousa, 2013, p. 152, n.º 10/110/3, 48/384/15 A).

Mais acima no Estuário do Tejo, registam-se protótipos análogos no Porto Sabugueiro, em Muge (Pimenta, Mendes, 2008, p. 183, n.º23). No Castro do Amaral, com uma cronologia entre meados do séc. VIII e meados do V a.n.e. e posterior ocupação tardo-republicana, alguns exemplares de ânforas podem também incluir-se nesta variante (Pimenta e Mendes, 2010/2011, p. 613, n.º119 e 120). Ainda na mesma área, no povoado de Castanheira do Ribatejo (finais do séc. III a meados do II a.n.e.), cujo conjunto anfórico é constituído apenas por Maña-Pascual A4, um dos exemplares (n.º75) apresenta as mesmas características formais que os de Almaraz (Pimenta, Mendes, Madeira, 2010, p. 51).

Em Santarém regista-se também um exemplar que foi associado ao tipo 11.2.1.6. de Ramon Torres (Arruda, 1999/2000, p. 209: fig. 143, n.º9). É bastante idêntico a esta variante, desenvolvendo-se porém de forma mais vertical.

Na área de Setúbal, concretamente na Travessa dos Apóstolos, uma das ânforas da fase III, parece ser um paralelo para a nossa variante, ainda que o seu grau de conservação não permita certezas (Soares, Silva, 1986, p. 99, n.º10). Na área do Mondego, a variante 5b parece ter paralelos em Santa Olaia (Rocha, 1971, Est. XIV).

No Baixo Alentejo, em Mesas do Castelinho, recuperaram-se dois fragmentos anfóricos de Maña-Pascual A4 que se podem considerar como paralelos para esta

variante (Filipe, 2010, p. 61). Na mesma área, em Neves II, foi publicado um exemplar quase completo que exhibe semelhanças com a forma de Almaraz (Maia e Correa, 1985, p. 261).

Já no Algarve, em Castro Marim, formas análogas produzidas na área gaditana surgem mais uma vez na Fase V, datada entre a segunda metade do séc. V e finais do IV a.n.e. (Arruda e Freitas, 2008, p. 443; Santos, 2009, pp. 46-48).

Esta variante apresenta ainda grandes semelhanças com alguns exemplares da forma B/C-3 definida para o Cerro Macareno, com uma cronologia centrada no séc. IV (Pellicer Catalán, 1978, p.380-381, n.º1503, 1402, 1510, 1442).

### **Variante 5c**

A terceira variante apresenta um bordo com perfil semelhante às anteriores, mas mais espessado internamente e moldurado na face externa. Apenas um indivíduo do conjunto de Almaraz corresponde a esta variante, de produção local/regional e com um diâmetro de 14cm.

No território actualmente português são poucos os paralelos para esta forma e nenhum deles é exacto. Em Lisboa, na Rua dos Correeiros, um fragmento identificado como variante 1Ca apresenta a face externa moldurada à semelhança do exemplar de Almaraz (Sousa, 2014, p. 335, n.º5524). Em Chões de Alpompé verifica-se a mesma situação, com um exemplar morfologicamente análogo mas mais ovalado e com uma moldura menos marcada (Diogo, 1994, p. 225, n.º18). Também em Santarém um fragmento de ânfora apresenta uma moldura na face externa muito idêntica, ainda que o perfil do bordo seja distinto (Arruda, 1999/2000, p. 207, n.º11; Bargão, 2014, p.753, n.º6).

Parece fazer sentido referir outros exemplos identificados noutras áreas da P.I. Regista-se assim a semelhança com um exemplar do Cerro Macareno, com uma cronologia entre os séculos IV e II (Pellicer Catalán, Escacena Carrasco, Bendala Galán, 1983, p. 183). Em Sevilha, no corte estratigráfico de San Isidoro 85-6, um fragmento de ânfora que também se parece com esta variante encontrou-se num nível datado do séc. IV a.n.e. (Campos Carrasco, Vera Reina, Moreno Menayo, 1988, p. 47, n.º343). Segundo os autores, esta forma tem uma amplitude cronológica que se estende desde os finais do séc. VI ao fim do séc. IV a.n.e. (*idem*, p. 36).

### 3.3.6. Grupo 6

No último grupo reuniram-se as ânforas de bordo recto, praticamente indiferenciável da parede e com uma orientação convergente. Os fragmentos que possuímos anunciam uma ânfora de corpo cilíndrico, com diferentes espessamentos na zona interna do bordo.

Os exemplares de Almaraz, para além de representarem uma minoria no conjunto anfórico, não demonstram diferenças substanciais, pelo que distinguimos somente duas variantes. Apenas seis indivíduos se inserem neste grupo, com uma espessura média de 10cm.

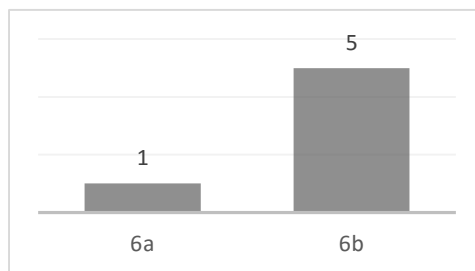


Gráfico 6 Distribuição das variantes do grupo 6

#### Variante 6a

A primeira variante apresenta um bordo amendoadado, ligeiramente espessado internamente, muito reentrante e com bocal estreito (diâmetro de 12cm). O bordo é praticamente indiferenciável do corpo, encontrando-se apenas assinalado por um pequeno sulco que o separa da parede. A esta variante pertence apenas um exemplar, cujo fabrico sugere uma produção com origem na baía de Cádiz (grupo de fabrico 3).

Esta forma parece corresponder morfológicamente à Mañá-Pascual A4, contentor anfórico que alcançou um grande sucesso no âmbito das relações comerciais no Mediterrâneo a partir do final do séc. VI a.n.e. (Sousa, 2009, p. 86). A denominação relaciona-se com a sua caracterização inicial, realizada por J. Mañá (1951, p. 204-205), e posterior revisão de R. Pascual (1969 *apud* Sáez Romero, 2002, p. 290), que reuniu uma série de exemplares, proporcionando assim o primeiro *corpus* de comparação para a forma (Sáez Romero, 2002, p. 290).

Simultaneamente, M. Ponsich identifica a produção deste tipo no Norte de África, concretamente nos fornos de Kuass, definindo-a como os tipos II e III (Ponsich, 1969, p. 10-12). Esta divisão foi mais tarde revista por F. López Pardo, que demonstra que os tipos II e III são na realidade duas variantes do mesmo tipo de ânfora (López Pardo, 1990, p. 18) – concretamente do tipo tardio, posteriormente agrupado na série 12 de Ramon Torres.

Uma nova abordagem é realizada em 1981 por Ramon Torres, que consagra a denominação da forma como Mañá-Pascual A4, relacionando-a com o transporte de salgas de peixe (Ramon Torres, 1981 *apud* Sáez Romero, 2002, p. 290). A publicação em 1985 do naufrágio do Tagomago 1 (Ramon Torres, 1985) dá um novo impulso ao conhecimento da forma, particularmente dos exemplares mais antigos, posteriormente reunidos por Ramon na série 11.

Na síntese que elabora em 1995, Ramon Torres divide a forma nas série 11 e 12. A primeira (série 11) corresponde aos exemplares produzidos entre o final do séc. VI e os inícios do IV, com particular pujança durante o séc. V a.n.e.. A segunda (série 12) é a evolução do modelo anterior a partir da segunda metade do séc. IV e produzida sobretudo no decorrer dos séculos III e II a.n.e. (Ramon Torres, 1995, p. 233-239).

Esta forma (MPA4) foi resultado de uma evolução dos modelos tardios da série 10 de Ramon Torres desde os finais do séc. VI a.n.e. (Ramon Torres, 1987-88, p. 195), tendo-se produzido nas mesmas zonas que as suas antecessoras (Ramon Torres, 1985, p. 380). Destaca-se particularmente a sua abundante produção na baía gaditana, tendo correspondido ao contentor privilegiado de transporte dos preparados de peixe (Arruda, Bargão, Sousa, 2005, p. 195). O facto de ter sido produzida em distintos centros oleiros resultou numa grande variabilidade da forma (*idem, ibidem*).

A reduzida dimensão do exemplar de Almaraz dificulta a identificação de paralelos. Evidencia-se porém bastante perceptível que estamos perante um exemplar da série 11 definida por Ramon Torres (1995, p. 253-237), já que os modelos da série 12 tendem a possuir um bordo mais arredondado e com um espessamento menor, não se diferenciando da parede. Como já referimos, o fragmento de Almaraz apresenta um perfil amendoado, com o lado externo praticamente recto, marcado apenas por um sulco, aproximando-se de exemplares do tipo 11.2.1.3. e 11.2.1.6. (*idem*, p. 235, 237).

O tipo 11.2.1.3. foi produzido entre os finais do séc. VI, atingindo um auge de produção no final do séc. V a.n.e. e desaparecendo praticamente no início do século seguinte (*idem*, p. 235). Já o tipo 11.2.1.6. tem uma cronologia de produção centrada no último quarto do século V e os inícios do IV a.n.e. (*idem*, p. 237).

No entanto, o 11.2.1.3. é o tipo da série 11 que alcançou uma amplitude comercial mais significativa (*idem*, p. 235; Ramon Torres, 2004, p. 97). Por outro lado, Ramon Torres admitiu recentemente que o 11.2.1.6. não deverá ter sido fabricado na baía de Cádiz – contrariamente ao 11.2.1.3., cuja produção está arqueologicamente atestada na área - (*idem, ibidem*; Frutos Reys e Muñoz Vicente, 1994, p. 398-399; González Toraya

*et al.*, 2000, p. 178). Tendo em conta estes dados, bem como o facto do exemplar de Almaraz ter uma produção característica da zona gaditana, é presumível que corresponda a um protótipo do 11.2.1.3.

No território actualmente português, este tipo apresenta uma difusão limitada, surgindo com maior frequência no litoral, particularmente no Algarve. Desconhecemos a existência deste no estuário do Tejo ou do Sado, ainda que se registem outras variantes da forma. Mencione-se novamente a semelhança com a variante 5b de Almaraz.

No Mondego, no Crasto de Tavadre, o único exemplar publicado de ânfora por Santos Rocha exhibe semelhanças com o protótipo de Almaraz, nomeadamente pelo facto de apresentar a parte externa do bordo recta (Rocha, 1971, Est. XXXIII, n.º406).

Em Castro Marim, os exemplares de 11.2.1.3. surgem essencialmente na fase V do sítio, com contextos balizados entre os inícios do V e finais do IV a.n.e. (Santos, 2009, p. 46).

A título de exemplo, e de modo a evidenciar a cronologia em que este modelo surge nos contextos de consumo, é possível citar os casos de Huelva, nomeadamente: Tejada la Vieja, onde esta forma surge no nível IVc (Rufete Tomico, 2002, p. 175), cuja cronologia se centra nos meados do séc. V a.n.e. (Fernandez Jurado, 1987, p.136, 165); no nível II de La Piretilla, datado entre o final do séc. V e meados do IV a.n.e., um dos exemplares apresenta características idênticas ao de Almaraz (Rufete Tomico, 2002, p. 21, n.º21); outro exemplar semelhante identificou-se no nível IIIa da c/Botica 10-12 e no nível III da c/ Tres de Agosto 9-11, ambos com uma cronologia entre a segunda metade e o final do séc. V a.n.e. (*idem*, p. 42, n.º12; p. 78, n.º1; p. 174).

### **Variante 6b**

Esta segunda variante engloba os fragmentos que apresentam o bordo convergente e um perfil troncocónico, com um ligeiro espessamento ao longo de toda a zona superior da parede e um bordo praticamente indiferenciável desta. Apenas cinco indivíduos lhe pertencem, todos de produção local/regional. Os diâmetros variam entre os 11 e os 17,5cm, com uma média nos 15cm.

Esta variante enquadra-se no Tipo 7 definido para as produções do estuário do Tejo (Sousa, Pimenta, 2014, p. 275). Como mencionaram os autores da referida tipologia, é difícil precisar o momento de produção e utilização desta forma (*idem*,

*ibidem*). Apesar de na área de Lisboa surgir maioritariamente em contextos já republicanos, o início da sua produção pode remontar aos finais da Idade do Ferro, concretamente à transição entre os séculos IV e III a.n.e. (*idem, ibidem*).

A semelhança da forma com algumas produções típicas da zona meridional, como a Tiñosa ou a Mañá-Pascual A4 (particularmente a série 12 da tipologia de Ramon Torres) foi também mencionada pelos mesmos autores (*idem*, p. 277). No entanto, para além de especificidades morfológicas, os exemplares de Almaraz apresentam um fabrico de características iminentemente locais/regionais, que não se enquadram em nenhuma das produções do Sul da Península Ibérica.

A forma apresenta vários paralelos no território actualmente português. A maioria destes paralelos estão classificados como Mañá-Pascual A4 tardias, concretamente do tipo 12.1.1.1. de Ramon Torres (1995, p. 237-238), produzido na área do Estreito de Gibraltar (costa andaluza e marroquina) durante a segunda metade do séc. IV e provavelmente até à primeira metade do séc. I a.n.e. (*idem, ibidem*).

Por outro lado, como já referimos, determinados exemplares de Almaraz apresentam vagas semelhanças formais com as tradicionalmente denominadas “Tiñosa” (8.1.1.2. de Ramon Torres), assim apelidadas por A. Rodero pela forte presença no sítio arqueológico com o mesmo nome (Belén e Fernández-Miranda, 1978; Rodero Riaza, 1991, p. 284-287; Ramon Torres, 1995, p. 222 e 248; Ferrer Albelda, García Fernández e Escacena Carrasco, 2010, p.67; fig.2, n.º7; p. 71: fig.5 n.º9). Esta é uma ânfora muito característica da zona da Andaluzia, particularmente na área da *campiña* gaditana, onde foram produzidas entre os séculos IV e III a.n.e. (Carretero Poblete, 2004a; 2005; Arruda, Bargão e Sousa, 2005, p. 190). Têm uma comercialização muito regional, centrada no Sul da Península Ibérica (Carretero Poblete, 2005, fig.1) e uma pasta de características muito específicas (*idem, ibidem*). Estão relacionadas com o transporte de produtos agrícolas na referida área, num momento em que a actividade produtiva parece desenvolver-se bastante (*idem*, p. 184). Tendo em conta esta produção e dispersão bastante regional, muito concentrada, deve evitar-se a generalização da sua designação.

Deste modo, parece-me que a terminologia mais correcta para designar a variante de Almaraz é precisamente como tipo 7 do Tejo, apesar de não excluir a hipótese de uma eventual inspiração nos outros dois contentores.

Em Almada, na Quinta da Torre, cuja ocupação decorre em momentos tardios da Idade do Ferro, regista-se um fragmento muito semelhante ao de Almaraz (Cardoso e Carreira, 1997/1998, p. 213).

Em Lisboa, no Castelo de São Jorge, ânforas de morfologia afim às de Almaraz surgem já em contextos republicanos da segunda metade do séc. II a.n.e., estando identificadas como produções locais/regionais (Pimenta, 2005, p. 90, 92). O mesmo se verificou na Rua São João da Praça, com uma cronologia entre meados do séc. III e o período romano, onde não obstante os contentores surgem descontextualizados (Pimenta, Calado, Leitão, 2005: p. 323, n.º10-12, p. 325; Pimenta, Calado, Leitão, 2014, p. 713).

Os restantes paralelos do estuário do Tejo encontram-se de forma disseminada, remontando a diferentes cronologias. Em Freiria, nos contextos da Idade do Ferro, que se desenvolve até aos inícios do séc. IV a.n.e. (Cardoso, Encarnação, 2013, p. 165, n.º1-4, 7-8). Na *villa* romana de Vilares, em Cascais, um fragmento de ânfora identificado como Maña Pascual A-4 é bastante semelhante a alguns dos nossos exemplares (Nieuwendam e Santos, 2006, p.2-3). No Castelo dos Povos (alto do Senhor da Boa Morte) regista-se um fragmento de morfologia afim de presumível cronologia romana (Pimenta e Mendes, 2012, p. 53, n.º2). Na Alcáçova de Santarém também se assinalam exemplares semelhantes (Bargão, 2014, p.753, n.º 14). Por fim, no Porto do Sabugueiro, cujo início de ocupação remonta ao séc. VII e perdura até época romana (Pimenta *et al.*, 2014), foram identificados alguns fragmentos de ânfora idênticos aos de Almaraz (Pimenta, Mendes, 2008, p. 182).

No povoado de Chibanes (Palmela), um exemplar bastante completo surgiu num contexto datado entre o séc. IV e o III a.n.e. (Maia, 1978, p.205: Est. I; Silva e Soares, 2012: p. 78; p.82, n.º22).

Refiram-se ainda outros exemplares que, não correspondendo ao Tipo 7 do Tejo, apresentam grandes semelhanças morfológicas e podem ter um período de produção/consumo semelhante aquele. No Alentejo, regista-se uma ânfora de morfologia afim na Rua do Sembrano, em Beja, cuja cronologia de ocupação se estende entre o séc. IV e o II a.n.e. (Grilo, 2007, p. 265, fig.10) e em Mértola, entre o séc. V e o IV (Arruda, 2008a, p. 319, fig.13). Em Faro, foram identificados exemplares semelhantes aos de Almaraz, associados a exemplares tardios (séc. III a.n.e.) de Maña Pascual A4 (Arruda, Bargão, Sousa, 2005, p. 196, 202), tal como em Monte Molião (Sousa, Arruda, 2010, p. 958), Tavira (Maia, 2004, p.28), Castro Marim – onde morfologias afins surgem até ao séc. I a.n.e. -(Arruda, 1999/2000, p. 733-734; Arruda



*et al.*, 2006, p. 157; Carretero Poblete, 2005, fig.7; Santos, 2009, p. 50) e Cerro da Velha (Castro Marim), em que um dos fragmentos de ânfora apresenta uma morfologia idêntica a alguns fragmentos de Almaraz (Freitas e Oliveira, 2005, pp. 418, n.º1). O mesmo acontece com o exemplar da foz do Arade, de produção “lusitana” (Diogo, Cardoso e Reiner, 2000: p.102; p. 116, fig.12, n.º112; Carretero Poblete, 2005).

### **3.3.7. Fragmentos de forma indeterminada**

Para além dos fragmentos que possibilitaram um enquadramento no quadro tipológico proposto para Almaraz, 10% dos bordos não permitiram uma identificação evidente da forma. Na maioria dos casos esta impossibilidade deveu-se ao elevado estado de fragmentação, mas em determinadas situações, apesar de do grau de conservação ser aceitável, revelou-se inexequível a atribuição a um grupo. São contudo apresentados os desenhos em anexo, para que futuramente seja possível proceder ao seu enquadramento.

#### **Forma Indeterminada 1 – n.º 605**

Esta foi uma das formas que mais questões suscitou, considerando-se inclusivamente a possibilidade de não corresponder a uma ânfora. O bordo, com 22cm de diâmetro, tem um perfil arredondado ou ligeiramente anguloso e assenta sobre um pequeno colo, levemente estrangulado. O corpo desenvolve-se de forma globular. O diâmetro máximo parece ser bastante central, abaixo das asas. As asas são de tamanho médio, circulares, situam-se próximas do bordo, na parte superior do recipiente e não superam muito o corpo deste em largura.

Não foram detectados paralelos para esta forma, registando-se porém a semelhança com os exemplares da série 2 de Ramon Torres (1995, p. 177-178; 515). Estas produções têm origem no Mediterrâneo central, e desenvolvem-se entre o séc. VII e o séc. VI a.n.e. (*idem*, p. 178). No caso do exemplar de Almaraz, a produção local/regional (grupo de fabrico 1A) parece evidente. Foi recolhido à superfície, próximo do quadrado U45.

### **Forma indeterminada 2 – n.º 603**

No caso do indivíduo n.º603, parece inquestionável o facto de estarmos perante uma ânfora. Foi igualmente recolhido à superfície, numa área próxima ao quadrado U45, muito próximo do exemplar n.º 605.

A forma não apresenta nem bordo, nem fundo, impossibilitando uma atribuição tipológica. Importa referir que é de produção local/regional.

O corpo tem um perfil acilindrado, apresentando-se mais largo na sua zona central. As asas são pequenas, circulares e implantam-se na zona do colo. O fundo parece desenvolver-se de forma tendencialmente ogival, mas achatado. A altura conservada é de aproximadamente 82cm.

#### **3.3.8. Asas**

O conjunto de fragmentos de asas é reduzido, já que se optou por incluir apenas as que se encontravam mais bem conservadas. Desta forma será possível catalogar as características principais das asas das ânforas de Almaraz, que apresentam algumas variações ao nível da forma. Pretende-se que para futuras organizações do material do sítio exista um conjunto de medidas de referência para que se possa distinguir mais facilmente uma asa de ânfora de outra respeitante a cerâmica comum.

Deste modo, a frequência com que cada tipo de asa surge nesta amostra não corresponde de forma alguma à realidade. Identificaram-se três secções possíveis: uma totalmente circular (60 indivíduos), outra também circular com uma saliência central ao longo da asa (quatro indivíduos) e por fim uma mais ovalada, com um sulco central que também percorre toda a asa (dois indivíduos). As asas circulares estão largamente representadas nos tipos anfóricos mais antigos, percorrendo porém todo o 1º milénio a.n.e.. Não obstante, em alguns casos, surgem algumas variações, sendo uma das mais características a asa com sulco central, que se regista em diversos sítios do estuário do Tejo a partir de meados do primeiro milénio (Sousa, 2014, p. 104), mas também noutras zonas da Península Ibérica ao longo de toda a Idade do Ferro (Martín Ruiz, 1995, p. 137; Grilo, 2007, p. 265). A título de exemplo, no Cerro Macareno este tipo de asas surge a partir do segundo quartel do séc. VI a.n.e., estando presente até ao final da estratigrafia do sítio (Pellicer Catalán, 1978, p. 395).

Não existem alterações significativas entre as várias secções que definimos. A extensão das asas varia sempre entre os 7,6 e os 11,6cm, com uma média a recair nos

9,3cm. O diâmetro das asas varia entre 2,1 e 3,3cm, com uma média nos 2,7cm. Por fim, a espessura das asas varia entre os 1,89 e os 3,2cm, com uma média nos 2,6cm.

### 3.3.9. Fundo

O único fundo identificado tem uma forma convexa, num perfil em ogiva invertida. A espessura média é de 5mm. Este é um fundo típico de diversas formas de ânforas da Idade do Ferro, particularmente dos primeiros modelos, pelo que é impossível associar a um protótipo específico

## 3.4. Sobre a representação dos grupos de fabrico

Importa ainda tecer alguns comentários relativamente à representação dos grupos de fabrico no conjunto, bem como à sua associação a determinadas formas.

Torna-se desde logo evidente a reduzida representação das importações. Dos 442 indivíduos identificados, apenas sete correspondem a importações. Estas têm origem no Sul da Península Ibérica, concretamente da área de Cádiz. A reduzida representação de importações não se evidencia, no entanto, como uma situação invulgar no estuário do Tejo, já que se coaduna com o restante registo da área, como se pode constatar pelos dados que reuni nas **Tabelas 1 e 2**.

SÍTIO	BIBLIOGRAFIA	10.1.1.1.	10.1.2.1.
<b>Almaraz</b>	-	1 Cádiz	3 <i>campiña gaditana</i> ; 2 Cádiz
<b>Sé de Lisboa</b>	Arruda, 1999/2000, p. 124	1 Málaga	-
<b>Rua São Mamede de Caldas (Lisboa)</b>	Pimenta, Silva e Calado, 2014, p. 731	1 Málaga	-
<b>Pátio do Aljube (Lisboa)</b>	Fernandes <i>et al.</i> , 2013, p. 177	2 “Possivelmente do grupo Málaga”	-
<b>Rua São João da Praça (Lisboa) - Contexto secundário do séc. III a.n.e.</b>	Pimenta, Calado e Leitão, 2005, p. 322	-	1 Málaga e 1 Cádiz
<b>Rua da Judiaria (Lisboa)</b>	Calado <i>et al.</i> , 2013, p.126	1 “Afinidades com o grupo «bahia de Cadiz»	1 “afinidades com o grupo «bahia de Cadiz»”

		”	
<b>Porto do Sabugueiro</b>	Pimenta e Mendes, 2008, p.181	-	4 Cádiz
<b>Quinta da Marquesa II</b>	Pimenta e Mendes, 2010/2011, p. 603	-	1 “provável origem no estreito de Gibraltar”
<b>Castro do Amaral</b>	Pimenta e Mendes, 2010/2011, p. 611	2 “Possivelmente baía de Cádiz”	4 “possivelmente baía de Cádiz”
<b>Santarém</b>	Arruda, 1999/2000, p. 206	4 Málaga “com reservas”	-
<b>TOTAL ESTUÁRIO DO TEJO</b>	-	<b>12 Indivíduos</b>	<b>17 Indivíduos</b>

**Tabela 1** - Importações anfóricas de R1 (10.1.1.1. e 10.1.2.1.) identificadas no Estuário do Tejo.

	BIBLIOGRAFIA	4.1.1.3 de Ramon Torres	?	Mañá-PasCual A4 (11.2.1.3?)
<b>Almaraz</b>	-	-	-	1 Cádiz
<b>Correeiros</b>	(Sousa, 2013, p. 107)	1 Sarda	1 “Zona meridional da Península Ibérica”	-
<b>TOTAL</b>			<b>3 Indivíduos</b>	

**Tabela 2** - Importações anfóricas dos séculos V/IV a.n.e. identificadas no Estuário do Tejo.

Numa tentativa de compreender este fenómeno, comparou-se o registo de Almaraz com o de Cerro del Villar e de La Fonteta. Seleccionaram-se estes sítios arqueológicos pelo facto de ambos possuírem um grande conjunto de ânforas e uma análise publicada dos seus fabricos. Comparando o registo de Almaraz com estes sítios, verifica-se uma conformidade na proporção das importações face às produções locais. Em Almaraz estas correspondem a 1,5% dos indivíduos; em Cerro del Villar, a 0,2% do total de fragmentos (18 recipientes completos, dos quais apenas seis são ânforas); e em La Fonteta a 5,9% do conjunto anfórico (Aubet, *et al.*, 1999; González Prats, 2011). Ainda que com percentagens ligeiramente distintas, a proporção das importações face às produções locais/regionais é claramente diminuta em qualquer um dos sítios. Comentaremos esta questão no próximo capítulo.

No âmbito das produções identificadas como locais/regionais (grupo de fabrico 1), não se constatou uma associação concreta entre subgrupos e formas específicas, ainda seja possível verificar alguns dados. Antes de mais, salienta-se a grande representação do subgrupo 1A (91,5% do conjunto), provável produção da área Lisboa/Almaraz, que está representado por todas as formas identificadas em Almaraz, excepto a 5c (que possui apenas um indivíduo, cujo grupo de fabrico é o 1B).

A menor representação dos subgrupos 1B (3,8%) e 1C (3,5%) também é evidente, encontrando-se ausente, em ambos os fabricos, a forma 6 de Almaraz. No grupo 1C também se constata a ausência da forma 2. Por outro lado, a forma 1 (variantes 1b, 1c, 1d e 1e) definido para Almaraz está representado em todos os grupos de fabrico identificados.

Não sendo possível, de momento, chegar a algum tipo de conclusão relativamente às diversas representações de cada subgrupo, aguardamos que o desenvolvimento da investigação relativa ao tema acrescente dados mais substanciais, que eventualmente nos indiquem sobre as formas produzidas nas diferentes áreas do estuário do Tejo.

### **3.5. O conjunto de Almaraz e as ânforas do 1º milénio a.n.e. no estuário do Tejo: produção, circulação e consumo.**

A dimensão do conjunto anfórico relativo à Idade do Ferro na Quinta do Almaraz torna-o um dos mais numerosos no território português, a par do recentemente estudado da Rua dos Correeiros – que, no entanto, é menos dilatado no tempo.

Das várias formas definidas, salienta-se a grande representação das que correspondem às habitualmente denominadas “R1” (grupo 1 de Almaraz, representado por 50,5% do conjunto de bordos), em contraste com a sub-representação dos modelos cuja produção se inicia presumivelmente dos séc. V/IV a.n.e. em diante, nomeadamente os grupos 3, 5 e 6 de Almaraz (totalizam 4,3% do conjunto de bordos); e a total ausência dos Tipos 5 e 6 definidos para o Tejo. Ainda que em proporções distintas, o registo aproxima-se do que se verifica na Alcáçova de Santarém, onde também as “R1” são o tipo de ânfora mais representado (Bargão, 2014, p. 753).

Nos primeiros momentos da Idade do Ferro, os modelos anfóricos produzidos na área do estuário **reproduziram** os protótipos de influência fenício-púnica, concretamente as “R1” (Sousa e Pimenta, 2014, p. 275), de que o grupo 1 definido para

Almaraz (ou o Tipo 1 do Tejo) é o exemplo mais expressivo. Note-se, porém, que não são cópias exactas (no sentido de «falsificação») dos originais. Pelo contrário, na maioria dos exemplares de produção local/regional, não se verifica uma intenção de imitar todos os detalhes que caracterizam o modelo original. Em análise às ânforas de Almaraz constatou-se, inclusivamente, uma grande variabilidade na morfologia e espessura dos bordos, bem como uma falta de padronização nos seus diâmetros. O objectivo não seria imitar, mas reproduzir a forma genérica, no contexto de uma aceitação de esquemas bastante funcionais e de ampla difusão no Sul da Península Ibérica (Ramon Torres, 1995, p. 280).

Esta apropriação parece ter acontecido de um modo muito espontâneo, já que não foi necessária uma grande quantidade de elementos importados para que estes fossem incluídos no quotidiano das populações – contrariamente ao que sucedeu com outras categorias cerâmicas, mesmo noutros períodos (Adroher Auroux e López Marcos, 1996 p. 28; Fernández Ochoa, Morillo Cerdán e Zarzalejos Prieti, 2014, p. 69).

O reduzido número de **importações** revela também a rapidez com que se terá iniciado a produção anfórica no estuário do Tejo. Como se mencionou no capítulo anterior, o baixo número de ânforas importadas é transversal a todos os povoados do estuário, concordando também com o que se verificou noutros sítios da Península Ibérica que desenvolveram desde cedo uma produção anfórica, como é o caso de Cerro del Villar (Aubert, 2009, p. 326-328). Encontramo-nos assim perante uma rápida transferência da tecnologia (Cardoso, 1994, p. 231; 1995, p. 17), mas sobretudo de formação de uma sociedade predisposta a absorver esses novos produtos, num processo que implicou a formação de novos hábitos. Estes novos hábitos não se terão limitado às dinâmicas produtivas, abrangendo também a culinária, como se pode perceber pela introdução de determinadas formas de «cerâmica de mesa», concretamente os pratos. Estas novidades tiveram assim implicações culturais profundas, indicando uma alteração das pautas de consumo de alimentos (Sáez Romero, 2014, p. 61).

Depois deste período de reprodução dos modelos de influência fenício-púnica, a tónica evolutiva é definida por várias inspirações, que desenham um quadro morfológico de características muito específicas, de **carácter local**, notando-se uma maior variedade relativamente à primeira metade do milénio (Sousa e Pimenta, 2014, p. 275).

A partir do final do séc. VI e especificamente durante o V a.n.e., paralelamente à continuidade dos modelos derivados das “R1”, regista-se uma evolução na morfologia das ânforas, que se diversificam. Os contactos com o Sul da Península Ibérica, particularmente com a baía gaditana, parecem ter permanecido. Estes constatam-se, por exemplo, pela tendência para o «acilindramento» dos contentores anfóricos produzidos no estuário do Tejo, que se regista desde o século V a.n.e. nas produções gaditanas (Sáez Romero, 2014, p. 41). É um fenómeno que ocorre no âmbito da evolução das tipologias centro-mediterrâneas, que tem repercussões no desenvolvimento das ânforas gaditanas e que, por sua vez (*idem, ibidem*), se reflecte igualmente na evolução dos contentores do estuário do Tejo. Algumas formas traduzem claramente esta tendência, concretamente as variantes 3a, 5b e 6b de Almaraz, que preludiam um maior comprimento do recipiente, a par do que acontece com os modelos das séries 11 e 12 de Ramon Torres. A presença da importação de Mañá-Pascual A4 em Almaraz (presumivelmente 11.2.1.3.), bem como de duas importações anfóricas na Rua dos Correeiros, uma da zona meridional da P.I. e outra Sarda (Sousa, 2013, p. 107), reforçam esta ideia de continuidade dos contactos com a zona gaditana.

Não obstante, perspectivando a evolução de *todas* as categorias cerâmicas presentes no estuário do Tejo durante o I milénio, constata-se que na segunda metade deste ocorre uma desvinculação daquela área (Arruda, 2014, p. 525), sendo que a maioria das formas produzidas no Sul de Espanha já não se desenvolvem no Tejo (Arruda, 1999/2000). Esta diminuição dos contactos enquadra-se num processo de acentuada regionalização que se desenvolve no estuário a partir de meados do milénio (Sousa, 2014, p. 306) e que se manifesta sobretudo na cultura material que “*segue de perto os esquemas formais e decorativos da primeira metade*” (Arruda, 2005a, p. 300), num fenómeno que se denominou como “*conservadorismo orientalizante*” (Arruda, 1993, p. 206; Arruda, 1999/2000, p. 230).

Os contactos com a área da Alta Andaluzia e da Extremadura Espanhola são sugeridos pelo grupo 2 definido para Almaraz (Tipo 3 do Tejo). Como foi proposto por outros autores, é possível que aquelas zonas tenham influenciado a evolução das produções do estuário do Tejo (Sousa e Pimenta, 2013, p. 277).

No entanto, ao assumirmos uma influência, admitimos a existência de um influxo, ou seja, que interacção cultural teve um efeito essencialmente unilateral (Adroher Auroux, 2014, p. 283). No caso das primeiras produções do baixo Tejo (“R1”), parece ser praticamente inegável uma verdadeira influência - no sentido empregue por Adroher

Auroux (*idem*, p. 282) -, já que se constata uma autêntica absorção do modo como se faz a peça – a morfologia, modelagem/torno e cozedura –, verificando-se ainda uma interacção directa e de certa forma preponderante por parte de quem possuía a tecnologia e produziu os protótipos com as comunidades locais (do Tejo). Por outro lado, sabe-se com segurança que os modelos de R1 do Sul de Espanha são anteriores às produções do Tejo – critérios que, segundo determinados autores, definem o conceito de “influência” (*idem, ibidem*; Niveau de Villedary, 2014, p. 122) -.

Contudo, para confirmar esta “influência” nas produções do estuário do Tejo na segunda metade do milénio, concretamente no grupo 2 de Almaraz (Tipo 3 do Tejo), seria necessário ter bons contextos cronológicos, bem como mais indícios desse contacto, por exemplo, através de importações anfóricas da Alta Andaluzia e Extremadura espanhola - que até ao momento não existem -. Seria ainda imprescindível compreender o cenário social e económico em que se processava a relação entre a área do estuário do Tejo e as referidas zonas, avaliando concretamente o alcance da interacção dos vários focos culturais. Em primeiro lugar, determinando se a relação seria directa (Férrandez Ochoa, Morillo Cerdán e Zarzalejos Prieto, 2014, p. 43) e, em segundo, se seria essencialmente unilateral (Extremadura/Alta Andaluzia > Tejo) ou revelar-se-ia como uma troca. Caso contrário, estamos apenas a assumir que os modelos do estuário do Tejo são posteriores e que o seu desenvolvimento foi de certo modo condicionado por aquelas áreas.

Por esta razão, pode eventualmente falar-se em «inspiração», o que implica já um acto voluntário por parte dos oleiros em aproveitar determinados elementos de um protótipo (Adroher Auroux, 2014, p. 283). Ou, por outro lado, é possível admitir-se a hipótese de múltiplos focos produtivos (Férrandez Ochoa, Morillo Cerdán e Zarzalejos Prieto, 2014, p. 44), em que dois modelos semelhantes resultam de uma simples coincidência (Adroher Auroux, 2014, p. 282). A evolução regional das formas, quando com uma origem comum (neste caso, as “R1”), poderia gerar modelos morfologicamente semelhantes, sem que isso implicasse um contacto directo entre as diversas zonas que os produzem (García Fernandez e Sáez Romero, 2014, p. 109) - como aliás é possível constatar pelo modo como se desenvolveram os repertórios anfóricos da de todo o Sul da Península Ibérica, que evoluíram de forma análoga independentemente do contacto entre as várias áreas produtoras (Ramon Torres, 1995). Por todas estas razões, parece-nos que a evolução das formas anfóricas produzidas no estuário do Tejo a partir dos finais do séc. VI e inícios do V a.n.e. não devem ser



interpretadas no âmbito de esquemas unilaterais de influência, como acontece nos inícios da Idade do Ferro, mas antes como um processo de evolução regional.

Persiste ainda o problema de determinação do **período de produção** das formas. Como já foi mencionado (*vide supra* 2.1.), o registo fragmentado e desigual que possuímos para o estuário do Tejo, bem como a maioritária ausência de bons contextos estratigráficos, dificulta bastante esta tarefa. Acresce o facto de não detemos informação substancial sobre os espaços de produção (oficinas e/ou fornos), únicos contextos que poderiam fornecer cronologias consistentes relativamente ao tema. Deste modo, é possível presumir que formas se utilizariam em determinado momento, sendo contudo mais complexo determinar quando iniciaram a sua produção e comercialização ou até que momento perduraram as mesmas. Consequentemente, as conclusões possíveis têm essencialmente como base os dados dos lugares de consumo - o que, como veremos mais adiante, tem outro tipo de implicações (nomeadamente a reutilização dos contentores e o seu aproveitamento durante longos períodos de tempo), que limitam ainda mais o alcance de qualquer definição cronológica.

Tendo em conta os diversos sítios onde foi possível identificar o grupo 1 definido para Almaraz, o início da sua produção no estuário do Tejo deverá remeter para o início do VI a.n.e., ou porventura o final do VII a.n.e.. Ainda que nem todas as variantes definidas para cada grupo se associem necessariamente a diferenças cronológicas, no caso de Almaraz, considero a possibilidade das variantes 1d e 1e serem utilizadas até aos inícios do séc. V, visto que a maioria dos paralelos definidos se encontram em sítios cuja ocupação decorre precisamente entre a transição do séc. VI para o V a.n.e.. A presença destas variantes em momentos tão avançados não é um fenómeno estranho. Como menciona Ana Maria Niveau a propósito de exemplares semelhantes do Castillo de Doña Blanca (Cádiz), que define como “*ánforas de tradicion «de sacco» evolucionadas*”, estas formas são resultado de “*tipos de gran aceptación y larga vigencia (...) su presencia se puede explicar desde el punto de vista de la pervivencia del gusto por determinados tipos, dentro de un acusado conservadurismo formal*” (Niveau de Villedary, 1999, p. 134).

No entanto, não deixa de ser indicativa a sua ausência no conjunto da Rua dos Correeiros, o que sugere que poderiam já não ser produzidas durante o século V a.n.e., independentemente de continuarem a ser utilizadas em alguns povoados.

Relativamente ao grupo 2 definido para Almaraz, os paralelos indicaram uma circulação entre os finais do VI e o século V a.n.e.. Já o grupo 4 tem paralelos essencialmente em contextos datados do séc. V a.n.e., tal como as variantes 5a e 5c, que se registaram essencialmente entre o século V e o IV a.n.e.

Quanto às restantes variantes definidas, coloca-se outro obstáculo. A inexistência quase total de contextos publicados seguramente datáveis do séc. IV ou III a.n.e. (Sousa, 2014, p. 106), resulta numa dificuldade em definir as formas características dessa época. Consequentemente, apesar dos paralelos para as variantes 3a e 5b indicarem a sua utilização pelo menos desde o século V, torna-se difícil definir até que momento subsistiram. O mesmo sucede com a variante 6b, cujos paralelos se encontram em contextos do final da Idade do Ferro (séc. IV/III ?) e o período romano, tornando-se também difícil definir a partir de que momento foi comercializada.

Os poucos dados que possuímos relativos ao séc. IV e III a.n.e. são os contextos da Praça Nova em Lisboa, onde se documentaram exemplares do Tipo 2 do estuário do Tejo (*idem, ibidem*; Sousa e Pimenta, 2014, p. 270), que tem paralelo na variante 3a de Almaraz. Por outro lado, na Quinta da Torre, está aparentemente representado o Tipo 7 do Tejo (variante 6b de Almaraz). Já na Rua São João da Praça estão presentes, num contexto do final da Idade do Ferro, protótipos tardios de Mañá-Pascual A4 (Pimenta, Calado e Leitão, 2005), tal como acontece no povoado pré-romano de Castanheira do Ribatejo (Pimenta, Mendes e Madeira, 2010) e inclusivamente já em contextos de época republicana, a par das primeiras importações itálicas (Pimenta, 2005), a maior parte com paralelos nas variantes 5b e 6b de Almaraz. Fica assim demonstrado que os modelos anfóricos tiveram uma grande amplitude temporal, com esquemas que sobreviveram durante vários séculos, pelo que só a revisão e estudo exaustivo dos conjuntos anfóricos devidamente contextualizados do estuário do Tejo permitirá alcançar cronologias mais consistentes.

Os conjuntos apresentam-se também muito **pouco estandardizados**, registando-se muita variabilidade dentro de um mesmo modelo – o que se verificou no conjunto da Rua dos Correeiros (Sousa, 2014, p. 105-106) e de Almaraz. Uma das características que demarca esta falta de padronização nas produções anfóricas é a grande oscilação nos diâmetros e a variabilidade morfológica dos bordos dentro de um mesmo modelo anfórico, que já tinha sido verificada no conjunto dos Correeiros (*idem, ibidem*) e que pudemos igualmente constatar em Almaraz.

O nível de standardização é por norma associado à dimensão da produção, ao grau de especialização dos produtores<sup>5</sup> – neste caso, oleiros –, ou à quantidade de oleiros existentes (Costin, 1991, p. 33). Quanto menor é o número de centros produtores e maior a produção de determinado objecto dentro de cada um desses centros, mais standardizado tende a ser o resultado (*idem, ibidem*). Em Cádis, por exemplo, onde a partir dos meados do 1º milénio a.n.e. se verificou a criação de um sistema altamente planificado e direccionado para a produção massiva, em que vários centros produtores de grande dimensão começaram a produzir ânforas em quantidades expressivas, o nível de standardização dentro do mesmo modelo anfórico era bastante alto (Sáez Romero, 2010, p.897, 909), evidenciando-se muito superior ao que se verifica no Tejo.

Face aos dados que possuímos para a última zona, concretamente a falta de standardização, bem como o facto dos indícios sobre a produção anfórica serem reduzidos (*vide supra* 2.2.), é provável que estejamos perante um modelo produtivo distinto, onde funcionariam vários centros oleiros de menor dimensão. Estes localizavam-se presumivelmente no interior ou junto aos povoados, como sugerem os indícios relativos à produção cerâmica no estuário do Tejo, maioritariamente associados aqueles.

Independentemente do modelo produtivo que se desenvolveu durante o 1º milénio a.n.e. no estuário do Tejo, é certo que se verificou uma grande alteração socio-económica. A aprendizagem das novas tecnologias – o torno e estruturas de combustão que permitiam um melhor controlo do processo de cozedura - implicava necessariamente a presença de alguém que as dominasse e/ou de quem tivesse aprendido com quem as conhecia, já que não são técnicas que se apreendam apenas com base na observação do resultado (Arruda, 1999/2000; Arruda, 2005a, p. 53). Mas esta transformação não se reflecte apenas na introdução das novas tecnologias, como também numa nova mentalidade produtiva, que deixa de satisfazer uma lógica de mera auto-subsistência, de base doméstica, para passar a uma dinâmica cujo objectivo era produzir excedentes para comercialização com um carácter mais especializado.

Mas várias questões permanecem sem resposta, nomeadamente o volume de produção, o alcance da circulação destes contentores (mercados) e, claro, o conteúdo que transportariam.

---

<sup>5</sup> Ainda que em determinados ofícios, como a ourivesaria, a falta de standardização não indica necessariamente uma menor especialização do artesão, já que por norma se exige uma certa individualidade/originalidade em cada objecto produzido (Costin, 1991, p. 34).

Quanto à questão do **alcance da circulação** das ânforas do estuário do Tejo, os dados são praticamente nulos. Na margem Norte da foz do estuário, recentes abordagens aos conjuntos artefactuais demonstraram um comércio regional bastante dinâmico, particularmente entre o que tem sido interpretado como o grande povoado dessa margem (Lisboa) e os núcleos mais pequenos, localizados nos concelhos da Amadora, Sintra e Oeiras (Sousa, 2013, p.111; Sousa, 2014). Por outro lado, a confirmar-se a presença em Almaraz de um fabrico do interior do estuário – grupo de fabrico 1C (*vide supra* 3.2.) -, é revelada uma rede de trocas ao nível de todo o estuário que importa conhecer e caracterizar.

Fica também por compreender se existiria alguma ligação comercial com a área do baixo Sado, o que consideramos uma possibilidade, tendo em conta as semelhanças de algumas formas anfóricas de ambas as regiões. Esta conformidade morfológica já tinha sido identificada por outros autores (Sousa e Pimenta, 2014, p. 278), pelo que resta saber qual a origem do fabrico dos exemplares em questão.

O tema dos **conteúdos** é um dos que tem registado menos avanço na investigação relativa às ânforas a nível peninsular. Se, por um lado, raras vezes se recolhem restos do conteúdo no interior dos recipientes, também já ficou por demais demonstrado que o mesmo modelo de ânfora pode ter transportado diferentes conteúdos (Frutos, Chic e Berriatua, 1988; Ruiz Mata e Niveau de Villedary, 1997).

Relativamente à série 11 de Ramon Torres (Mañá-Pascual A-4) produzida em Cádiz e identificada em Almaraz presumivelmente no tipo 11.2.1.3., é consensual que o seu conteúdo fosse sempre o mesmo, sendo o recipiente por excelência utilizado para o transporte de preparados piscícolas (Ramon Torres, 1995, p. 264, 266; Niveau de Villedary, 2011, p. 14).

No entanto, quando abordamos os tipos mais antigos, como as importações das “R1”, não é possível ter a mesma certeza. Nestes momentos, tendo em conta a pouca variabilidade das formas, a possibilidade do mesmo modelo ser utilizado para transportar diferentes conteúdos é bastante alta, pelo que qualquer hipótese é puro terreno especulativo (*idem*, p. 14-15). Apesar de existirem certos indícios, como os revestimentos interiores (resina), que podem indiciar o transporte de conteúdos líquidos ou semi-líquidos (azeite, vinho ou preparados piscícolas), esses revestimentos raramente se conservam (Ramon Torres, 1995, p. 265) e o caso das ânforas de Almaraz não foi excepção.

Coloca-se ainda a questão de ser possível uma **reutilização** destes recipientes, que num segundo momento de utilização podiam ser direccionados para outros fins. A função primária das ânforas termina no momento em que a carga chega ao destino (Risueño Olarte e Adroher Auroux, 1990, 379), pelo que posteriormente ou eram abandonadas, ou reutilizadas, nomeadamente enquanto recipientes de armazenagem, como modelo para reprodução de formas ou mesmo como base para processamento de matérias-primas (Aubert, *et al.*, 1999, p. 279; Mataloto, 2004, p. 76; Sáez Romero, 2012, p. 500).

O processo de amortização de um recipiente é assim influenciado por diversos factores, sendo um deles a relação perda/recuperação (*idem*, p.375) - isto é, se o recipiente no caso de ficar inutilizável é facilmente substituído (*idem, ibidem*) -. As ânforas, pelas suas características intrínsecas, não permitem uma substituição célere, pelo que provavelmente continuavam a ser utilizadas durante longos períodos de tempo, adquirindo diversas funções e armazenando distintos produtos. Por todas estas razões, torna-se difícil, se não mesmo incorrecto, procurar afirmar categoricamente qual seria o conteúdo de determinada forma com base nos resultados das análises de outras áreas.

Contudo, como já foi discutido para as ânforas do Cancho Roano, os contentores anfóricos, pelo seu peso e fragilidade, destinar-se-iam provavelmente apenas ao transporte de líquidos e semi-líquidos, já que os alimentos sólidos poderiam mais facilmente ser transportados em recipientes produzidos sobre materiais mais leves, como o vime ou a madeira (Guerrero, 1991, p. 64-65).

No caso das produções anfóricas do estuário do Tejo, não temos qualquer indício do que poderiam transportar, em grande medida pela falta de estudos paleoambientais. É tentador referir, obviamente, os resultados das análises polínicas realizadas no Paul dos Patudos, em Alpiarça, que demonstraram que em redor de 600 a.n.e. o diagrama polínico atingia “*um pico de Vitis, cuja forma muito abrupta aponta para um cultivo intencional*” (Cardoso, 1995, p. 23), confirmando de certo modo a referência de Estrabão, “*de ser esta uma região «fétil e bem revestida de vinha»*” (*idem, ibidem*) que, no entanto, se refere a séculos subsequentes. Por outro lado, o registo de grainhas de uva no fosso de Almaraz (Barros e Henriques, 1998b, p. 88) sugere o consumo da espécie, ainda que a falta de análises não permita saber se estamos perante a espécie selvagem (*vitis silvestris*) ou uma efectiva produção (*vitis vinífera*).

Não obstante, existem testemunhos suficientes de que seriam explorados localmente um conjunto diversificado de produtos, como o peixe – veja-se a quantidade

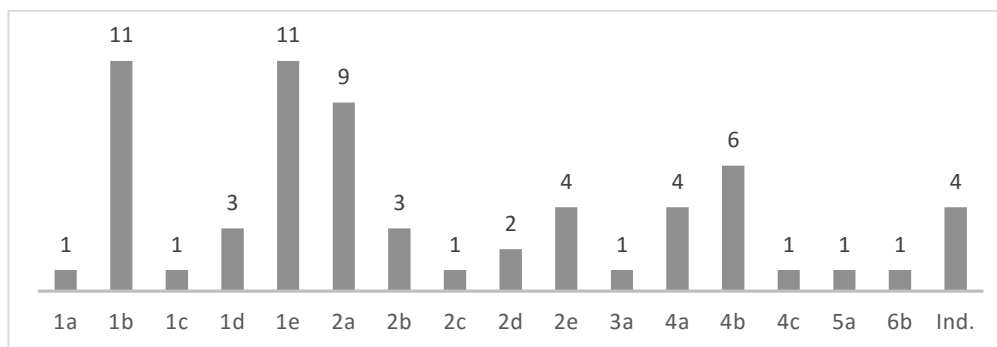
de restos de peixe (espinhas) que resultaram das escavações em Almaraz (Barros, 1998, p.37) -, os moluscos (*idem, ibidem*) e mesmo a carne (Cardoso, 2000). O Tejo proporcionou uma amplitude e diversidade de recursos que poderiam ser transportados nestes contentores, pelo que presumir que esse produto seria somente o vinho é, nesta fase dos estudos, claramente arriscado.

#### 4. DISPERSÃO DO CONJUNTO E LEITURA COMPARADA DOS DADOS

O conjunto de dados que se apresentou merece ainda algumas reflexões, particularmente tendo em consideração a dispersão do conjunto das ânforas, os outros artefactos já publicados e as datações de radiocarbono. Recorde-se que a falta de informações contextuais limita bastante a maioria das propostas que aqui se desenvolvem. Contudo, parece possível tecer alguns comentários relativos à distribuição dos fragmentos anfóricos estudados, retirando algumas conclusões relativas à dinâmica de ocupação do espaço e diacronia genérica do povoado.

##### 4.1. Fosso(s)

##### 4.1.1. Quadrado A12(S)/B12(N)



**Gráfico 7** Variantes representadas no A12/B12

No A12/B12 registam-se exemplares de todos os grupos anfóricos, destacando-se particularmente os grupos 1 e 2 (42% e 30%, respectivamente). Os grupos 5 e 6, por outro lado, são os menos representados, com apenas um indivíduo cada. No caso do 6b, o indivíduo provém de uma camada superficial (c.3).

O único indivíduo da variante 1a surge já em pleno enchimento do fosso (c.28). Trata-se contudo de um exemplar de fabrico local/regional, o que significa que a sua cronologia de produção não coincide necessariamente com a indicada para os centros do Sul da Península Ibérica. Os subgrupos 1b, 1e, 2a, 4a e 4b destacam-se claramente nesta área. As restantes variantes, embora presentes, estão representadas em proporções menores comparativamente a outros quadrados.

No A12/B12, foram identificadas três importações: duas com provável origem na *campiña* gaditana (subgrupos 1b e 1c); e uma com origem na baía de Cádiz (grupo 1b). Relativamente aos exemplares da *campiña*, um foi encontrado na camada 1 e outro no perfil – isto é, sem contexto. Já o exemplar de Cádiz, identificou-se numa camada de enchimento do fosso (c.25).

Tendo em conta a presença destas importações, é possível ponderar uma cronologia de início de enchimento do fosso entre os meados ou final do séc. VII a.n.e. As restantes formas representadas remetem-nos para uma cronologia entre o séc. VI e o Va.n.e., sendo que a presença de um exemplar da variante 6b prolonga a cronologia para os finais da Idade do Ferro.

As várias datações realizadas relativas a esta área do fosso, destacam um extenso intervalo, entre meados do séc. VIII e meados do V a.n.e. (Barros e Batalha, no prelo), com uma maior incidência sobre o séc. VII (*ibidem*).

O engobe vermelho do A12/B12 (Barros e Batalha, no prelo), porém, assume-se como elemento importante para confirmar a cronologia apontada pelas ânforas. Registam-se desde as formas mais antigas (P.1 e P.2 de Rufete Tomico), com uma cronologia entre a 2ª metade do séc. VIII e o 1º quarto do VII no Sul de Espanha (Rufete Tomico, 1988/1989, p. 25-27), até outros mais recentes, como os pratos da forma P.3, cuja cronologia recai entre a segunda metade/último quarto do VII e o séc. VI (*idem*, p. 31-35). Estes últimos dominam claramente o conjunto, já que estão representados em número muito superior ao das formas P.1 e P.2 (Barros e Batalha, no prelo). Surgem ainda as taças de pé alto em engobe vermelho, características da foz do rio Tejo, para as quais se assume uma cronologia já da segunda metade do séc. VI, permanecendo eventualmente até séc. V a.n.e., dada a sua possível presença na Rua dos Correeiros (Arruda, 1999/2000, p. 107; Sousa, 2014, p. 123).

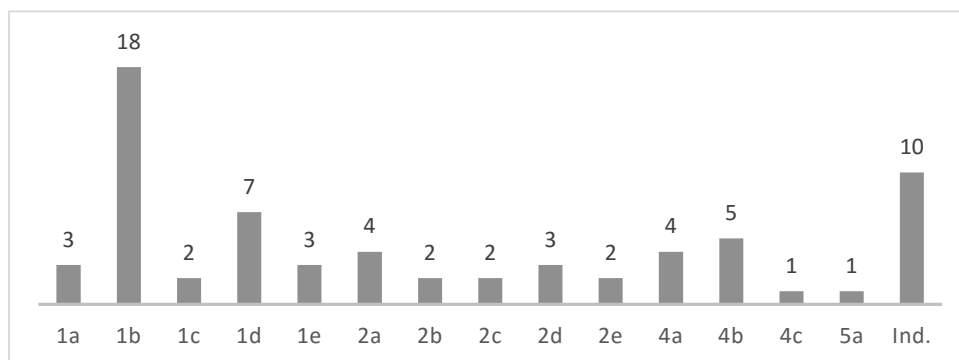
Os dados relativos à cerâmica cinzenta também parecem corroborar esta cronologia, já que se assinalam exemplares da forma 1 da Sé de Lisboa (Arruda, Freitas,

Sánchez, 2000, p.32; Barros e Batalha, no prelo), uma das mais características nos contextos orientalizantes peninsulares, bem como a forma 3 identificada no mesmo sítio (*idem, ibidem*). Além destes dados, regista-se um trípode em cerâmica cinzenta (*idem, ibidem*), cuja forma tem paralelo exacto em Sa Caleta e está amplamente representada em contextos peninsulares de influência fenícia (Ramon Torres, 1999, p. 180, 211; Arruda, 2003, p.75). Este modelo generaliza-se num momento impreciso do séc. VII, estando claramente presente nos repertórios do primeiro quartel do VI a.n.e. (Ramon Torres, 1999, p. 181).

Regista-se ainda a presença de uma urna do tipo “Cruz del Negro”, de colo alto e recto, apenas ligeiramente inclinado para o exterior, com uma asa bífida que arranca desde a base do colo e assenta num corpo globular (Barros e Batalha, no prelo). Tem paralelos no tipo II.2.B.b.1. definido para as cerâmicas pintadas da Andaluzia, que surge nesta área desde os meados do séc. VIII mas só se generaliza durante o séc. VII a.n.e. (Belén e Pereira, 1985, p. 318-319). Demonstra também algumas semelhanças com as formas da 2ª metade do séc. VII a.n.e. da necrópole de Medellín (Torres Ortiz, 2008, p. 640-643).

Para concluir, importa assinalar que não só não possuímos dados que nos indiquem a frequência de cada categoria cerâmica, já que o conjunto deste quadrado só se encontra parcialmente estudado, como acrescem as limitações resultantes do facto da escavação desta parte do fosso não estar concluída (em profundidade e largura), pelo que as hipóteses que aqui apresento são apenas uma primeira aproximação à cronologia desta área do fosso.

#### 4.1.2. Quadrado J27/4



**Gráfico 8** Variantes representadas no J27/4



O grupo 1 é manifestamente o mais representado no J27/4, representando 49% do conjunto anfórico. É seguido, em menor proporção, pelos grupos 2 e 4 (19% e 14%, respectivamente), e apenas um exemplar do grupo 5. Os grupos 3 e 6 não têm qualquer representação nesta área do fosso. Da variante 1a registam-se 3 indivíduos, um deles com origem no Sul de Espanha (provavelmente Cádiz). Este exemplar surge já numa camada de enchimento do fosso (c.23), bem como os outros dois exemplares de produção local/regional (c.25 e 28). Sobressai ainda a grande presença do grupo 1b, com um indivíduo presumivelmente produzido na *campiña* gaditana e os restantes de produção local/regional.

Os resultados das análises de radiocarbono para esta área do fosso já se encontram publicados (Barros e Soares, 2004, p. 341; Anexo 3, Tabela 3). Como já foi referido, os autores aludiram imediatamente para a fraca fiabilidade das datações referentes às amostras de *Venerupis* (*idem*, p. 344), pelo que não vamos considerar essas amostras. Os restantes resultados (SAC 1636 e SAC 1655) revelam um intervalo amplo, entre o séc. XII e o V a.n.e. (*idem*, p. 341), com uma intersecção entre o fim do séc. X e os finais do IX a.n.e. (917 e 802). Esta cronologia aproxima-se do que foi obtido para Santarém, concretamente nos estratos mais antigos (Fase I), aos quais se associam ânforas do tipo 10.1.1.1, pratos de engobe vermelho de bordo estreito e amplo diâmetro e bastante cerâmica manual (Arruda, 2005a, p.27-28).

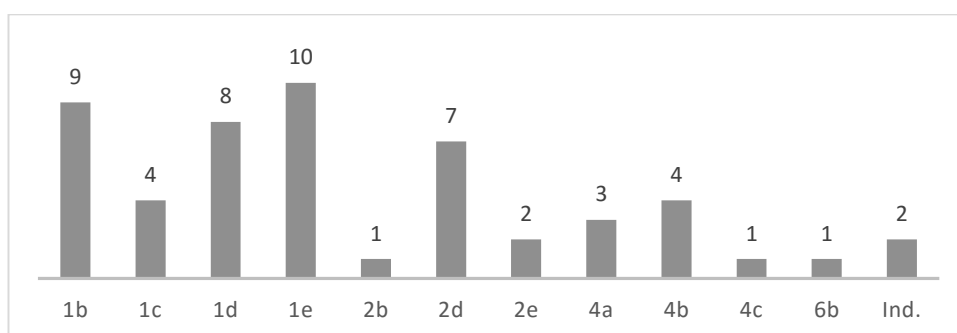
Tendo em conta as formas de ânforas que surgem nesta zona do fosso, designadamente a grande representação do grupo 1 e a presença da variante 1a nos níveis de enchimento do fosso, parece evidente que já estaria em utilização no séc. VII, ou possivelmente nos finais do séc. VIII a.n.e. Recorde-se que um dos indivíduos da variante 1a foi importado da área de Cádiz, pelo que terá chegado em algum momento entre os finais do séc. VIII e a primeira metade do séc. VII a.n.e.. A presença de exemplares das formas 2 e 4 prolongam a cronologia de utilização do fosso certamente até ao séc. VI ou inícios do séc. V a.n.e. (dado que algumas das variantes representadas têm paralelos na Rua dos Correeiros).

Alguns exemplares de cerâmica de engobe vermelho do J27/4 foram publicados num artigo que apresentava materiais de diversas áreas de Almaraz (Barros e Henriques, 2002a, p. 308-309). A presença de um exemplar da forma P.1.d de Rufete Tomico (n.º16) , bem como outros atribuíveis às formas P.2.a e P.3 (variante a e d; n.º17-18, 20,

22-23), remete a cronologia para um intervalo entre a segunda metade do séc. VIII e o séc. VII (Rufete Tomico, 2002, p. 31-35), prolongando-se em determinados casos até ao séc. VI a.n.e. (*idem*, p. 36; Schubart, 2002, p. 79). Salienta-se ainda a semelhança formal do exemplar n.º 16 (Barros e Henriques, 2002a, p. 308) com os exemplares de engobe vermelho da fase B1 do Morro de Mezquitilla, com uma cronologia entre meados e segunda metade do VIII a.n.e. (Maass-Lindemann, 1998, p.58). Ainda neste quadrado surgiu um fragmento de vaso de alabastro (c. 22) (Cardoso, 2004, p. 237).

Parece deste modo evidente que o fosso já se encontrava em utilização no séc. VII, podendo a sua abertura e início de utilização recuar até aos finais do séc. VIII a.n.e. Por outro lado, também se afigura bastante óbvia a sua utilização até ao século V, tendo em conta a presença de formas mais tardias de ânforas (concretamente do grupo 4 e 5 de Almaraz), bem como de pratos de engobe vermelho da forma P.3.d. de Rufete Tomico.

#### 4.1.3. Quadrado J28/2



**Gráfico 9** Variantes representadas no J28/2

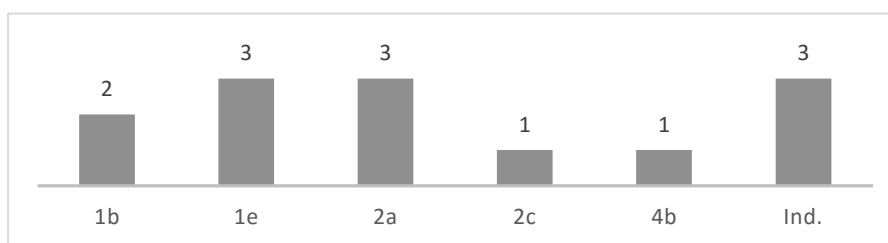
Nesta área, o grupo mais representado continua a ser o 1 (60% do conjunto), com exemplares de todas as variantes à excepção da 1a. O grupo 2 e 4 também estão bem representados (19% e 15%, respectivamente), contrariamente ao grupo 6, que está presente com apenas um indivíduo da variante 6b. A única importação deste quadrado é da variante 1e, sendo os restantes recipientes de produção local/regional. É notória a ausência das ânforas das formas 3 e 5 definidas para Almaraz.

Tendo em consideração a cronologia das ânforas representadas desta área, parece-nos razoável admitir uma cronologia do séc. VI a.n.e., visto que as formas 2, a 4 e a 6 não recuam além dessa cronologia, prolongando-se inclusivamente até ao séc. IV ou III a.n.e. (nomeadamente pela presença variante 6b).

Deste quadrado, o único elemento publicado é um fragmento de cerâmica grega (c.9) (Cardoso, 2004, p. 229, n.º2), atribuível ao Coríntio Médio – 600-575 a.n.e. - (Arruda, 2007, p. 135).

Por conseguinte, dado que não possuímos mais informações que reforcem uma hipótese cronológica mais exacta, atribuímos um intervalo genérico para a colmatação desta área do fosso entre o século VI e o século IV a.n.e.

#### 4.1.4. Quadrado J29

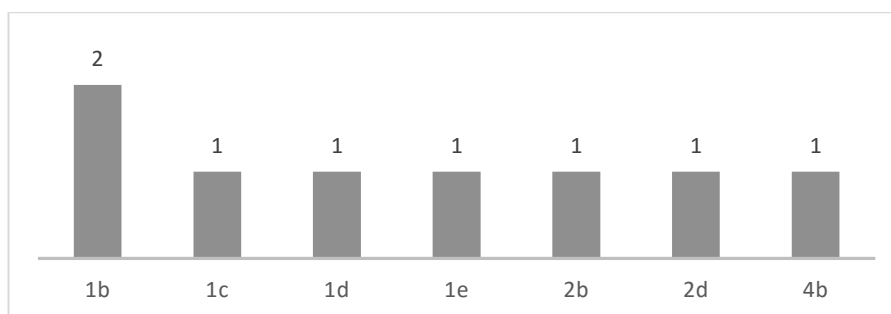


**Gráfico 10** Variantes representadas no J29

Para esta área do fosso os dados são reduzidos. Relativamente às ânforas, destaca-se novamente o grupo 1 – variante 1b, 1d e 1e - (38% do conjunto), seguido pelo 2 (31%), nas variantes 2a e 2c. Com menor representação, encontra-se o grupo 4, variante 4a (8%), com apenas um fragmento.

As cronologias proporcionadas por este conjunto são novamente bastante amplas. Por um lado, a variante 1b pode surgir desde o final do séc. VII; por outro, as formas 2 e 4 são utilizadas durante o séc. V a.n.e., como se constatou pela sua presença na Rua dos Correiros. Tendo em conta a escassez de dados, não podemos avançar com uma hipótese mais consistente do que este amplo intervalo entre o fim do séc. VII e o V a.n.e.

#### 4.1.5. Quadrado K29



**Gráfico 11** Variantes representadas no K29

Mais uma vez, constata-se uma variação limitada das formas representadas, o que pode estar relacionado com a exiguidade da área escavada. Os únicos grupos representados são o 1 (63%), o 2 (25%) e o 4 (12%, apenas um indivíduo). Relativamente ao 1, estão presentes todas as variantes, excepto a 1a. Já o grupo 2 está representado apenas nas suas variantes 2a e 2d, com um indivíduo cada. Por fim, foi possível constatar que o grupo 4, está apenas representado por um indivíduo, da variante 4b.

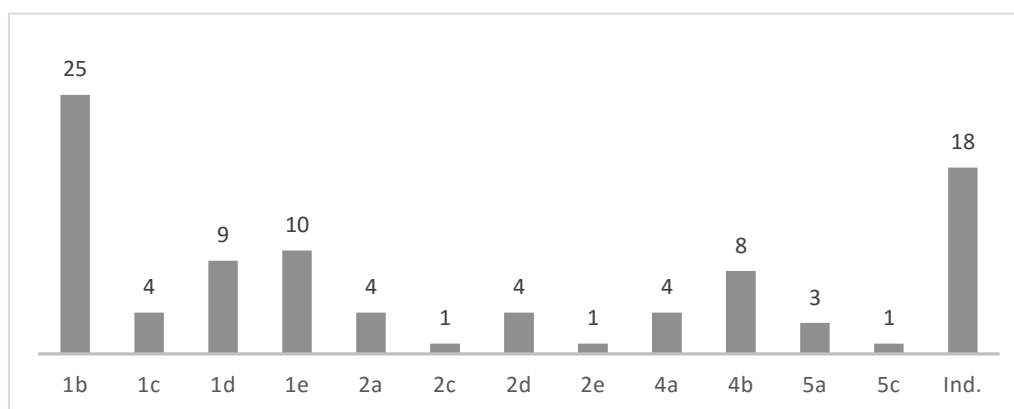
Desta área do fosso encontram-se também publicados alguns exemplares de engobe vermelho (Barros e Henriques, 2002a, p. 308-309), nomeadamente um prato do tipo P.3.d de Rufete Tomico (*idem*, p. 398, n.º19), que remete para uma cronologia em torno do final do séc. VII (Rufete Tomico, 1988/1989, p. 31) que, como já referimos, pode prolongar-se até aos finais séc. VI a.n.e.. Registam-se também várias taças do tipo C.3.b da mesma tipologia, em alguns casos com as carenas mais acentuadas que os exemplares andaluzes (Barros e Henriques, 2002a, p. 308-309, n.º25, 26, 28 e 29). Esta característica também se verifica nos exemplares da Sé de Lisboa, pelo que é muito própria da área da foz do rio Tejo (Arruda, 1999/2000, p. 117). A origem desta “variante” deve situar-se na segunda metade do séc. VI a.n.e., tendo em consideração a sua presença no conjunto da Sé (*idem, ibidem*), terminando em redor do séc. V ou inícios do IV a.n.e., dada a sua reduzida representação na Rua dos Correeiros (Sousa, 2014, p. 120).

Estão ainda publicados dois vasos com pintura em bandas vermelhas (Barros e Henriques, 2002a, p. 311, n.º42-43), um deles com um grafito em “X” fechado em cima em em baixo, que não oferecem substanciais dados cronológicos.

Os dados relativos à cerâmica cinzenta são reduzidos, já que apenas estão publicados exemplares de potes de perfil em “S”, uma forma comum em Almaraz, com paralelos no Tipo 3 definido para a Sé de Lisboa (Arruda, Freitas e Sánchez, 2000, p. 32 e 36). A sua presença em contextos do séc. VI a.n.e., como a Sé de Lisboa e a Travessa do Chafariz d’el Rei e, por outro lado, a ausência em contextos já do séc. V, como a Rua dos Correeiros, levou a que se colocasse a hipótese de esta ser uma forma característica do séc. VI a.n.e. (Sousa, 2014, p. 144).

Regista-se ainda a presença de um fragmento de cerâmica grega, cuja proveniência estratigráfica se desconhece (Cardoso, 2004, p. 229, n.º1), novamente atribuível ao Coríntio Médio – 600-575 a.n.e. (Arruda, 2007, p. 135). Tendo em conta estes dados, encontramos-nos mais uma vez perante uma cronologia de colmatação entre o início do séc. VI e o séc. V a.n.e.

#### 4.1.6. Quadrado K31



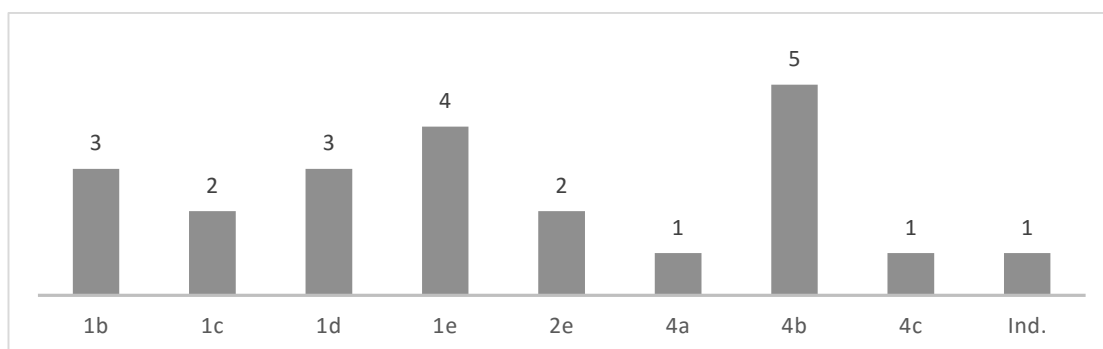
**Gráfico 12** Variantes representadas no K31

Optou-se por abordar a sondagem K31 de forma geral, já que as diferentes denominações (K31/1; K31/2; K31/3 e K31/4) correspondem apenas a uma subdivisão da mesma sondagem e área do fosso. Nesta, o grupo 1 domina claramente o conjunto, representando 52% dos indivíduos. Registam-se ainda o grupo 2 e 4 (11% e 13% do conjunto, respectivamente) e, por fim, o grupo 5, com apenas quatro indivíduos. Do grupo 1 estão novamente representadas todas as variantes excepto a 1a, o que acontece também com o grupo 2, em que apenas uma das variantes (2b) não se encontra presente. Do grupo 4 registam-se as variantes 4a e 4b e do grupo 5 apenas a 5a e 5c.

Nesta zona do fosso, concretamente no K31/2 (c. 14), foi identificado um escaravelho em faiança com uma inscrição na base (Cardoso, 2004, p. 229, n.º3). Este já foi objecto de análise em duas publicações (Almeida e Araújo, 2009; Almagro-Gorbea e Torres Ortiz, 2009), das quais resultaram propostas cronológicas que variam entre o séc. VII-VI (Almagro-Gorbea e Torres Ortiz, 2009, p. 535) e o séc. VII-V a.n.e. (Almeida e Araújo, 2009, p. 113). Na mesma camada em que foi identificado o escaravelho (c.14), foi também identificada uma outra importação - um fragmento de bordo de um vaso de alabastro (Cardoso, 2004, p.237).

Dado que não possuímos mais informações para esta área do fosso, confrontamo-nos mais uma vez com uma cronologia que se pode estender desde o início do VI (ou fim do VII) até algum momento do séc. V a.n.e.

#### 4.1.7. Sondagem 6/Vala E



**Gráfico 13** Variantes representadas na Sondagem6/ValaE

Na vala E da sondagem 6, estão novamente representados apenas os grupos 1, 2 e 4. O grupo 1, mais uma vez, representa mais de metade do conjunto de ânforas desta área (54%) e está presente em todas as suas variantes, com a excepção da primeira (1a). O grupo 4 corresponde a 31% (variantes 4a e 4b) e o grupo 2 está presente apenas na sua variante 2e (9% do conjunto).

Relativamente a esta área do fosso existem mais alguns dados a considerar, começando pelas datações por radiocarbono (Barros e Soares, 2004, p. 341; Anexo 3, Tabela 2). Do contexto “Alm 9” (que corresponde à camada 9 da sondagem) existem apenas duas datações. A primeira, realizada sobre osso, resultou num intervalo a dois *sigma* entre o primeiro quartel do séc. X e o séc. IX, com uma intersecção em finais do

séc. IX (830). Quanto à datação sobre concha de *Venerupis*, os autores alertaram para a fraca fiabilidade deste resultado, pelo que não comentaremos (*idem, ibidem*). Dos poucos exemplares provenientes desta camada, encontram-se dois indivíduos da variante 1b, dois da variante 1c e um da variante 4b.

Do contexto “Alm 2” existem quatro datações, mas apenas uma sobre osso. Estas resultaram num intervalo calibra a dois *sigma* entre o fim do séc. IX e o final do séc. V, com vários pontos de intersencção entre meados do séc. VIII e o final do séc. VII (*idem, ibidem*). As datações sobre conchas tiveram como resultado intervalos a dois *sigma* entre o final do séc. IX e os meados/primeira metade do VIII e os inícios do séc. VI. O único indivíduo que tem origem neste contexto pertence à variante 1b.

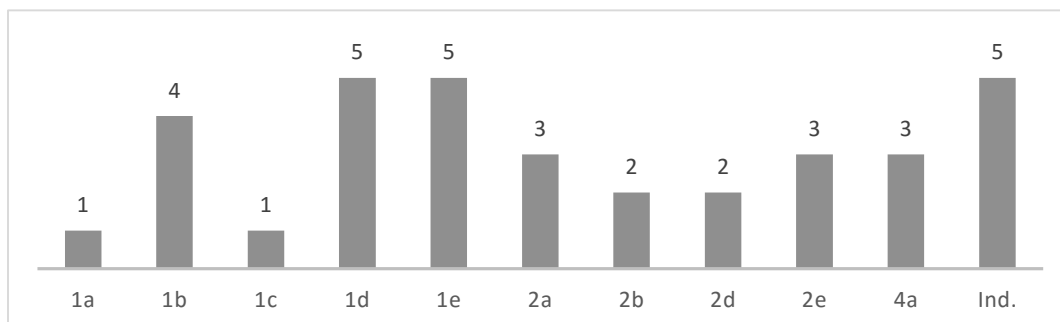
Apesar de nos confrontarmos novamente com intervalos amplos, não deixa de ser significativo que as cronologias relativas ao Alm9 sejam mais antigas que as do Alm2.

Estão também publicados alguns fragmentos de cerâmica comum e de cerâmica cinzenta, que no entanto não oferecem dados cronológicos mais precisos. Para além de um indivíduo de cerâmica cinzenta do tipo 1B da Sé de Lisboa (*idem*, p. 310, n.º 39), registam-se duas taças que se assemelham ao tipo 6 da Sé (*idem*, p. 310, n.º 35-36), com um perfil essencialmente igual, com a diferença de não se apresentarem tão altas. Outros dois indivíduos correspondem a pratos de perfil ligeiramente carenado, pouco profundos (*idem*, p. 310, n.º 37-38) e exibem algumas semelhanças com a série 2 definida para a cerâmica cinzenta da Rua dos Correeiros (Sousa, 2014, p. 136-137). Do mesmo modo, uma das taças publicadas (Barros e Henriques, 2002a, p.310, n.º40) tem paralelos na subvariante 1Bc.1 do sítio lisboeta (Sousa, 2014, p. 154). A única diferença está relacionada com a decoração, já que o exemplar de Almaraz apresenta um engobe “vermelho acastanhado” no exterior e, sobre o bordo, uma pintura em xadrez preto e castanho (Barros e Henriques, 2002a, p. 304).

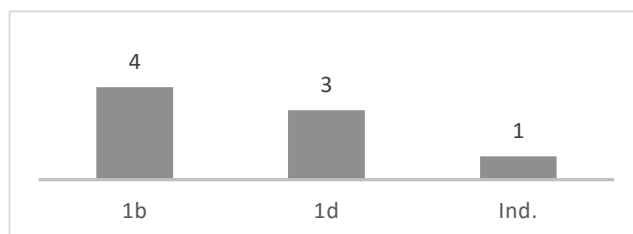
Tendo em conta os materiais dados à estampa até ao momento, não parece defensável uma cronologia de início de colmatação desta área do fosso anterior aos inícios do séc. VI a.n.e., contrariamente ao que sugerem as datações de radiocarbono. Por outro lado, é possível que a utilização desta área tenha decorrido até ao séc. V a.n.e., dado que as ânforas do grupo 4 têm bons paralelos na Rua dos Correeiros, tal como acontece com alguma da cerâmica cinzenta e comum.

## 4.2. Estruturas habitacionais e “fossa de detritos”

### 4.2.1. Quadrados D20 e D22/2



**Gráfico 14** Variantes representadas no D20



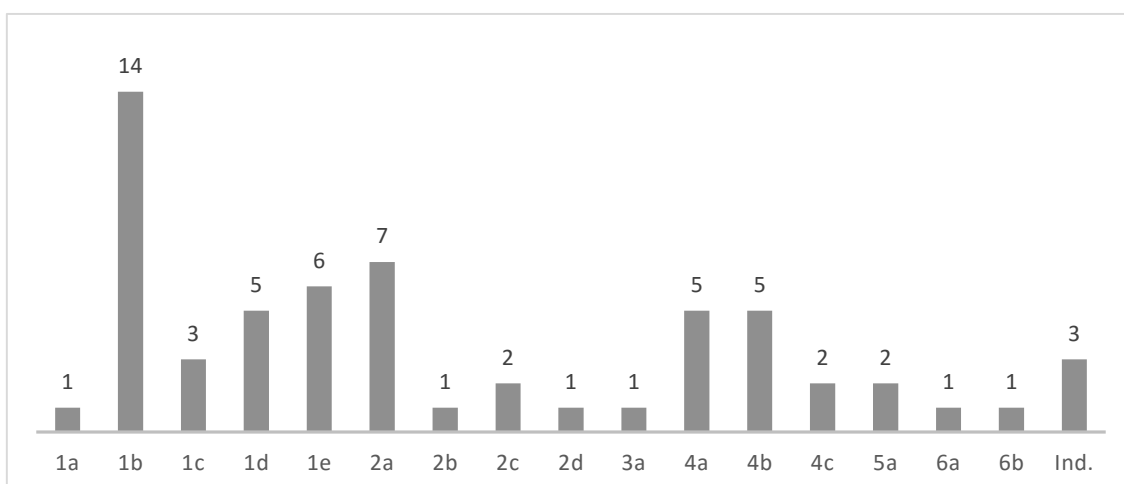
**Gráfico 15** Variantes representadas no D22/2

Dado que não existe informação publicada relativamente às estruturas habitacionais (D20 e D22/2), optou-se por abordar em conjunto.

No D20 estão representados os grupos 1, 2, 3 e 4 em todas as suas variantes, excepto a 2c, 4b e 4c. A forma 1, tal como na maioria dos quadrados, corresponde a aproximadamente metade do conjunto (47%). Note-se que o único indivíduo da variante 1a, proveniente da camada 36, é de produção local/regional. No D22/2 está presente apenas o grupo 1, nas variantes 1b, 1d e 1e. Tendo em conta a reduzida informação, tudo o que podemos concluir é que a área de habitação terá estado ocupada em algum momento entre o final do séc. VII e o séc. V a.n.e.



#### 4.2.2. Quadrado U45/3



**Gráfico 16** Variantes representadas no U45/3

Relativamente às ânforas do U45/3, estão representadas todas as formas identificadas, novamente com uma clara predominância do grupo 1 (48%), presente em todas as suas variantes. Segue-se o grupo 4, que corresponde a 20% das ânforas deste quadrado e que também se encontra representado em todas as suas variantes. Os grupos 2, 3, 5 e 6 são menos frequentes no conjunto.

Esta é a sondagem para a qual possuímos mais informações publicadas, apesar de não corresponder à totalidade do conjunto proveniente deste quadrado. No primeiro artigo publicado com materiais de Almaraz (Barros, Cardoso e Sabrosa, 1993), relativo ao U45/3, apresenta-se uma tabela com a contagem dos fragmentos cerâmicos provenientes dos níveis 3, 4, 5 e 6 identificados nesse quadrado (os que se presumiam “conservados”), excluindo-se as camadas superficiais. Incluiu-se também a contabilização dos fragmentos provenientes das banquetas 3/4 e 5 (*idem*, p. 156). Entre as camadas 62 e 86 (níveis 3 a 6) contabilizaram-se um total de 21947 fragmentos, o que inclui bordos, fundos e bojos (*idem*, p. 155). Nesta contagem, as ânforas correspondem a 0,6% do conjunto, o engobe vermelho a 8,8% e a cerâmica cinzenta a 17,8%. Registe-se ainda a reduzida presença de cerâmica manual, que corresponde apenas a 3,6% do conjunto.

A cerâmica de engobe vermelho, para além de ter sido apresentada no referido artigo (*idem*, pp. 157-160), foi já alvo de uma revisão crítica (Arruda, 1999/2000, p. 104-108), pelo que aludiremos apenas para as principais características do conjunto.

Importa começar por referir que os exemplares de pratos mais antigos coexistem com os exemplares mais recentes (Barros, Cardoso e Sabrosa, 1993, p. 157) e que a maioria dos pratos identificados correspondem à forma P.3.d de Rufete Tomico, forma que se generaliza essencialmente no séc. VI a.n.e. (*idem*, p. 177-178; Rufete Tomico, 1988/1989, p. 17). No entanto, como fez notar Ana M. Arruda na sua análise, “*los platos de borde estrecho, no son infrecuentes en niveles tardios*” (Arruda, 1999/2000, p. 105), contrariamente aos da forma P.3.d., que não recuam para o VII, pelo que se coexistem no mesmo nível, o respectivo tem de ser necessariamente mais tardio – isto é, do século VI a.n.e. - (*idem, ibidem*).

Estão ainda presentes as taças do tipo C.4 de Rufete Tomico, identificados no artigo como “taças em calote” (Barros, Cardoso e Sabrosa, 1993, p.180), que surgem em níveis do séc. VII até meados do V a.n.e. em Huelva. Estas generalizam-se durante o denominado “Tartéssico Médio IIIb” – com uma cronologia entre meados e final do VII - (Rufete Tomico, 1988/1989, p. 21, 29). Na foz do estuário do Tejo a forma também está presente na Rua dos Correeiros (Sousa, 2014, p. 118), o que salienta a possibilidade de surgir em contextos do séc. V a.n.e.

Para além destas formas, registam-se alguns vasos do tipo V.1 e V.2 de Rufete Tomico (Barros, Cardoso e Sabrosa, 1994, p. 180-181), presentes em Huelva desde os finais do séc. VIII até ao séc. VI (Rufete Tomico, 1988/1989, p. 22). Surgem ainda algumas formas com claros paralelos na Rua dos Correeiros, como os potes 6Bb que, tal como a autora do estudo assinala, tem paralelos em Almaraz (Sousa, 2014, p. 126).

Por fim, registam-se uma série de taças carenadas que se poderiam encaixar na forma C.3.b de Rufete Tomico (Rufete Tomico, 1988/1989, p. 19-20). Apesar das taças carenadas serem uma das formas mais comuns nos estabelecimentos com repertórios orientalizantes ocidentais, os exemplares de Almaraz apresentam carenas particularmente marcadas, num perfil muito curvilíneo que é característico dos momentos mais tardios da Idade do Ferro na foz do rio Tejo, verificando-se a sua presença também na Sé de Lisboa (Arruda, 1999/2000, p. 106, 117).

Todos estes dados resultaram numa atribuição cronológica ao conjunto enquadrada na segunda metade do séc. VI a.n.e. (*idem*, p. 108).

O conjunto de cerâmica cinzenta desta sondagem foi também alvo de estudo aprofundado (Henriques, 2006). Registaremos apenas as conclusões principais do referido estudo, confrontando com os dados obtidos pelo estudo das ânforas e pelas datações de radiocarbono - o que é possível pelo facto de, contrariamente ao engobe

vermelho, possuímos dados relativos às frequências de cada tipo nos vários níveis arqueológicos identificados.

A confusa estratigrafia que resultou das escavações na Quinta do Almaraz, já várias vezes mencionada, resulta em constantes «re-interpretações» dos mesmos contextos, tornando-se quase impossível compreender a forma como se procedeu o enchimento desta fossa (Anexo 3, Tabela 4).

Da base da fossa de detritos estão publicadas algumas datações com a referência “**Alm 11**” (Barros e Soares, 2004, p. 341). Este contexto situava-se “*sob o muro que a fossa de detritos cortou*” e corresponderia a “*uma estrutura mais antiga*” (*idem*, p. 339). Na primeira publicação relativa ao quadrado (Barros, Cardoso e Sabrosa, 1993), este contexto é simplesmente associado ao muro.

Os resultados calibrados a dois *sigma* BC resultam num intervalo entre o fim do séc. IX e os meados do séc. VII a.n.e., com intersecções em final do IX e meados do VIII a.n.e. (812 e 767) (Barros e Soares, 2004, p. 341). No entanto, esta cronologia não tem sustentação nas ânforas que analisámos, visto que associadas a este contexto estão as variantes 1b, 1d, 1e, 3a, 4c e 5a, cujas cronologias se centram entre o séc. VI e o V a.n.e.

Por outro lado, deve mencionar-se que uma das taças de pé de engobe vermelho publicadas tem origem no plano 11 (Barros e Soares, 2004, p. 339). Como já se referiu, este tipo de formas desenvolveram-se aparentemente a partir da segunda metade do séc. VI a.n.e. (Arruda, 1999/2000, p. 117).

Na abordagem realizada à cerâmica cinzenta assumiram-se os dados do “M” e “M2” como parte integrante do nível 5 – i.e., do enchimento da fossa (Henriques, 2006, p. 81) -, pelo que não possuímos dados sobre a cerâmica cinzenta deste nível. A autora considera essencialmente os mesmos níveis que os autores do artigo sobre o engobe vermelho, concebendo porém uma interpretação diferente sobre o nível mais antigo (Henriques, 2006, p. 37-40, 151; Anexo 3, Tabela1).

Ainda que considere que procurar reinterpretar e reorganizar um registo originalmente confuso e incompleto seja uma tarefa infecunda, o exercício desenvolvido por Susana Henriques permitiu evidenciar os problemas resultantes do registo e a dificuldade em encontrar uma coerência nas informações que são publicadas.

No **nível 5** predomina o Tipo 1 definido para a cerâmica cinzenta da Quinta do Almaraz, registando-se outras formas que, apesar de presentes, são menos frequentes (Henriques, 2006, p. 81). A autora considera que, perante as formas representadas, é segura uma cronologia do séc. VII para este nível, apesar de mencionar que algumas formas podem remeter para cronologias dos finais do séc. VIII a.n.e. (*idem, ibidem*).

As datações absolutas publicadas para o U45/3 relativas ao “Alm 12” – que corresponde ao nível 5, isto é, à fase mais antiga do enchimento da fossa -, demonstram um intervalo calibrado a dois *sigma* BC entre o séc. XI e os finais do séc. VI (Barros e Soares, 2004, p.341), o que é um intervalo francamente amplo. Considerando apenas as intersecções dos intervalos mais curtos (as amostras ICEN 927 e ICEN 916), constatamos que elas praticamente coincidem, centrando-se entre o início e meados do séc. VIII a.n.e. – 791 e 743, respectivamente – (*idem, ibidem*).

Neste nível, encontra-se representado o único exemplar da variante 1a (c.79) que, contudo, é de produção local/regional – ou seja, a sua cronologia de produção não coincide necessariamente com as dos centros do Sul da P.I., sendo com toda a probabilidade ligeiramente posterior. O subgrupo melhor representado é o 1b, estando também presentes indivíduos das variantes 2a, 3a, 4b, 4c (representadas por um indivíduo cada), bem como dois indivíduos da variante 5a. Deste modo, a cronologia indicada pelas ânforas aponta novamente para o intervalo entre o séc. VI e o séc. V, sendo aparentemente pouco provável que recuem, contrariamente ao que indiciam as datações por radiocarbono.

Deste modo, assumindo que o “nível 5” é uma unidade temporalmente coesa – o que questiono seriamente -, a cronologia mais antiga que se pode admitir para o início do enchimento da fossa, tendo em conta os materiais, não recua para além do séc. VI a.n.e., como indicia a presença das variantes anfóricas 3a, 4a, 4b, 4c e 5a.

No **nível 4** (sem correspondência no artigo Barros e Soares, 2004) predomina novamente o Tipo 1 definido para a cerâmica cinzenta, bem como os Tipos 9 e 7 (Henriques, 2006, p. 82). São formas cuja produção se iniciou ainda no séc. VIII, mas só se generalizam no decorrer do séc. VII a.n.e., pelo que a autora propõe uma cronologia de transição entre o séc. VII e o VI a.n.e. (*idem, ibidem*).

O conjunto de ânforas deste nível é reduzido, apesar da variante mais representada continuar a ser a 1b. No entanto, também estão presentes as variantes 2a e 2c, pelo que nos parece que a cronologia mais segura será o final do século VI a.n.e.

No **nível 3** registam-se formas de cerâmica cinzenta mais tardias, caracterizadas por alguma simplicidade e sem motivos decorativos, com superfícies menos cuidadas, revelando uma certa “*ruptura com o que existia anteriormente*” (Henriques, 2006, p. 82). O Tipo 4, uma taça carenada que reproduz formas da cerâmica de engobe vermelho, surge apenas neste nível, indiciando o seu carácter mais tardio (*idem*, p. 83). Segundo a autora, a cerâmica cinzenta evidencia características enquadráveis no séc. V e transição para o IV a.n.e. (*idem, ibidem*).

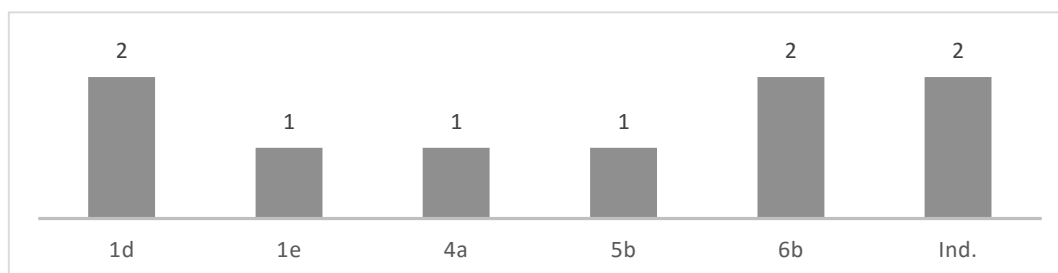
A cronologia absoluta relativa a este nível foi publicada com a referência “Alm 6” (Barros e Soares, 2004, p. 341). Os resultados calibrados a dois *sigma* BC deram intervalos entre os meados do séc. VIII e os meados do séc. IV a.n.e. (*idem, ibidem*). Mais relevante parece ser mencionar a intersecção, muito próxima em ambas as datações, centrando-se nos últimos momentos do séc. V a.n.e. (408 e 427) (*idem, ibidem*).

Para esta cronologia contribui ainda a presença de um fragmento inédito de fundo de cerâmica ática de verniz negro (Barros e Soares, 2004, p. 339), ao qual se pode atribuir uma cronologia genérica entre a segunda metade do séc. V e a primeira metade do IV a.n.e. – sendo particularmente abundante no último - (Arruda, 2007, p. 139).

Por outro lado, as ânforas deste nível demonstram uma maior variabilidade formal dentro dos grupos cuja produção se iniciou em meados ou finais do séc. VI a.n.e. Apesar de predominar novamente a variante 1b – como aliás em quase todas as sondagens do sítio -, estão também bem representados os grupos de cronologias mais avançadas, concretamente o grupo 2 (variantes 2a, 2b e 2d), o grupo 4 (variantes a, b e c) e o grupo 6 na sua variante 6a – a única importação de Mañá-Pascual A4 identificada no sítio -. O auge de produção e comercialização destas ânforas no Sul da P.I., como referimos, ocorreu no séc. V a.n.e., diminuindo ou desaparecendo no século seguinte. Deste modo, tendo como base a cerâmica cinzenta, as ânforas e as próprias intersecções das datações radiométricas, parece fazer sentido uma cronologia entre a transição dos séculos V/IV a.n.e. para este nível.

### 4.3. Outros contextos

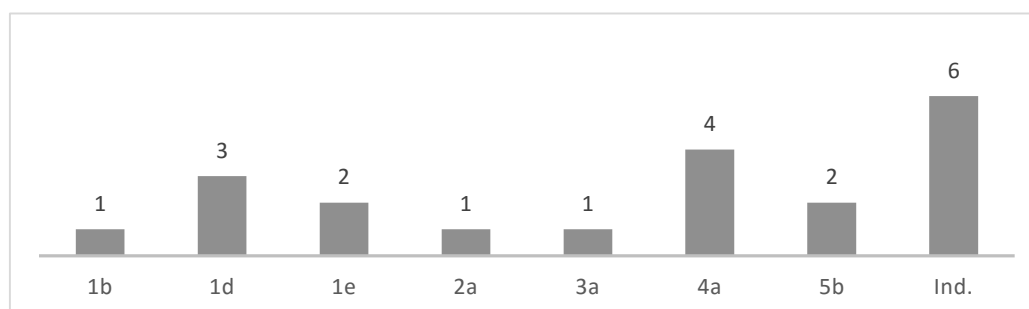
#### 4.3.1. Quadrado B5



**Gráfico 17** Variantes representadas no B5

Desta área de escavação surge um conjunto de ânforas de carácter mais tardio, em que o grupo 1, ainda que seja o mais representado, não se encontra com tanta frequência em comparação às outras sondagens. Por outro lado, as variantes do grupo 1 representadas são a 1d e 1e, que como já comentámos, poderão prolongar-se até aos inícios do séc. V a.n.e.. Para além destas, estão representadas as formas 4 (variante 4a), 5 (variante 5b) e 6 (variante 6b). Recorde-se que não foi identificada qualquer estrutura neste quadrado, que no entanto é contíguo ao B6, pelo que poderá ser atribuída uma cronologia semelhante.

#### 4.3.2. Quadrado B6



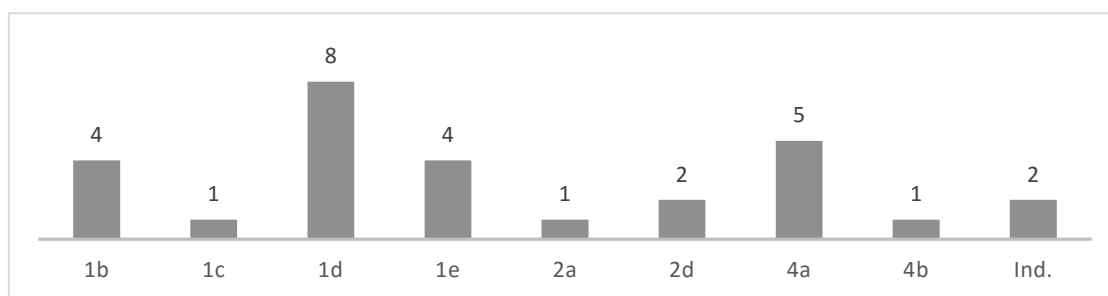
**Gráfico 18** Variantes representadas no B6

Neste quadrado foi identificada uma pequena estrutura, inicialmente interpretada como fosso e mais recentemente como “pequena fossa”, pelo facto das suas dimensões não permitirem associá-la a uma estrutura com as características da primeira (Barros, 2007).

Aqui estão representados o grupo 1 (variantes 1b, 1c e 1d), o grupo 2 (variante 2a), o grupo 3 (variante 3a), o grupo 4 (variante 4a e 4b), o grupo 5 (variantes 5b e 5d) e o 6 (variante b). Da variante 1b apenas existe um exemplar, pelo que estão essencialmente representadas aquelas que foram consideradas como as variantes mais tardias (ou “evolucionadas”) do grupo 1.

Desta forma, os dados do B5 e do B6 indiciam uma cronologia entre os finais do VI (ou porventura inícios do V) e os séc. IV/III a.n.e., dado que a variante 6b surge essencialmente nesta época.

#### 4.3.3. Quadrados C4 e C6

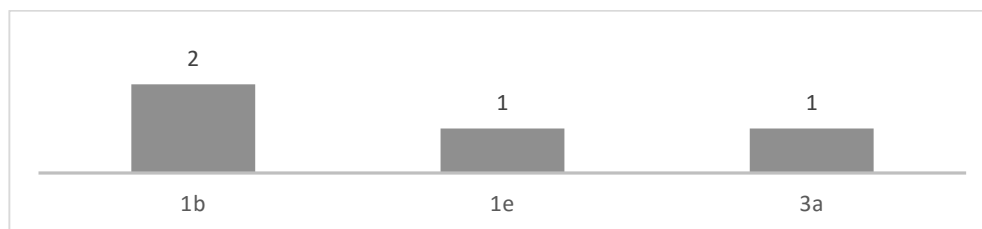


**Gráfico 19** Variantes representadas no C4 e C6

Nesta área de escavação, muito próxima das sondagens B5 e B6, não foram identificadas estruturas. O conjunto de ânforas proveniente do C4 e do C6 são muito coerentes entre si, pelo que fazia sentido abordar em conjunto. Estão representados, em ambos os quadrados, apenas 3 grupos: o grupo 1, o 2 e o 4. O grupo 1 domina claramente o conjunto do C4 (representado em 57%), mas no C6 os três grupos estão representados nas mesmas proporções (um indivíduo cada). A forma 1 está representada em todas as suas variantes - com a exceção da 1a - no quadrado C4, mas apenas na variante 1e no quadrado C6. As restantes variantes do C4 são a 2d, a 4a e a 4b; enquanto que as do C6 são a 2a e 4a.

Tendo em conta a proximidade com a área do B5 e do B6, parece mais prudente considerar uma cronologia dentro do intervalo entre o séc. VI e o V a.n.e.

#### 4.3.4. Limpeza da Muralha



**Gráfico 20** Variantes representadas na sondagem junto à "muralha"

Esta sondagem foi realizada na base da estrutura identificada como muralha. Aqui, só foram identificados quatro fragmentos, dois da variante 1b, um da variante 1e e um da 3a. Já expressei as minhas dúvidas relativamente a esta estrutura, tal como também mencionei que não foi realizado qualquer registo estratigráfico. Tendo isto em consideração, bem como o facto de não existirem mais dados publicados relativamente a esta sondagem, não nos adiantaremos em comentários.

#### 4.4. Contributo das ânforas para o enquadramento cronológico de Almaraz

O propósito deste subcapítulo é sintetizar os dados expostos anteriormente, concretizando uma aproximação à diacronia de ocupação do povoado durante o primeiro milénio a.n.e. Embora considere que seriam necessários estudos exaustivos das restantes categorias cerâmicas representadas para estabelecer de forma conclusiva os pressupostos cronológicos que se desenvolverão, julgo também ser inevitável, perante estes dados, comentar a cronologia de Almaraz. Consequentemente, esta será a contribuição possível nesta fase dos estudos sobre o sítio.

Em primeiro lugar, importa mencionar que temos noção que acabámos de confrontar dois tipos de cronologia diferentes, a histórica e a do radiocarbono. A primeira baseia-se nas sequências tipológicas definidas para as cerâmicas (ânforas, engobe vermelho, cerâmica cinzenta, etc), que, por sua vez, foram datadas através da associação a cerâmica de importação (Aubet, 2009, p. 226). Em segundo, temos as datações absolutas, pelo radiocarbono, cuja precisão temporal é obviamente muito superior às cronologias convencionais (*idem, ibidem*).



No final do século passado, vários investigadores aperceberam-se da discrepância entre as datas convencionais ou históricas relativamente às radiométricas (a título de exemplo: Arruda, 1999/2000, p. 16; Aubet, 2009, p. 226-227). Tendo como base a comparação entre as datações radiométricas e convencionais dos níveis antigos de sítios como o Morro de Mezquitilla (B1) ou Toscanos, constatou-se que as convencionais eram quase sempre posteriores às radiométricas em cerca de 100 anos (*idem, ibidem*). Desenvolveu-se assim a proposta de que as datações convencionais (ou históricas) atribuídas à colonização fenícia na Península Ibérica, teriam de recuar cerca de 100 anos (Arruda, 2005b, p.279), coincidindo desta forma com as radiométricas.

Em Almaraz, apesar das datações antigas serem compatíveis com o início da influência orientalizante no estuário do Tejo (Arruda, 2005b, p. 284-285), é necessário que estas sejam utilizadas enquanto indicadores e sempre em comparação com os artefactos (*idem*, p. 281). Determinadas amostras apontam para um intervalo tão antigo como os que são conhecidos para os primeiros momentos da presença fenícia no Sul da P.I. (González de Canales, Serano Pichardo e Llompart Gómez, 2004, p. 29-20; Mederos Martín e Ruiz Cabrero, 2006). Não obstante, os materiais associados não têm qualquer relação com os que surgem naqueles sítios.

Deste modo, e mesmo tendo em conta a discrepância comum entre os resultados das datações radiométricas e as convencionais, subsistem algumas conclusões óbvias decorrentes desta leitura comparada.

Em primeiro lugar, parece ter ficado demonstrado que o enchimento do fosso não se processou num único momento, contrariamente ao que foi defendido por outros autores (Barros e Soares, 2004, p.340). Pelo contrário, este processo parece ter decorrido num amplo intervalo de tempo, genericamente enquadrável entre o século VII (provavelmente meados) e o séc. IV a.n.e. A presença da importação de 10.1.1.1. no enchimento do J27/4 não contraria esta leitura, já que apesar da sua cronologia de produção se enquadrar entre os meados do séc. VIII e o primeiro terço do séc. VII a.n.e., a sua comercialização pode ter acontecido em qualquer momento desse intervalo e a sua utilização ter-se prolongado pelo século VII (*vide supra* 3.5.). Note-se que não pretendo negar a possibilidade de Almaraz ter estado ocupado sobre influência mediterrânea desde os finais do século VIII, como aliás já tinha sido admitido por outros autores (Arruda, 2005a, p.31). Como inclusivamente comentei no capítulo 1.3., considero que o povoado já teria de ter algum potencial demográfico para proceder à

construção do fosso, pelo que assumo necessariamente que estaria ocupado antes da construção e colmatação desta estrutura.

O mesmo se verificou para o U45/3, cujo enchimento se terá prolongado, segundo os dados que analisei, entre o séc. VI e a transição do V/IV a.n.e., não se revelando de todo exequível recuar para cronologias anteriores.

A pouca representatividade das ânforas cuja produção se inicia no séc. V e IV em diante, nomeadamente as variantes 3a, 5a, 5b e 6b de Almaraz, pode incidir uma perda de dinamismo do povoado no final da Idade do Ferro, ainda que não seja perceptível se o sítio estaria abandonado antes da chegada dos exércitos romanos à região.

Conclui-se assim que apesar de em alguns casos as datações radiométricas coincidirem com os dados dos materiais – se tivermos em conta a discrepância entre as datações convencionais e as de radiocarbono -, como é o caso do A12/B12, bem como as intersecções do nível 3 do U45/3, continuam a não estar presentes materiais que sustentem as cronologias mais antigas, como as relativas ao séc. IX e primeira metade do VIII a.n.e. (*idem, ibidem*). É ainda necessário ter em conta que existem indícios de uma ocupação durante o Bronze Final em Almaraz, pelo que as amostras que resultaram nas datações mais antigas podem somente revelar indícios da ocupação anterior à Idade do Ferro.

Coloca-se ainda a questão da existência grandes intervalos cronológicos, tornando-se claro que o radiocarbono tem as suas limitações. A conhecida “catástrofe da Idade do Ferro”, consequência do troço da linha de calibração se encontrar, durante esse período, quase horizontal (Barros e Soares, 2004, p. 349), resulta em intervalos de confiança excessivamente amplos, que abrangem em alguns casos mais de 400 anos. Recorde-se que, como menciona Carlos Fabião, “*Um intervalo de cal. A.C. a dois sigma significa que a data em apreço se situará, com 95% de possibilidades, em qualquer um dos anos que o mesmo abrange (...)*” (Fabião, 1998, p. 416), pelo que assumir como correctos os resultados mais antigos trata-se apenas de uma opção que não tem em consideração os restantes dados arqueológicos.

Por outro lado, apesar de ser um dado absoluto, deixa de o ser quando os contextos de origem são incorrectamente interpretados (ou escavados), situação em que a sua utilidade fica bastante limitada. A análise de estruturas negativas, como um fosso ou uma fossa – contextos de onde derivam as datações por radiocarbono publicadas de Almaraz -, não estão isentas de problemas. Antes de mais, porque raramente estamos a datar a sua abertura, mas os últimos processos de enchimento das mesmas. O tempo que

decorre entre a escavação inicial da estrutura e o seu processo de colmatação é por norma desconhecido (Valera, 2013, p. 8). Além disso, é necessário considerar que estamos sempre a determinar a cronologia da morte dos restos orgânicos que se encontram no enchimento dessas estruturas, que não são necessariamente contemporâneos do seu processo de colmatação (*idem, ibidem*) – como acabei de referir, não é impossível que alguns remetam para a ocupação do Bronze Final -. Deste modo, só se os processos de enchimento, muitas vezes complexos, forem correctamente identificados, é que as datações por radiocarbono são efectivamente válidas. Caso contrário teremos apenas um conjunto de datas que proporcionam uma aproximação genérica à cronologia de determinado momento no processo de colmatação da estrutura em causa.

## 5. SÍNTESE E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A localização de Almaraz, na foz do rio Tejo, o mais longo na Península Ibérica e o segundo mais navegável, proporcionou-lhe uma posição privilegiada na trajectória de acesso ao interior, bem como às rotas atlânticas e mediterrâneas. O controlo que tem sobre a foz do rio é inegável, factor que certamente influenciou a escolha do lugar, numa posição claramente estratégica em relação às principais vias de comunicação e, consequentemente, de comércio. A relação que existiu com o povoado de Lisboa já foi por diversas vezes evidenciada, particularmente pela homogeneidade dos espólios, tendo-se colocado a hipótese de ambos terem partilhado o controlo de uma mesma unidade político-administrativa (Arruda, 1999/2000; Sousa, 2014). Representando ou não uma mesma entidade urbana (*idem*, p. 309), certo é que ambos possuíram uma posição predominante no domínio do tráfico comercial no estuário do Tejo e que cada um terá tido uma posição preponderante na organização do respectivo *hinterland* e ocupações de menor dimensão (Cardoso, 1990, p. 20).

Almaraz enquadrou-se assim numa rede de povoamento que se desenvolveu na margem esquerda da foz do rio durante o primeiro milénio a.n.e., sobre a qual seria importante ampliar os conhecimentos. Apesar de serem maioritariamente achados descontextualizados, o estudo dos resultados contribuiria para definir cronologias e compreender a evolução e as relações que se estabeleceram na região ao longo do milénio. Quanto à ocupação de Almaraz, apesar do conhecimento que resultou das escavações ser bastante lacunar, permite antever um povoado com profundas influências mediterrâneas, que se manifestaram através dos espólios e da própria arquitectura, pelo que seria relevante conhecer mais sobre o seu traçado urbano.

As escavações no sítio proporcionaram um amplo e variado conjunto anfórico. Após a análise detalhada deste, bem como dos restantes temas relacionados que nos propusemos a discutir, é chegado o momento de fazer uma síntese das principais conclusões a que chegámos ao longo do trabalho.

Recordamos em primeiro lugar a escassez de importações anfóricas logo desde os primeiros momentos da influência mediterrânea, que sugere que estas merdadorias foram rapidamente substituídas por produções de origem local/regional. Como foi mencionado, a produção de ânforas no estuário do Tejo parece ter começado desde os momentos mais antigos da influência orientalizante na área, no âmbito de uma aceitação, aparentemente rápida e espontânea, de novos hábitos produtivos, culinários e

sociais. Este panorama permite também pressupor modificações nas relações socio-económicas das comunidades, particularmente face ao aumento da produção, que passou de uma lógica doméstica e de auto-consumo para uma produção de excedentes para comercialização, mesmo que só a nível regional.

Num primeiro momento, esta produção terá ficado marcada pela reprodução dos contentores anfóricos do Sul (as tradicionalmente denominadas “R1”), esquemas esses que se difundiram por todo o Sul da Península Ibérica. A partir do século VI e particularmente do V a.n.e., como foi proposto por outros autores, as morfologias das ânforas diversificam-se, numa evolução muito própria e individualizante, consequência de um regionalismo que se desenvolve na segunda metade do milénio (Sousa e Pimenta, 2013; Sousa, 2014). Esta evolução ficou no entanto marcada pelas similitudes com os repertórios da Alta Andaluzia e da Extremadura, ficando por definir que tipo de relação económica, política e social tinham estes focos culturais com o estuário do Tejo.

Os contactos com a zona gaditana parecem ter permanecido, o que se verifica não apenas pela morfologia que adquirem determinados contentores, como pela própria presença de uma Mañá-Pascual A4 de presumível produção da área de Cádiz em Almaraz e mesmo das duas importações presentes na Rua dos Correeiros. Estes contactos foram, no entanto, mais diluídos (Arruda, 2014), o que é possível constatar não apenas pela comparação do número de importações, menor na segunda metade do milénio, como pela análise das restantes categorias cerâmicas. Estas não acompanham de todo a evolução que se verifica na área gaditana, permanecendo com esquemas essencialmente semelhantes aos da primeira metade do milénio, num fenómeno que foi denominado como “conservadorismo orientalizante” (Arruda, 1993; Arruda, 1999/2000; Sousa, 2014).

Esta desvinculação relativamente à área gaditana é por norma relacionada com o que a historiografia denomina como “crise do século VI”, momento em que no Sul da Península Ibérica se processaram alterações de diversa índole, resultando num novo panorama político, económico e social (Aubert, 2009, p. 344-345). Esta crise, por sua vez, é tradicionalmente vinculada à queda de Tiro, em 573 a.n.e.; ao colapso do comércio da prata ou à hegemonia de Cartago (*idem, ibidem*), ainda que este último acontecimento tenha vindo a ser progressivamente matizado (Ruiz Mata e Vallejo Sánchez, 2002, p. 206).

Na área do estuário do Tejo, ainda que se verifiquem alterações no padrão de povoamento, particularmente pela intensificação da área ocupada junto à foz do rio

(Cardoso, 1990; Arruda, 1999/2000; Sousa, 2014), a cultura material, como já se mencionou, não sofreu grandes alterações, afigurando-se ainda pouco provável que o padrão de abastecimento de alimentos se tenha alterado (veja-se, novamente, a quantidade de importações anfóricas, que se mantêm baixas). Deste modo, parece que a «crise» que terá afectado o litoral Sul da P.I. não provocou qualquer desagregação social ou económica no estuário do Tejo que, pelo contrário, demonstra um desenvolvimento económico contínuo (Arruda, 1999/2000).

Na nossa perspectiva, isto deve-se à forte autonomia económica e capacidade de auto-abastecimento que a área do estuário do Tejo desenvolveu logo nos primeiros momentos da influência mediterrânea (s. VII e VI a.n.e.). Sendo evidente que a “crise do século VI”, qualquer que tenha sido o seu motivo, teve efeitos na economia da fachada mediterrânea sul da P.I., torna-se importante definir qual o seu verdadeiro alcance no interior e na área centro-atlântica (Ruiz Mata e Vallejo Sánchez, 2002, p. 207). No estuário do Tejo, esta ter-se-á sentido de forma muito suave, - o abrandamento das trocas com Cádiz -, não tendo grande impacto, revelando uma estrutura económica já consolidada, independente da esfera do comércio mediterrâneo. Nenhum dos grandes povoados do Tejo é abandonado nesta época e mesmo perspectivando toda a fachada atlântica portuguesa, apenas se verifica o fim da ocupação de Abul e de Santa Olaia (Arruda, 1999/2000). Quanto à alteração no sistema de povoamento do estuário do Tejo, esta pode ter representado apenas uma estratégia interna face ao desenvolvimento económico regional, resultado da intensificação do comércio de produtos alimentares e necessidade de maior produção, como aliás foi proposto para outras áreas (Delgado Hervás, Fernández Cantos e Ruiz Martínez, 2000, p.1783). Deste modo, na nossa perspectiva, as ténues transformações que se dão no séc. VI e V a.n.e. nesta área, particularmente ao nível do povoamento, devem relacionar-se essencialmente com factores sociais e económicos internos, independentes da queda de Tiro.

No caso concreto da produção anfórica, esta não parece ter atingido uma dimensão sequer semelhante à que se desenvolveu na baía gaditana a partir do século VI a.n.e.. Como foi referido, o tipo de indícios de produção cerâmica que têm vindo a surgir, bem como alguns dos elementos caracterizadores das produções locais regionais – concretamente a falta de standardização morfológica e dos diâmetros dos bordos -, sugerem uma produção de menor escala, em que provavelmente laboravam pequenos centros oleiros dispersos pelo estuário. Estes parecem ter coexistido na mesma área que povoados, eventualmente organizando-se num pequeno sector dedicado às actividades

industriais e artesanais, à imagem do que sucedeu noutros povoados da P.I. (Aubet, 2006, p. 42). Um destes centros pode eventualmente ter-se localizado em Almaraz, como indicia a presença de vários prismas cerâmicos e a grande representação do grupo 1 definido para o sítio, que se poderá ter produzido localmente.

Com base no estudo que pudemos desenvolver e comparando com outras categorias cerâmicas publicadas, bem como com os resultados do radiocarbono, o povoado esteve ocupado entre o século VII e o final da Idade do Ferro, deixando-se em aberto a hipótese da cronologia do início de ocupação recuar para os finais do século VIII a.n.e. (em cronologia histórica).

A análise às ânforas indicou ainda que o povoado demonstrou um grande dinamismo até ao século V, o que se reflecte inclusivamente nas diversas actividades desenvolvidas. As várias escavações revelaram vestígios de uma produção diversificada, com um amplo aproveitamento dos recursos locais, que se traduziu em actividades como a pesca, a tecelagem ou a criação de gado (Cardoso, 2000; Barros e Henriques, 2002b).

A quantidade de ferramentas relacionadas com a produção metalúrgica descobertas conduziram, inclusivamente, a que fosse sugerida a existência de um centro metalúrgico local (Melo *et al.*, 2014, p. 701). Os vários vestígios permitiram colocar a hipótese de uma transformação local de diversas ligas metálicas, nomeadamente o cobre, o ferro, o ouro e a prata (Araújo *et al.*, 2004; Valério *et al.*, 2012; Melo *et al.*, 2014).

Por outro lado, a identificação de dois pesos cúbicos de chumbo (*idem*, p. 707; Vilaça, 2003, p. 263) demonstra a utilização de um sistema regularizado de trocas, característico de sítios com um carácter «urbano» e uma actividade comercial intensa (Aubet, 2002, p. 33; Wagner, 2003, p. 60). Significa ainda que existia uma organização comercial suficientemente sólida que autorizava a imposição de um sistema de pesos e medidas (Aubet, 2006, p. 41) que provavelmente se estenderia a todo o estuário.

A presença de determinadas importações, como as cerâmicas gregas (coríntia e ática), o escaravelho e os vasos de alabastro, demonstram não apenas um comércio dinâmico como também a importância do sítio. Veja-se, a título de exemplo, a dispersão dos vasos de alabastro na Península Ibérica (López Castro, 2006, p. 80), artefactos de grande valor social, raros e essencialmente representados em necrópoles (*idem*, 76-79).

Tendo em conta a representação dos modelos anfóricos mais tardios, particularmente aqueles cuja produção e desenvolveu presumivelmente a partir do final

do século V ou IV a.n.e., o povoado terá perdido alguma vitalidade nos momentos que antecederam a chegada dos exércitos romanos, situação que não é estranha ao estuário do Tejo onde, como já referimos, até ao momento se conhecem poucos contextos datados com segurança do século IV e III a.n.e., tornando complexa a definição do momento que antecedeu o período Republicano.

Coloca-se assim a questão da relação que Almaraz estabeleceu com os sítios da margem esquerda da foz do Tejo. Relativamente à Rua Manuel Febrero, Quinta do Facho e Figueira 1, parece haver uma homogeneidade nos espólios, quer morfológica quer cronológica. No entanto, a mesma semelhança já não se verifica quando comparando com o espólio da Quinta da Torre, que apresenta características ligeiramente distintas. Dito isto, é possível que num primeiro momento Almaraz tivesse efectivamente alguma preponderância sobre os referidos sítios, mas as diferenças relativamente ao espólio da Quinta da Torre, bem como os dados que apontam para a perda de algum dinamismo por parte de Almaraz no final da Idade do Ferro, sugerem um cenário político-económico distinto na margem esquerda da foz do Tejo. Esta trata-se porém de uma mera reflexão que só um estudo exaustivo do conjunto da Quinta do Almaraz poderá ajudar a compreender.

Permanecem várias questões por resolver, quer sobre os contentores anfóricos produzidos no estuário do Tejo, quer relativamente à ocupação de Almaraz e do território correspondente ao actual concelho de Almada durante o período em questão. Não obstante, o progresso da investigação e o estudo de mais conjuntos cerâmicos elucidará certamente sobre a evolução e dinâmicas comerciais desta região e de todo o estuário do Tejo ao longo do 1º milénio a.n.e. No que respeita a Almaraz, quase 30 anos volvidos desde a descoberta, esperamos que o seu estudo exaustivo, bem como a salvaguarda e conservação dos diversos vestígios, passem a ser uma prioridade num futuro próximo, valorizando deste modo um sítio cuja importância arqueológica no âmbito da história regional é incontestável.

*Almada, Verão de 2015*



## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADROHER AUROUX, A. (2014) - Cerámica Gris Bruñida Republicana (GBR): el problema de las imitaciones en la ceramología arqueológica. In: MORAIS, R.; FERNÁNDEZ, F. E SOUSA, M. (eds) - *As produções cerâmicas de imitação na Hispania*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 281-290.

ADROHER AUROUX, A.; LÓPEZ MARCOS, A. (1996) - Las cerámicas de barniz negro II. Cerámicas campanienses. *Flor.* vol. II, 7, pp. 3-10.

ALMAGRO-GORBEA, M.; TORRES ORTIZ, M. (2009) - Los escarabeos fenicios de Portugal. Un estado de la cuestión. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 17, pp. 521-554.

ALMEIDA, J.; ARAÚJO, L. (2009) - Escaravelhos egípcios em Portugal. *Cadmo*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa. 19, pp. 97-130.

ALMEIDA, R. (2008) - *Las ánforas del Guadalquivir en Scallabis (Santarém, Portugal). Una aportación al conocimiento de los tipos minoritarios*. Barcelona: Servicio de Publicacions y Edicions de Universitat de Barcelona. (Col·lecció Instrumenta, 28)

AMARO, C. (1994) - Vestígios materiais orientalizantes do Claustro da Sé de Lisboa. *Estudos Orientais - Os Fenícios em Portugal*. Lisboa. 4, pp. 183-191.

ARANEGUI GASCÓ, C.; KBIRI ALAOUI, M.; VIVES FERRANDIZ, J. (2004) - Alfares y producciones cerámicas en Mauritania Occidental. Balances y perspectivas.. In: *Actas del Congreso Internacional FIGLINAE BAETICAE. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana (ss. II a.C. – VII d.C.) (Universidad de Cádiz, Noviembre 2003)*. Oxford: B.A.R., pp. 363-378.

ARAÚJO, M.; BARROS, L.; TEIXEIRA, A.; MELO, A. (2004) - EDXRF study of Prehistoric artefacts from Quinta do Almaraz (Cacilhas, Portugal). *Nuclear Instruments and Methods in Physics Research B*. 213, pp. 741-746.

ARCELIN, P.; TUFFREAU-LIBRE, M. (1998) - *La quantification des céramiques. Conditions et protocole..* Glux-en-Glenne: Centre archéologique européen du Mont Beuvray.

ARRUDA, A. M. (1999/2000) - *Los Fenicios En Portugal: Fenicios Y Mundo Indígena En El Centro Y Sur De Portugal (Siglos VIII-VI Ac)*. Universidad Pompeu Fabra ed. Barcelona: Carrera Edició. (Cuadernos de Arqueologia Mediterránea).

ARRUDA, A. M. (2000) - *Fenícios e Mundo Indígena no Centro e Sul de Portugal (séculos VIII-VI a.C.)*. Em torno às histórias possíveis. Dissertação de doutoramento em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Edição Policopiada.

ARRUDA, A. M. (2003) - Escavações Arqueológicas no Castelo de Castro Marim - balanço e perspectivas. *XELB*. 4, pp. 71-88.

ARRUDA, A. M. (2004) - Cerâmicas gregas encontradas em Portugal. In: *Vasos Gregos em Portugal - Aquém das Colunas de Hércules*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. pp. 135-140.

ARRUDA, A. M. (2005a) - O 1º milénio a.n.e. no Centro e Sul de Portugal: Leituras possíveis no início de um novo século. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 4, pp. 9-156.

ARRUDA, A. M. (2005b) - Orientalizante e pós-orientalizante no Sudoeste Peninsular: Geografias e Cronologias. *Anejos de AEspA*. Volume XXXV, pp. 277-303.

ARRUDA, A. (2005c) - Ânforas R1 em Portugal. In *Atti del V Congresso Internazionale di Studi Fenici i Punici*. Volume 3, pp. 1311-1318.

ARRUDA, A. M. (2008a) - O Baixo Guadiana durante os séculos VI e V a.n.e. In *Sidereum Ana I. El río Guadiana en época post-orientalizante*. pp. 307-325. (Anejos de AEspA XLVI).

ARRUDA, A. M. (2008b) Estranhos numa terra (quase) estranha: os contactos pré-coloniais no Sul do território actualmente português. In: Celestino Pérez, S.; Rafael, N.; Armada, X. (eds) - *Contacto cultural entre el Mediterráneo y el Atlántico (siglos XII-VIII a.n.e.): la precolonización en debate*. Madrid: CSIC. pp. 355-370.

ARRUDA, A. M. (2014) - A Oeste tudo de novo: novos dados e outros modelos interpretativos para a orientalização do território português. In: Arruda, A. M. (ed.)

*Fenícios e Púnicos, Por Terra e Mar*. Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. Vol. 2, pp. 512-535.

ARRUDA, A.; FREITAS, V.; SÁNCHEZ, J. (2000) - As cerâmicas cinzentas da Sé de Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 3, n.º2, pp. 25-59.

ARRUDA, A. M.; COVANEIRO, J.; CAVACO, S. (2008) - A necrópole da Idade do Ferro do Convento da Graça, Tavira. In *Actas do 5º Encontro de Arqueologia do Algarve*. Silves: Câmara Municipal de Silves, pp. 141-160.

ARRUDA, A. M.; FREITAS, V.; OLIVEIRA (2007) - Os fenícios e a urbanização no extremo ocidente: o caso de Castro Marim. In: LÓPEZ CASTRO, J. ed. - *Las ciudades fenicio-púnicas en el Mediterráneo Occidental*. Editorial Universidad Almería y Centro de Estudios Fenícios y Púnicos, pp. 463-480.

ARRUDA, A. M.; FREITAS, V. T. (2008) - O Castelo de Castro Marim durante os séculos VI e V a.n.e.. In: JIMÉNEZ ÁVILA, J. ed. *SIDEREUM ANA I - El río Guadiana en época post-orientalizante*. Mérida: Instituto de Arqueología de Mérida: Archivo Español de Arqueología. pp. 429-446. (Anexos AEspA XLVI).

ARRUDA, A. M.; SOUSA, E.; PIMENTA, J.; MENDES, H.; SOARES, R. (2014) - Alto do Castelo's Iron Age Occupation (Alpiarça, Portugal). *Zephyrus*. Salamanca. LXXIV, pp. 143-155.

ARRUDA, A.; VIEGAS, C.; BARGÃO, P.; PEREIRA, R. (2006) - A importação de preparados de peixe em Castro Marim: da Idade do Ferro à Época Romana. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. Volume 13, pp. 153-176.

ARRUDA, A. M.; VILAÇA, R. (2006) - O mar greco-romano antes de gregos e romanos: perspectivas a partir do Ocidente Peninsular. In: OLIVEIRA, F.; THIERCY, P.; VILAÇA, V. eds. - *Mar Greco-Latino*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. pp. 31-58.

AUBET, M. E. (2002) - Notas sobre tres pesos fenicios de Cerro del Villar (Málaga). *Vicino Oriente - Da Pyrgia a Mozia. Studia Sull'archeologia del Mediterraneo in Memoria di Antonia Ciasca*. 3/1, pp. 29-40.

- AUBET, M. E. (1998) - Un lugar de mercado en el Cerro del Villar. In: AUBET, M. E. ed. - *Los Fenícios en Málaga*. Málaga: Servicio de Publicaciones. pp. 197-213.
- AUBET, M. E. (2006) - El sistema colonial fenicio y sus pautas de organización. *Mainake*. Volume XXVIII, pp. 35-47.
- AUBET, M. E. (2009) *Tiro y las colonias fenicias de Occidente*. Barcelona: Edicions Bellaterra. (3ª edição)
- AUBET, M. E.; CARMONA, P.; CURIÀ, E.; DELGADO, A.; FERNÁNDEZ, A.; PÁRRAGA, M. (1999) - *Cerro del Villar - I. El asentamiento fenicio en la desembocadura del río Guadalhorce y su interacción con el hinterland*. Córdoba: Consejería de Cultura. Junta de Andalucía.
- BARGÃO, P. (2014) - As Ânforas pré-romanas da Alcáçova de Santarém. In: ARRUDA, A. M. ed. - *Fenícios e Púnicos, por terra e mar. Actas do VI Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos*. Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa UNIARQ. pp. 748-755. (Estudos e Memórias, 6)
- BARROS, L. (1998) - *Introdução à Pré e Proto História de Almada*. Almada: Câmara Municipal de Almada.
- BARROS, L. (2001) - Quinta do Almaraz: o princípio de Almada Cidade. *Anais de Almada*. Volume 4, pp. 11-24.
- BARROS, L. (2007) - Relatório de Escavação da Quinta do Almaraz (1998-2001).
- BARROS, L. (no prelo) - *As Grutas de S. Paulo (Almada). Gestos da Vida e da Morte no III Milénio a.C.*
- BARROS, L.; CARDOSO, J. L.; SABROSA, A. (1993) - Fenícios na margem Sul do Tejo. Economia e integração cultural do povoado de Almaraz - Almada.. *Estudos Orientais – Os Fenícios em Portugal*. IV, pp. 143-173.
- BARROS, L.; SANTO, P. (1997) - Gruta Artificial de S. Paulo. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. Volume 11-12, pp. 217-220.

BARROS, L.; HENRIQUES, F. (1998a) - Vestígios de um cais pré-romano em Cacilhas. In: SANTOS, M.; ANTUNES, L. eds - *Actas das 2ª Jornadas de estudos sobre o concelho de Almada*. Almada: Câmara Municipal, pp. 101-105.

BARROS, L.; HENRIQUES, F. (1998b) - Almaraz - um entreposto comercial na foz do Tejo. In: SANTOS, M.; ANTUNES, L. eds - *Actas das 2ª Jornadas de estudos sobre o concelho de Almada*. Almada: Câmara Municipal. pp. 87-92.

BARROS, L.; HENRIQUES, F. (2002a) - Almaraz, primeiro espaço urbano em Almada. In: HENRIQUES, F.; SANTOS, M.; ANTÓNIO, T. eds. - *Actas do 3º Encontro Nacional de Arqueologia Urbana*. Almada: Câmara Municipal de Almada. Divisão dos Museus - Núcleo de Arqueologia e História. pp. 295-311.

BARROS, L.; HENRIQUES, F. (2002b) - A última fase de ocupação do Almaraz. In: HENRIQUES, F.; SANTOS, M.; ANTÓNIO, T. eds. - *Actas do 3º Encontro Nacional de Arqueologia Urbana*. Almada: Câmara Municipal de Almada. Divisão dos Museus - Núcleo de Arqueologia e História. pp. 97-107.

BARROS, L.; SOARES, A. M. M. (2004) - Cronologia absoluta para a ocupação orietalizante da Quinta do Almaraz, no estuário do Tejo (Almada, Portugal). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série 4, 22, pp. 333-352.

BARROS, L.; BATALHA, L. (no prelo) - *Alguns elementos novos sobre Almaraz*.

BELÉN DEAMOS, M. (2006) - Ânforas de los siglos VI-IV a.C. en Turdetania. *SPAL*. 15, pp. 217-246.

BELÉN DEAMOS, M.; FERNÁNDEZ-MIRANDA, M. (1978) - La Tiñosa (Lepe, Huelva). *Huelva Arqueológica*. Volume IV, pp. 197-297.

BELÉN, M. & PEREIRA, J., 1985. Ceramicas a torno con decoracion pintada en Andalucia. *Huelva Arqueológica*, Volume VII, pp. 307-360.

BELLTRÁN LLORIS, M. (1977) - Problemas de la morfologia y del concepto histórico geografico que recubre la noción tipo. Aportaciones a la tipologia de las ânforas beticas.. Em: *Méthodes classiques et méthodes formelles dans l'étude typologique des amphores. Actes du colloque de Rome (27-29 Mai 1974)*. s.l.:Publications de l'École française de Rome, pp. 97-131.

- BERNAL CASASOLA, D.; LORENZO MARTÍNEZ, L.; NAVAS, J. (2004) - La tipología de los hornos Béticos en el s. III d.C.. Novedades del taller de los Matagallares (Salobreña, Granada). In: *Actas del Congreso Internacional FIGLINAE BAETICAE. Talleres alfareros u producciones cerámicas en la Bética Romana (ss. II a.C - VIII d.C.)*. Oxford: BAR International Series. pp. 489-506.
- BERROCAL-RANGEL, L; SILVA, A. (2010) - *O Castro dos Ratinhos (Barragem do Alqueva, Moura). Escavações num povoado proto-histórico do Guadiana, 2004-2007*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. (O Arqueólogo Português, Suplemento 6)
- BLÁNQUEZ PÉREZ, J.; BERNAL CASASOLA, D.; SÁEZ ROMERO, A. (2006) - III. Las ánforas púnicas y tardopúnicas. In: BENDALA GALÁN, M.; BLÁNQUEZ PÉREZ, J.; ROLDÁN GÓMEZ, J. eds - *Estudio Histórico-Arqueológico de la Ciudad de Carteia*. Andalucia: Consejería de Cultura, pp. 353-376.
- BLOT, M. (2003) - *Os portos na origem dos centros urbanos. Contributo para a arqueologia das cidades flúvio-marítimas em Portugal*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. (Trabalhos de Arqueologia, 28)
- CALADO, M. (2008) - *Olisipo pré-romana. Um ponto da situação*. Lisboa: Apenas.
- CALADO, M.; ALMEIDA, L.; LEITÃO, V.; LEITÃO, M. (2013) - Cronologias absolutas para a Iª Idade do Ferro em Olisipo - O exemplo de uma ocupação em ambiente cársico na actual Rua da Judiaria em Alfama. *Cira-Arqueologia - O Tejo, palco de interacção entre indígenas e fenícios*. 2, pp. 118-132.
- CAMPOS CARRASCO, J.; VERA REINA, M.; MORENO MENAYO, M. (1988) - *Protohistoria de la ciudad de Sevilla. El corte estratigráfico San Isidoro 85-6*. Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía. Direccione General de Bienes Culturales. (Monografias de Arqueologia Andaluza, I).
- CANDEIAS, C. (2013) - *Prospecção arqueológica intra-sítio: o Cerro do Cavaco e a II Idade do Ferro em Tavira, Portugal*. Aroche, Poster apresentado no VII Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular (Aroche, 2013).
- CANHA, A. (2012) – Relatório de Realização de Sondagens Arqueológicas de Diagonóstico no Sítio da Quinta do Almaraz no Exterior da Área de Delimitação do Sítio Arqueológico.

- CARDOSO, G.; ENCARNAÇÃO, J., (2013) - O povoamento pré-romano de Freiria - Cascais. *Cira Arqueologia. O Tejo, palco de interacção entre Indígenas e Fenícios*. Vila-Franca de Xira: Museu Municipal. 2, pp.133-180.
- CARDOSO, J. L. (1990) - A presença oriental no povoamento da I Idade do Ferro na região ribeirinha do Estuário do Tejo. *Estudos Orientais - Presenças Orientalizantes em Portugal da Pré-História ao Período Romano*. I, pp. 119-134.
- CARDOSO, J. L. (1995) - O Bronze Final e a Idade do Ferro na Região de Lisboa: um ensaio. *Conimbriga*. Volume XXXIV, pp. 1-42 (separata).
- CARDOSO, J. L. (2000) - Fenícios e Indígenas em Rocha Branca, Abul, Alcácer do Sal, Almaraz e Santarém. Estudo Comparado dos mamíferos. In: *Actas do IV Congresso Internacional de Estudios Fenícios y Púnicos*. Cádiz: Universidad. pp. 319-327.
- CARDOSO, J. L. (2004) - A Baixa Estremadura dos finais do IV milénio A. C. até à chegada dos romanos: um ensaio de História Regional. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 12, 331 p.
- CARDOSO, J. L.; CARREIRA, J. (1993) - Le Bronze Final et le début de l'Âge du Fer dans la région riveraine de l'estuaire du Tage. *Mediterrâneo*. Volume 2, pp. 193-206.
- CARDOSO, J. L. & GOMES, M. (1997) - O Consumo de cãe, em contextos fenício-púnicos, no território português. *Estudos Orientais*. VI, pp. 89-117.
- CARDOSO, J. L.; CARREIRA, J. R. (1997/1998) - A ocupação de época púnica da Quinta da Torre (Almada). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 7, pp. 189-217.
- CARDOSO, J. L.; SILVA, C. T. (2010/2011) - O casal agrícola da I Idade do Ferro do Leão (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 18, pp. 75-102.
- CARDOSO, J. L.; SILVA, C. T. (2012) - O casal agrícola da Idade do Ferro de Gamelas 3 (Oeiras). *O Arqueólogo Português*. Série 5, 2, pp. 355-400.
- CARRETERO POBLETE, A. (2004) - Las producciones cerámicas de ánforas tipo «campamentos numantinos» y su origen en San Fernando (Cádiz): los hornos de Pery Junquera. In: *Actas del Congreso Internacional FIGLINAE BAETICAE. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana (ss. II a.C. – VII d.C.)*. Oxford: BAR International Series. pp. 427-440.

CARRETERO POBLOTE, A. (2005) - Difusión de ánforas tipo "Tiñosa" en Algarve (Portugal) y la comercialización de productos agrícolas púnico-turdetanos entre los siglos V y III a.C.. In: *Actas do 2º Encontro de Arqueologia do Algarve*. (Xelb, 5)

COLL CONESA, J. (2000) - Aspectos de tecnología de producción de la cerámica ibérica. *SAGVNTVM – PLAV*. Volume Extra 3, pp. 191-209.

CORREIA, F. (2015) - Enterramentos de Cães na Quinta do Almaraz. In: *Actas do Congresso Arqueologia em Transição: O Mundo Funerário*. pp. 113-124.

CORREIA, V. (1916) - Conimbriga. A camada pre-romana da cidade. Notas de uma exploração de dez dias em Condeixa-a-Velha.. *O Archeologo Portugues*. Lisboa. S.1, XXI, pp. 252-262.

CORREIA, V. H. (1988-89) - A Estação da Idade do Ferro do Porto das Lages (Ourique, Beja). *Portugália*. Nova Série, Vol. IX-X, pp. 81-91.

CORREIA, V. H. (1994) - Os materiais pré-romanos de Conímbriga e a presença fenícia no Baixo Vale do Mondego. *Estudos Orientais - Os fenícios em Portugal*. IV, pp. 229-283.

COSTA, M. (1910) - Estações prehistoricas dos arredores de Setubal. Appendice: Homem protohistorico. Idades do bronze e do ferro no Castro de Chibanes. *O Archeologo Portugues*. Lisboa. S.1, XV, pp. 55-83.

CURIÀ, E.; DELGADO, A.; FERNÁNDEZ, A.; PÁRRAGA, M. (2000) - La organización de la producción de cerámica en un centro colonial fenicio: El taller alfarero del siglo VI a.n.e. del Cerro del Villar. In: BARTHÉLEMY, M.; AUBET, M. E. eds. - *Actas del IV Congreso Internacional de Estudios Fenicios y Púnicos (Cádiz, 2 al 6 de Octubre de 1995)*. Cádiz: Servicio de Publicaciones de Universitat. pp. 1475-1485.

DELGADO HERVÁS, A. (2011) - La producción de cerámica fenicia en el Extremo Occidente: hornos de alfar, talleres e industrias domésticas en los enclaves coloniales de la Andalucía Mediterránea (siglos VIII-VI a.C.). *XXV Jornadas de Arqueología Fenício-Púnica (Eivissa, 2010)*. pp. 9-48. (Trabajos del Museo Arqueologico de Ibiza y Formentera, 66)



DELGADO HERVÁS, A.; FERNÁNDEZ CANTOS, A.; RUIZ MARTÍNEZ, A., (2000) - Las transformaciones del s. VI a.n.e. en Andalucía: una visión desde las relaciones entre fenicios e indígenas. In: Barthélemy, M.; Aubet, M. E. eds - *Actas del IV Congreso Internacional de Estudios Fenicios y Púnicos (Cádiz, 2 al 6 de Octubre de 1995)*. Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universitat. pp. 1781-1787.

DIOGO, A. D. (1994) - Ânforas pré-romanas dos Chões de Alpompe (Santarém). In: *Estudos Orientais - Os Fenícios em Portugal*. Lisboa. IV, pp. 215-227.

DIOGO, D.; CARDOSO, J.; REINER, F. (2000) - Um conjunto de ânforas recuperadas nos dragados da foz do rio Arade, Algarve. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Volume 3, n.º2, pp. 81-118.

ESTRELA, S.; COSTA, M.; PORFÍRIO, E.; SERRA, M. (2012) - A Malhada de Biterres 2 (Mombeja, Beja): um forno da Idade do Ferro nos alvares da Romanização. In: *Actas do V Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*. Almodôvar. pp. 347-369.

FABIÃO, C. (1989) - *Sobre as ânforas do acampamento romano da Lomba do Canho (Arganil)*. Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa UNIARQ.

FABIÃO, C. (2014) - *O estudo das ânforas romanas*. [Em linha. Consultado a 14 de Julho de 2015]. Disponível em:

[http://www.academia.edu/9102828/O\\_estudo\\_das\\_%C3%A2nforas\\_romanas](http://www.academia.edu/9102828/O_estudo_das_%C3%A2nforas_romanas)

FERNANDES, L.; PIMENTA, J.; CALADO, M.; FILIPE, V. (2013) - Ocupação sidérica na área envolvente do teatro romano de Lisboa: o Pátio do Aljube. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Volume 16, pp. 167-185.

FERNANDEZ JURADO, J. (1987) - Tejada la Vieja: una ciudad protohistorica. *Huelva Arqueologica*. IX, 2 vols.

FERNÁNDEZ OCHOA, C.; MORILLO CERDÁN, A.; ZARZALEJOS PRIETO, M. (2014) - Imitaciones de terra sigillata en Hispania durante el Alto Imperio (épocas augustea y julioclaudia). In: MORAIS, R.; FERNÁNDEZ, A.; SOUSA, M. eds. - *As produções cerâmicas de imitação na Hispania*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 43-74.

FERRER ALBELDA, E.; GARCÍA FERNÁNDEZ, F.; ESCACENA CARRASCO, J. (2010) - El tráfico comercial de productos púnicos en el antiguo estuario del Guadalquivir. *Mainake*. Volume XXXII, pp. 61-89.

FILIFE, V. (2010) - As ânforas de tradição pré-romana de Mesas do Castelhinho, Almodôvar. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 13, pp. 57-88.

FILIFE, V.; CALADO, M.; LEITÃO, M., (2014) - Evidências orientalizantes na área urbana de Lisboa: o caso dos edifícios na envolvente da Mãe de Água do Chafariz d'el Rei.. In: *Fenícios e Púnicos, por terra e mar. Actas do VI Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos*. Lisboa: Uniarq, Vol. 2, pp. 736-746. (Coleção Estudos e Memórias, 6)

FLORIDO NAVARRO, C. (1984) - Ânforas prerromanas Sudibéricas. *Habis*. 15, pp. 419-436.

FLORIDO NAVARRO, M. (1985) - Las anforas del poblado orientalizante e iberopunico del Carambolo (Sevilla). *Habis*. XVI, p. 487-516.

FREITAS, V.; OLIVEIRA, C. (2005) - A Idade do Ferro no Baixo Guadiana. In: J. Morín, J.; Urbina, D.; Bicho, N. eds. - *As Idades do Bronze e do Ferro na Península Ibérica. Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*. Algarve: Centro de Estudos de Património do Departamento de História, Arqueologia e Património da Universidade do Algarve, pp. 409-418. (Promontoria Monográfica, 9)

FRUTOS REYES, G.; MUÑOZ VICENTE, A. (1994) - Hornos punicos de Torre Alta (San Fernando, Cádiz). In: CAMPOS, J.; AURELIO PÉREZ, J.; GOMÉZ, F. eds. - *Arqueología en el entorno del Bajo Guadiana*. Huelva: Universidad de Huelva, pp. 393-414.

GARCÍA FERNÁNDEZ, F.; GARCÍA VARGAS, E. (2012) - Los hornos alfareros de tradición Fenícia en el valle del Guadalquivir y su perduración en época Romana: aspectos tecnológicos y sociales. *SPAL*. Volume 21, pp. 9-38.

GARCÍA FERNÁNDEZ, F.; ROMERO, S., (2014) - Influencias de tradición helenística y centromediterránea en las producciones communes del área turdetana. In: MORAIS, R. FERNÁNDEZ, A.; SOUSA, M. eds. - *As produções cerâmicas de imitação na Hispania*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 109-124.

GARCÍA MENÁRGUEZ, A.; PRADOS MARTÍNEZ, F. (2014) - La presencia fenicia en la Península Ibérica: el Cabezo Pequeño del Estaño (Guardamar del Segura, Alicante). *Trabajos de Prehistoria*. Vol. 71, n.º1, pp. 113-133.

GARCÍA SANJUÁN, L. (2005) - Las Piedras de la memoria. La Permanencia del Megalitismo en el Suroeste de la P.I. durante el II y I milenios ANE. *Trabajos de Prehistoria*. Volume 62, n.º2, pp. 85-109.

GARCÍA SANZ, C. (1988/1989) - El urbanismo protohistorico de Huelva. *Huelva Arqueológica*. Volume X-XI, 3, pp. 144-175.

GARCÍA VARGAS, E.; ALMEIDA, R.; GONZÁLEZ CESTEROS, H. (2011) - Los tipos anfóricos del Guadalquivir en el marco de los envases hispanos del siglo I a.C. Un universo heterogéneo entre la imitación y la estandarización. *SPAL*. Volume 20, pp. 185-283.

GARCÍA VARGAS, E.; GARCÍA FERNÁNDEZ, F. (2009) - Romanización y consumo: cambios y continuidades en los contextos cerámicos de Hispalis en épocas Turdetana y Romano-Republicana. *SPAL*, Volume 18, pp. 131-165.

GOMES, M. V. (1994) - O Estabelecimento Fenício-Púnico do Cerro da Rocha Branca (Silves). *Estudos Orientalizantes - Os Fenícios em Portugal*. IV, pp. 73-107.

GÓMEZ BELLARD, C.; COSTA RIBAS, B.; GÓMEZ BELLARD, F.; GURREA BARRICARTE, R.; GRAU ALMERO, E.; MARTÍNEZ VALLE, R. (1990) - *La colonizacion fenicia de la Isla de Ibiza*. Direccion General de Bellas Artes y Archivos. Instituto de Conservacion y Restauracion de Bienes Culturales.

GONZÁLEZ DE CANALES, F.; SERRANO PICHARDO, L.; LLOMPART GÓMEZ, J. (2004) - *El emporio fenicio precolonial de Huelva (ca. 900-770 a.C.)*. Madrid: Biblioteca Nueva.

GONZÁLEZ PRATS, A. (2011) - *La Fonteta. Excavaciones de 1996-2000 en la colonia fenicia de la actual desembocadura del río Segura (Guardamar del Segura, Alicante)*. Vol. I. Alicante: Seminarios Internacionales sobre Temas Fenicios..

GONZÁLEZ TORAYA, B.; TORRES QUIRÓS, J.; LAGÓSTENA BARRIOS, L.; PRIETO REINA, O. (2000) - Los inicios de la producción anfórica em la bahía

Gaditana en Época Republicana: la intervención de urgencia en la Avda. Pery Junquera (San Fernando, Cádiz). In: *Actas do Congresso Internacional Ex Baeticae Amphorae*. Écija: Gráficas Sol, pp. 175-185.

GRILO, C. (2007) - A Rua do Sembrano e a ocupação pré-romana de Beja. *Vipasca, Arqueologia e História*. N.º2, 2ª série, pp. 261-268.

GUERRERO, V. M. (1991) - El Palacio-Santuario de Cancho Roano (Badajoz) y la Comercialización de Ánforas Fenicias Indígenas. *Rivista di Studi Fenici*. Vol. XIX, 1, p. 49-82.

GUTIÉRREZ LÓPEZ, J.; SÁEZ ROMERO, A.; REINOSO DEL RÍO, M. (2013) - La tecnología alfarera como herramienta de análisis histórico: reflexiones sobre los denominados "prismas cerámicos". *SPAL*. Volume 22, pp. 61-100.

HARRIS, E. (1991) - *Principios de estratigrafía arqueológica*. Barcelona: Editorial Crítica.

HENRIQUES, S. (2006) - *A cerâmica cinzenta da Idade do Ferro da Quinta do Almaraz (Almada, Cacilhas)*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Edição Policopiada..

HERNÁNDEZ CARRETERO, A. M. (1993) - Contribución al estudio de las relaciones culturales durante la II Edad del Hierro en la cuenca media del Guadiana: la cerámica gris. *Norba*. Volume 13, pp. 39-61.

JIMÉNEZ ÁVILA, J.; ORTEAGA BLANCO, J. (2001) - El poblado orientalizador de El Palomar (Oliva de Mérida, Badajoz). Noticia Preliminar. In: RUIZ MATA, D.; CELESTINO PÉREZ, S. eds. - *Arquitectura Oriental y Orientalizante en la Península Ibérica*. Madrid: CSIC, pp. 227-248.

LÓPEZ CASTRO, J. (2006) - Colonials, merchants and alabaster vases: the western Phoenician aristocracy. *Antiquity*. Volume 80, pp. 74-88.

LÓPEZ CASTRO, J.; MANZANO-AGUGLIARO, F.; ALEMÁN OCHOTORENA, B. (2010) - Altos de Revenque: un asentamiento fortificado fenicio-púnico en el litoral de Andalucía Oriental. *Archivo Español de Arqueología*. 83, pp. 27-46.

LÓPEZ PARDO, F. (1990) - Nota sobre las ánforas II y III de Kuass (Marruecos). *Antiquités africaines*. Volume 26, pp. 13-23.

MAASS-LINDEMANN, G. (1998) - La primera fase de la colonización fenicia en España según los hallazgos del Morro de Mezquitilla . In: AUBET, M. E. ed. - *Los Fenicios en Málaga*. Málaga: Universidad de Málaga. Servicio de Publicaciones, pp. 47-60.

MAIA, M. (1978) - Ânforas neopúnicas do Sul de Portugal. In: *Actas das III Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses (1977)*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. Vol. I, pp. 199-207.

MAIA, M.<sup>a</sup> (2003) - Fenícios em Tavira. In: *Tavira: território e poder (Catálogo da exposição)*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia e Câmara Municipal de Tavira, pp. 57-72.

MAIA, M. (2004) - *Tavira Turdetana, porto do "Círculo do Estreito" nos finais do séc. V a.C.* Comunicação na Conferência Internacional: Historia de la Pesca en el Ámbito del Estrecho. [Em linha, consultado a 20 de Julho de 2015] Disponível em: <http://www.arkeotavira.com/Estudos/PescaTavira.pdf>

MAIA, M. (2006) - La Pesca, a Actividade Conserveira e as Ânforas de Tavira.. *Historia de la Pesca en el Ámbito del Estrecho. I Conferencia Internacional*. Junta de Andalucía: Instituto de Investigación y Formación Agraria y Pesquera, pp. 461-484.

MAIA, M.; CORREA, J. (1985) - Inscripcion en escritura tartesia (o del SO) hallada en Neves (Castro Verde, Baixo Alentejo) y su contexto arqueológico. *Habis*. 16, pp. 243-274.

MAÑÁ, J. M. (1951) - Sobre Tipología de Ânforas Púnicas. In: *Crónica del VI Congreso Aqueológico del Sudeste (Alcoy, 1950)*. Cartagena, pp. 203-210.

MANCERO DÁVALOS, J. (1997) - Ânforas orientalizantes de la cuenca baja del Guadalquivir. *Zephyrus*. 50, pp. 199-215.

MARTÍN CÓRDOBA, E.; RAMÍREZ SÁNCHEZ, J.; RECIO RUIZ, A. (2006) - Producción alfarera fenicio-púnica en la costa Vélez-Málaga (siglos VIII-V a.C.). *Mainake*. XXVIII, pp. 257-287.

MARTÍN RUIZ, J. (1995) - *Catálogo documental de los fenicios en Andalucía*. s.l.:Junta de Andalucía. Consejería de Cultura.

MATALOTO, R. (2004) - *Um "monte" da Idade do Ferro na Herdade da Sapatoa - ruralidade e povoamento no 1º milénio do Alentejo Central*. Lisboa: IPA. (Trabalhos de Arqueologia, 37).

MAYET, F.; SILVA, C. T. (1994) - Presença fenícia no Baixo Sado. *Estudos Orientais IV - Os Fenícios em Portuga*, pp. 127-141.

MAYET, F.; SILVA, C. T. (2001a) - *Le site phénicien d'Abul (Portugal) : Comptoir et sanctuaire*. Paris: Editions de Boccard.

MAYET, F.; SILVA, C. T. (2001b) - O Santuário de Abul B - uma presença púnica no Baixo Sado?. Em: *Os Púnicos no Extremo Ocidente - Actas do Colóquio Internacional (Lisboa, 27 e 28 de Outubro de 2000)*. Lisboa: Universidade Aberta, pp. 173-195.

MAYET, F.; SILVA, C. T. (2001c) - Abul e a arquitectura orientalizante na costa portuguesa. In: RUIZ MATA, D.; CELESTINO PÉREZ, S. eds. - *Arquitectura oriental y orientalizante en la Península Ibérica*. Madrid: CSIC, pp. 249-260.

MELO, A.; VALÉRIO, P.; BARROS, L.; ARAÚJO, M. (2014) - Práticas metalúrgicas na Quinta do Almaraz (Cacilhas, Portugal): vestígios orientalizantes. In: ARRUDA, A. M. ed. - *Fenícios e Púnicos, Por Terra e Mar. Actas do VI Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos*. Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa UNIARQ. Vol. 2, pp. 699-711.

MONTANERO VICO, D. (2008) - Los sistemas defensivos de origen fenicio-púnico del sureste peninsular (siglos VIII-III a.C.): nuevas interpretaciones. In: COSTA, B; FERNÁNDEZ, J. eds. - *Arquitectura defensiva Fenicio-púnica. XXII Jornadas de Arqueología Fenicio-Púnica (Eivissa, 2007)*. Eivissa: Govern de les Illes Balears. Conselleria d'Educació i Cultura, pp. 91-144.

MUÑOZ VICENTE, A. (1985) - Las anforas prerromanas de Cadiz (Informe Preliminar).. *Anuário Arqueológico de Andalucía. II - Actividades Sistemáticas*, pp. 471-478.

- NIEUWENDAM, L.; SANTOS, R. (2008) - Villa romana de Vilares, Cascais. Trabalhos Arqueológicos em 2007-2008. *Al-madan*, II série, 16 [Em linha. Consultado a 20 de Julho de 2015] Disponível em: [http://issuu.com/almadan/docs/almadan\\_online\\_16](http://issuu.com/almadan/docs/almadan_online_16)), pp. 2-3.
- NIVEAU DE VILLEDARY, A. (1999) - Ánforas Turdetanas, Mediterráneas y Púnicas del s. III del Castillo de Doña Blanca (El Puerto de Santa María, Cádiz). *XXIV Congreso Nacional de Arqueología (Cartagena, 1997)*, pp. 133-136.
- NIVEAU DE VILLEDARY, A.; FERRER ALBELDA, E. (2004) - Sacrificios de cánidos en la necrópolis púnica de Cádiz. *Huelva Arqueológica*. 20, pp. 63-88.
- NIVEAU DE VILLEDARY, A. M. (2001) - Pozos púnicos en la necrópolis de Cádiz. Evidencias de prácticas rituales funerarias. *Rivista di Studi Fenici*. XXIX, 2, pp. 183-231.
- NIVEAU DE VILLEDARY, A. M. (2011) - El consumo de vino en la Bahía de Cádiz en Época Púnica. *Revista de Historia de El Puerto*. Volume 46, pp. 9-50.
- NIVEAU DE VILLEDARY, A. M. (2014) - El éxito de la vajilla helenística "tipo Kuass". ¿Resultado de la adopción de una moda estética o reflejo de transformaciones culinarias y comensales?. In: GARCÍA FERNÁNDEZ, F.; GARCÍA VARGAS, E. eds. - *Comer a la moda. Imitaciones de vajilla de mesa en Turdetania y la Bética Occidental durante la Antigüedad (s. VI a.C. - VI d.C.)* Barcelona: Publicacions i Edicions de la Universitat de Barcelona, pp. 119-173. (Col·lecció Instrumenta, 46).
- NUNES, S. (2007) - Dados preliminares para a compreensão arqueostratigráfica do sítio de Currais 5 (S. Manços, Évora). *Vipasca*. Série 2, n.º2, pp. 454-462.
- PAIS, J.; LEGOINHA, P.; ESTEVENS, M. (2008) - Património paleontológico do concelho de Almada. In: *A terra: conflitos e ordem. Actas do colóquio de homenagem ao Professor António Ferreira Soares*. [Em linha. Consultado a 30 de Julho de 2015] Disponível em: [http://run.unl.pt/bitstream/10362/3573/1/AFS\\_2008\\_17\\_Pais\\_et\\_al.pdf](http://run.unl.pt/bitstream/10362/3573/1/AFS_2008_17_Pais_et_al.pdf), pp. 143-158.
- PASCUAL BERLANGA, G.; RIBERA I LACOMBA, A. (2013) - El material más apreciado por los antiguos. Las ánforas.. In: RIBERA I LACOMBA, A. ed. - *Manual de*

*cerámica romana. Del mundo Helenístico al Imperio Romano*. Alcalá de Henares: Museu Arqueológico, pp. 217-289.

PELLICER CATALÁN, M. (1978) - Tipología y cronología de las Anforas Prerromanas del Guadalquivir, según Cerro Macareno (Sevilla). *Habis*. IX, p. 365-400.

PELLICER CATALÁN, M.; ESCACENA CARRASCO, J.; BENDALA GALAN, M. (1983) - *El Cerro Macareno (Excavaciones Arqueológicas en España)*. Madrid: Ministerio de Cultura, Dirección General de Bellas Artes y Archivos.

PEREIRA, I. (1994) - Figueira da Foz. Santa Olaia. *Estudos Orientais - Os Fenícios em Portugal*. IV, pp. 285-303.

PIMENTA, J. (2005) - *As Ânforas Romanas do Castelo de São Jorge (Lisboa)*. Lisboa: IPA. (Trabalhos de Arqueologia, 41)

PIMENTA, J.; CALADO, M.; LEITÃO, M. (2005) - Novos dados sobre a ocupação pré-romana da cidade de Lisboa: as Ânforas da sondagem n.º 2 da Rua São João da Praça. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Volume 8, n.º 2, pp. 313-334.

PIMENTA, J.; CALADO, M.; LEITÃO, M. (2014) - Novos dados sobre a ocupação pré-romana da cidade de Lisboa. A intervenção da Rua São João da Praça.. In: ARRUDA, A. M. ed. - *Fenícios e Púnicos, por Terra e Mar. Actas do VI Congresso de Estudos Fenícios e Púnicos*. Lisboa: Centro de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa UNIARQ. Vol. 2, pp. 712-723. (Estudos e Memórias, 6).

PIMENTA, J.; HENRIQUES, E.; MENDES, H. (2012) - *O Acampamento Romano do Alto dos Cacos (Almeirim)*. Almeirim: Câmara Municipal de Almeirim.

PIMENTA, J.; MENDES, H. (2008) - Descoberta do povoado pré-romano de Porto do Sabugueiro (Muge). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 11, n.º 2. pp. 171-194.

PIMENTA, J.; MENDES, H. (2010/2011) - Novos dados sobre a presença fenícia no Vale do Tejo. As recentes descobertas na área de Vila Franca de Xira. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 18, pp.591-618.

PIMENTA, J.; MENDES, H. (2012) - Sobre o povoamento romano ao longo da via de Olisipo a Scallabis. *Cira Arqueologia*. 1, pp. 41-64.



- PIMENTA, J.; MENDES, H.; ARRUDA, A. M.; SOUSA, E.; SOARES, R. (2014) - Do pré-romano ao Império: a ocupação pré-romana do Porto do Sabugueiro. *Magos. Revista Cultural do concelho de Salvaterra de Magos*. 1, pp. 39-57.
- PIMENTA, J.; MENDES, H.; MADEIRA, F. (2010) - O povoado pré-romano de Castanheira do Ribatejo, Vila Franca de Xira. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 13, pp. 25-56.
- PIMENTA, J.; SOARES, A. M.; MENDES, H., (2013) - Cronologia Absoluta para o Povoamento Pré-Romano de Santa Sofia. *Cira Arqueologia - O Tejo, palco de interacção entre indígenas e fenícios*. 2, pp. 181-194.
- PINTO, C.; PARREIRA, R. (1978) - Contribuição para o Estudo do Bronze Final e Ferro Inicial a Norte do Estuário do Tejo. In: *Actas das III Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses (1977)*. Lisboa. Vol. I, pp.147-163.
- RAMON TORRES, J. (1985) - Tagomago 1: Un pecio fenicio del siglo V a.C. en aguas en Ibiza.. In: *Actas del VI Congreso Internacional de Arqueologia Submarina (Cartagena, 1982)*. Madrid: Ministerio de cultura. Direccion general de Bellas Artes y Archivos, Subdirección General de Arqueología y Etnografía, pp. 377-388.
- RAMON TORRES, J. (1987-1988) - Sobre los tipos antiguos de las anforas punicas Maña A. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología Castellonenses*. 13, pp. 181-204.
- RAMON TORRES, J. (1991) - *Las anforas punicas de Ibiza*. Ibiza: Museu Arqueologic d'Eivissa e Formentera. (Treballs del Museu Arqueologic d'Eivissa e Formentera, 23).
- RAMON TORRES, J. (1995) - *Las ánforas fenicio-púnicas del Mediterráneo Central y Occidental*. Barcelona: Universitat de Barcelona. (Colleccio Instrumenta, 2).
- RAMON TORRES, J. (1999) - La ceramica fenicia a torno de Sa Caleta (Eivissa). In: GONZÁLEZ PRATS, A. ed. - *La cerámica fenicia en occidente. Centros de producción y áreas de comercio. (Actas del I Seminario Internacional sobre temas Fenicios)*. Alicante: Direcció General d'Ensenyaments Universitaris i Investigació, pp. 215-240.
- RAMON TORRES, J. (2004) - Las anforas fenicio-púnicas de Ceuta. In: BERNAL CASASOLA, D. ed. - *Juan Bravo y la Arqueología Subaquática en Ceuta*. Ceuta: Instituto de Estudios Ceutíes, pp. 95-106.

RAMON TORRES, J.; SÁEZ ESPLIGARES, A.; SÁEZ ROMERO, A.; MUÑOZ VICENTE, A. (2007) - *El taller alfarero tardoarcaico de Camposoto (San Fernando, Cádiz)*. Sevilla: Junta de Andalucía.

RAPOSO, J.; FABIÃO, C.; GUERRA, A.; BUGALHÃO, J.; DUARTE, A.; SABROSA, A.; DIAS, M.; PRUDÊNCIO, M.; GOUVEIA, M. (2005) - OREsT Project: late Roman pottery productions from the lower Tejo. In: GURT, J.; BUXEDA i GARRIGÓS, J.; CAU ONTIVEROS, M. eds. - *LRCW I: Late Roman Coarse Wares, Cooking Wares and Amphorae the Mediterranean. Archaeology and Archaeometry*. s.l.:BAR International Series 1340, pp. 37-54.

REGEV, D. (2004) - The Phoenician Transport Amphora. In: EIRING, J.; LUND, J. eds. - *Transport Amphorae and Trade in the Eastern Mediterranean. Acts of the International Colloquium at the Danish Institute at Athens, September 26-29, 2002*. Atenas: The Danish Institute at Athens, pp. 337-352. (Monographs of the Danish Institute at Athens, 5).

RIBERA i LACOMBA, A. (1982) - *Las anforas prerromanas Valencianas (Fenicias, Ibericas y Punicas)*. Valencia: Servicio de Investigacion Prehistorica. Diputacion Provincial de Valencia. (Serie de Trabajos Varios, 73).

RÍSQUEZ CUENCA, C. (1995) - Matemáticas y ordenadores en Arqueología. Una propuesta metodológica para trabajar con fragmentos cerámicos. *Arqueología y territorio medieval*. Volume 2, N.º2, pp. 189-224.

RISUEÑO OLARTE, B.; ADROHER AUROUX, A. (1990) - La cerámica de importación en el registro arqueológico. *Florentina Iliberitana*. 1, pp. 373-387.

ROCHA, A. S. (1971) - *Memórias e Explorações Arqueológicas II - Estações pré-romanas da Idade do Ferro nas vizinhanças da Figueira*. Coimbra: Acta Universitatis Coninbriguensis.

RODERO OLIVARES, V.; BERROCAL-RANGEL, L. (2011-2012) - Análisis morfoestructural de la arquitectura defensiva en el ámbito indígena y colonial en la protohistoria antigua peninsular (ca. 1000 - 600 a.C.). *CuPAUAM*. Volume 37-38, pp. 223-239.

RODERO RIAZA, A. (1991) - Las anforas del Mediterraneo Occidental en Andalucía. *Trabajos de Prehistoria*. Volume 48, pp. 275-298.

RODRÍGUEZ DÍAZ, A. (2004) - *El edificio protohistórico de «La Mata» (Campanario, Badajoz) y su estudio territorial*. Cáceres: Servicio de Publicaciones de la Univerisdad de Extremadura.

ROUILLARD, P.; GAILLED RAT, E.; SELLÉS, F. (2007) - *L'établissement protohistorique de La Fonteta (fin VIII-fin VI siècle av. J.-C.)*. Madrid: Casa de Velázquez.

RUFETE TOMICO, P. (1988/1989) - Las ceramicas con egobe rojo de Huelva. *Huelva Arqueológica*. X-XI, 3, pp. 10-40.

RUFETE TOMICO, P. (2002) - El Final de Tartessos y el Periodo Turdetano en Huelva. *Huelva Arqueológica*. 17.

RUIZ MATA, D. (2001) - Arquitectura y urbanismo en la ciudad protohistórica del Castillo de Doña Blanca (El Puerto de Santa María, Cádiz). In: RUIZ MATA, D.; CELESTINO PÉREZ, S. eds. - *Arquitectura Oriental y Orientalizante en la Península Ibérica*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC), pp. 261-274.

RUIZ MATA, D.; NIVEAU DE VILLEDARY, A. (1999) - La zona industrial de Las Cumbres y la cerámica del s. III a.n.e. (Castillo de Doña Blanca - El Puerto de Santa Maria, Cádiz). *XXIV Congreso Nacional de Arqueologia (Cartagena, 1997)*, pp. 125-131.

RUIZ MATA, D.; VALLEJO SÁNCHEZ, J. (2002) - Continuidad y cambio durante el siglo VI a.C.: las cerámicas del corte C del Cerro Macareno (La Rinconada, Sevilla). *SPAL*. Volume 11, pp. 192-218.

SÁEZ ROMERO, A. (2010) - La producción alfarera y la economía salazonera de Gadir: balance y novedades. *Mainake*. Volume XXXII, pp. 885-932.

SÁEZ ROMERO, A. (2012) - La producción de ánforas en la área del Estrecho en época tardopúnica (siglos -III a -I). In: BERNAL CASASOLA, D.; RIBERA i LACOMBA, A. eds. - *Cerámicas hispanorromanas. Un estado de la cuestión*. Cádiz: Servicio de publicaciones de la Universidad de Cádiz, pp. 492-515.

SÁEZ ROMERO, A. (2014) - Imitaciones en las vasillas de mesa en la bahía de Cádiz desde la transición tardoarcaica hasta la época tardopúnica. Actualización de los datos y nuevas propuestas. In: GARCÍA FERNÁNDEZ, F.; GARCÍA VARGAS, E. eds. - *Comer a la Moda: Imitaciones de Vajilla de Mesa en Turdetania y la Bética Occidental durante la Antigüedad (S. VI A.C. - VI D.C.)* Barcelona: Publicacions i Edicions de la Universitat de Barcelona, pp. 33-77. (Col·lecció Instrumenta, 46).

SÁEZ ROMERO, A. M. (2002) - Algunas consideraciones acerca de las ánforas gadiritas Mañá-Pascual A4 evolucionadas. *Bolskan*. 19, pp. 289-303.

SAGONA, A. (1982) - Levantine storage jars of the 13th to 4th century B.C. *OpAth*. Volume XIV, 7, pp. 73-110.

SANTOS D. (2009) - *As ânforas pré-romanas do tipo Mañá-Pascual A4 do Castelo de Castro Marim*. Tese de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Edição policopiada..

SCHUBART, H. (2002) - *Toscanos y Alarcón: El asentamiento fenicio en la desembocadura del río de Vélez. Excavaciones de 1967-1984*. Barcelona: Laboratorio de Arqueología de la Universidad Pompeu Fabra. (Cuadernos de Arqueología Mediterránea, 8).

SCHUBART, H.; NIEMEYER, H. (1976) - *Trayamar: Los hipogeos fenicios y el asentamiento en la desembocadura del río Algarrobo (Excavaciones arqueológicas en España, 90)*. Ministerio de Educacion y Ciencia, Direccion General del Patrimonio Artistico y Cultural, Comisaria Nacional del Patrimonio Artistico.

SENNA-MARTÍNEZ, J. C. (2011) - La "conexión lusitana": contactos orientalizantes y búsqueda de estaño y oror en el Centro-Norte portugués. In: DOMÍNGUEZ PÉREZ, J. ed. - *Gadir y el Círculo del Estrecho revisados. Propuestas de la arqueología desde un enfoque social*. Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz, pp. 285-294.

SENNA-MARTÍNEZ, J. C. (2013) - Um rio na(s) rota(s) do estanho: o Tejo entre a Idade do Bronze e a Idade do Ferro. *CIRA Arqueologia*. Vila Franca de Xira. 2, pp. 7-18.

SILVA, C. T. (2005) - A presença fenícia e o processo de orientalização nos estuários do Tejo e Sado. *Anejos de AEspA*. Volume XXXV, pp. p. 749-765.

SILVA, C. T. (2011) - No Baixo Sado: da presença fenícia à Imperatoria Salacia. In: CARDOSO, J. L.; ALMAGRO GORBEA, M. eds. - *Colóquio Internacional de Tróia-Lucius Cornelius Bocchus - Escritor Lusitano da Idade da Prata da Literatura Antiga*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, pp. 57-71.

SOARES, J.; SILVA, C. T. (1979) - Cerâmica pré-romana de Miróbriga (Santiago do Cacém). *Setúbal Arqueológica*. Volume V, pp. 159-177.

SILVA, C. T.; SOARES, J.; BEIRÃO, C. de M.; DIAS, L.; COELHO-SOARES, A. (1980-81) - Escavações arqueológicas no Castelo de Alcácer do Sal (Campanha de 1979). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. Volume VI-VII, pp. 149-218.

SILVA, C. T.; SOARES, J. (1986) - *Arqueologia da Arrábida*. Lisboa: Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza. (Colecção Parques Naturais, 15)

SOARES, J.; SILVA, C. T. (1986) - Ocupação pré-romana de Setúbal. Escavações arqueológicas na Travessa dos Apóstolos. In: *Actas do I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana Setúbal, 1985*. Lisboa: IPPC, pp. 87-101. (Trabalhos de Arqueologia, 3).

SILVA, C. T.; SOARES, J. (2012) - Castro de Chibanes (Palmela). Do III milénio ao séc. I a.C.. In: FERNANDES, I.; SANTOS, M. eds. - *Palmela Arqueológica no Contexto da Região Interestuarina Sado-Tejo*. Palmela: Município de Palmela, pp. 67-87.

SOARES, R. (2012) - *O Cabeço Redondo. Um edifício da Idade do Ferro Pós-Orientalizante na Herdade do Metum (Moura)*. Tese de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Edição Policopiada.

SOUSA, E. (2009) - *A cerâmica de tipo Kuass no Algarve*. (Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa UNIARQ. (Cadernos da Uniarq, 4)

SOUSA, E. (2013) - A Idade do Ferro no concelho da Amadora. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 16, pp. 149-165.

SOUSA, E. (2013) - A ocupação da foz do Estuário do Tejo em meados do Iº milénio a.C.. *CIRA Arqueologia - O Tejo, palco de interação entre Indígenas e Fenícios*. 2, pp. 103-117.

SOUSA, E. (2014) - *A ocupação pré-romana da foz do Estuário do Tejo*. Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa UNIARQ. (Estudos e Memórias, 7)

SOUSA, E. (2014) - As cerâmicas pré-romanas de Faro. In: ARRUDA, A. M. ed. - *Fenícios e Púnicos, por terra e mar. Actas do VI Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos*. Lisboa: Centro de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa UNIARQ, pp. 680-687. (Estudos e Memórias 6)

SOUSA, E.; ARRUDA, A. M. (2010) - A Gaditanização do Algarve. *Mainake*. XXXII, Tomo II, pp. 951-974.

SOUSA, E.; PIMENTA, J. (2014) - A produção de ânforas no Estuário do Tejo durante a Idade do Ferro. In: Morais, R.; FERNÁNDEZ, A.; SOUSA, M. eds. - *As Produções cerâmicas de Imitação na Hispânia*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tomo I, pp. 267-279. (Monografias Ex Officina Hispana II).

TOMBER, R.; DORE, J. (1998) - *The National Roman Fabric Reference Collection: a handbook*. London: Museum of London Archaeological Service.

TORRES ORTIZ, M. (2008) - Los «tiempos» de la precolonización. In: CELESTINO PÉREZ, S.; RAFEL, N.; ARMADA, X. eds. - *Contacto cultural entre el Mediterráneo y el Atlántico (siglos XII-VIII). La precolonización en debate*. Madrid: CSIC, pp. 59-91.

TORRES ORTIZ, M. (2008) - Urnas de tipo Cruz del Negro. In: ALMAGRO GORBEA, M. ed. - *La necrópolis de Medellín. II - Estudio de los Hallazgos*. Madrid: Real Academia de Historia, pp. 631-654.

VALERA, A., (2012) - *Cutting and re-cutting*. [Em linha. Consultado a 10 de Agosto de 2015] Disponível em:

<http://portugueseenclosures.blogspot.pt/2012/03/0083-cutting-and-re-cutting.html>

VALERA, A. (2013) - Cronologia absoluta dos fossos 1 e 2 do Porto Torrão e o problema da datação das estruturas negativas de "tipo fosso". *Apontamentos de Arqueologia e Património*. Volume 9, pp. 7-11.

VALÉRIO, P.; SILVA, R. J. C.; ARAÚJO, M. F.; SOARES, A. M. M.; BARROS, L. (2012) - A multianalytical approach to study the Phoenician bronze technology in the Iberian Peninsula - A view from Quinta do Almaraz. *Materials Characterization*. 67, pp. 74-82.

VILAÇA, R. (2003) - Acerca da existência de ponderais em contextos do Bronze Final/Ferro Inicial no território português. *O Arqueólogo Português*. Série IV, n.º21, pp. 245-288.

VILAÇA, R. (2006) - Artefactos de ferro em contextos do Bronze Final do território português: novos contributos e reavaliação dos dados. *Complutum*. Volume 17, pp. 81-101.

WAGNER, C. (2003) - El urbanismo fenicio de época arcaica y su impacto en las sociedades autóctonas. In: LÓPEZ CASTRO, J. ed. - *Las ciudades fenicio-púnicas en el Mediterráneo Occidental: III Coloquio Internacional del Centro de Estudios Fenicios y Púnicos, 2003*. Almeria: Editorial Universidad de Almería y Centro de Estudios Fenicios y Púnicos, pp. 45-68.

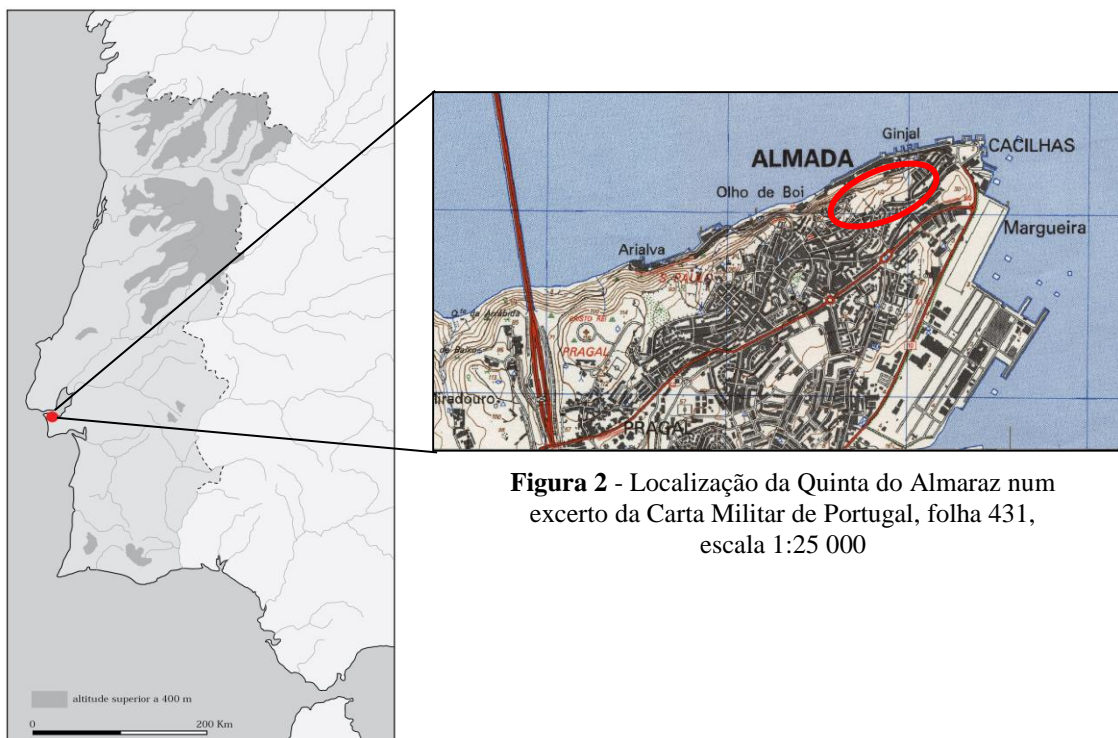
#### **CARTOGRAFIA:**

*CARTA MILITAR DE PORTUGAL: FOLHA 431*. Serviços Cartográficos do Exército. – Escala 1: 25000. – Lisboa: S. C. E., 2009. *Datum* vertical: Marégrafo de Cascais.

# **7. ANEXOS**



## **Anexo I – Cartografia e Figuras**



**Figura 2** - Localização da Quinta do Almaraz num excerto da Carta Militar de Portugal, folha 431, escala 1:25 000

**Figura 1** - Localização geográfica do povoado da Quinta do Almaraz no território actualmente português (base cartográfica Victor S. Gonçalves)



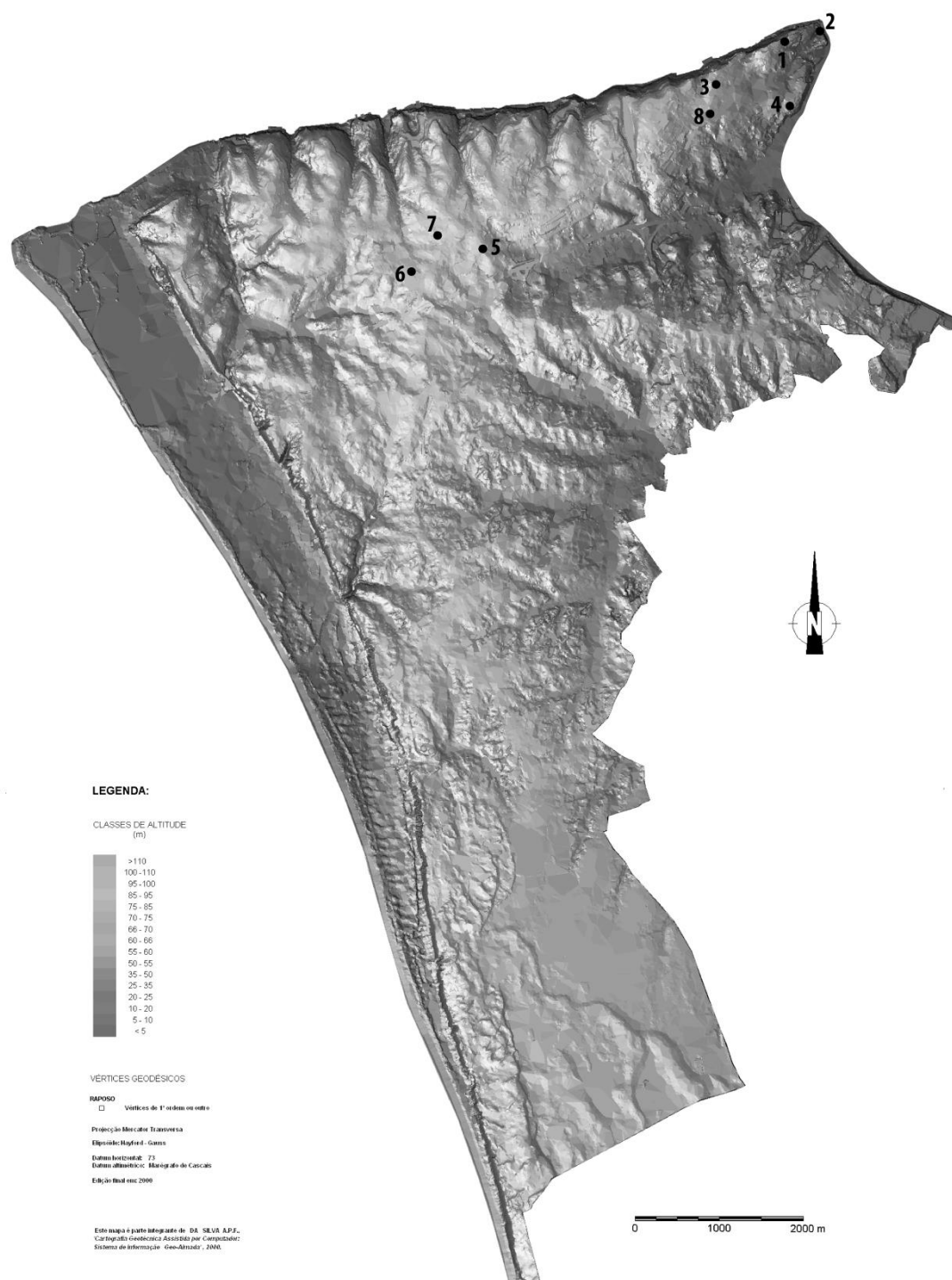
**Figura 3** - Localização da Quinta do Almaraz em fotografia de satélite. Fonte: © Google Earth



**Figura 4** - Almaraz visto do rio Tejo. Créditos: Maria Raimundo

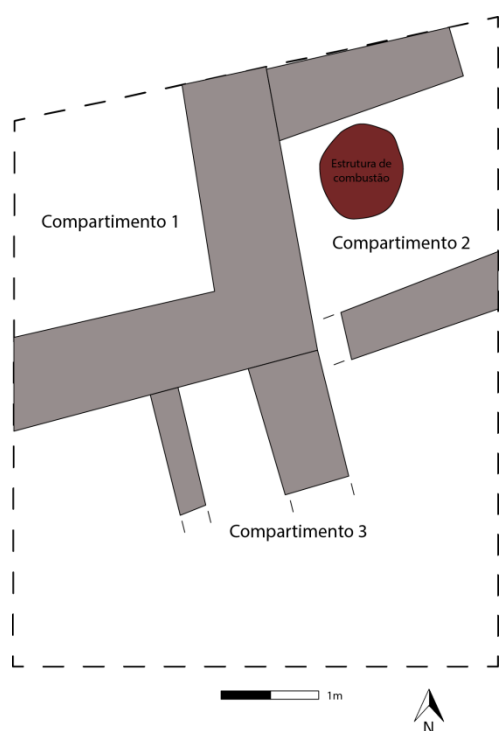


**Figura 5** - Planta topográfica da Quinta do Almaraz com localização das sondagens/quadrados



**Figura 6** - Povoamento durante o 1º milénio a.n.e. no território correspondente ao actual concelho de Almada. **1-** Almaraz; **2-** Cacilhas; **3-** S. Paulo (gruta); **4-** Rua Manuel Febrero/Pedrada; **5-** Quinta do Facho; **6-** Quinta da Torre; **7-** Figueira 1; **8-** Quinta do Marcelo (Bronze Final).  
Mapa cedido pelos SMAS Almada – Licença n.º 001/15/I (adaptado)

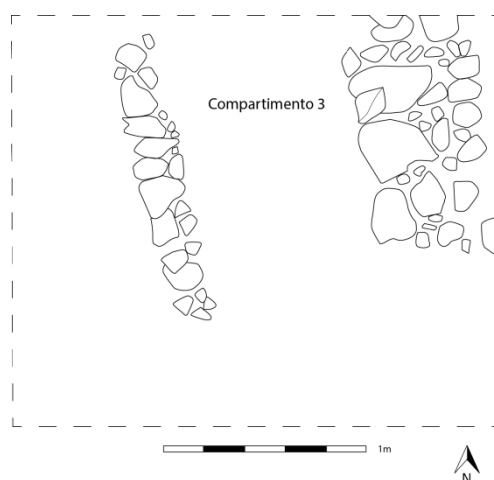




**Figura 7** - Desenho esquemático das estruturas do D20.



**Figura 8** – Vista de Sul das estruturas do D20. Em primeiro plano o "compartimento 3"



**Figura 9** – Desenho do "compartimento 3"



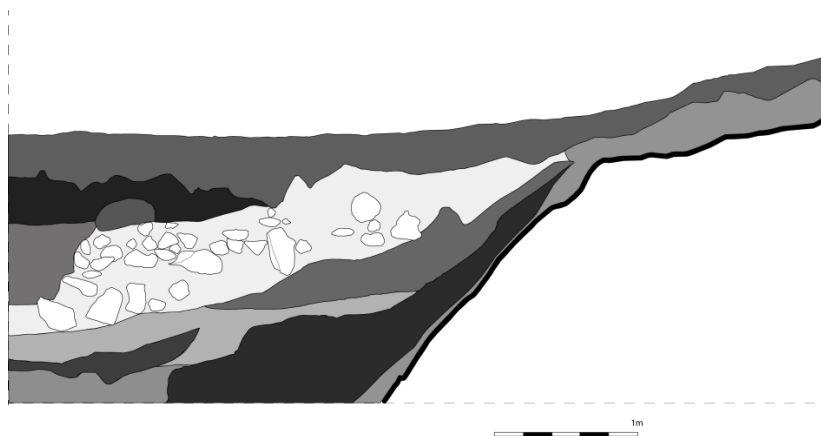
**Figura 10** - Pormenor estrutura combustão D20 indicada na figura 7 interpretada como "forno de pão"



**Figura 11** - Estruturas do quadrado D22.



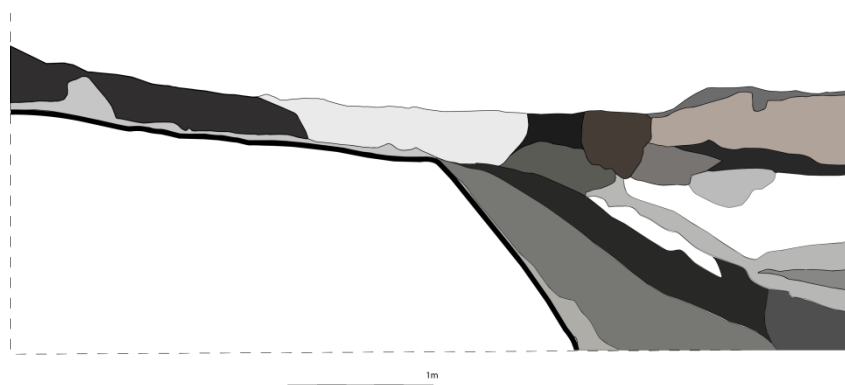
**Figura 12** – Vista de Sul da estrutura pétrea do D22 em fase de escavação



**Figura 13** - Perfil Oeste do A12(S)/B12(N)



**Figura 14** - Perfil Oeste do A12(S)/B12(N) em fase de escavação



**Figura 15** - Perfil Este do A12(S)/B12(N)



**Figura 16** - Perfil Sul do J27/4



**Figura 17** - Perfil Oeste do J28/2





**Figura 18** - Perfil Oeste do K31/4



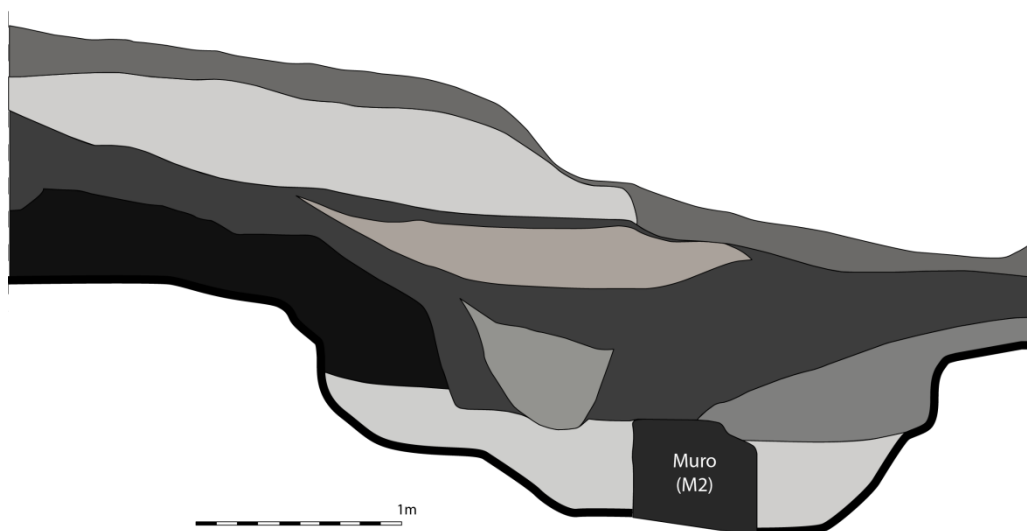
**Figura 19** – Vista de Este da estrutura pétrea do T42/1



**Figura 20** - Vista de Oeste da estrutura do U45/3



**Figura 21** - Vista de Este da Estrutura do U45/3. Em primeiro plano, início de escavação da "fossa de detritos"



**Figura 22** - Perfil Norte da estrutura negativa do U45/3 - "fossa de detritos".





**Figura 23** - Crânio no interior do fosso identificado na Sondagem 6/Vala E



**Figura 24** – Estrutura pétrea interpretada como muralha.  
Zona "(a)" identificada na Fig.5



**Figura 25** - Sondagem realizada na base da estrutura interpretada como "muralha"



**Figura 26** - Estrutura pétrea interpretada como muralha.  
Zona "(c)" identificada na Fig.5

## **Anexo II – Grupos de Fabrico**

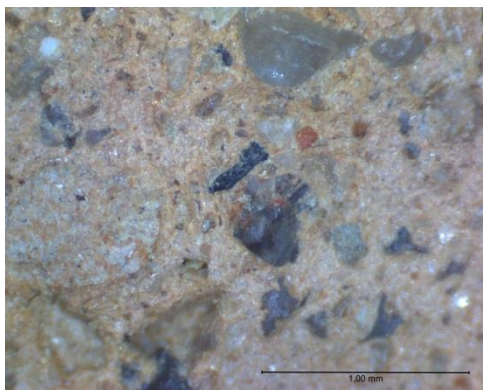


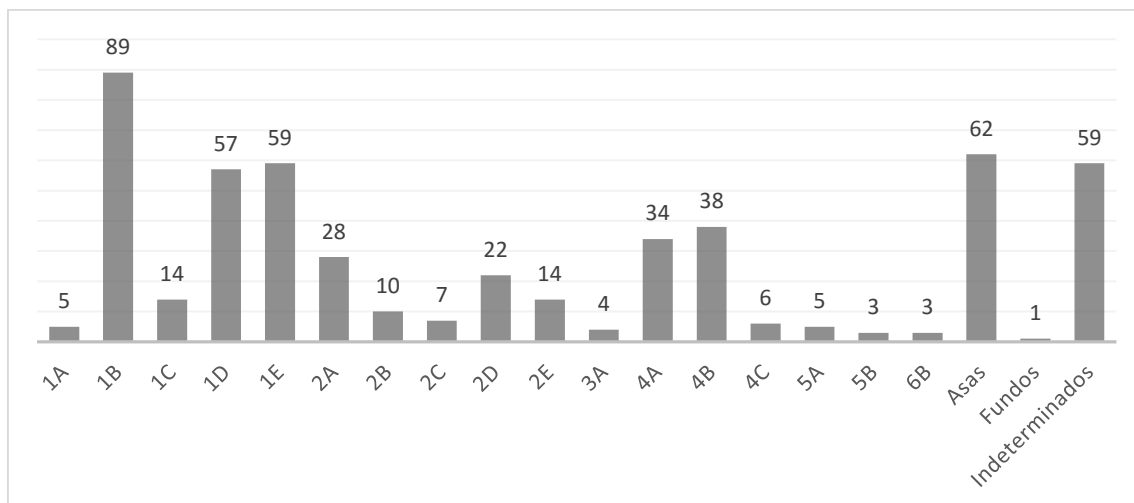
## GRUPO TÉCNICO 1A

### ORIGEM POSSÍVEL: LOCAL/REGIONAL

Representação no conjunto	91,5%
Tipo de Pasta	Não calcária
Cor da superfície externa	Varia entre o castanho e o laranja (2.5YR 5/4 ; 5YR 5/4, 5/6 ; 7.5YR 6/4, 7/6)
Cor da pasta	Varia entre o laranja e o castanho acinzentado (5YR 5/6, 5/8, 4/6; 10YR 4/4, 5/2, 5/3)
Acabamento	Alisamento simples. Aguada esbranquiçada. Pintura a vermelho ou castanho na zona interna do bordo e superfície externa.
Modo de cozedura	A
Inclusões	Frequência: 5% a 10% - Comuns
Descrição:	1 - Inclusões brancas opacas ou translúcidas, pequenas ou médias, arredondadas, frequentes. 2- Micas frequentes. 3- Inclusões cinzentas, pequenas ou médias, arredondadas, pouco frequentes. 4- Inclusões vermelhas opacas, pequenas, sub-arredondadas, pouco frequentes. Por vezes de tamanho grande, raras.
Vacúolos e fissuras	Pouco frequentes a frequentes, pequenos
Aspecto da Pasta	Compacta, depurada, pouco áspera ao tacto
Observações	Pasta vai tendo ligeiras variações, nomeadamente quanto ao tamanho dos e.n.p. (variam entre pequenos e médios entre os vários fragmentos) mas proporções de representação e restantes características mantêm-se essencialmente iguais.

### Grupo 1-A





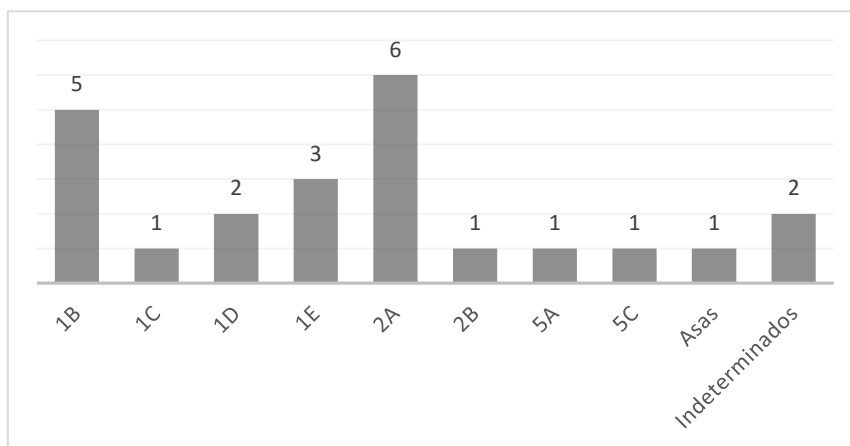
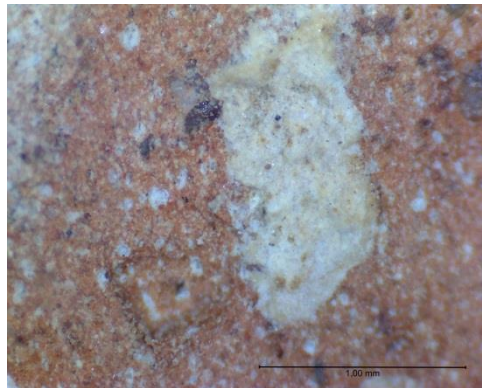
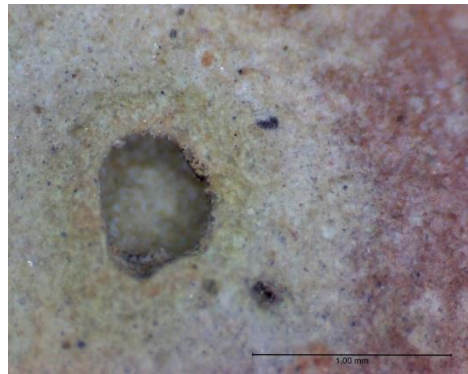
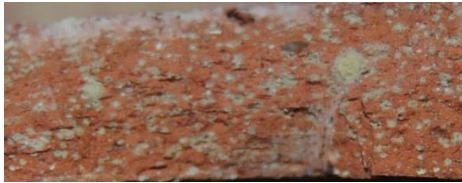
**Representação do grupo de fabrico 1A por variante.**

## **GRUPO TÉCNICO 1B**

### **ORIGEM POSSÍVEL: LOCAL/REGIONAL**

Representação no conjunto	3,8%
Tipo de Pasta	Não calcária
Cor da superfície externa	Cor-de-rosa (7.5 YR 7/4, 7/6)
Cor da pasta	Cor-de-rosa (2.5 YR 5/3, 5/4)
Revestimento	Alisamento ou aguada esbranquiçada
Modo de cozedura	A
Inclusões	Frequência: 10 a 20% - Abundantes
Descrição:	<p>1 – Inclusões brancas opacas, médias a grosseiras, angulosas, abundantes.</p> <p>2 – Inclusões cinzentas opacas, pequenas, angulosas, frequentes.</p> <p>3 - Micas raras</p>
Vacúolos e fissuras	Pequenos, pouco frequentes
Aspecto da Pasta	Medianamente compacta e pouco depurada e ligeiramente porosa, medianamente áspera ao tacto

## Grupo 1-B



**Representação do grupo de fabrico 1B por variante.**

## GRUPO TÉCNICO 1C

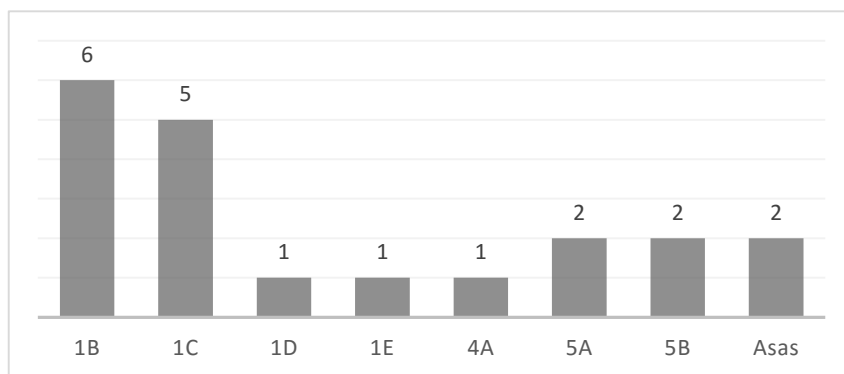
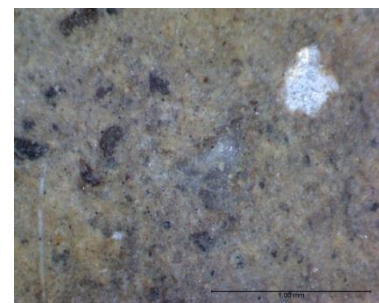
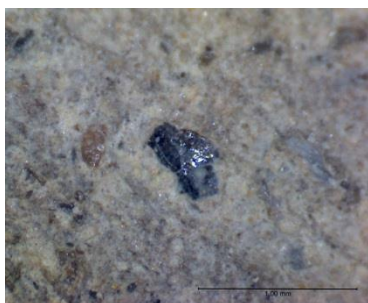
### ORIGEM POSSÍVEL: LOCAL/REGIONAL

Representação no conjunto	3,5%
Tipo de Pasta	Não calcária
Cor da superfície externa	Varia entre o castanho e o cinzento (10YR 7/4; 7/3, 5/1, 6/2; 7.5YR 5/6, 6/6, 6/8, 6/4)
Cor da pasta	Varia entre o castanho e o cinzento (10YR 5/2, 4/1, 4/4; 7.5YR 4/2; 5YR 6/4, 6/8, 7/8)
Revestimento	Alisamento simples
Modo de cozedura	A



Inclusões	Frequência: 15 a 20% Abundantes
Descrição:	<p>1 – Inclusões cinzentas escuras opacas, pequenas, médias ou grosseiras, angulosas, frequentes.</p> <p>2 - Inclusões brancas translúcidas, pequenas ou médias, sub-arredondadas, frequentes</p> <p>3 – Inclusões brancas opacas, pequenas ou médias, sub-arredondadas, frequentes</p> <p>4 – Inclusões avermelhadas translúcidas, pequenas, angulosas, frequentes</p> <p>5 - Inclusões castanhas translúcidas, pequenas, angulosas, frequentes.</p> <p>6 – Inclusões pretas, pequenas, angulosas, pouco frequentes</p> <p>7 – Micas pouco frequentes</p> <p>8 – Matéria vegetal (Osso? Conchas?) frequente</p>
Vacúolos e fissuras	Frequentes, vários tamanhos
Aspecto da Pasta	Pasta medianamente compacta, algo porosa e algo arenosa, áspera ao tacto.

### Grupo 1-C

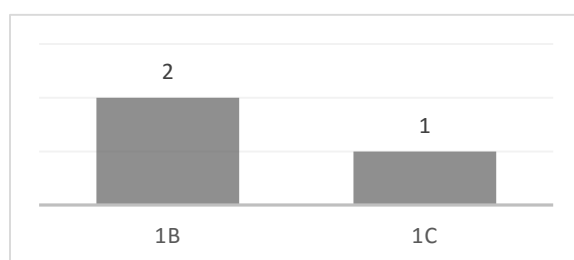
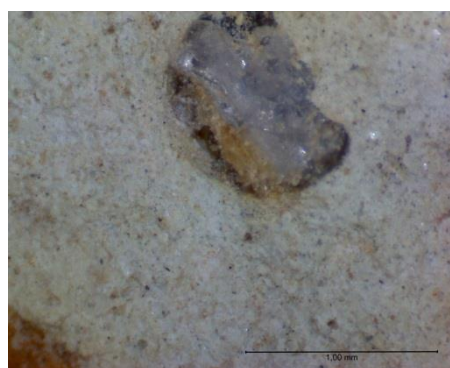


**Representação do grupo de fabrico 1C por variante.**

**GRUPO TÉCNICO 2 – FABRICO RARO**  
**ORIGEM POSSÍVEL: CAMPIÑA GADITANA**

Representação no conjunto	0,5%
Tipo de Pasta	Calcária
Cor da superfície externa	Amarelo pálido (2.5Y 8/2)
Cor da pasta	Amarelo pálido (10YR 6/3,7/3)
Revestimento	Aguada esbranquiçada
Modo de cozedura	A
Inclusões	Frequência: 15%
Descrição:	1 – Inclusões cinzentas translúcidas, angulosas, pequenas a médias, muito frequentes 2 – Inclusões de calcite, pequenas, angulosas, pouco frequentes 3 – Inclusões vermelhas, pequenas, angulosas, raras
Vacúolos e fissuras	Raros, pequenos
Aspecto da Pasta	Pasta medianamente depurada, pouco porosa, áspera ao tacto.

**Grupo 2**



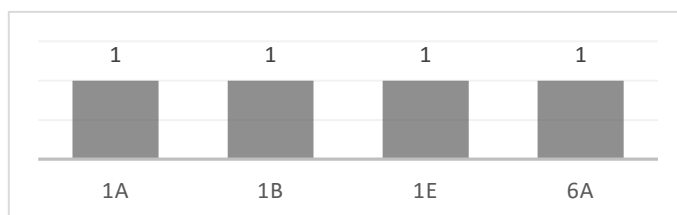
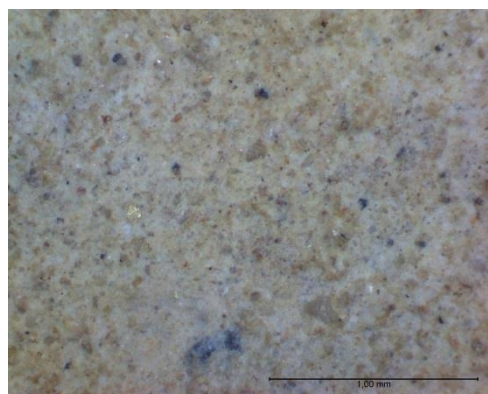
**Representação do grupo de fabrico 2 por variante.**

## GRUPO TÉCNICO 3 – FABRICO RARO

### ORIGEM POSSÍVEL: CÁDIS

Representação no conjunto	0,7%
Tipo de Pasta	Calcária
Cor da superfície externa	Amarelo pálido (10YR 8/2; 2.5Y 8/3)
Cor da pasta	Varia entre o amarelo pálido e o cinzento esverdeado (2.5Y 7/2; 5Y 7/2)
Revestimento	Alisamento ou agada esbranquiçada/amarelenta
Modo de cozedura	A
Inclusões	Frequência: 5% Comuns
Descrição:	1 – Inclusões cinzentas escuras, opacas, pequenas, angulosas, frequentes 2 – Micas pouco frequentes 3 – Inclusões avermelhadas, pequenas, sub-arredondadas, pouco frequentes.
Vacúolos e fissuras	Raros, muito pequenos
Aspecto da Pasta	Muito depurada, compacta, não é áspera ao tacto

### Grupo 3



**Representação do grupo de fabrico 3 por variante.**

## **Anexo III - Tabelas**

Ref. Lab	Ref. Amostra	Tipo de Amostra	$\delta^{13}C$ (0/00)	Data BP	Data Corrig.	Int.	1 $\sigma$	2 $\sigma$
ICEN 927	Alm. 12	Ossos	-20,0	2570 $\pm$ 60	-	791	800-600	830-520
ICEN 915	Alm.12 C1	<i>Cerastoderma</i>	+0,7	3020 $\pm$ 50	-	-	-	-
ICEN 916	Alm 12 C2	<i>Cerastoderma</i>	+0,8	2970 $\pm$ 45	2590 $\pm$ 50	743	770-650	800-520
ICEN 917	Alm 12 V1	<i>Venerupis</i>	+0,1		-	-	-	-
ICEN 918	Alm 12 V2	<i>Venerupis</i>	+0,3	3130 $\pm$ 60	275070	828	910-790	1000-750
ICEN 926	Alm 11	Ossos	-20,4	2660 $\pm$ 50	-	812	830-800	900-790
ICEN 913	Alm 11 V1	<i>Venerupis</i>	+0,2	2990 $\pm$ 50	-	-	-	-
ICEN 914	Alm 11 V2	<i>Venerupis</i>	+0,2	3020 $\pm$ 45	2640 $\pm$ 50	767	790-740	830-650
ICEN 925	Alm 6	Ossos	-20,4	2400 $\pm$ 45	-	408	540-400	760-390
ICEN 911	Alm 6 M1	<i>Mytilus</i>	-0,3	2760 $\pm$ 50	-	-	-	-
ICEN 912	Alm 6 M2	<i>Mytilus</i>	+0,5	2820 $\pm$ 45	2400 $\pm$ 50	427	540-390	710-360

**Tabela 1** – Resultados das datações de radiocarbono para o U45/3 da Quinta do Almaraz segundo: Barros e Soares, 2004, p.341

						Data Calibrada (cal BC)		
Ref. Lab	Ref. Amostra	Tipo de Amostra	$\delta^{13}C$ (0/00)	Data BP	Data Corrig.	Int.	1 $\sigma$	2 $\sigma$
Sac 1363	Alm 9 o1	Ossos	-22,0	6090 $\pm$ 50	-	-	-	-
Sac 1656	Alm 9 o2	Ossos	-20,8	2710 $\pm$ 45	-	830	900-810	970-800
Sac 1364	<b>Alm 9 V1</b>	<i>Venerupis</i>	-0,4	4440 $\pm$ 45	-	-	-	-
Sac 1365	<b>Alm 9 V2</b>	<i>Venerupis</i>	-1,0	2940 $\pm$ 40	2560 $\pm$ 50	717	750-550	780-480
Sac 1362	Alm 2	Ossos	-20,5	2510 $\pm$ 50	-	762, 678, 671, 607, 602	790-520	800-410
Sac 1367	Alm 2 M	<i>Mytilus</i>	-0,2	3040 $\pm$ 50	2660 $\pm$ 60	779	810-750	870-660
Sac 1366	Alm 2 C	<i>Cerastoderma</i>	-0,5	3010 $\pm$ 45	2630 $\pm$ 50	761	790-730	820-590
Sac 1369	Alm 2 V	<i>Venerupis</i>	-0,3	3070 $\pm$ 45	2690 $\pm$ 50	732	830-760	900-740

**Tabela 2** – Resultados das datações de radiocarbono para a Vala E da Sondagem 6 (Fosso) da Quinta do Almaraz segundo Barros e Soares, 2004, p.341

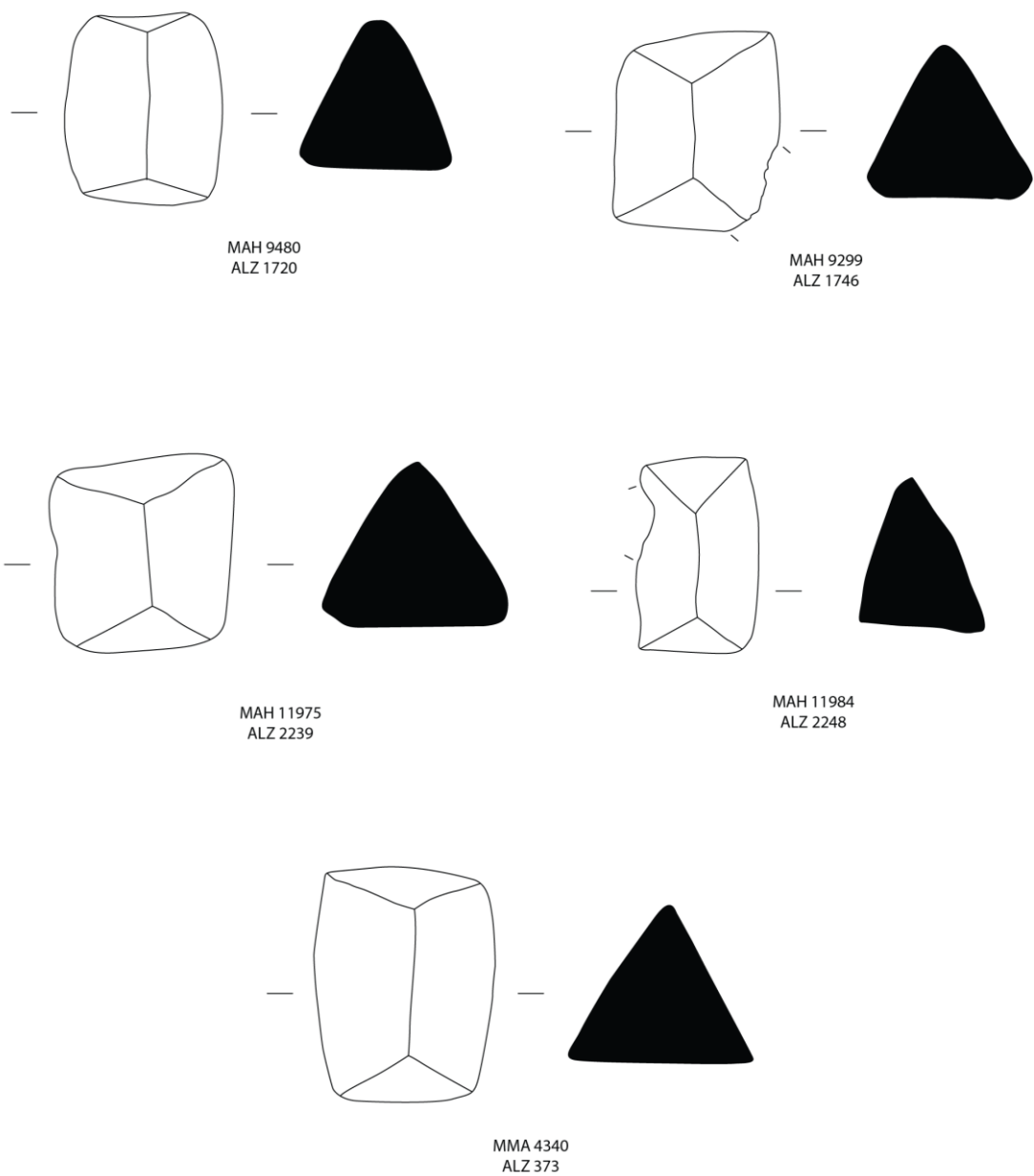
						Data Calibrada (cal BC)		
Ref. Lab	Ref. Amostra	Tipo de Amostra	$\delta^{13}C$ (0/00)	Data BP	Data Corrig.	Int.	1 $\sigma$	2 $\sigma$
Sac 1636	Am 31 M	Carvão	-25,1	2630 $\pm$ 120	-	802	900-600	1020-410
Sac 1655	Alm 31 o	Ossos	-19,2	2780 $\pm$ 70	-	917	1000-830	1190-800
Sac 1626	<b>Alm 31 V1</b>	<i>Venerupis</i>	-0,1	4450 $\pm$ 45	-	-	-	-
Sac 1627	<b>Alm 31 V2</b>	<i>Venerupis</i>	+1,9	3080 $\pm$ 50	2700 $\pm$ 60	796	850-760	930-720

**Tabela 3** – Resultados das datações de radiocarbono para o quadrado J27/4 (Fosso) da Quinta do Almaraz segundo Barros e Soares, 2004, p. 341

Nível/Plano	Camadas Segundo Barros, Cardoso e Sabrosa (1993)	Cronologia Segundo Barros, Cardoso e Sabrosa (1993)	Planos Segundo Barros e Soares (2004)	Cronologia segundo Barros e Soares (2004)	Camadas segundo Susana Henriques (2006)	Cronologia segundo Susana Henriques (2006)
<b>Nível 1</b> "Terra cinzenta, solta. Solo arável. Espessura varia entre 7 e os 26cm"	51, 52, 54, 56, 58, 60, 63, 66, 70	Nível remexido.	-	-	-	-
<b>Nível 2</b> "Terra argilosa castanho-amarelada, compacta. Destruída pela lavoura. Espessura varia entre os 16 e os 50 cm"	53, 55, 57, 59, 61	Nível remexido.	-	-	-	-
<b>Nível 3</b> "Terra castanha, argilosa. Só materiais da Idade do Ferro. Espessura entre os 20 e os 90 cm"	62, 64, 65, 67, 68 Banqueta C ¼	-	Plano 6 (Alm 6). Nível de enchimento mais recente da fossa (p. 339)	Séc. V/IV a.n.e.	Mesmas camadas que Barros, Cardoso e Sabrosa (1993) Considera enchimento da fossa.	Séc. V/IV a.n.e.
<b>Nível 4</b> "Terra castanha amarelada, argilosa. Só materiais da Idade do Ferro. Espessura entre os 30 e os 60 cm"	72, 75	-	Não é mencionado neste artigo.	Não é mencionado neste artigo.	Mesmas camadas que Barros, Cardoso e Sabrosa (1993) Considera enchimento da fossa.	Séc. VII/VI a.n.e.
<b>Nível 5</b> "Terra castanha com laivos amarelados mas arenosa. Só materiais da Idade do Ferro"	78, 79, 80, 82, 84, 85 Banqueta C5 Única unidade de enchimento da fossa (p.151)	-	Plano 12 (Alm12). Corresponde ao enchimento mais profundo da fossa (p. 339)	"mais recente" Séc. IX/VIII a.n.e. (p. 351)	Igual mas autora inclui aqui o M1 e M2	Séc. VII, eventualmente VIII a.n.e.
<b>Muro</b>	-	Séc. VIII a.n.e. Sobre a pedra seca na base da fossa de detritos. Corta-a a meio.	Anterior ao enchimento da fossa. Fossa corta o muro. (p. 339)	-	Inclui no nível 5	-
<b>Plano 11</b>	E mencionado como correspondente ao muro: "Plano 11 (Muro)" (p. 167)	E mencionado como correspondente ao muro: "Plano 11 (Muro)" (p. 167)	Plano 11 (Alm 11) Sob o muro que a fossa de detritos cortou (p.339)	"a fase mais antiga" (p.339) Séc. IX/VIII a.n.e. (p. 351)	Inclui no nível 5	-
<b>Nível 6</b> "Rocha de base. Calcários miocénicos."	-	-	-	-	-	-

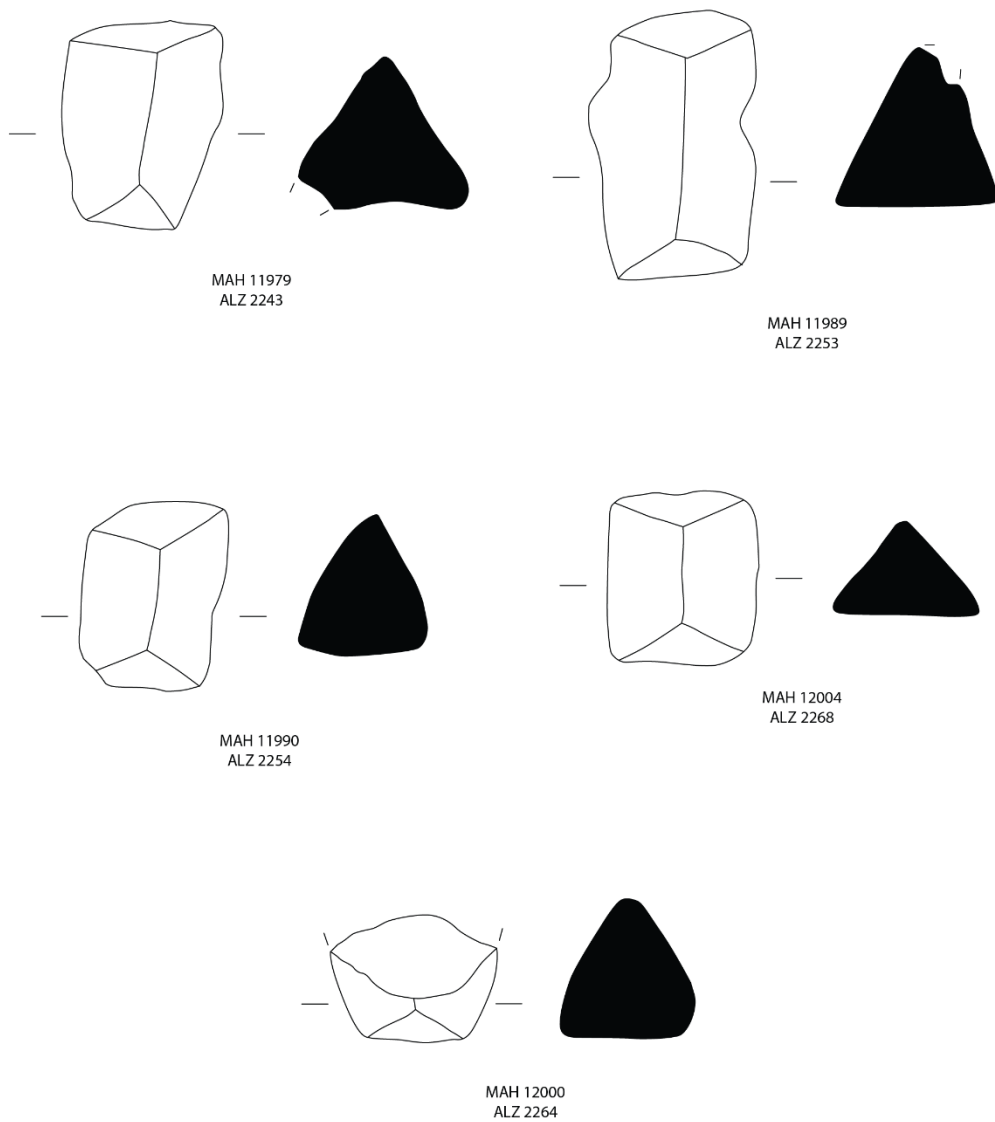
**Tabela 4 –** Várias interpretações dos níveis da estrutura negativa "fossa de detritos" identificada no U45/3

## **Anexo IV – Estampas**



**Estampa I** - Prismas cerâmicos de Almaraz





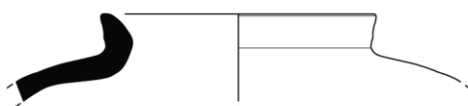
**Estampa II - Prismas cerâmicos de Almaraz**



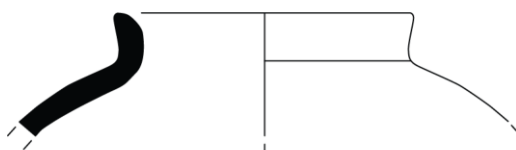
115



122



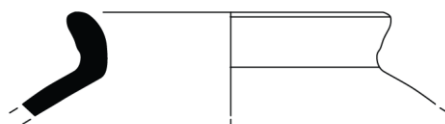
121



257



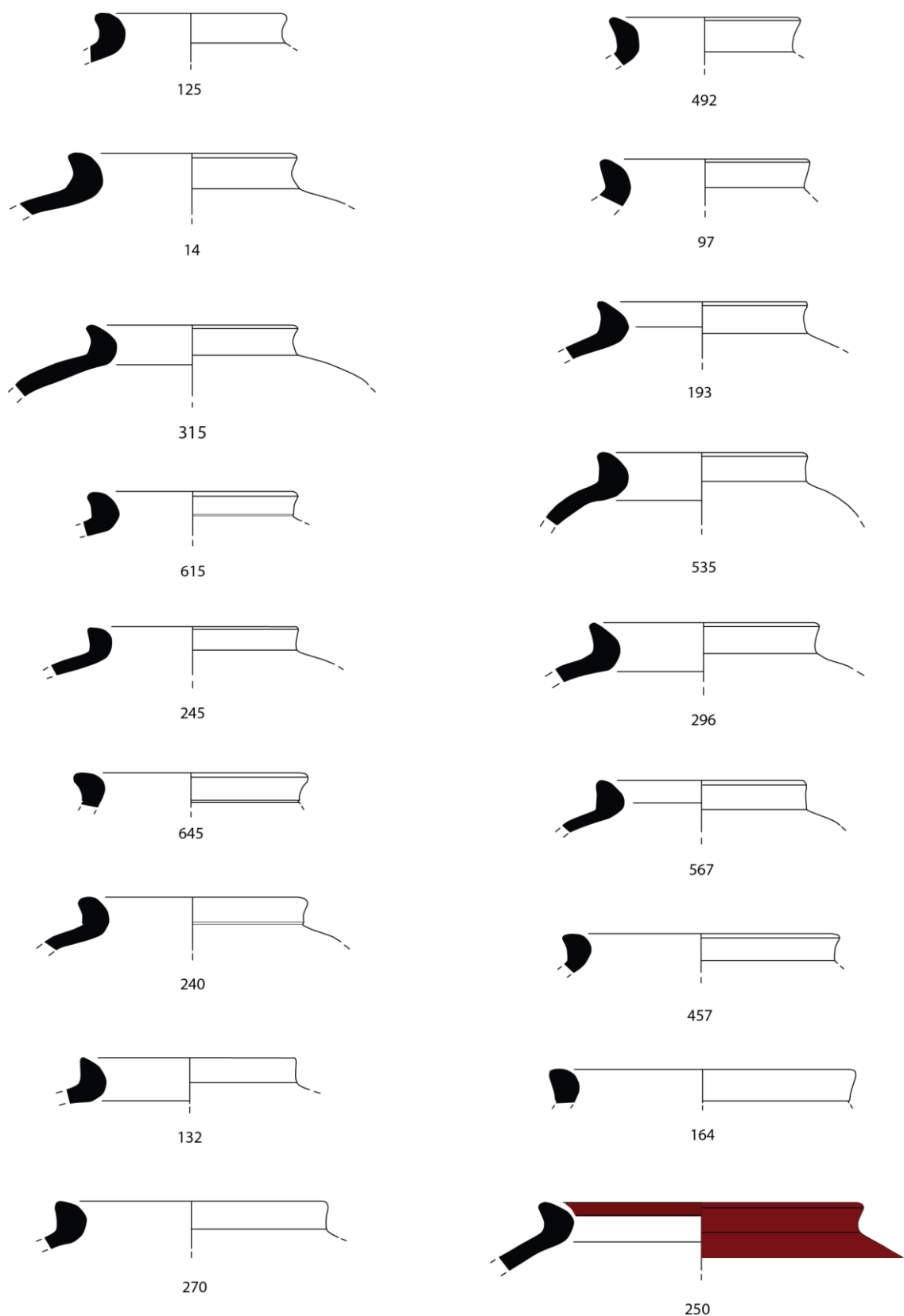
119



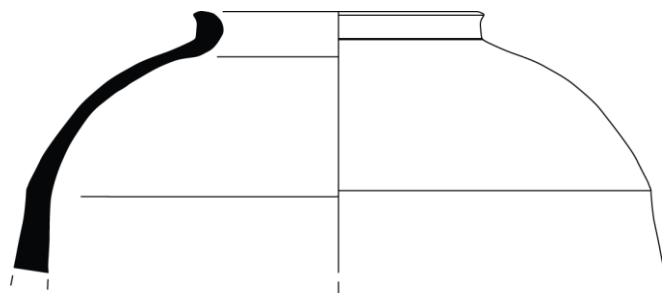
111



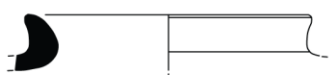
**Estampa III - Ânforas da variante 1a**



**Estampa IV - Ânforas da variante 1b**



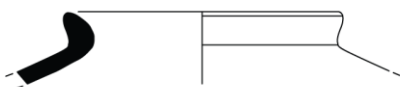
536



123



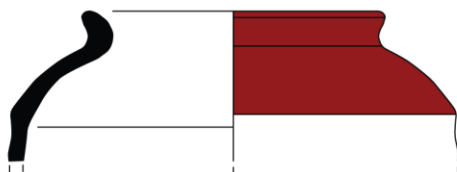
321



581



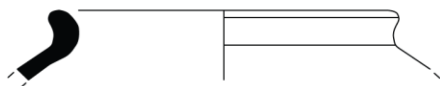
399



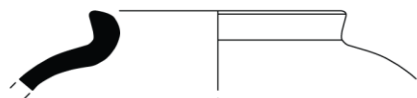
272



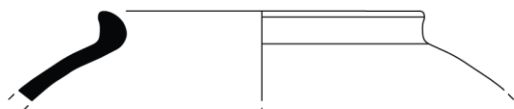
519



177



2



374



490



128



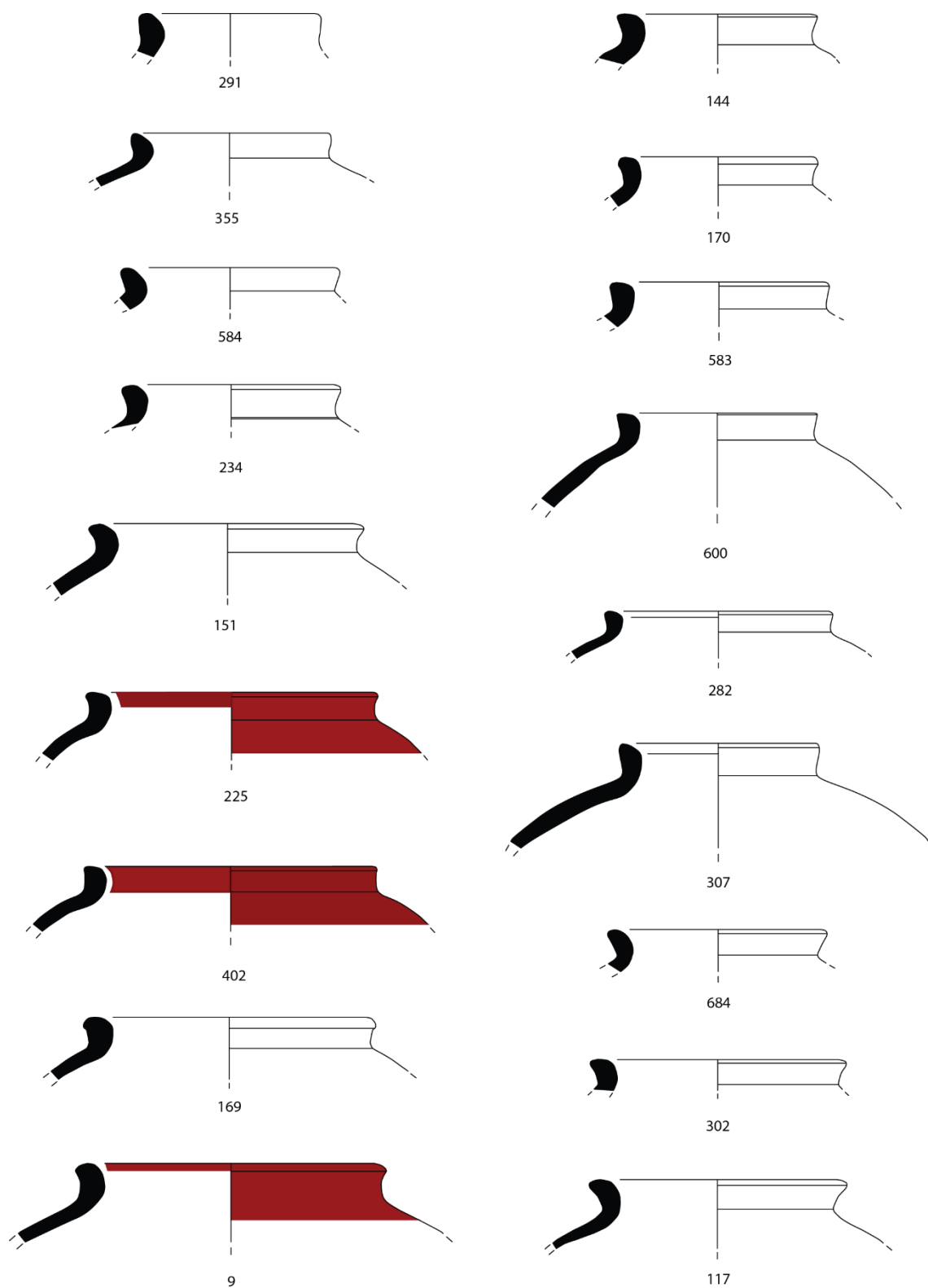
35



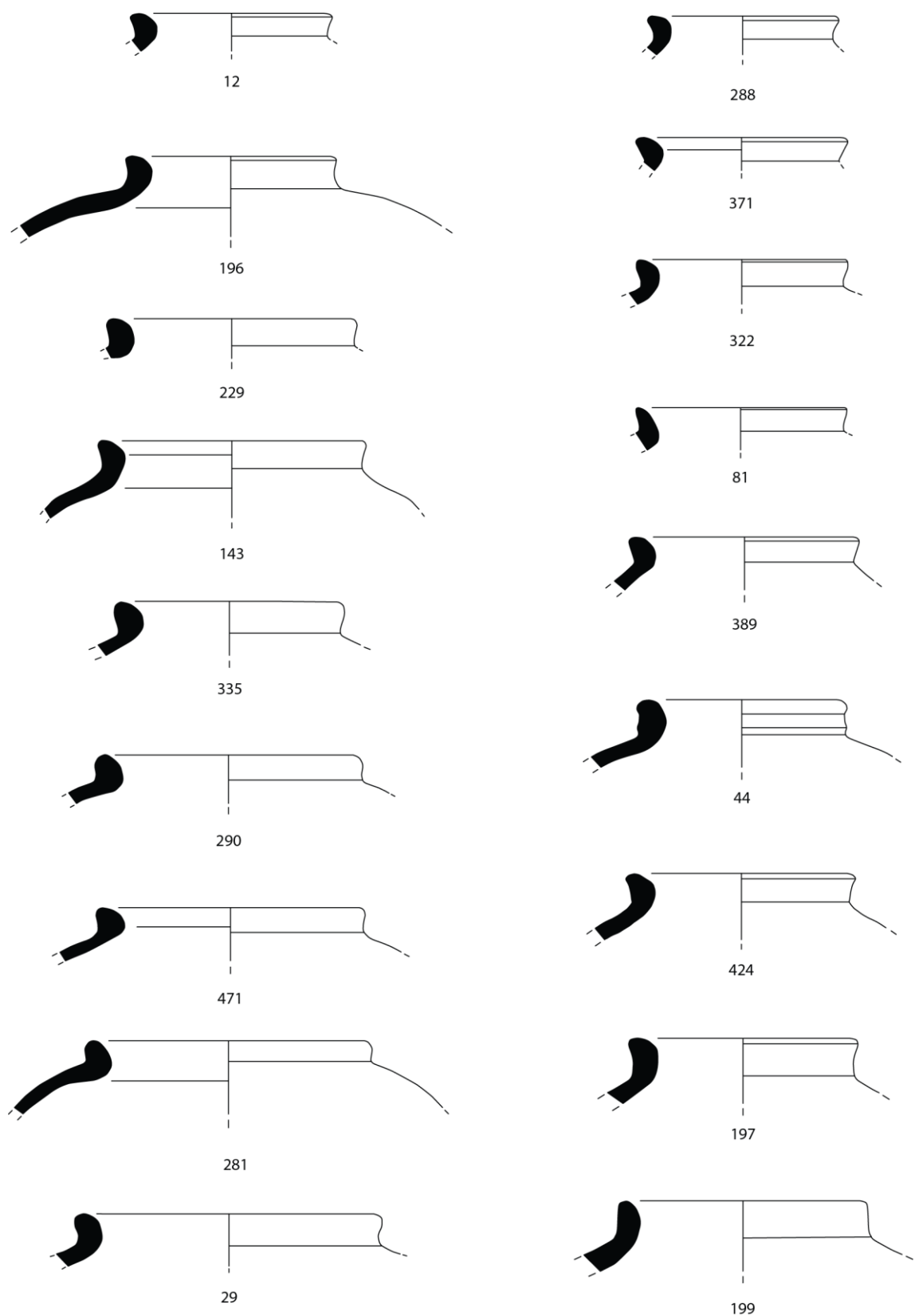
246



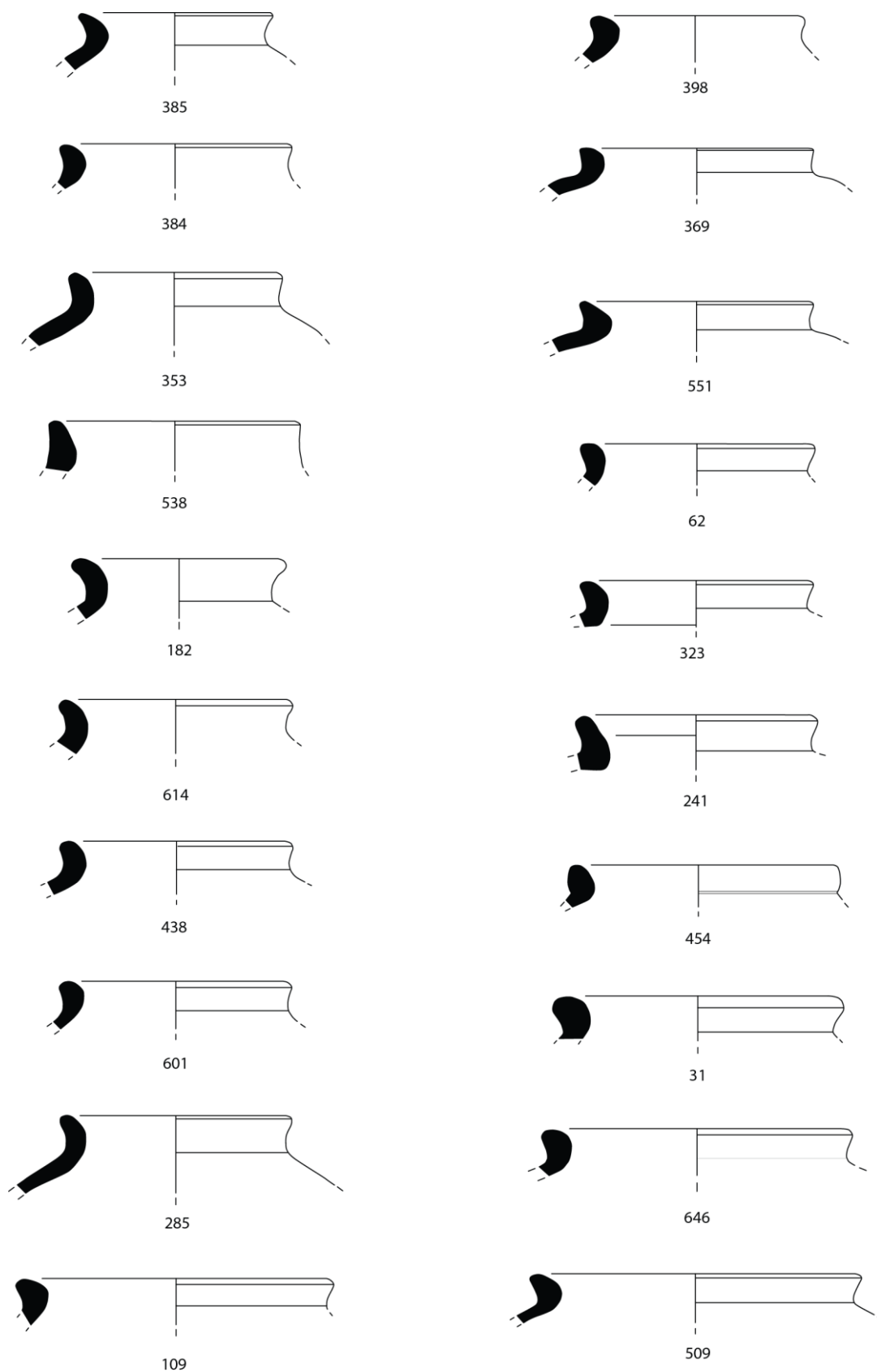
**Estampa V - Ânforas da variante 1b**



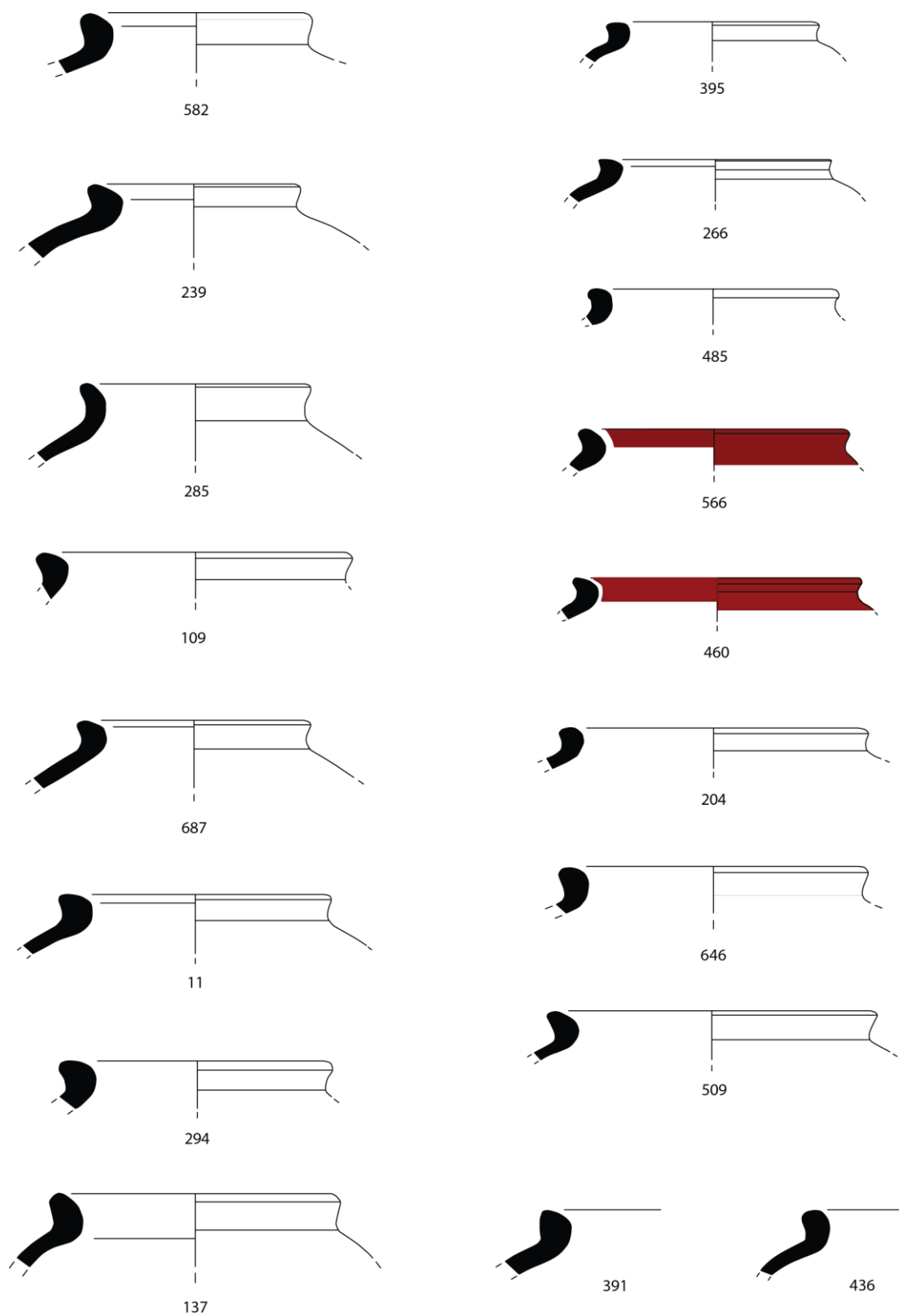
**Estampa VI - Ânforas da variante 1b**



**Estampa VII - Ânforas da variante 1b**



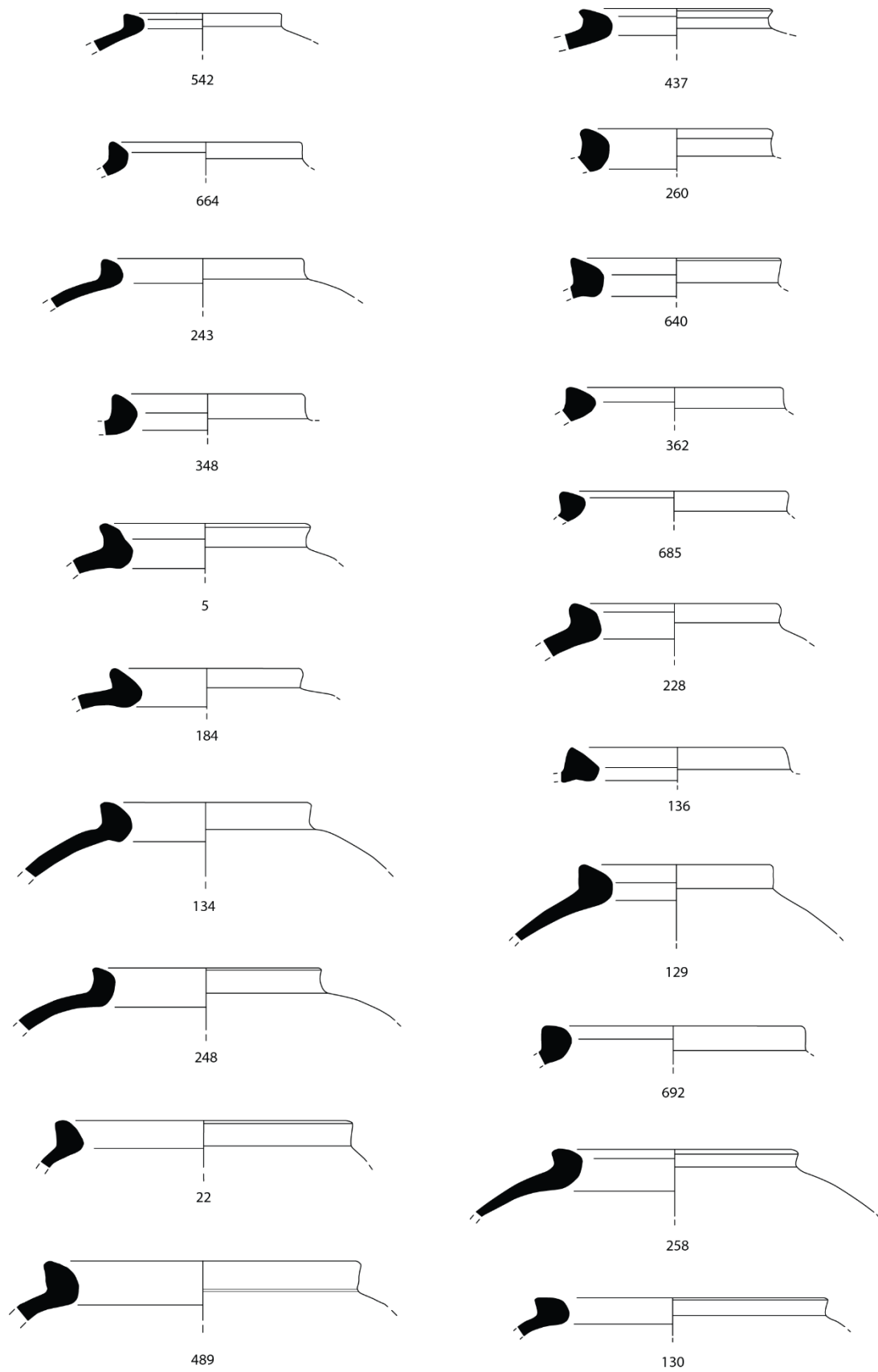
**Estampa VIII - Ânforas da variante 1b**



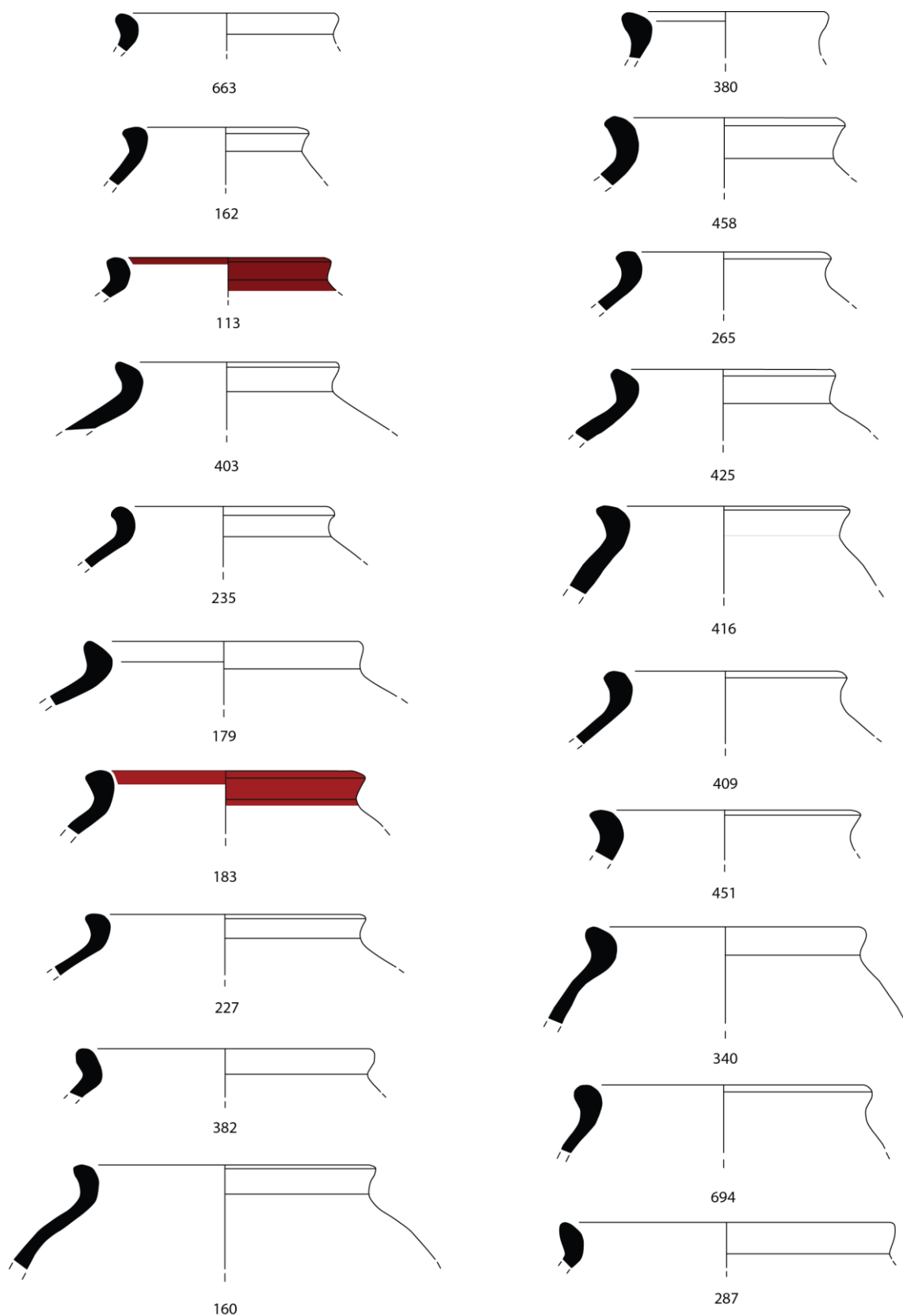
10 cm

**Estampa IX - Ânforas da variante 1b**

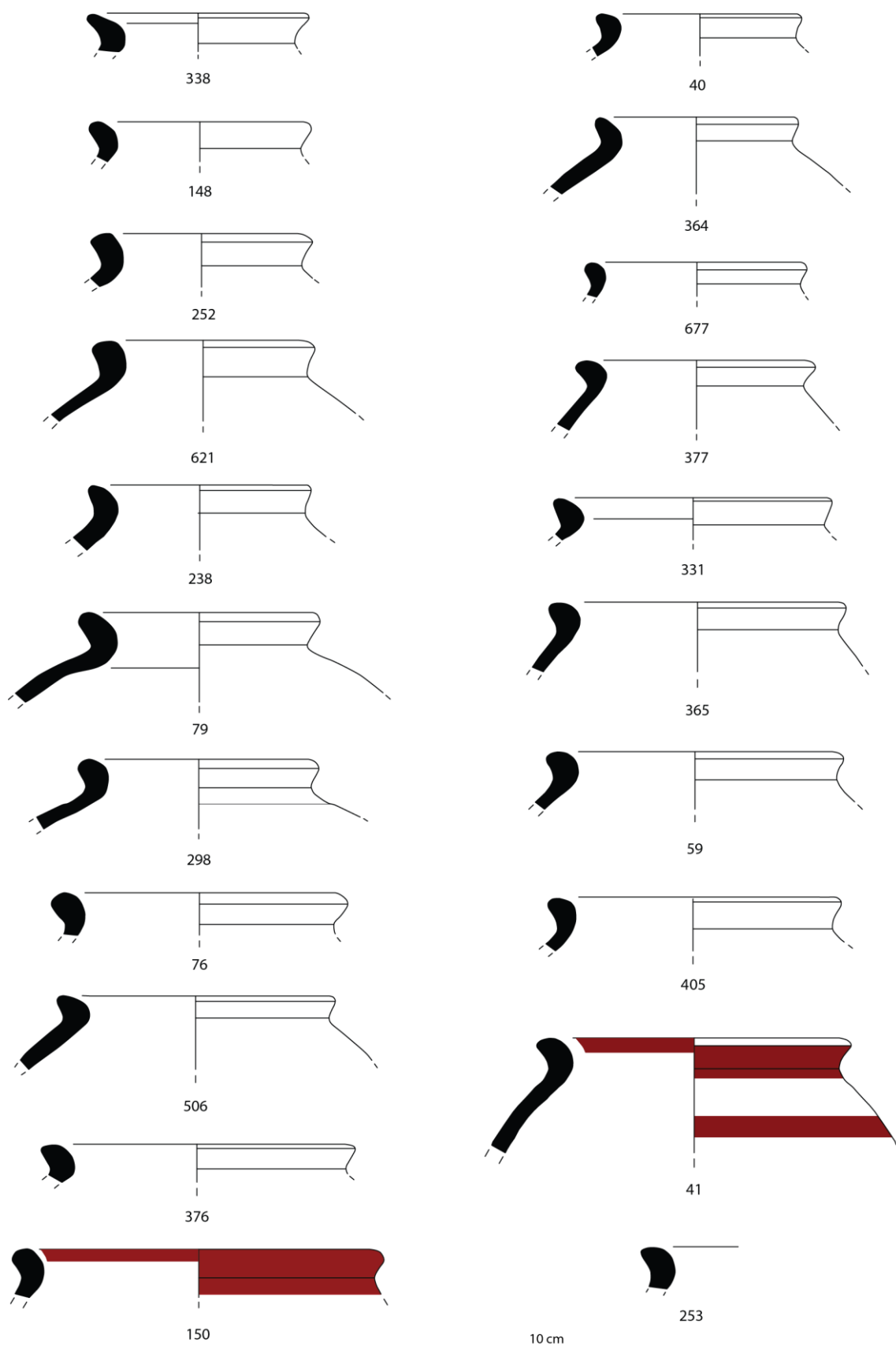




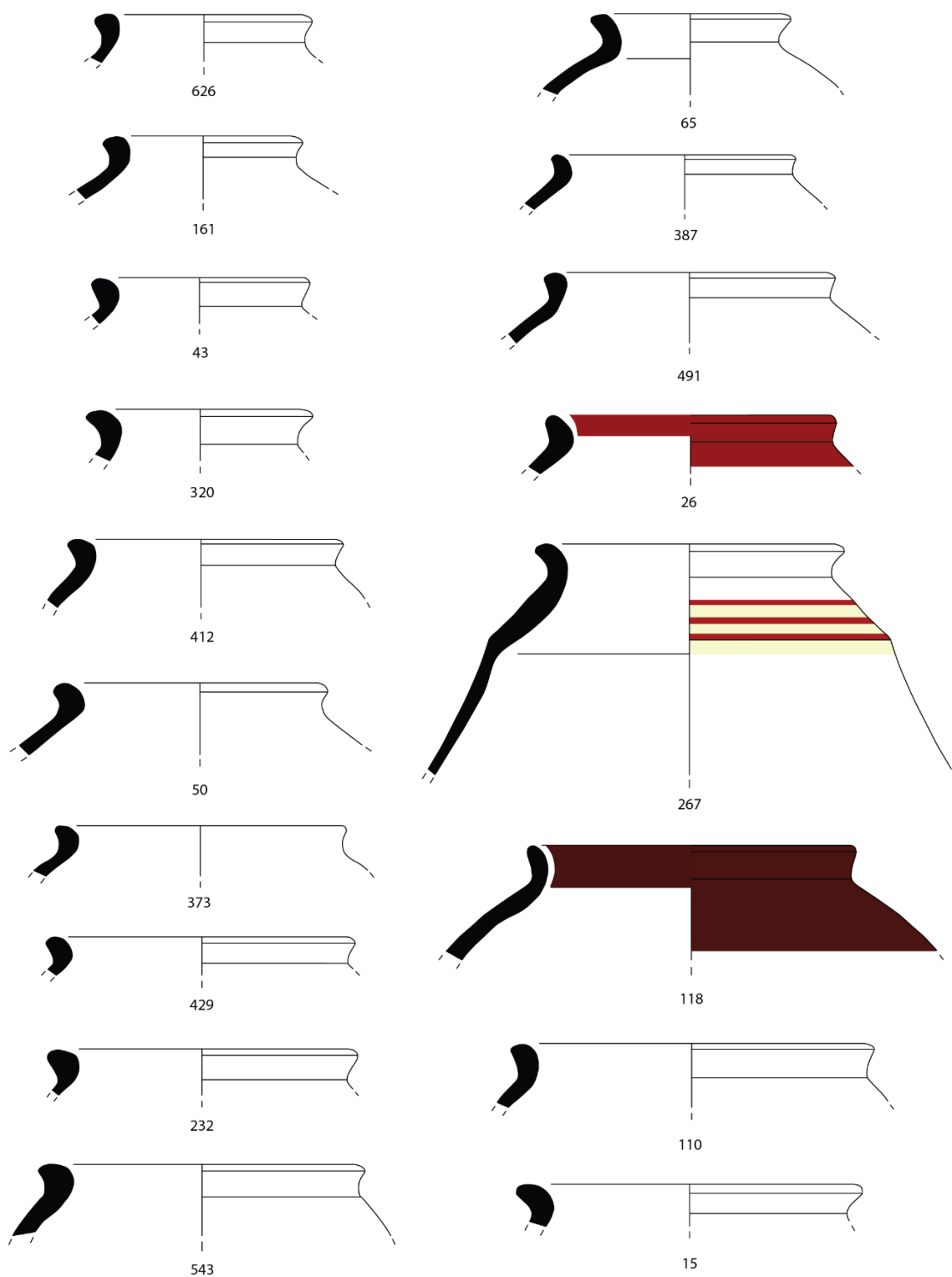
**Estampa X** - Ânforas da variante 1c



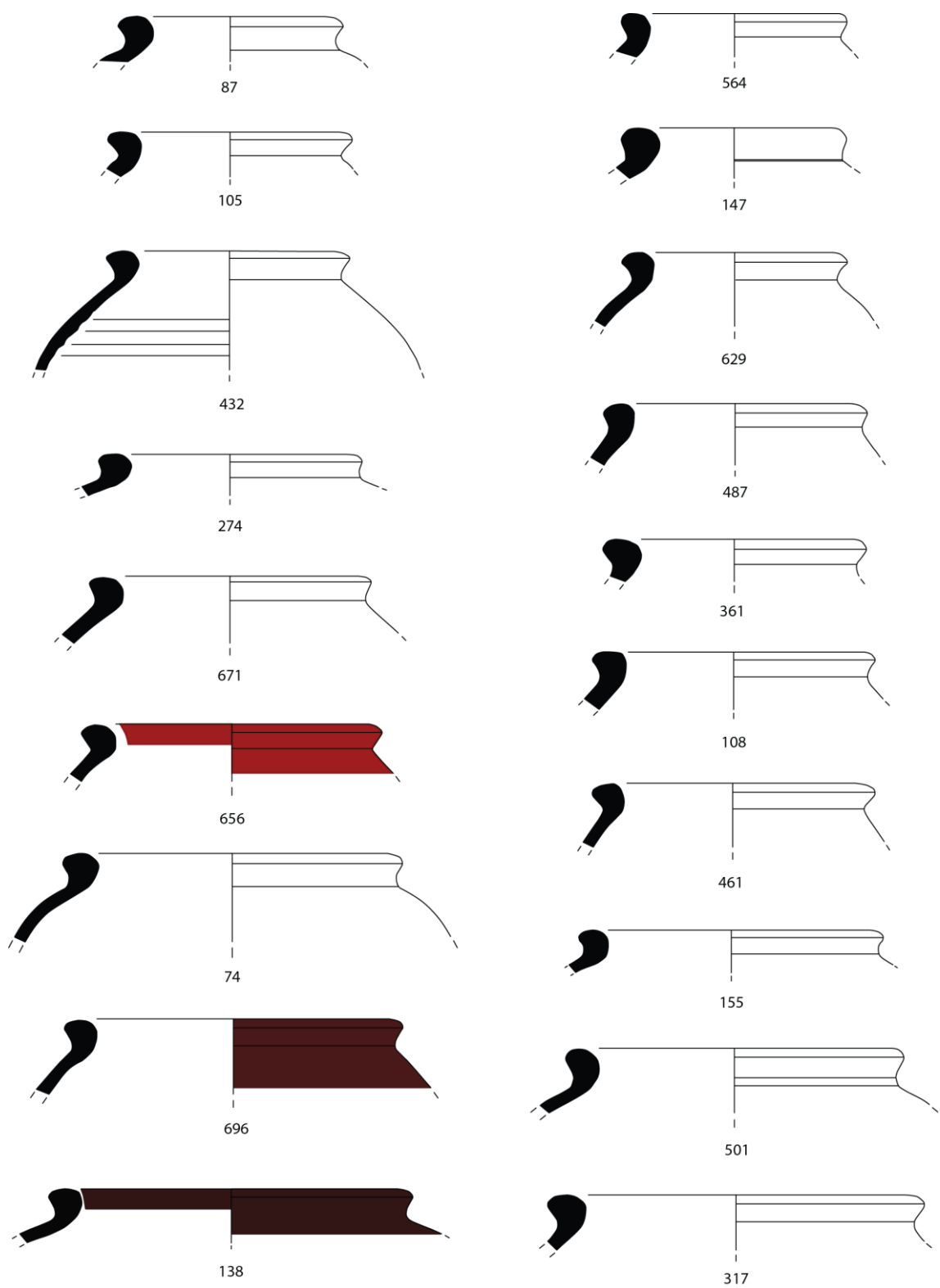
**Estampa XI - Ânforas da variante 1d**



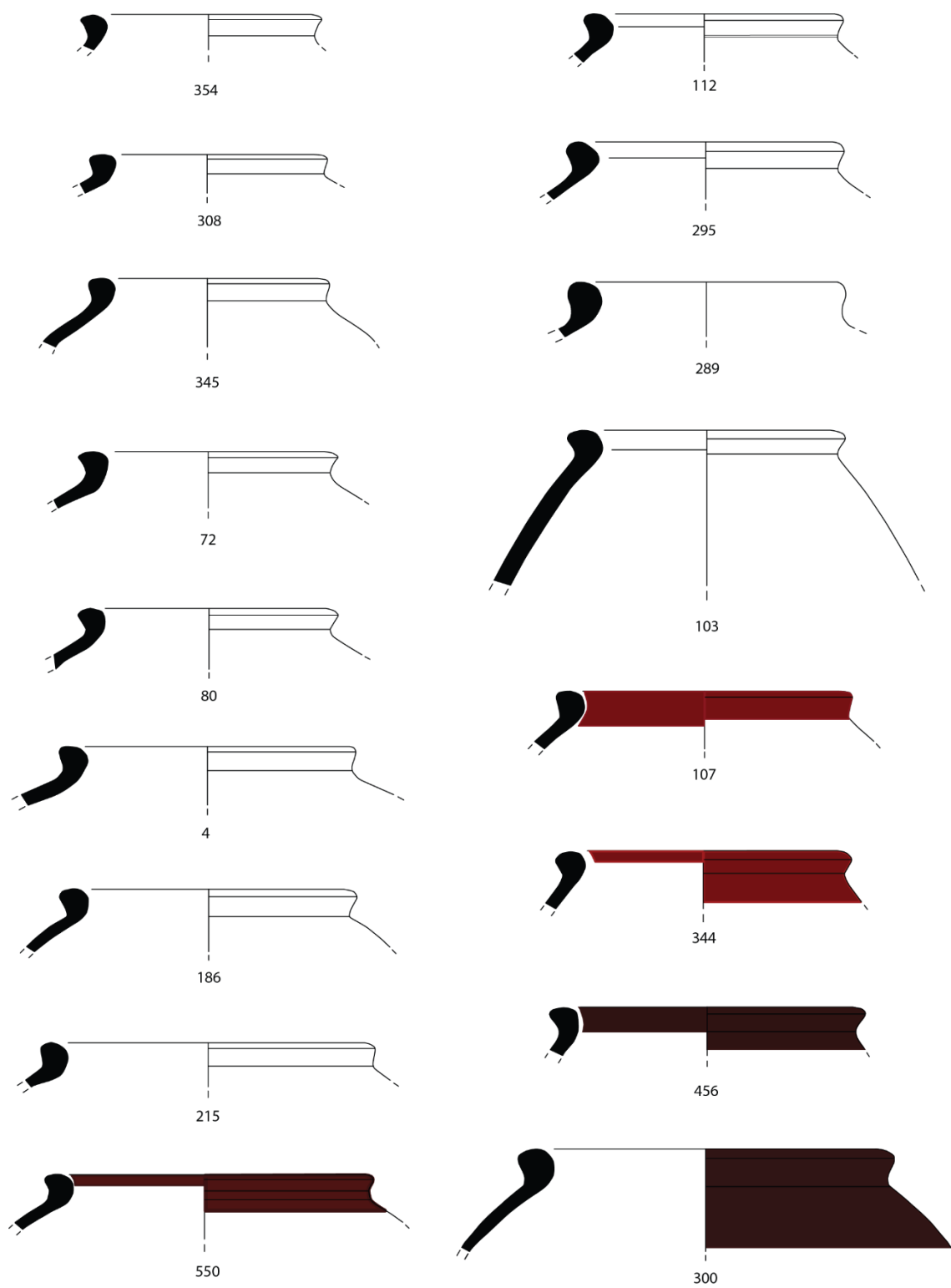
**Estampa XII - Ânforas da variante 1d**



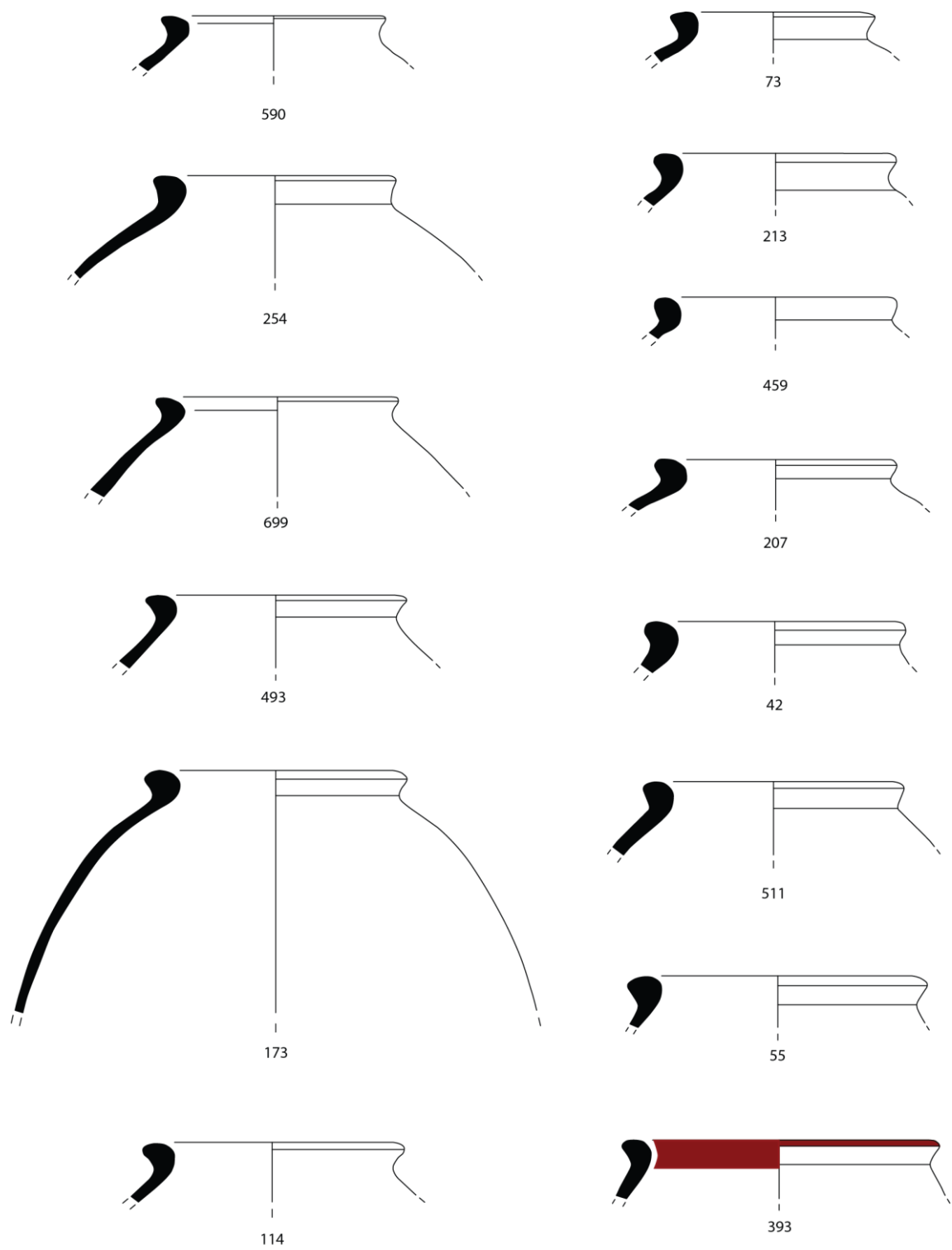
**Estampa XIII** - Ânforas da variante 1d



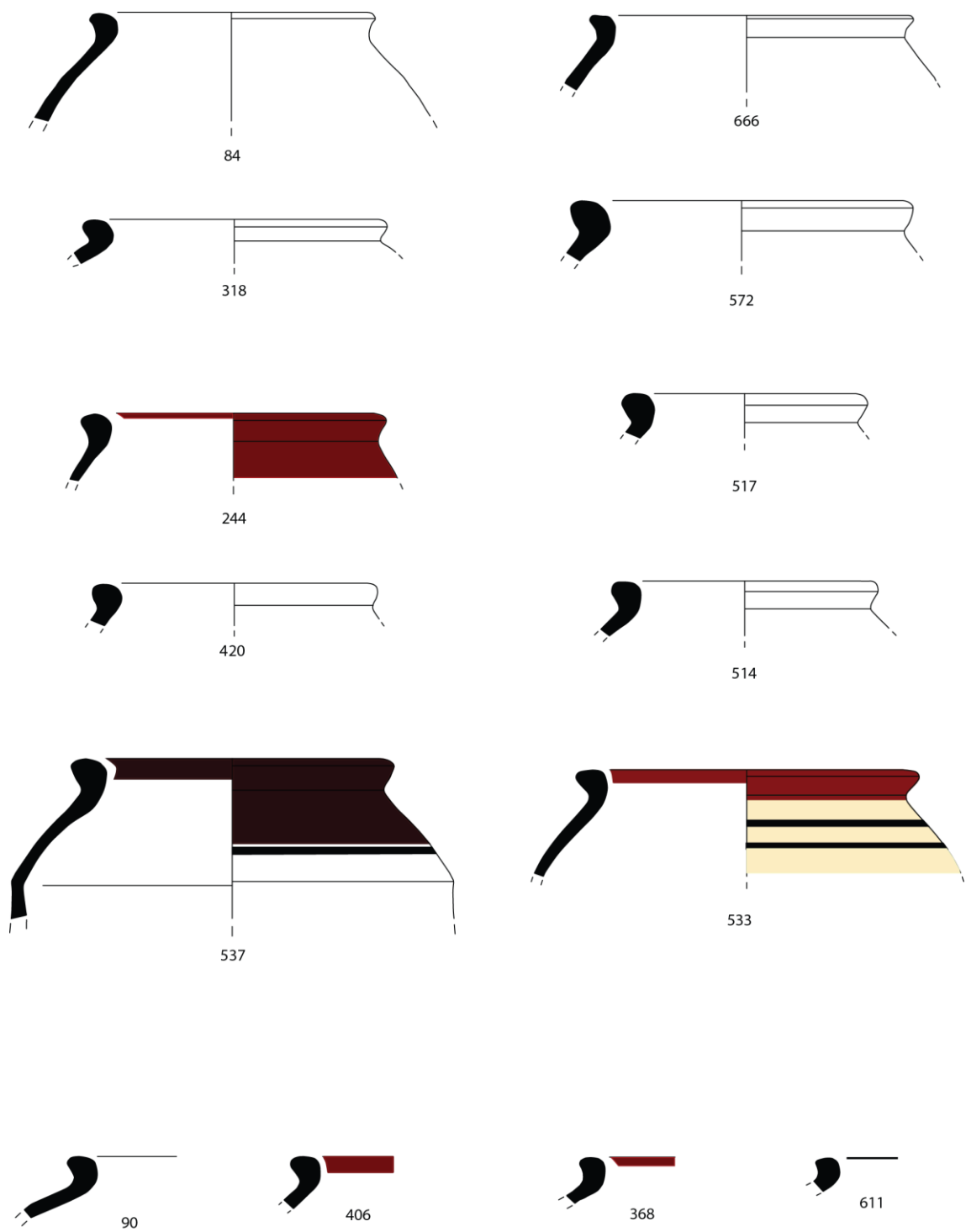
**Estampa XIV - Ânforas da variante 1e**



Estampa XV - Ânforas da variante 1e

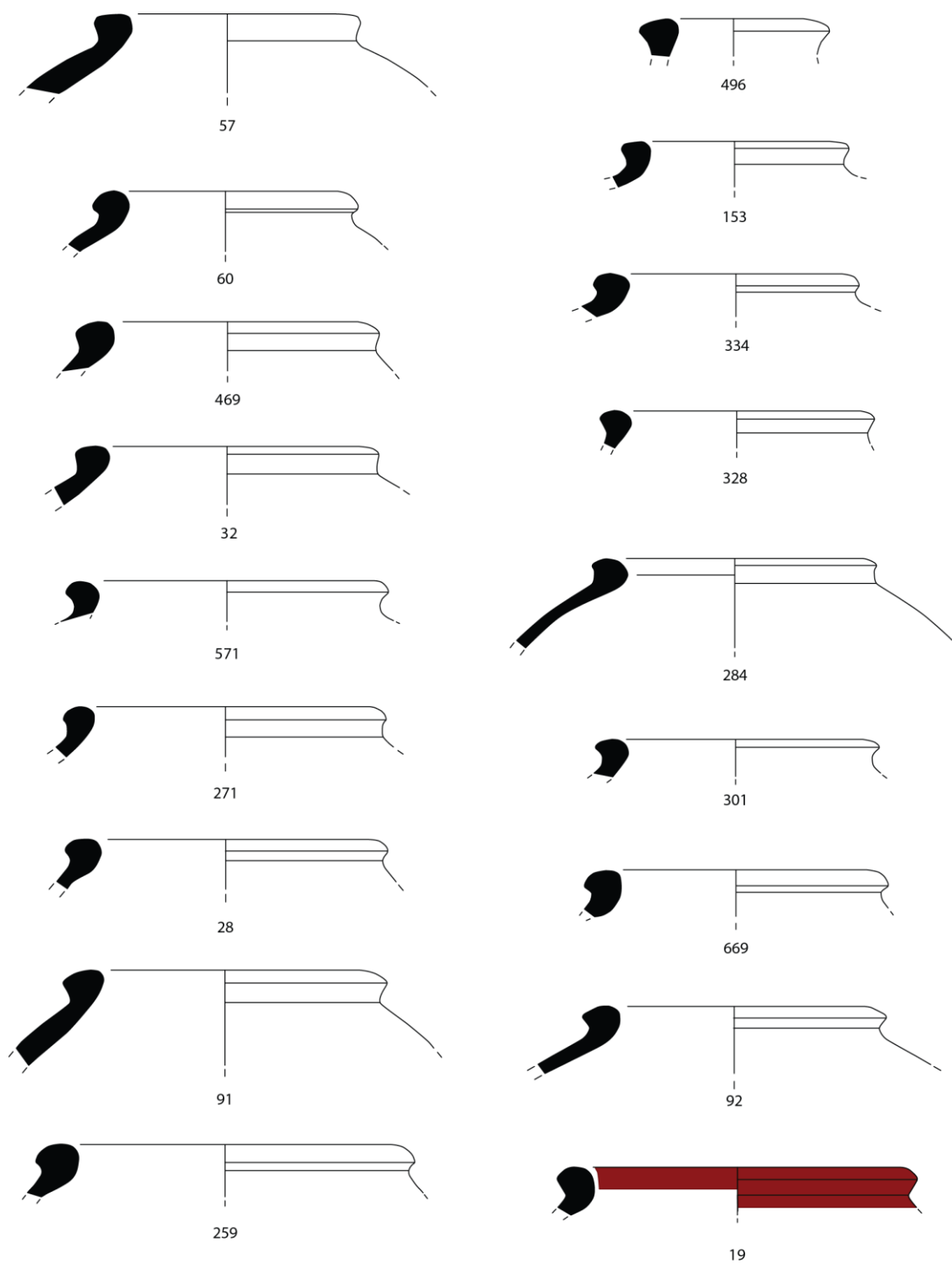


**Estampa XVI - Ânforas da variante 1e**

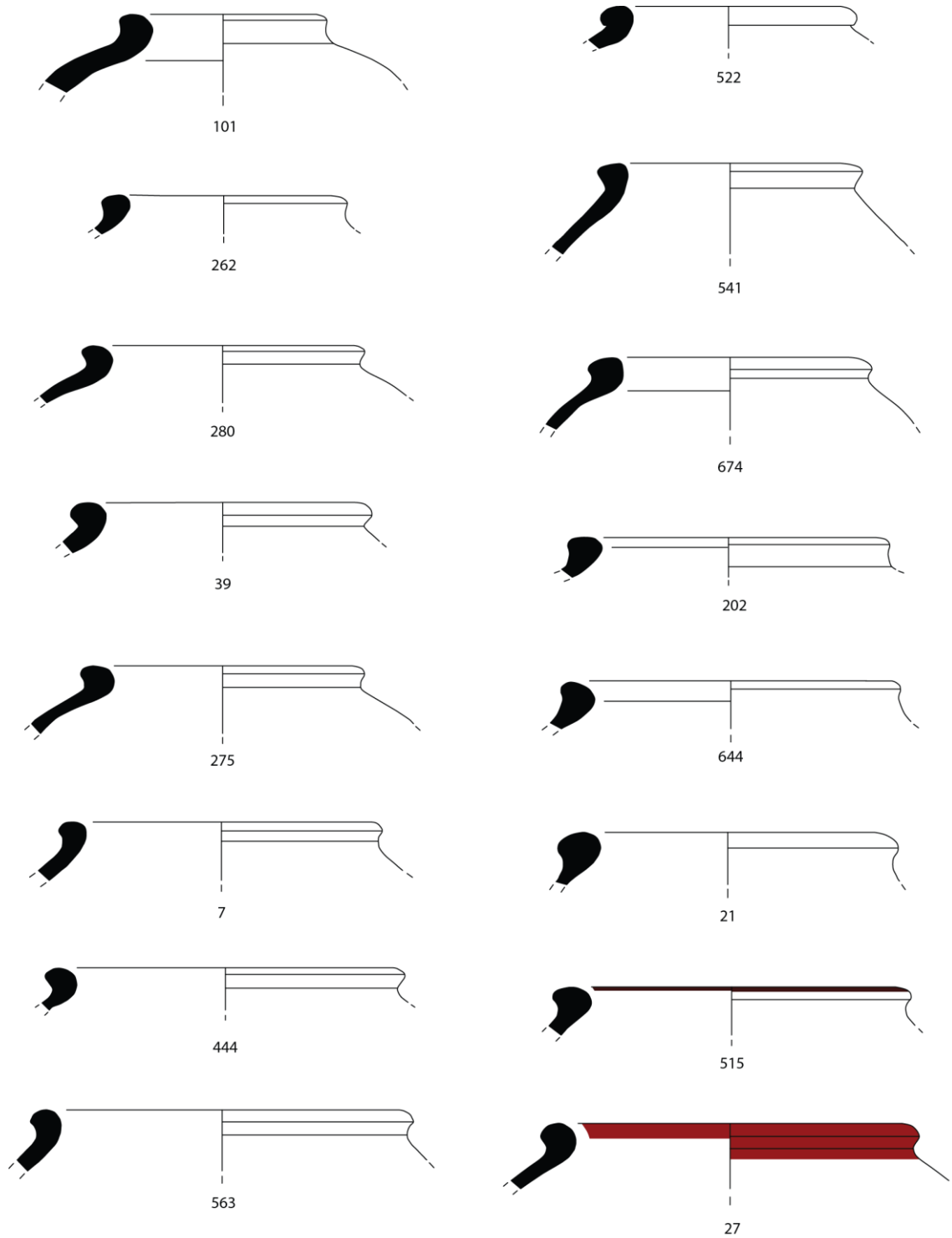


**Estampa XVII - Ânforas da variante 1e**

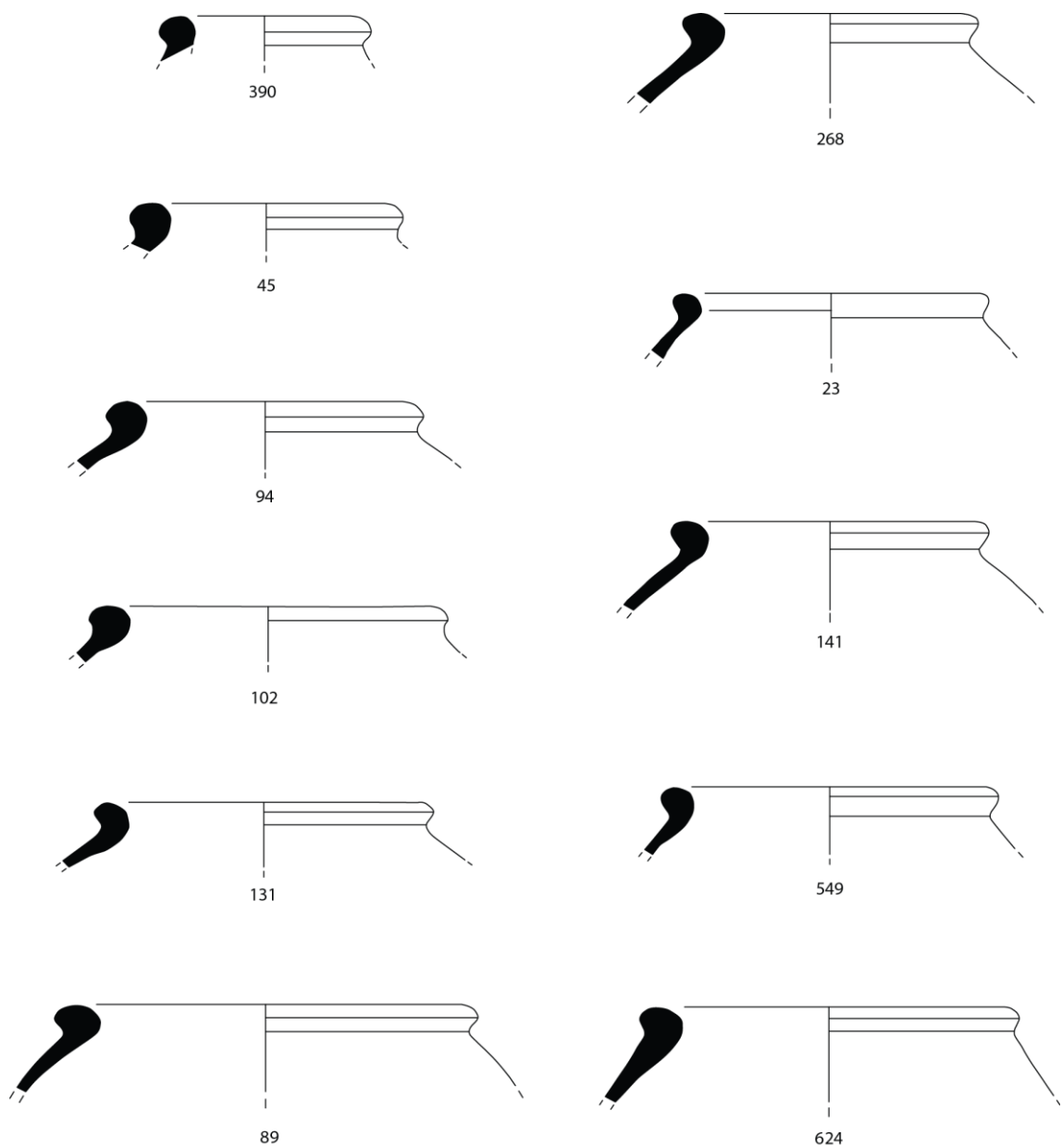




**Estampa XVIII - Ânforas da variante 2a**



**Estampa XIX - Ânforas da variante 2a**



**Estampa XX - Ânforas da variante 2b**



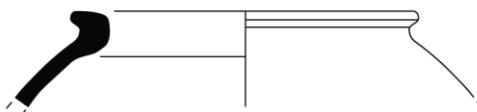
540



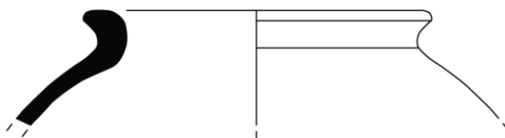
578



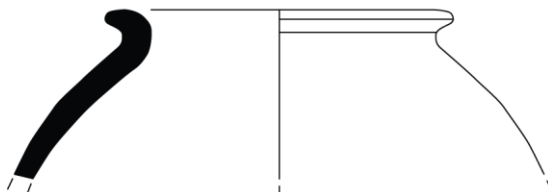
570



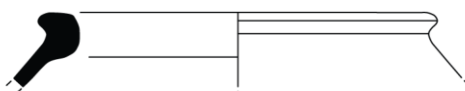
261



263



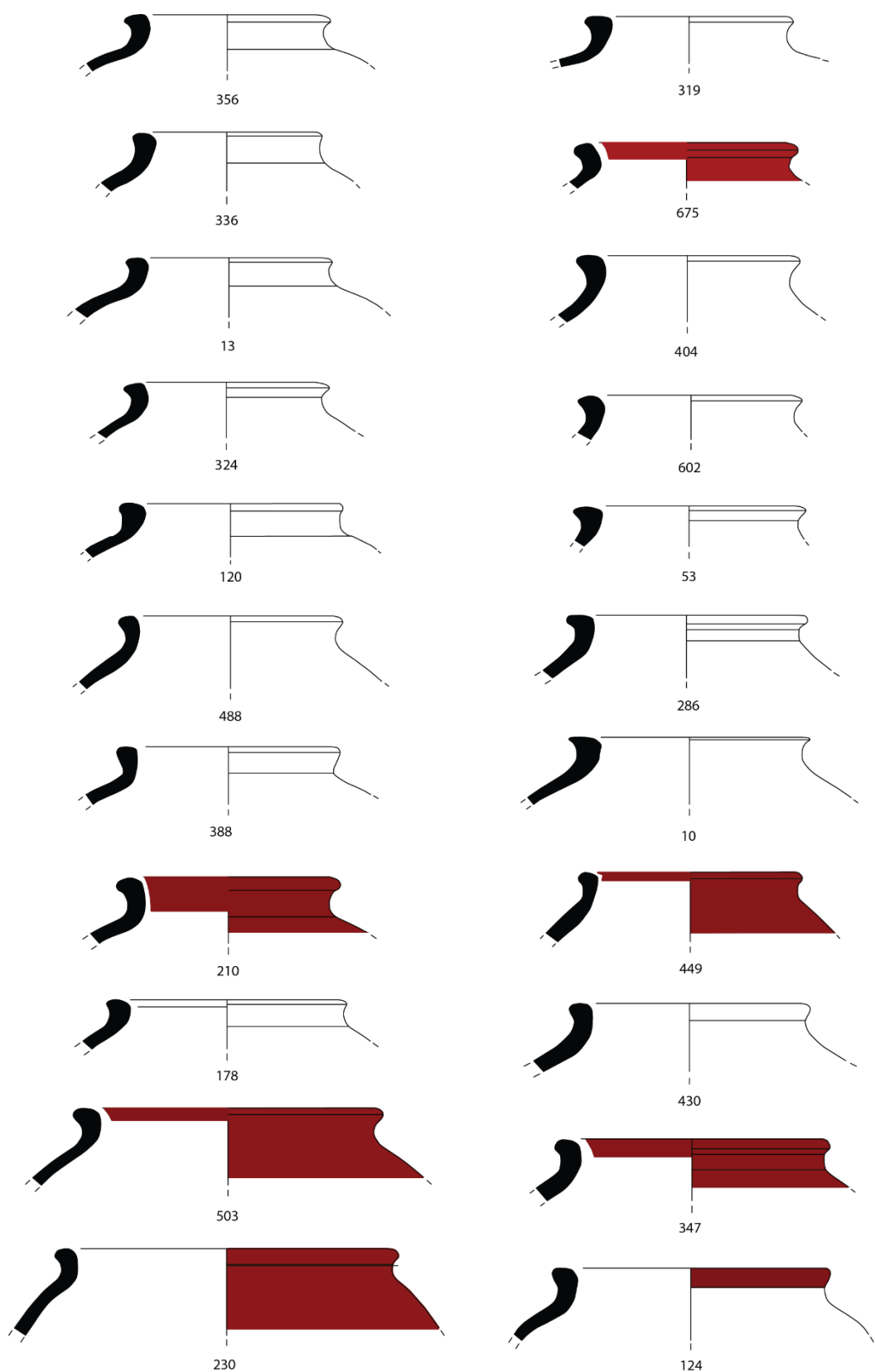
98



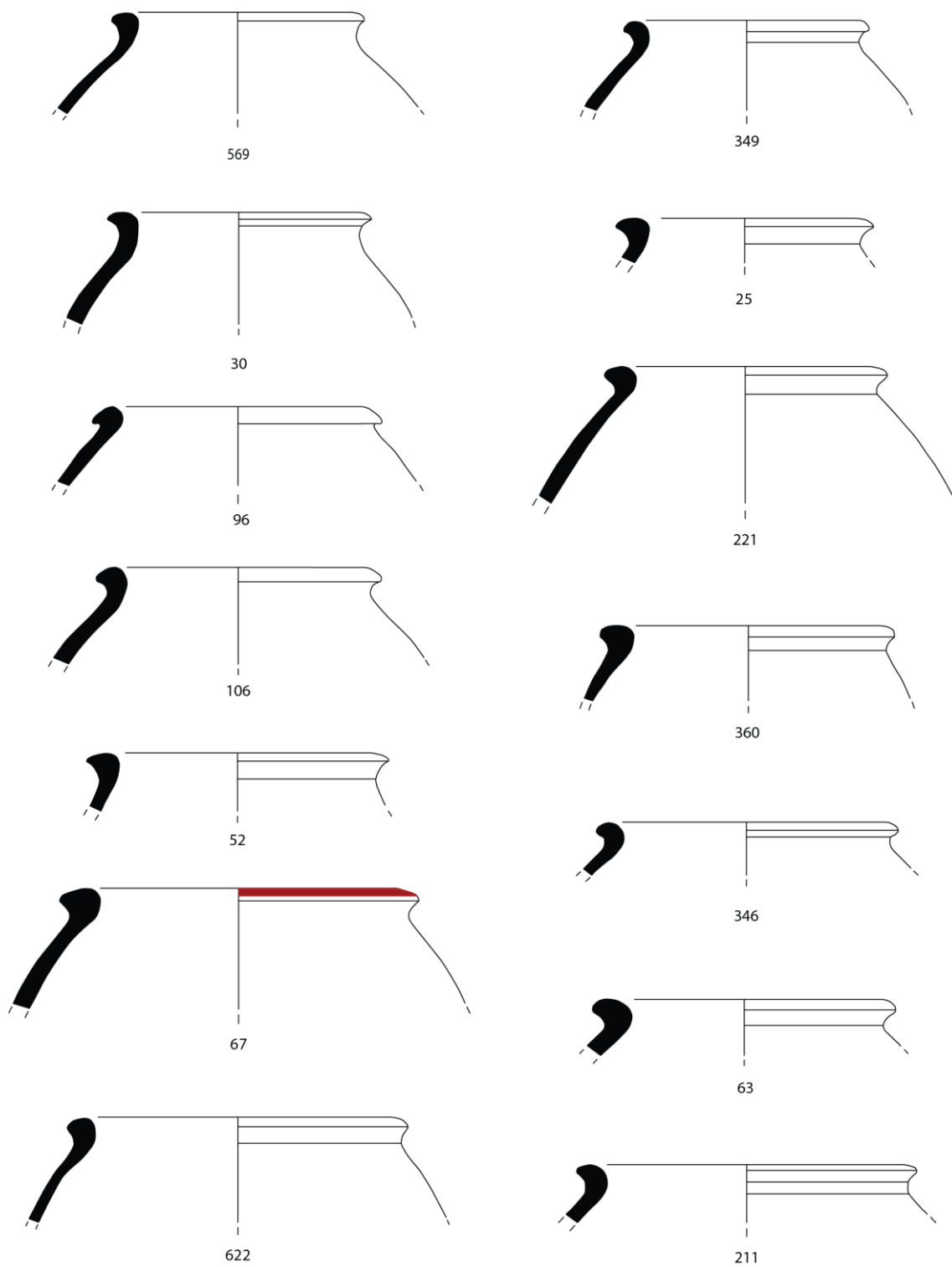
483



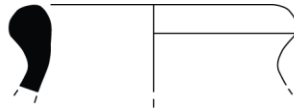
**Estampa XXI - Ânforas da variante 2c**



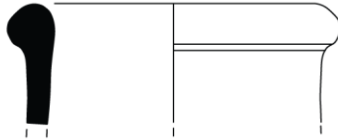
**Estampa XXII - Ânforas da variante 2d**



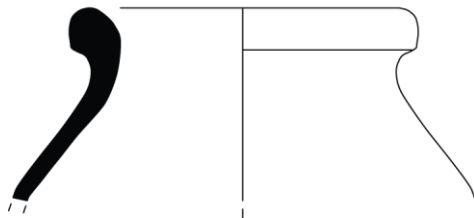
**Estampa XXIII - Ânforas da variante 2e**



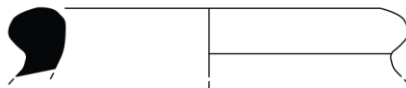
607



520



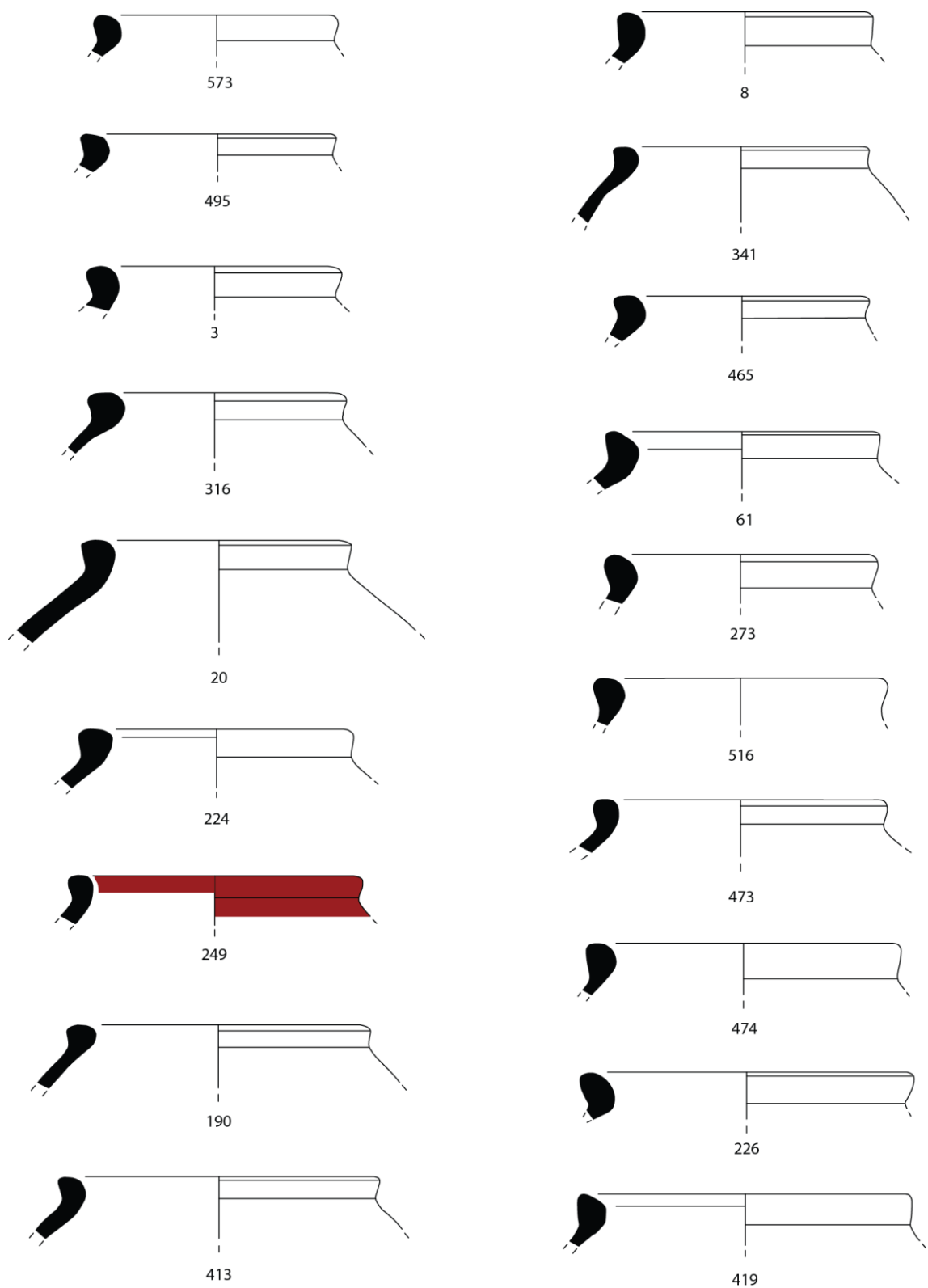
539



99

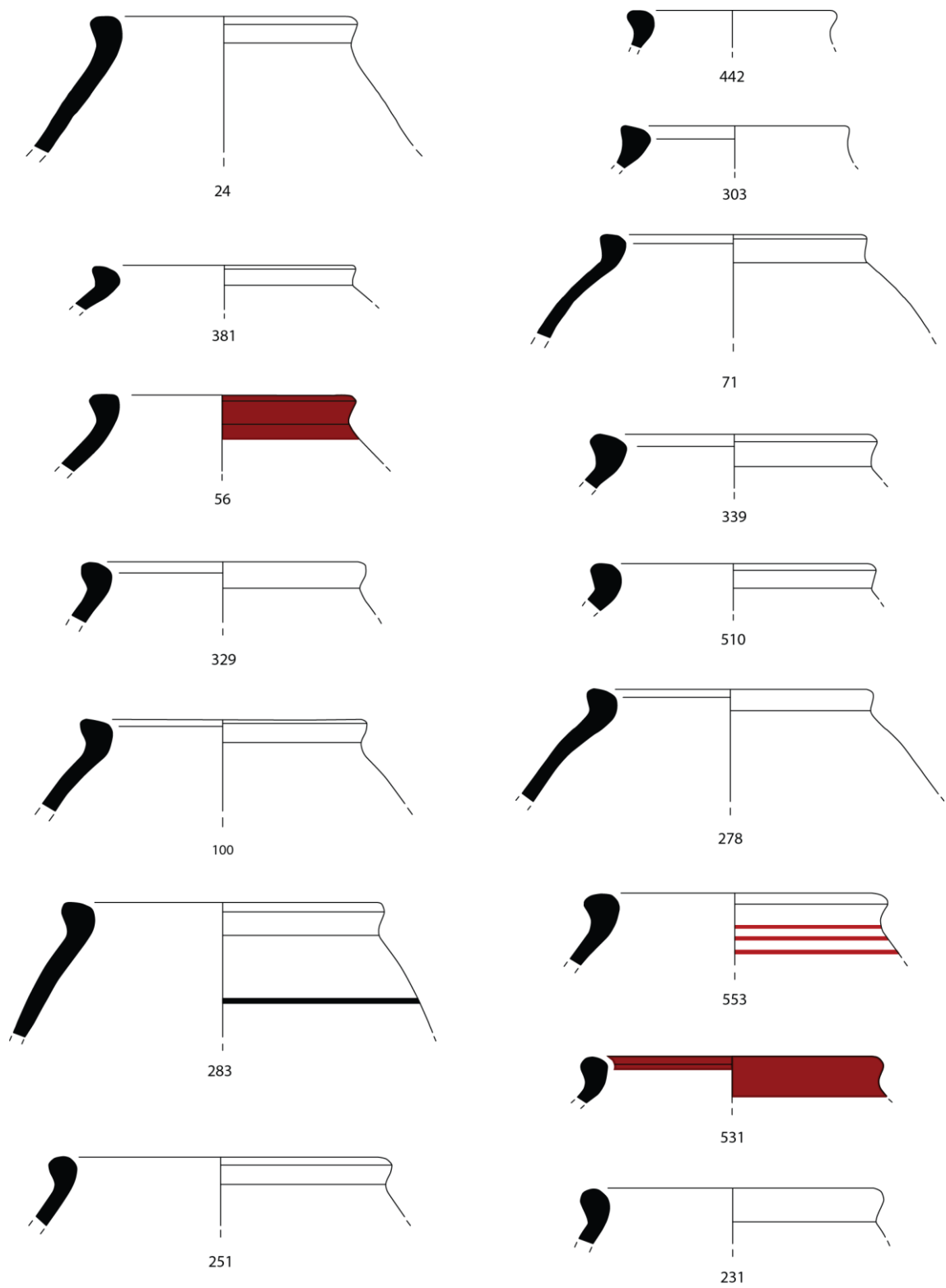


**Estampa XXIV - Ânforas da variante 3a**

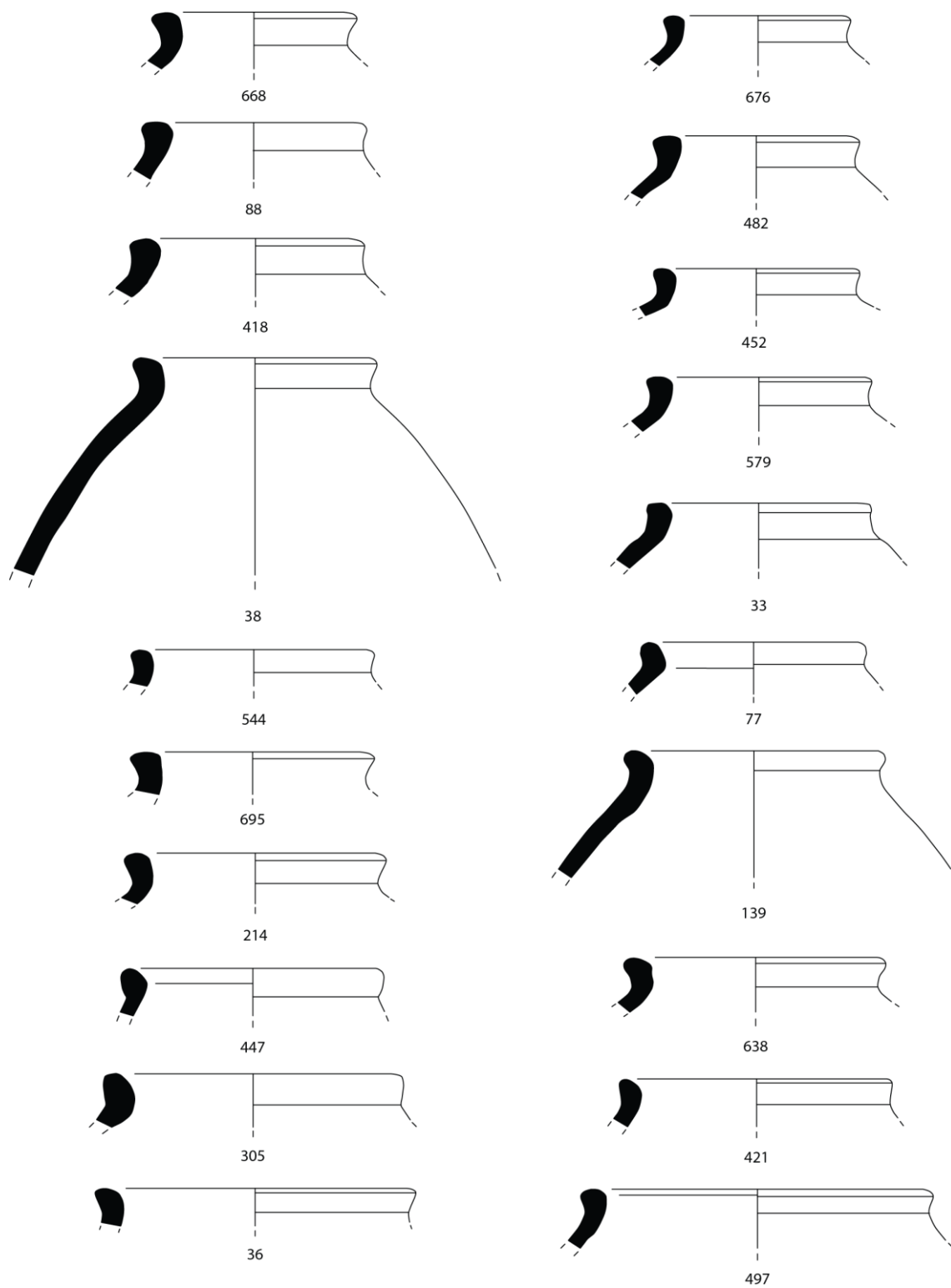


**Estampa XXV - Ânforas da variante 4a**

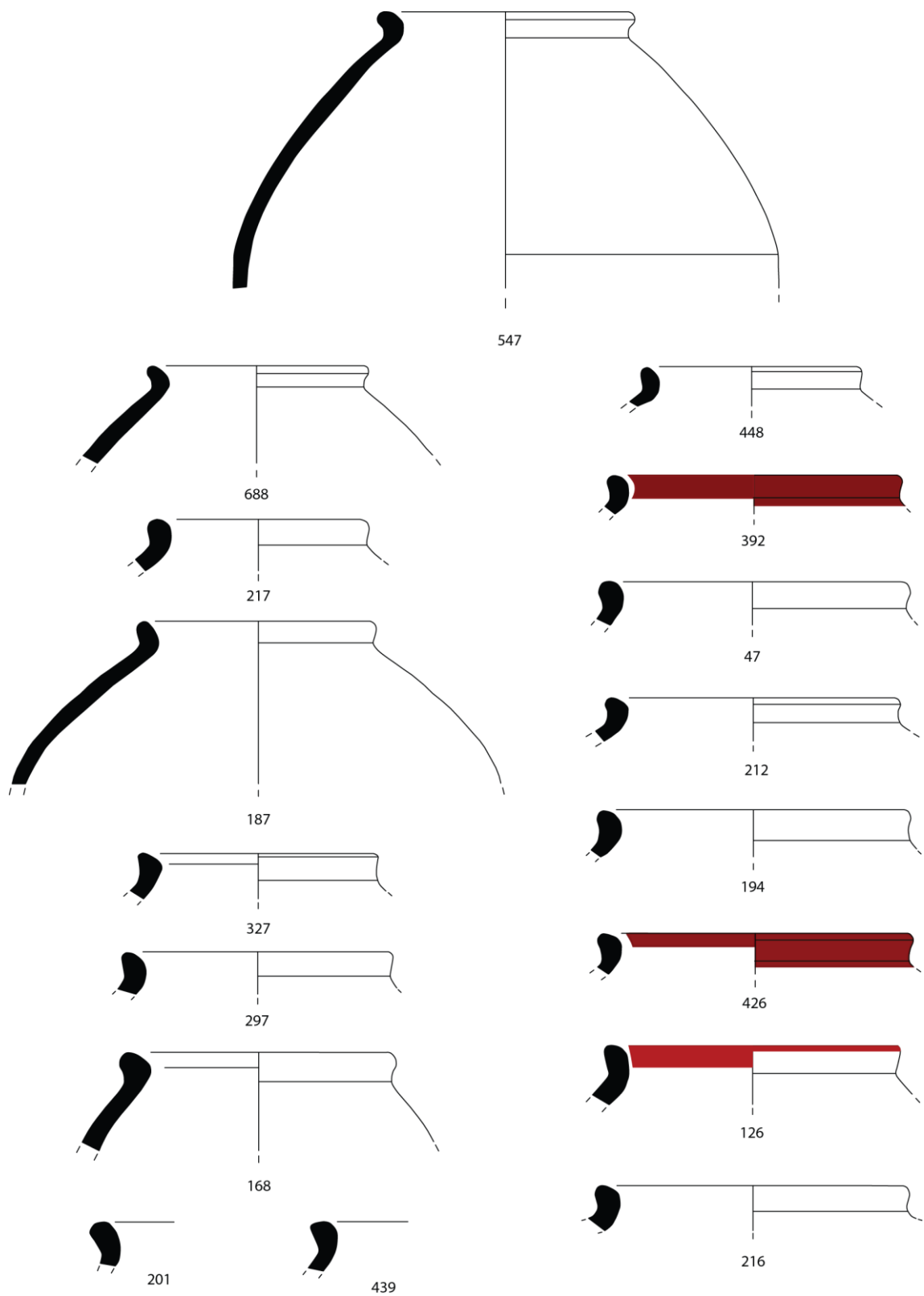




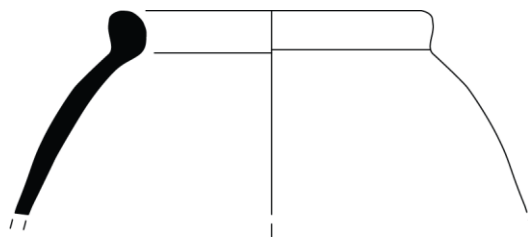
**Estampa XXVI - Ânforas da variante 4a**



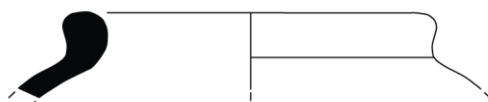
**Estampa XXVII - Ânforas da variante 4b**



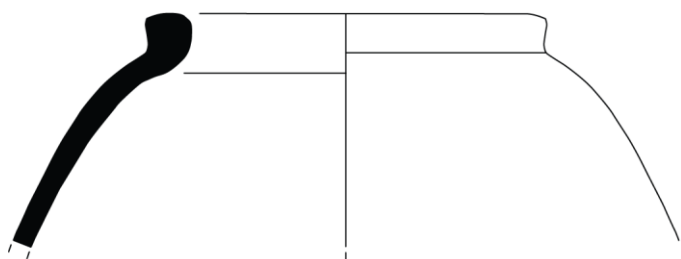
**Estampa XXVIII - Ânforas da variante 4b**



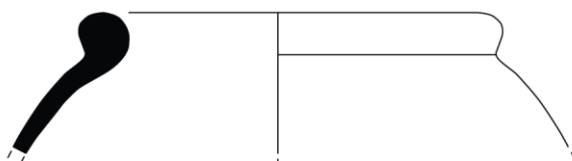
256



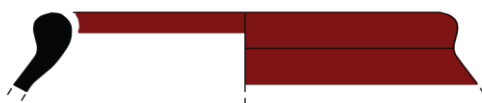
133



142



1



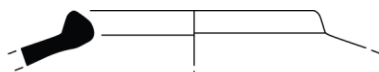
394



697



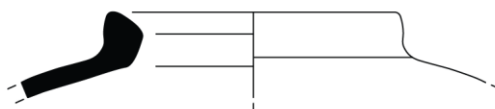
Estampa XXIX - Ânforas da variante 4c



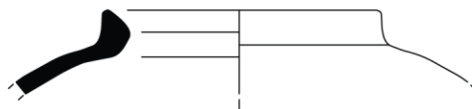
314



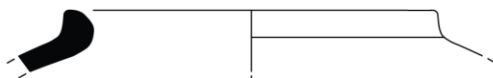
135



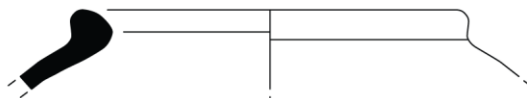
269



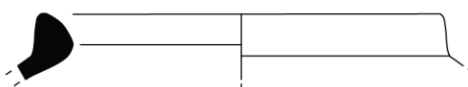
208



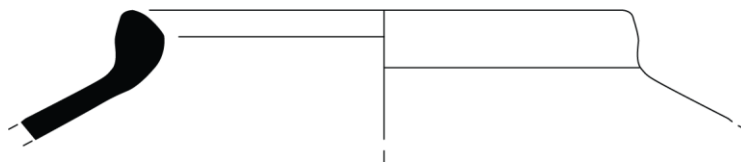
54



337



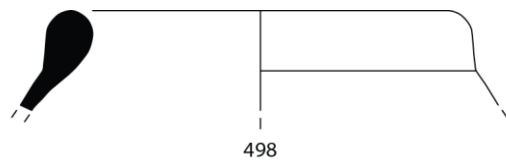
127



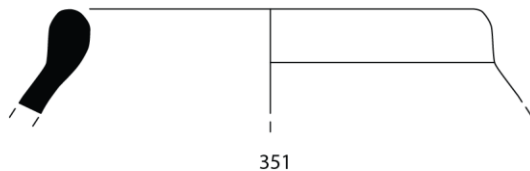
310



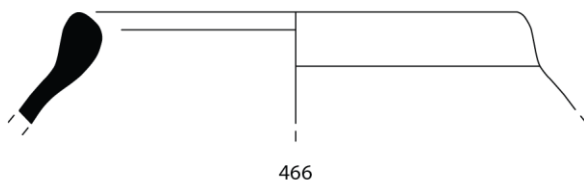
**Estampa XXX- Ânforas da variante 5a**



498



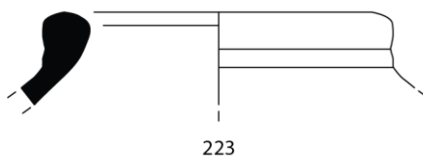
351



466



**Estampa XXXII** - Ânforas da variante 5b



223

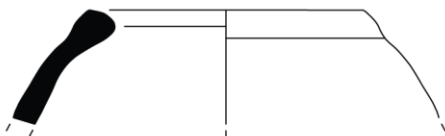


**Estampa XXXI** - Ânfora da variante 5c

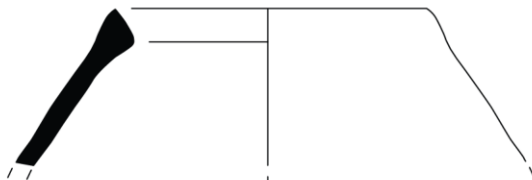


428

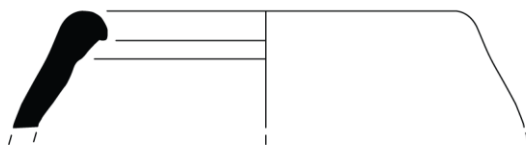
**Estampa XXXIII - Ânfora da variante 6a**



277



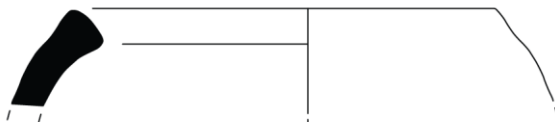
309



363



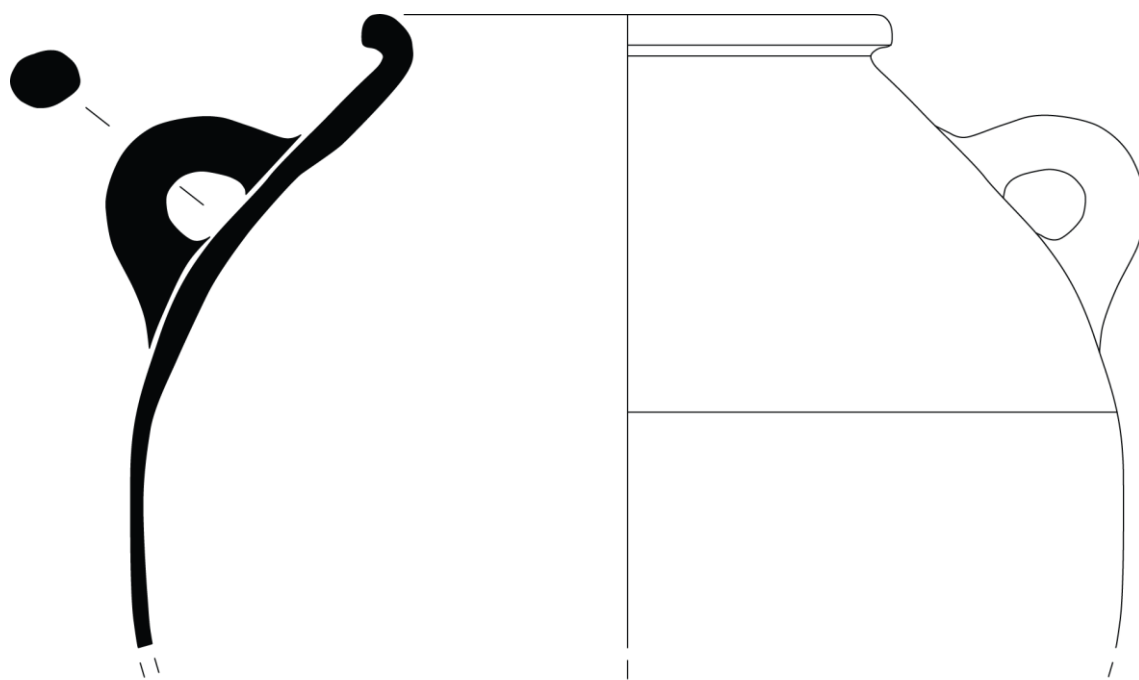
86



552



**Estampa XXXIV - Ânforas da variante 6b**

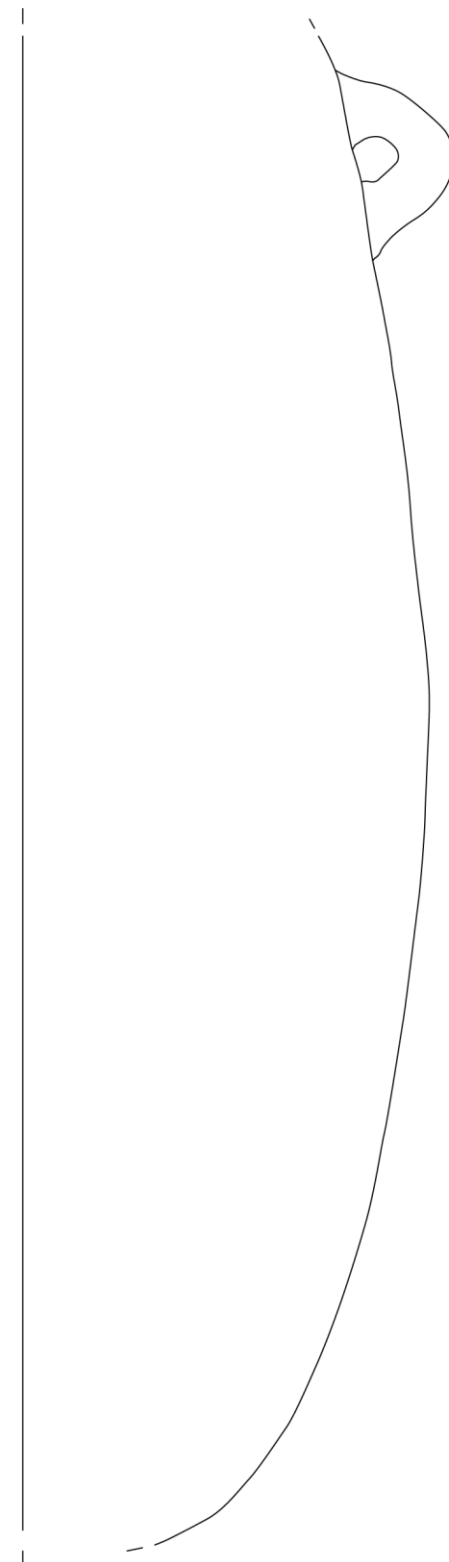


605



**Estampa XXXV - Forma Indeterminada 1**

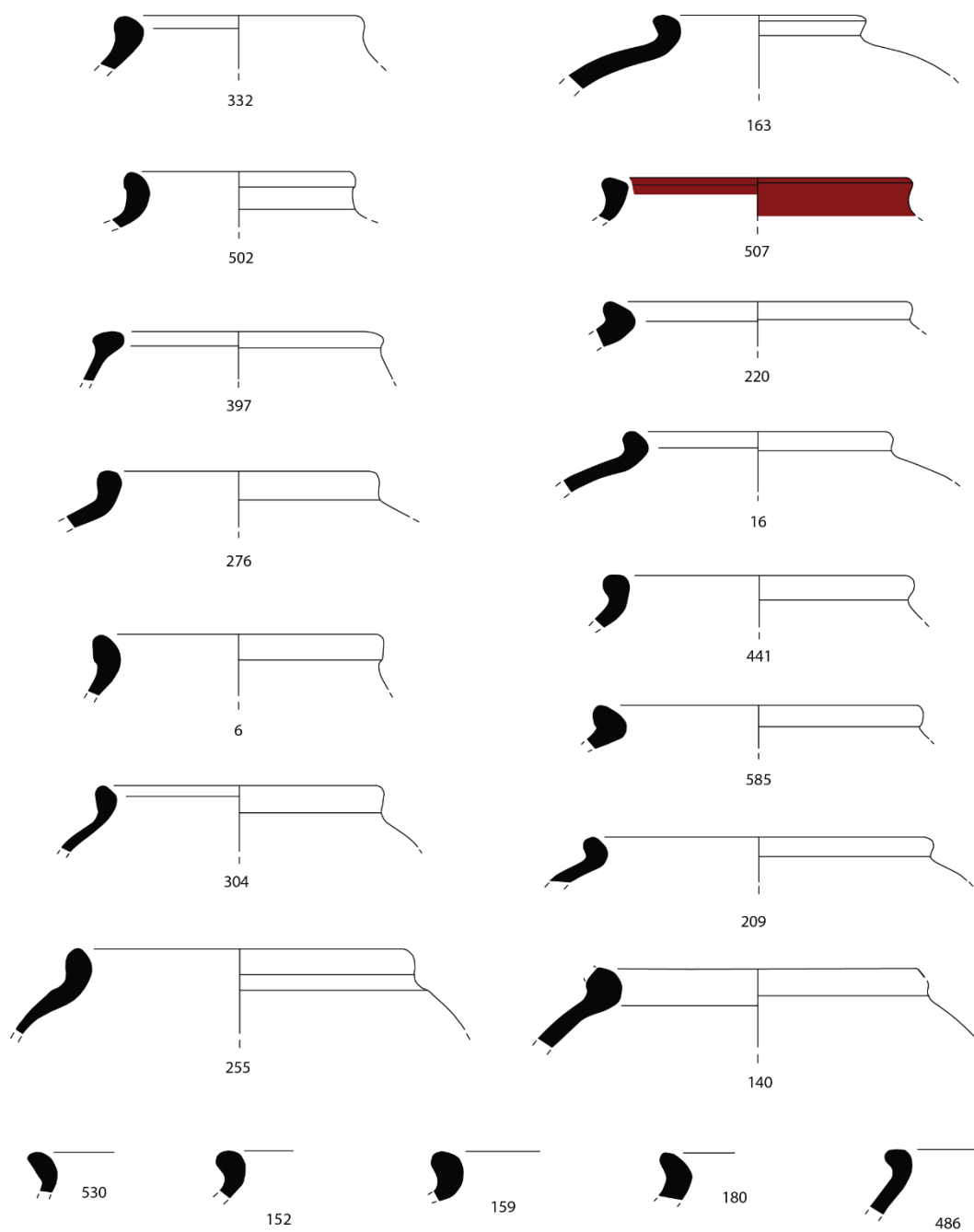




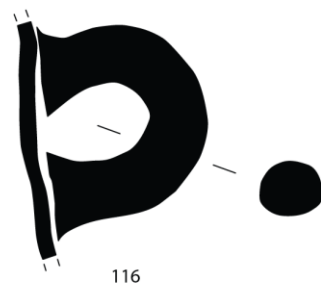
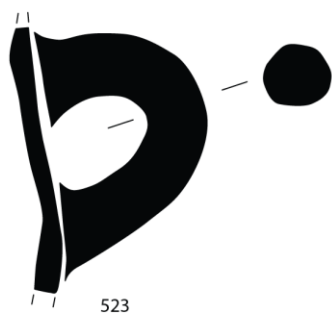
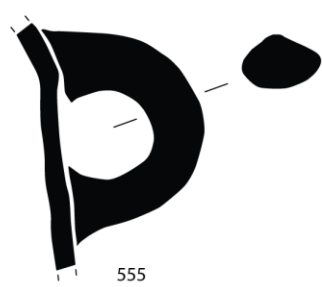
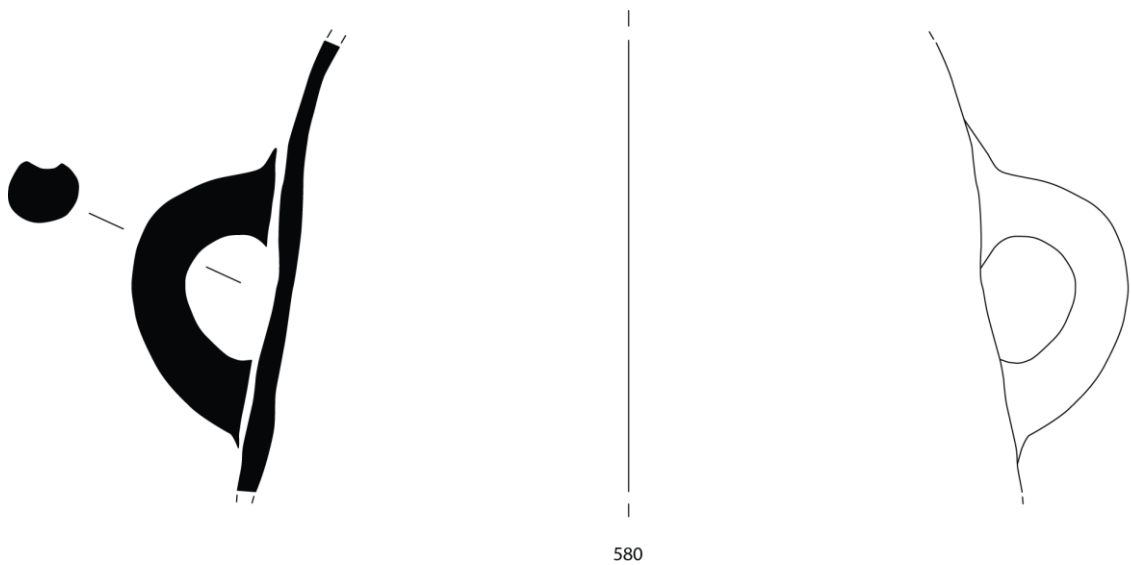
603



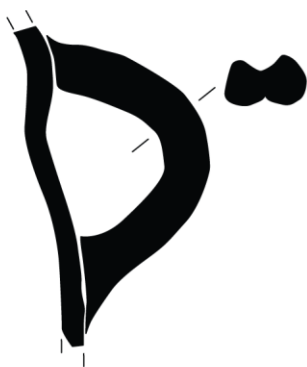
**Estampa XXXVI - Forma Indeterminada 2**



**Estampa XXXVII - Indeterminados**



Estampa XXXVIII - Asas



95



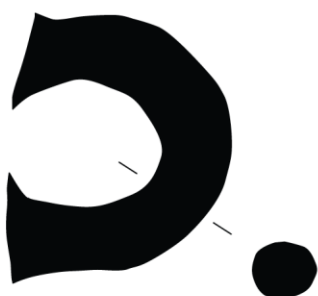
58



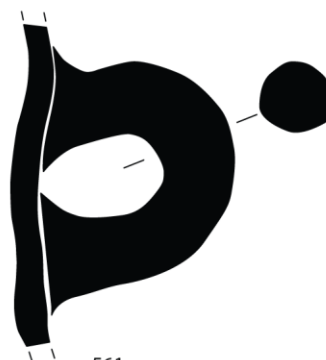
218



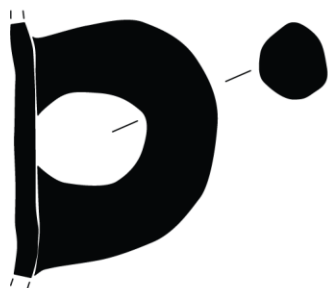
203



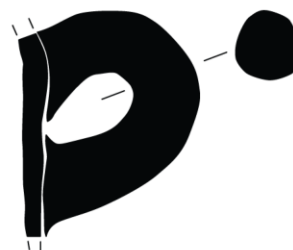
242



561



237



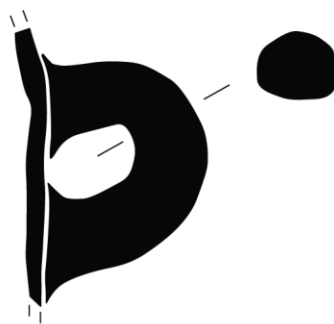
521



Estampa XXXIX - Asas



525



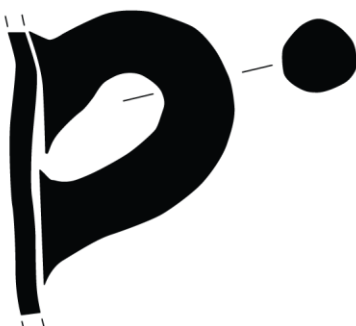
527



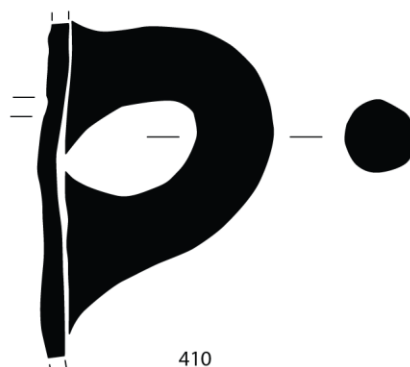
520



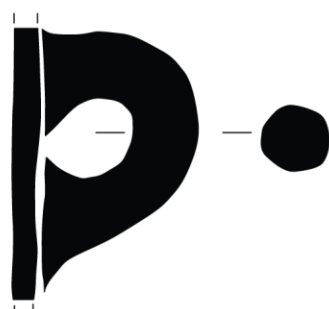
574



508



410



478



500



10 cm

Estampa XL - Asas



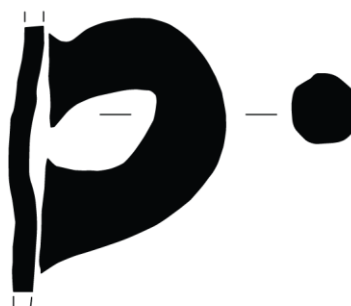
83



504



494



18



350



326



Estampa XLI - Asas e fundo

## **Anexo V – Base de dados**

N.º de Inventário	Quadrado	Plano	Camada	Fragmento	Forma	Diâmetro Bordo (cm)	E.M.P. (mm)	Diâmetro Asa (cm)	Espessura/Altura da Asa (cm)	Extensão Asa (cm)	Grupo Fabrico
1	A12(S)/B12(N)	-	35	Bordo	4c	18	8,6				1A
2	D20	-	10	Bordo	1b	11	7				1A
3	A12(S)/B12(N)	-	35	Bordo	4a	13	10				1A
4	A12(S)/B12(N)	-	PF	Bordo	1e	16	8,1				1A
5	A12(S)/B12(N)	-	PF	Bordo	1c	12	7,2				2
6	D20	-	PF	Bordo	Indeterminada	15	6				1A
7	D20	-	19	Bordo	2a	17	8				1A
8	C4/1	-	19	Bordo	4a	13	8				1A
9	A12(S)/B12(N)	-	31	Bordo	1b	17	6,2				1A
10	A12(S)/B12(N)	-	31	Bordo	2d	14	7				1A
11	A12(S)/B12(N)	-	31	Bordo	1b	14	6,4				1A
12	A12(S)/B12(N)	-	31	Bordo	1b	11	Ind.				1A
13	A12(S)/B12(N)	-	31	Bordo	2d	12	7,5				1A
14	A12(S)/B12(N)	-	31	Bordo	1b	12	9				1A
15	C4/1	-	19	Bordo	1d	18	8				1A
16	A12(S)/B12(N)	-	31	Bordo	Indeterminada	14	7,5				1A
18	D20	1	9	Asa		-	8,7	2,88	2,88	9,43	1A
19	A12(S)/B12(N)	-	31	Bordo	2a	19	Ind.				1A
20	A12(S)/B12(N)	-	21	Bordo	4a	14	9,6				1A
21	D20	-	8-A	Bordo	2a	18	6				1A
22	D20	-	8	Bordo	1c	17	6				1A
23	D20	-	6	Bordo	2b	15	7				1A
24	D20	-	13	Bordo	4a	14	8				1A
25	A12(S)/B12(N)	-	16	Bordo	2e	10 (interno)	7,7				1A
26	C4/1	-	19	Bordo	1d	16	7				1A
27	D20	-	12	Bordo	2a	20	8				1B
28	A12(S)/B12(N)	-	34	Bordo	2a	17	6,4				1A
29	A12(S)/B12(N)	-	11	Bordo	1b	16	6,8				1A
30	A12(S)/B12(N)	-	22	Bordo	2e	14	7,2				1A
31	A12(S)/B12(N)	-	25	Bordo	1b	15	Ind.				3
32	A12(S)/B12(N)	-	13 e 18	Bordo	2a	16	9				1A
33	A12(S)/B12(N)	-	4	Bordo	4b	12	8,5				1A



34	C4	3	9	Bordo	Indeterminada	17	Ind.				1A
35	A12(S)/B12(N)	-	33	Bordo	1b	18	7,6				1A
36	A12(S)/B12(N)	-	2	Bordo	4b	17	Ind.				1A
37	C4	3	10	Bordo	Indeterminada	11,5	Ind.				1A
38	A12(S)/B12(N)	-	36	Bordo	4b	13	10,5				1A
39	A12(S)/B12(N)	0	1	Bordo	2a	16	7,8				1A
40	A12(S)/B12(N)	0	1	Bordo	1d	11	Ind.				1A
41	D20	-	56	Bordo	1d	17	8				1A
42	D20	-	14	Bordo	1e	14	8				1A
43	C4	2	5	Bordo	1d	12	6				1A
44	A12(S)/B12(N)	0	1	Bordo	1b	11	8,6				2
45	A12(S)/B12(N)	0	1	Bordo	2b	13	Ind.				1A
47	A12(S)/B12(N)	-	31	Bordo	4b	17	8,5				1A
48	D20	-	8	Bordo	Indeterminada	10	Ind.				1A
49	D20	-	14	Bordo	Indeterminada	14	8				1A
50	U45/3	-	1	Bordo	1d	15	7,68				1A
52	D20	-	14	Bordo	2e	16	6				1A
53	C4	3	9	Bordo	2d	10 (interno)	8				1A
54	A12(S)/B12(N)	3	14	Bordo	5a	15	6,6				1A
55	C4	3	9	Bordo	1e	16	5				1A
56	A12(S)/B12(N)	3	14	Bordo	4a	14	7,3				1A
57	A12(S)/B12(N)	3	14	Bordo	2a	10 (interno)	12				1A
58	A12(S)/B12(N)	3	14	Asa		-	-	2,75	2,73	11	1A
59	D20	-	6	Bordo	1d	16	7				1A
60	A12(S)/B12(N)	-	8	Bordo	2a	14	6,7				1B
61	D20	-	12	Bordo	4a	14	8				1C
62	D20	-	6	Bordo	1b	12	10				1A
63	D20	-	5	Bordo	2e	16	8				1A
65	C4	3	9	Bordo	1d	11	7				1A
66	A12(S)/B12(N)	-	8	Asa		-	9	2,9	3	Ind.	1B
67	A12(S)/B12(N)	-	8	Bordo	2e	19	6,5				1A
68	A12(S)/B12(N)	2	7	Asa		-	-	2,6	2,6	10	1A
71	D20	-	13	Bordo	4a	14	7				1A
72	A12(S)/B12(N)	-	12	Bordo	1e	14	6				1A
73	D20	-	20	Bordo	1e	11	6				1A

74	A12(S)/B12(N)	-	29	Bordo	1e	18	6,3				1A
75	A12(S)/B12(N)	-	29	Bordo	Indeterminada	15	Ind.				1A
76	D20	-	42	Bordo	1d	16	8				1A
77	A12(S)/B12(N)	-	26	Bordo	4b	12	8,2				1A
79	A12(S)/B12(N)	-	26	Bordo	1d	13	6,9				1B
80	A12(S)/B12(N)	-	26	Bordo	1e	14	6,6				1A
81	A12(S)/B12(N)	-	26	Bordo	1b	11	Ind.				1A
82	D20	-	12	Bordo	Indeterminada	18	6,5				1A
83	D20	-	8	Asa		-	9,67	2,45	2,5	10,6	1A
84	D20	-	9	Bordo	1e	15	6				1A
85	A12(S)/B12(N)	-	3	Bordo	Indeterminada	14	Ind.				1A
86	A12(S)/B12(N)	-	3	Bordo	6b	17	12				1A
87	A12(S)/B12(N)	-	3	Bordo	1e	12	6,7				1A
88	A12(S)/B12(N)	-	3	Bordo	4b	12	9,4				1A
89	D20	-	10	Bordo	2b	20	7				1A
90	A12(S)/B12(N)	-	3	Bordo	1e	Ind.	5,8				1A
91	A12(S)/B12(N)	-	S/C	Bordo	2a	17	8				1A
92	A12(S)/B12(N)	-	18	Bordo	2a	12 (interno)	6,7				1B
93	A12(S)/B12(N)	-	18	Bordo	Indeterminada	14	Ind.				1A
94	A12(S)/B12(N)	-	18	Bordo	2b	15	5,8				1B
95	A12(S)/B12(N)	-	24	Asa		-	7,4	3	1,89	9	1B
96	D20	-	10	Bordo	2e	12 (interno)	7				1A
97	D20	-	10	Bordo	1b	11	Ind.				1A
98	A12(S)/B12(N)	-	24	Bordo	2c	14	11				1A
99	A12(S)/B12(N)	-	24	Bordo	3a	16	12,3				1A
100	A12(S)/B12(N)	-	24	Bordo	4a	15	10				1A
101	A12(S)/B12(N)	-	24	Bordo	2a	11	11				1A
102	A12(S)/B12(N)	-	24	Bordo	2b	17	6,4				1A
103	A12(S)/B12(N)	-	24	Bordo	1e	15	9,5				1A
104	A12(S)/B12(N)	-	24	Asa		-	9,2	2,9	3,2	Ind.	1A
105	A12(S)/B12(N)	-	24	Bordo	1e	13	Ind.				1A
106	A12(S)/B12(N)	-	24	Bordo	2e	15	7,5				1A
107	A12(S)/B12(N)	-	24	Bordo	1e	16	5,8				1A
108	A12(S)/B12(N)	-	24	Bordo	1e	15	9,2				1A
109	A12(S)/B12(N)	-	S/C	Bordo	1b	16	Ind.				1A

110	C4	-	10	Bordo	1d	20	7				1A
111	A12(S)/B12(N)	-	28	Bordo	1a	13	7,4				1A
112	A12(S)/B12(N)	-	28	Bordo	1e	13	5,7				1A
113	A12(S)/B12(N)	-	28	Bordo	1d	13	Ind.				1A
114	D20	-	10	Bordo	1e	14	5				1A
115	D20	-	36	Bordo	1a	11	7				1A
116	D20	4	16	Asa		-	7,2	2,78	2,63	8,28	1A
117	A12(S)/B12(N)	-	28	Bordo	1b	14	5,3				1A
118	D20	-	56	Bordo	1d	14	9				1A
119	J27/4	-	25	Bordo	1a	12	6,6				1A
120	J27/4	-	31	Bordo	2d	13	5,3				1A
121	J27/4	-	23	Bordo	1a	11	6,5				3
122	J27/4	-	28	Bordo	1a	12	5,8				1A
123	J27/4	-	31	Bordo	1b	12	Ind.				2
124	K29	-	SUP	Bordo	2d	16	8				1A
125	J27/4	-	31	Bordo	1b	10	8,4				1A
126	J27/4	-	15	Bordo	4b	16	9,9				1A
127	U41/1	-	SUP	Bordo	5a	16	7,3				1A
128	J27/4	-	31	Bordo	1b	13	7,8				1A
129	U45/3	6	64	Bordo	1c	11	6,8				1A
130	S37/1	-	SUP	Bordo	1c	13	5,2				1B
131	Q35/2	-	SUP	Bordo	2b	16	6,5				1A
132	S35/4	-	SUP	Bordo	1b	11	8,4				1A
133	J27/4	-	28	Bordo	4c	15	7,5				1A
134	W48/1	-	SUP	Bordo	1c	12	8,5				1A
135	J27/4	-	28	Bordo	5a	11	Ind.				1C
136	J27/4	-	25	Bordo	1c	12	Ind.				1C
137	U45/3	-	SUP	Bordo	4b	15	7,55				1A
138	J27/4	-	19	Bordo	1e	16	5,5				1A
139	K29	-	SUP	Bordo	4b	14	8,3				1A
140	S40/1	-	SUP	Bordo	Indeterminada	14 (interno)	8,4				1A
141	J27/4	-	22	Bordo	2b	15	6,5				1A
142	U45/3	-	3/4 banqueta	Bordo	4c	16	6,9				1A
143	K29	-	SUP	Bordo	1b	14	8,3				1A

144	K31/2	14	25	Bordo	1b	11	9,8				1A
145	Sondagem 6/Vala E	-	2	Asa		-	8,26	2,5	2,4	10,5	1A
146	K31/4	8	20	Asa		-	9,4	2,8	2,6	Ind.	1A
147	K31/4	8	20	Bordo	1e	12	8				1A
148	K31/4	8	20	Bordo	1d	12	6				1A
149	Sondagem 6/Vala E	4	5	Asa		-	12	2,5	2,3	9,6	1A
150	K31/4	-	S/C	Bordo	1d	20	7,8				1A
151	K31/2	15	26	Bordo	1b	15	7,3				1A
152	K31/4	6	14	Bordo	Indeterminada	Ind.	6				1A
153	K31/4	4	14	Bordo	2a	12	5				1A
154	K31/4	4	14	Bordo	Indeterminada	12	7				1A
155	K31/2	0	1	Bordo	1e	13 (interno)	6				1A
156	K31/2	0	1	Bordo	Indeterminada	14	Ind.				1A
157	Sondagem 6/Vala E	2	3	Asa		-	6,9	2,4	2,3	9,5	1A
158	D20	-	17	Bordo	Indeterminada	18	Ind.				1A
159	K31/2	-	S/C	Bordo	Indeterminada	Ind.	Ind.				1A
160	K31/2	-	S/C	Bordo	1d	16	6				1A
161	C4/4	6	19	Bordo	1d	11	7				1A
162	K31/2	8	17	Bordo	1d	11	5,8				1A
163	K31/2	8	17	Bordo	Indeterminada	11	8,7				1A
164	K31/2	6	12	Bordo	1b	16	Ind.				1A
165	K31/4	-	S/C	Bordo	Indeterminada	11	6				1A
168	Sondagem 6/Vala E	-	3	Bordo	4b	15	9				1A
169	K31/4	-	S/C	Bordo	1b	16	7				1A
170	K31/4	-	S/C	Bordo	1b	11	7				1A
171	Sondagem 6/Vala E	3	4	Asa		-	10,79	2,7	2,5	10	1A
172	Sondagem 6/Vala E	-	4	Asa		-	8,57	2,75	2,87	9,7	1A
173	Sondagem 6/Vala E	-	4	Bordo	1e	14	6				1A

174	Sondagem 6/Vala E	3	4	Asa		-	8	2,3	2,2	7,6	1A
176	Sondagem 6/Vala E	-	1	Asa		-	7,88	2,5	2,2	8,6	1A
177	K31/4	3	7	Bordo	1b	15	7				1A
178	K31/4	-	11	Bordo	2d	14	7				1A
179	K31/4	3	7	Bordo	1d	15	7				1A
180	K31/4	3	7	Bordo	Indeterminada	Ind.	9				1A
181	K31/4	3	7	Bordo	Indeterminada	14	Ind.				1B
182	K31/4	3	7	Bordo	1b	11	7				1A
183	K31/4	2	7	Bordo	1d	15	7				1A
184	K31/4	-	7	Bordo	1c	11	7				1C
185	K31/4	3	7	Bordo	Indeterminada	13	Ind.				1A
186	K31/4	2	7	Bordo	1e	16	Ind.				1A
187	Sondagem 6/Vala E	3	4	Bordo	4b	13	8				1A
188	K31/4	3	7	Bordo	Indeterminada	17	Ind.				1A
190	Sondagem 6/Vala E	-	2	Bordo	4a	15,5	7				1A
193	K31/4	5	11	Bordo	1b	11	7,3				1B
194	K31/4	5	11	Bordo	4b	17	6,8				1A
195	K31/4	5	11	Bordo	Indeterminada	-	-				1A
196	K31/4	5	11	Bordo	1b	11	9				1A
197	K31/4	5	11	Bordo	1b	12	7,8				1A
199	K31/4	5	11	Bordo	1b	12	10,5				1A
201	K31/4	5	11	Bordo	4b	Ind.	8				1A
202	K31/4	5	11	Bordo	2a	17	Ind.				1A
203	K31/4	5	11	Asa		-	5,3	2,63	2,8	8	1A
204	K31/4	3	8	Bordo	1b	16	5,7				1A
206	K31/4	3	8	Bordo	Indeterminada	14 (interno)	10				1A
207	Sondagem 6/Vala E	-	2	Bordo	1e	13	6				1A
208	K31/2	6	14	Bordo	5a	11	5,7				1A
209	K31/4	3	6	Bordo	Indeterminada	18	Ind.				1A
210	C4	3	10	Bordo	2d	13	7				1A

211	K31/4	3	6	Bordo	2e	18	7				1A
212	Sondagem 6/Vala E	3	4	Bordo	4b	16	7				1A
213	C4	2	7	Bordo	1e	13	6				1A
214	K31/4	2	3	Bordo	4b	14	8				1A
215	K31/4	2	3	Bordo	1e	18	7				1A
216	K31/4	2	3	Bordo	4b	17	Ind.				1A
217	K31/4	2	3	Bordo	4b	12	9				1A
218	K31/2	4	8	Asa		-	8,9	2,73	2,54	Ind.	1A
219	Sondagem 6/Vala E	-	1	Bordo	Indeterminada	16,5	Ind.				1A
220	K31/2	4	8	Bordo	Indeterminada	16	Ind.				1A
221	Sondagem 6/Vala E	-	3	Bordo	2e	15	9				1A
223	K31/2	4	8	Bordo	5c	14	7,8				1B
224	K31/2	4	8	Bordo	4a	14	5,4				1A
225	K31/2	4	8	Bordo	1b	16	8,3				1A
226	C4	3	9	Bordo	4a	17	Ind.				1A
227	K31/2	4	8	Bordo	1d	15	5,6				1A
228	K31/2	2	3	Bordo	1c	12	10				1C
229	K31/2	2	3	Bordo	1b	13	Ind.				1A
230	K31/2	2	3	Bordo	2d	20	5,7				1A
231	C4	3	9	Bordo	4a	16	8				1A
232	C4	3	12	Bordo	1d	17	4				1A
234	C4	3	9	Bordo	1b	12	Ind.				1A
235	Sondagem 6/Vala E	-	S/C	Bordo	1d	12	5				1A
236	K31/4	-	5	Asa		-	7,6	2,8	2,47	Ind.	1A
237	K31/4	4	5	Asa		-	7,6	2,69	2,95	9,4	1A
238	Sondagem 6/Vala E	-	S/C	Bordo	1d	12	9				1A
239	C4	2	5	Bordo	1b	11	10				1C
240	K31/4	2	5	Bordo	1b	15	8				1A
241	C4	-	10	Bordo	1b	12,5	7				1A
242	K31/4	6	13	Asa		-	-	2,4	2,9	10	1A

243	C4	-	9	Bordo	1c	11,5	7				1A
244	D20	-	15	Bordo	1e	16	6				1B
245	D20	-	15	Bordo	1b	11	5				1A
246	K31/4	6	15	Bordo	1b	14	9				1B
247	K31/4	1	2	Bordo	Indeterminada	15 (interno)	Ind.				1A
248	K31/4	15	36	Bordo	1c	13	8				1A
249	K31/4	11	28	Bordo	4a	15	8				1A
250	K31/4	7	18	Bordo	1b	17	9				1A
251	K31/2	-	5	Bordo	4a	18	6,8				1A
252	K31/2	-	5	Bordo	1d	12	7				1A
253	K31/2	-	5	Bordo	1d	Ind.	Ind.				1A
254	B5	3	6	Bordo	1e	13	7				1A
255	B5	3	7	Bordo	Indeterminada	18	8				1A
256	U45/3	-	Muro 2	Bordo	4c	13	9				1A
257	U45/3	10	79	Bordo	1a	12	8				1A
258	K29	-	S/C	Bordo	1c	14	6				1A
259	U45/3	11	81	Bordo	2a	20	8				1A
260	U45/3	-	75	Bordo	1c	11	Ind.				1A
261	U45/3	9	75	Bordo	2c	14	5				1A
262	J27/4	-	31	Bordo	2a	13	5				1A
263	U45/3	8	72	Bordo	2c	14	7				1A
265	J27/4	-	15	Bordo	1d	11,5	5,96				1A
266	U45/3	10	79	Bordo	1b	12	6				1A
267	U45/3	-	S/C	Bordo	1d	17	8				1A
268	U45/3	-	3/4	Bordo	2b	14	8				1A
269	U45/3	-	79 - Muro 2	Bordo	5a	12	8				1C
270	U45/3	-	75	Bordo	1b	11 (interno)	6				1A
271	U45/3	-	3/4 B	Bordo	2a	17	7				1B
272	U45/3	7	67	Bordo	1b	13	6				1A
273	U45/3	6	64	Bordo	4a	14	7				1A
274	U45/3	7	67	Bordo	1e	14	5				1A
275	U45/3	-	5	Bordo	2a	15	7				1A
276	U45/3	-	Muro 2	Bordo	Indeterminada	14,5	7				1A
277	U45/3	7	68	Bordo	6b	11	8				1A

278	U45/3	-	64	Bordo	4a	15	6				1A
280	U45/3	-	58	Bordo	2a	15	7				1A
281	U45/3	-	82	Bordo	1b	15	7				1A
282	U45/3	8	72	Bordo	1b	12,5	4				1A
283	J27/4	-	31	Bordo	4a	17	9				1A
284	U45/3	-	5	Bordo	2a	15	5				1A
285	T33	-	SUP	Bordo	1b	12	7				1A
286	U45/3	-	3/4	Bordo	2d	14	6,83				1A
287	J27/4	-	25	Bordo	1d	18	Ind.				1A
288	J27/4	-	22	Bordo	1b	10	6				1A
289	U45/3	8	72	Bordo	1e	15	Ind.				1A
290	U45/3	7	67	Bordo	1b	14	6,7				1A
291	J27/4	-	25	Bordo	1b	10	8				1A
293	J27/4	-	28	Bordo	Indeterminada	12	Ind.				1A
294	U45/3	-	3/4	Bordo	1b	14	10				1A
295	U45/3	-	3	Bordo	1e	15	6				1A
296	U45/3	-	3/4	Bordo	1b	12	8				1A
297	J27/4	-	25	Bordo	4b	14,6	Ind.				1A
298	J27/4	-	18	Bordo	1d	13	7				1A
300	K29	-	1	Bordo	1e	20	7				1A
301	U45/3	8	72	Bordo	2a	15	9				1A
302	J27/4	-	31	Bordo	1b	14	Ind.				1A
303	J27/4	-	28	Bordo	4a	12	Ind.				1A
304	U45/3	-	3/3	Bordo	Indeterminada	15	5				1A
305	U45/3	-	62	Bordo	4b	16	Ind.				1A
307	U45/3	11	82	Bordo	1b	11	8				1A
308	K31/1	5	20	Bordo	1e	10 (interno)	6				1A
309	B5	-	12	Bordo	6b	12,5	8				1A
310	K31/1	4	17	Bordo	5a	20	8				1B
314	K31/1	3	14	Bordo	5a	8 (interno)	6				1A
315	K31/1	3	14	Bordo	1b	11	8				1A
316	C4	2	5	Bordo	4a	13,5	6				1A
317	K31/1	2	9A	Bordo	1e	20	6				1A
318	C4	3	9	Bordo	1e	16	6				1A
319	K31/1	-	S/C	Bordo	2d	12	6				1A



320	C4/4	-	17	Bordo	1d	12,5	7				1A
321	K31/1	-	S/C	Bordo	1b	11	6				1A
322	K31/1	-	S/C	Bordo	1b	11	7				1A
323	C4/4	5	13	Bordo	1b	12	6				1C
324	D20	-	10	Bordo	2d	12	5				1A
325	K31/1	-	S/C	Bordo	Indeterminada	11 (interno)	Ind.				1A
326	D20	-	28	Fundo		-	5				1A
327	K31/1	-	S/C	Bordo	4b	13	8				1A
328	K31/1	-	S/C	Bordo	2a	14,5	6				1A
329	B5	3	6	Bordo	4a	15	8				1A
331	B5	3	6	Bordo	1d	15	Ind.				1A
332	B5	0	1	Bordo	Indeterminada	13	6				1A
334	K31/1	0	2	Bordo	2a	14	8				1A
335	K31/1	0	2	Bordo	1b	12	5				1A
336	D20	-	10	Bordo	2d	11	8				1A
337	U45/3	7	67	Bordo	5a	16	7				1A
338	Z50/4	-	SUP	Bordo	1d	12	Ind.				1C
339	U42/1	-	SUP	Bordo	4a	15	7				1A
340	U42/1	-	SUP	Bordo	1d	15	7				1A
341	J28/2 (N)	7	21-A	Bordo	4a	10,5 (interno)	5,94				1A
343	J28/2 (N)	7	21	Bordo	Indeterminada	13	9				1A
344	J28/2 (N)	7	21-A	Bordo	1e	16	5				1A
345	J28/2 (N)	7	21	Bordo	1e	13	6				1A
346	J28/2 (N)	7	21-A	Bordo	2e	16	7				1A
347	J28/2 (N)	7	21	Bordo	2d	16	10				1A
348	J28/2 (N)	7	21-A	Bordo	1c	11	8				1A
349	Sondagem 6/Vala E	-	2	Bordo	2e	13	6				1A
350	B5	4	8	Asa		-	5,56	2,57	2,85	8,8	1A
351	B5	1	2	Bordo	5b	17	9				1A
352	U45/3	-	3/4	Asa		-	9,7	3,2	3	Ind.	1A
353	V44/2	-	SUP	Bordo	1b	11	8,5				1C
354	Y49/1	-	SUP	Bordo	1e	11 (interno)	7				1A
355	S33/4	-	SUP	Bordo	1b	11	5				1A
356	J28/2 (N)	12	39	Bordo	2d	12	5				1A

358	J28/2 (N)	12	39	Asa		-	9,8	2,6	2,5	Ind.	1A
359	J28/2 (N)	12	39	Asa		-	8,34	2,72	2,77	Ind.	1A
360	J28/2 (N)	1	2	Bordo	2e	12 (interno)	6				1A
361	J28/2 (N)	1	2	Bordo	1e	14	8				1A
362	J28/2 (N)	1	2	Bordo	1c	12,5	Ind.				1A
363	B5	3	7	Bordo	6b	16	9				1C
364	B5	-	12	Bordo	1d	11	8				1A
365	D20	5	23	Bordo	1d	16	7				1A
366	J28/2 (N)	10	32	Asa		-	12	2,6	2,8	Ind.	1A
367	J28/2 (N)	10	32	Asa		-	11	2,5	2,5	Ind.	1A
368	J28/2 (N)	10	32	Bordo	1e	Ind.	5				1A
369	U45/3	-	S/C	Bordo	1b	12	7,5				1A
370	U45/3	-	7	Asa		-	7,7	2,8	2,9	Ind.	1A
371	J28/2 (N)	10	32	Bordo	1b	11	Ind.				1A
372	Sondagem 6/Vala E	-	2	Asa		-	8,29	3	2,8	10,6	1A
373	U45/3	-	S/C	Bordo	1d	16	6				1A
374	D22/2	3	7	Bordo	1b	14	6,81				1A
375	J28/2 (N)	14	45	Asa		-	9,1	2,5	2,6	8,49	1A
376	D22/2	2	4	Bordo	1d	17	Ind.				1A
377	D22/2	-	13	Bordo	1d	13	6				1A
380	D22/2	2	4	Bordo	1d	11	Ind.				1A
381	J28/2 (N)	3	8	Bordo	4a	14	6				1A
382	J28/2 (N)	3	7	Bordo	1d	16	6				1A
384	D22/2	7	19	Bordo	1b	12	Ind.				1A
385	D22/2	0	1	Bordo	1b	10	7				1A
387	K29	-	S/C	Bordo	1d	13,2	6	-	-	-	1A
388	J28/2 (N)	10	35	Bordo	2d	12	7				1A
389	J28/2 (N)	-	28	Bordo	1b	12	6				1A
390	K29	-	S/C	Bordo	2b	10	Ind.	-	-	-	1A
391	J28/2 (N)	-	28	Bordo	1b	Ind.	10				1B
392	J28/2 (N)	-	28	Bordo	4b	16	7				1A
393	J28/2 (N)	-	28	Bordo	1e	17	6				1A
394	J28/2 (N)	-	28	Bordo	4c	17	6				1A
395	D22/2	0	1	Bordo	1b	11	5				1A

396	K29	-	S/C	Bordo	1b	Ind.	7	-	-	-	1C
397	D22/2	7	19	Bordo	Indeterminada	12	4				1A
398	U45/3	-	S/C	Bordo	1b	11	7				1A
399	U45/3	-	3/4	Bordo	1b	11	4				1A
400	J28/2 (N)	-	28	Asa		-	8,6	3	2,6	Ind.	1A
401	K29	-	1	Asa		-	7	2,8	2,6	8,8	1A
402	J28/2 (N)	-	24	Bordo	1b	16	7				1A
403	J28/2 (N)	-	24	Bordo	1d	12	9				1A
404	J28/2 (N)	-	24	Bordo	2d	13	6,5				1A
405	J28/2 (N)	-	24	Bordo	1d	16	6				1A
406	J28/2 (N)	-	24	Bordo	1e	Ind.	8				1A
407	K29	-	S/C	Asa		-	6,5	2,47	2,8	9,5	1A
408	K29	-	S/C	Asa		-	5,9	2,7	2,6	10,4	1A
409	J28/2 (N)	-	24	Bordo	1d	13	5				1A
410	J28/2 (N)	-	24	Asa		-	7	2,8	2,7	9,3	1A
411	J28/2 (N)	-	24	Asa		-	8,2	2,4	2,6	Ind.	1A
412	U45/3	38	67	Bordo	1d	12,5 (interno)	8				1A
413	U45/3	-	3/4	Bordo	4a	17,5	8				1A
416	J28/2 (N)	3	9	Bordo	1d	10 (interno)	9				1A
418	J28/2 (N)	3	9	Bordo	4b	12,5	9				1A
419	U45/3	-	63	Bordo	4a	17	5				1A
420	U45/3	-	S/C	Bordo	1e	15	8				1A
421	U45/3	43	82	Bordo	4b	14,5	8				1A
422	J28/2 (N)	3	9	Bordo	1b	Ind.	8				1A
424	J28/2 (N)	-	43	Bordo	1b	12	9				1A
425	J28/2 (N)	-	43	Bordo	1d	12	9				1A
426	J28/2 (N)	-	43	Bordo	4b	17	7				1A
427	J28/2 (N)	-	43	Asa		-	6,8	2,37	3,1	9,8	1A
428	U45/3	-	BC3	Bordo	6a	12	9				3
429	U45/3	-	M2	Bordo	1d	17	6				1A
430	J28/2 (N)	4	12	Bordo	2d	14	8				1A
431	J28/2 (N)	-	9	Asa		-	-	2,8	2,6	Ind.	1A
432	J28/2 (N)	4	12	Bordo	1e	13	7				1A
436	J28/2 (N)	4	12	Bordo	1b	Ind.	6				1A
437	J28/2 (N)	4	12	Bordo	1c	11	8				1C

438	J28/2 (N)	4	12	Bordo	1b	12	7				1A
439	U45/3	54	62	Bordo	4b	Ind.	7				1A
441	U45/3	87	M2	Bordo	Indeterminada	16	7				1A
442	U45/3	-	3/4	Bordo	4a	11	6				1A
444	U45/3	-	BC3	Bordo	2a	15,6 (interno)	4,5				1A
445	J28/2 (N)	4	12	Asa		-	7,6	2,7	2,4	Ind.	1A
447	U45/3	-	S/C	Bordo	4b	14	8				1A
448	J33/1 (O)	2	3	Bordo	4b	12	5				1A
449	J28/2 (N)	14	36	Bordo	2d	13	8				1A
450	J28/2 (N)	14	36	Asa		-	6,65	3,1	2,5	Ind.	1A
451	J28/2 (N)	14	36	Bordo	1d	14,5	10				1A
452	J28/2 (N)	14	36	Bordo	4b	11	5				1A
454	U45/3	-	64	Bordo	1b	14	Ind.				1A
456	J28/2 (N)	14	36	Bordo	1e	17	7				1A
457	U45/3	48	M2	Bordo	1b	14,5	Ind.				1B
458	J28/2 (N)	15	47	Bordo	1d	13	8				1A
459	U45/3	-	M2	Bordo	1e	13	5				1A
460	J28/2 (N)	-	16	Bordo	1b	15	6				1A
461	J29/4	3	11-A	Bordo	1e	15	6				1A
462	J29/4	3	11-A	Bordo	Indeterminada	11	Ind.				1A
464	B6	-	10	Asa		-	8	2,1	2,2	8,1	1A
465	K31/3	11	22	Bordo	4a	13	7				1A
466	B6	-	10	Bordo	5b	18	6				1A
469	J29/1	2	7	Bordo	2a	16	8				1A
470	J29/1	2	7	Bordo	Indeterminada	12	Ind.				1A
471	J29/1	2	7	Bordo	1b	14	5				1A
472	B6	4	8	Bordo	Indeterminada	Ind.	5,6				1A
473	B6	2	5	Bordo	4a	13 (interno)	6				1A
474	B6	2	5	Bordo	4a	16	6				1A
475	J29/1	1	3	Bordo	Indeterminada	Ind.	7				1A
476	J29/1	1	3	Asa		-	-	2,69	2,66	Ind.	1A
477	B6	-	1	Bordo	Indeterminada	13	Ind.				1A
478	K31/3	-	CRIV	Asa		-	9	2,67	2,58	8,9	1A
479	K31/3	-	CRIV	Asa		-	10	2,8	2,8	Ind.	1A
480	B6	-	1	Bordo	Indeterminada	12	8				1A

481	B6	2	5	Bordo	Indeterminada	Ind.	8				1A
482	K31/3	-	CRIV	Bordo	4b	11	6				1A
483	K31/3	-	CRIV	Bordo	2c	16	6				1A
485	K31/3	-	CRIV	Bordo	1b	13	6				1A
486	K31/3	-	CRIV	Bordo	Indeterminada	Ind.	7				1A
487	K31/3	-	CRIV	Bordo	1e	14	8				1A
488	K31/3	-	CRIV	Bordo	2d	13	6				1A
489	K31/3	8	16	Bordo	1c	18	9				1A
490	K31/3	8	16	Bordo	1b	12	7				1A
491	B6	2	3	Bordo	1d	16	6				1A
492	K31/3	3	7	Bordo	1b	10	Ind.				1A
493	K31/3	3	7	Bordo	1e	14	6				1A
494	K31/3	3	7	Asa		-	9	2,8	2,9	9,6	1A
495	B6	-	S/C	Bordo	4a	14	Ind.				1A
496	J29/4	-	S/C	Bordo	2a	10	9				1A
497	J29/4	-	S/C	Bordo	4b	16 (interno)	7,5				1A
498	B6	-	S/C	Bordo	5b	16	7				1A
499	B6	-	6	Bordo	Indeterminada	10	8				1A
500	J28/2 (N)	-	25	Asa		-	6,9	2,84	2,99	9	1A
501	J27/4	2	6	Bordo	1e	18	6,18				1A
502	B6	2	5	Bordo	Indeterminada	12	5				1A
503	J28/2 (N)	6	18-A	Bordo	2d	18	6				1A
504	B6	-	10	Asa		-	5,67	2,2	2,5	8,4	1A
506	B6	-	S/C	Bordo	1d	15	8				1A
507	J28/2 (N)	6	18-A	Bordo	Indeterminada	16	6				1A
508	J28/2 (N)	6	18-A	Asa		-	8,65	2,7	2,65	9,6	1A
509	B6	1	2	Bordo	1b	17	5				1A
510	B6	4	8	Bordo	4a	15	Ind.				1A
511	B6	2	5	Bordo	1e	14	8				1A
512	K31/3	6	12	Asa		-	7,6	2,8	2,8	9,5	1A
514	B6	-	10	Bordo	1e	11 (interno)	6				1A
515	B6	2	5	Bordo	2a	19	8				1A
516	C6	1	2	Bordo	4a	15	7				1A
517	C6	-	3	Bordo	1e	13	Ind.				1A
518	K31/2	-	19	Bordo	Indeterminada	13	Ind.				1A

519	K31/2	-	19	Bordo	1b	11	6				1A
520	B6	-	S/C	Bordo	3a	13,4	8				1A
521	J27/4	-	31	Asa		-	6,6	2,4	2,5	8,3	1A
522	C6	-	3	Bordo	2a	13,6	7				1A
523	U45/3	Banqueta	5	Asa		-	8,7	2,8	2,76	10	1A
524	U45/3	11	82	Asa		-	9,7	2,5	2,4	8,5	1C
525	J27/4	-	31	Asa		-	5,27	2,88	2,76	8,14	1A
526	U45/3	-	Muro 2	Asa		-	6,8	2,65	2,69	11,6	1A
527	J27/4	-	31	Asa		-	7,6	3	2,9	8,9	1A
528	U45/3	12	85	Asa		-	7,95	2,55	2,59	9,67	1A
529	U45/3	10	79	Asa		-	6,26	2,58	2,49	8	1A
530	J27/4	-	31	Bordo	Indeterminada	Ind.	5				1A
531	J27/4	-	31	Bordo	4a	16	6				1A
532	J27/4	-	31	Bordo	Indeterminada	12	Ind.				1A
533	J28/2 (N)	-	24	Bordo	1e	18	6				1A
535	J27/4	3	15	Bordo	1b	11	7				1A
536	Sondagem 6/Vala E	-	9	Bordo	1b	12,5	6				1B
537	U45/3	banqueta	3/4	Bordo	1e	17	6				1A
538	J27/4	3	15	Bordo	1b	13	Ind.				1A
539	U45/3	-	Muro 2	Bordo	3a	14	8				1A
540	J27/4	3	15	Bordo	2c	8 (interno)	6				1A
541	J27/4	3	15	Bordo	2a	14	7				1A
542	U45/3	26	62	Bordo	1c	9	6				1A
543	B6	-	10	Bordo	1d	18	8				1A
544	C4	0	1	Bordo	4b	13	9				1A
547	J27/4	0	3	Bordo	4b	14	8				1A
549	J28/2 (N)	5	15	Bordo	2b	16	7				1A
550	J28/2 (N)	5	15	Bordo	1e	18	6				3
551	J27/4	-	22	Bordo	1b	12	6,3				1C
552	J28/2 (N)	5	15	Bordo	6b	17	13				1C
553	J28/2 (N)	5	15	Bordo	4a	16	7				1A
555	J27/4	-	22	Asa		-	7,5	3,2	2,2	8,6	1C
560	J28/2 (N)	5	15	Asa		-	-	2,8	2,5	9,7	1A
561	J28/2 (N)	5	15	Asa		-	9,7	2,9	2,85	9	1A

563	J29/4	4	7	Bordo	2a	20	8				1B
564	J29/4	4	7	Bordo	1e	12	10				1C
566	J29/4	4	7	Bordo	1b	14	6				1A
567	J27/4	1	7	Bordo	1b	11	6				1A
569	J27/4	2	7	Bordo	2e	15	5				1A
570	J27/4	2	7	Bordo	2c	12	6				1A
571	J27/4	2	7	Bordo	2a	17	6				1A
572	J27/4	2	7	Bordo	1e	18	8				1A
573	J27/4	2	7	Bordo	4a	12,5	6				1A
574	J27/4	2	7	Asa		-	8,6	2,7	2,72	8,6	1A
578	J29/1	-	S/C	Bordo	2c	12	8				1A
579	K31/3	1	2	Bordo	4b	12	8				1A
580	U45/3	6	64	Asa	-	-	6,9	2,9	2,5	10,9	1A
581	J27/4	1	5	Bordo	1b	12	6,6				1A
582	J27/4	1	5	Bordo	1b	12	8				1A
583	J27/4	1	5	Bordo	1b	12	8				1A
584	J27/4	1	5	Bordo	1b	12	8				1A
585	J27/4	1	5	Bordo	Indeterminada	17	5				1A
590	K31/3	12	24	Bordo	1e	12	6				1A
599	U45/3	9	75	Asa		-	6,6	2,71	2,43	10,2	1A
600	J27/4	-	19	Bordo	1b	11	8				1A
601	J27/4	-	19	Bordo	1b	12	6				1A
602	J27/4	-	19	Bordo	2d	10 (interno)	8				1A
603	V41/4	-	Talude - SUP	Corpo	Indeterminada 2	-	5	2,6	2,6	7,9	1A
605	V41/4	-	Talude - SUP	Bordo	Indeterminada 1	22,4	6	2,8	2,4	8,8	1A
607	Limpeza Muralha	-	SUP	Bordo	3a	11,5	7				1A
611	Limpeza Muralha	-	S/C	Bordo	1e	Ind.	7				1A
614	Limpeza Muralha	-	SUP	Bordo	1b	12	10				1A
615	Limpeza Muralha	-	SUP	Bordo	1b	11	8				1C

621	J27/4	-	S/C	Bordo	1d	12	7				1A
622	J27/4	3	10	Bordo	2e	18	5				1A
623	J27/4	3	10	Bordo	Indeterminada	11	Ind.				1A
624	J27/4	3	10	Bordo	2b	18	8				1A
626	J27/4	-	S/C	Bordo	1d	12	5				1A
627	J27/4	3	10	Asa		-	-	2,97	2,86	Ind.	1A
628	J27/4	2	7	Asa		-	-	3,12	2,49	Ind.	1A
629	K31/3	9	18	Bordo	1e	12	7				1B
630	J27/4	-	28	Bordo	Indeterminada	Ind.	7,65				1A
638	J27/4	3	16	Bordo	4b	14	9				1A
640	J28/2 (N)	2	6	Bordo	1c	12	7				1C
643	J27/4	-	S/C	Bordo	Indeterminada	11	Ind.				1A
644	J27/4	-	S/C	Bordo	2a	18	7				1A
645	J27/4	-	S/C	Bordo	1b	9 (interno)	Ind.				1A
646	J27/4	-	S/C	Bordo	1b	16	7				1A
647	J27/4	-	S/C	Bordo	Indeterminada	Ind.	6				1A
656	J29/1	2	6	Bordo	1e	16	7				1A
657	J27/4	-	23	Bordo	Indeterminada	13	Ind.				1A
663	J27/4	-	25	Bordo	1d	9,6 (interno)	6				1A
664	J27/4	-	25	Bordo	1c	11	Ind.				1A
666	S/C	-	-	Bordo	1e	17	7				1A
668	S/C	-	-	Bordo	4b	11	7				1A
669	S/C	-	-	Bordo	2a	16	7				1A
671	S/C	-	-	Bordo	1e	15	8				1A
674	S/C	-	-	Bordo	2a	15	6				1B
675	J27/4	-	22	Bordo	2d	13	5				1A
676	J27/4	-	22	Bordo	4b	10	5,26				1A
677	J27/4	-	22	Bordo	1d	12	5				1A
680	J27/4	-	22	Asa		-	-	3,3	2,9	8,8	1A
682	J27/4	-	18	Bordo	Indeterminada	16 (interno)	Ind.				1A
684	Sondagem 6/Vala E	-	2	Bordo	1b	12	8				1A
685	Sondagem 6/Vala E	-	2	Bordo	1c	13	Ind.				1A



<b>687</b>	Sondagem 6/Vala E	-	2	Bordo	1b	12	7				1A
<b>688</b>	Sondagem 6/Vala E	-	2	Bordo	4b	12	8				1A
<b>692</b>	Sondagem 6/Vala E	-	2	Bordo	1c	15	Ind.				1A
<b>694</b>	Sondagem 6/Vala E	-	6	Bordo	1d	16	6				1A
<b>695</b>	Sondagem 6/Vala E	-	6	Bordo	4b	13	Ind.				1A
<b>696</b>	Sondagem 6/Vala E	-	6	Bordo	1e	18	6				1B
<b>697</b>	Sondagem 6/Vala E	-	4	Bordo	4c	17	6				1A
<b>699</b>	Sondagem 6/Vala E	-	4	Bordo	1e	13	7				1A